



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Bruno Santrovitsch da Silva**

***A STÁSIS NA HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO DE TUCÍDIDES:  
UM ESTUDO DOS TRÊS PRIMEIROS LIVROS***

**João Pessoa - PB**

**Fevereiro - 2026**

***A STÁSIS NA HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO DE TUCÍDIDES:***  
**UM ESTUDO DOS TRÊS PRIMEIROS LIVROS**

**BRUNO SANTROVITSCH DA SILVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Priscilla Gontijo Leite

**João Pessoa - PB**

**Fevereiro - 2026**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S586s Silva, Bruno Santrovitsch da.

A stásis na história da guerra do Peloponeso de Tucídides: um estudo dos três primeiros livros / Bruno Santrovitsch da Silva. - João Pessoa, 2026.  
165 f. : il.

Orientação: Priscilla Gontijo Leite.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História antiga. 2. Guerra do Peloponeso. 3. Historiografia grega. 4. Tucídides. 5. Conflito interno. I. Leite, Priscilla Gontijo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 94(043)

**BRUNO SANTROVITSCH DA SILVA**


***A STÁSIS NA HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO DE TUCÍDIDES:  
UM ESTUDO DOS TRÊS PRIMEIROS LIVROS***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.


**Aprovada em 26 de fevereiro de 2025.**

**BANCA EXAMINADORA**


Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscilla Gontijo Leite  
Universidade Federal da Paraíba  
Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 **PRISCILLA GONTIJO LEITE**  
Data: 26/02/2026 16:34:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Breno Battistin Sebastiani  
Universidade de São Paulo  
Examinador Externo

Documento assinado digitalmente  
 **BRENO BATTISTIN SEBASTIANI**  
Data: 26/02/2026 16:29:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Félix Jácome Neto  
Universidade de São Paulo  
Examinador Externo

Documento assinado digitalmente  
 **FELIX JACOME NETO**  
Data: 26/02/2026 19:32:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

*A meu pai.  
Obrigado por tudo.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha amada companheira, Thamiris das Graças Pereira, que não cessa de me incentivar a ir atrás de meus objetivos e que me ajuda a evitar os surtos involuntários de autossabotagem.

A meu filho, Heitor Matos Santrovitsch, pela diversão nos momentos de descontração e pela compreensão demonstrada a seu pai ao não poder ceder o computador para jogos porque estava trabalhando na dissertação.

Da mesma forma, não posso deixar de mencionar a companhia, carinho e risadas providas pelas nossas quatro gatas: Nego-nego, Nhenhém, Pipoca e Tica Quedice.

Agradeço muito meu pai, Carlos Odenir Bello da Silva, que com seu gosto pelo diálogo me deixou apaixonado por história desde a infância.

A minha mãe, Mery Consuelo Santrovitsch, por ter me nutrido de amor e pelo incentivo constante a sonhar.

Minha querida irmã, Carolina Santrovitsch da Silva, por sempre alimentar minha autoestima de maneira às vezes despropositada, mas sempre leal.

Agradeço também a minha orientadora, Priscilla Gontijo Leite, pela paciência, conhecimento e firmeza, e a minha excelente banca composta por Breno Battistin Sebastiani e Félix Jácome Neto.

Agradeço a CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB pela oportunidade de contribuir com meu trabalho para o programa e de permitir que a pesquisa em História Antiga floresça em terras paraibanas.

Também não poderia deixar de agradecer a Alexandra Elbakyan que tanto apoio me deu para a pesquisa e a minha querida Anna que graciosamente deixou-me usar sua extensa biblioteca.

Por fim, agradeço a um grande amigo que fiz ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, o historiador Thales Britto Cantalice. Sem nossas conversas e trocas, este trabalho e minha formação como pesquisador teriam sido significativamente empobrecidos.

## RESUMO

Esta dissertação investiga a *stásis* (στάσις), termo grego que designa conflito interno, na *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, a partir de uma abordagem historiográfica centrada na articulação entre guerra e conflito interno. Inicialmente, realizou-se um levantamento sistemático dos usos do termo ao longo de toda a obra, a partir do qual foram selecionadas instâncias analisadas nos três primeiros livros, escolhidos por concentrarem abordagens distintas do autor. O trabalho organiza-se em três capítulos. O primeiro discute o autor, sua obra e o contexto da fase inicial da Guerra do Peloponeso. O segundo examina os aportes das fontes antigas e da historiografia moderna para a compreensão da noção de *stásis*. O terceiro dedica-se à análise do texto tucidideano, abordando a *stásis* na Arqueologia, na Metodologia, em Epidamno, na Peste de Atenas, em Mitilene e em Corcira. Argumenta-se que a relação entre conflito externo e conflito interno constitui um eixo estruturante da narrativa tucidideana e que, a partir do caso de Corcira, Tucídides elabora uma reflexão autoral de amplo alcance sobre a natureza humana, a fragilidade das normas, a instrumentalização do discurso político e a dissolução dos vínculos cívicos. Inserida no campo da História Antiga e em diálogo com a historiografia, a teoria da história e os estudos clássicos, a pesquisa compreende a *stásis* como elemento constitutivo da cultura histórica grega do período clássico, reafirmando a centralidade da obra tucidideana para o debate historiográfico sobre crise, poder e violência.

**Palavras-chave:** conflito interno; cultura histórica; Guerra do Peloponeso; historiografia grega; *stásis* (στάσις); Tucídides.

## ABSTRACT

This dissertation investigates *stásis* (στάσις), the Greek term denoting internal conflict, in Thucydides' History of the Peloponnesian War, from a historiographical approach centered on the articulation between external war and internal conflict. Initially, a systematic survey of the uses of the term throughout the entire work was conducted, from which instances analyzed in the first three books were selected, chosen for concentrating distinct approaches adopted by the author. The study is organized into three chapters. The first discusses the author, his work, and the context of the initial phase of the Peloponnesian War. The second examines the contributions of ancient sources and modern historiography to the understanding of the notion of *stásis*. The third is devoted to the analysis of the Thucydidean text, addressing *stásis* in the Archaeology, the Methodology, Epidamnus, the Plague of Athens, Mytilene, and Corcyra. It is argued that the relationship between external conflict and internal conflict constitutes a structuring axis of Thucydides' narrative and that, from the case of Corcyra onward, Thucydides develops an authorial reflection of broad scope on human nature, the fragility of norms, the instrumentalization of political discourse, and the dissolution of civic bonds. Situated within the field of Ancient History and in dialogue with historiography, the theory of history, and Classical Studies, the research understands *stásis* as a constitutive element of the Greek historical culture of the Classical period, reaffirming the centrality of Thucydides' work to the historiographical debate on crisis, power, and violence.

**Keywords:** internal conflict; historical culture; Peloponnesian War; Greek historiography; *stásis* (στάσις); Thucydides.

## SUMÁRIO

CRONOLOGIA.....	ix
LISTA DE ABREVIACÕES.....	x
LISTA DE MAPAS E QUADROS.....	xii
INTRODUÇÃO .....	1
<b>I – O AUTOR E O CONTEXTO.....</b>	<b>9</b>
1.1 O AUTOR E SUA OBRA .....	9
1.1.1 TUCÍDIDES, O ATENIENSE .....	10
1.1.2 INTERPRETAÇÕES DA HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO .....	12
1.2 DAS ORIGENS DA GUERRA DO PELOPONESO À GUERRA ARQUIDÂMICA.....	20
1.2.1 OS ANTECEDENTES DA GUERRA.....	21
1.2.2. O FIM DA PAZ DOS TRINTA ANOS .....	25
1.2.3. A GUERRA ARQUIDÂMICA.....	29
<b>II – A STÁSIS NO MUNDO GREGO CLÁSSICO .....</b>	<b>33</b>
2.1 RASTROS DA STÁSIS NAS FONTES ANTIGAS.....	35
2.2 PLATÃO, ARISTÓTELES E OS MODELOS DE CONFLITO .....	37
2.3 DEMÓCRITO, TUCÍDIDES E A CONSTITUIÇÃO MISTA .....	41
2.4 LEITURAS DA STÁSIS .....	44
<b>III – A STÁSIS NOS TRÊS PRIMEIROS LIVROS DE TUCÍDIDES .....</b>	<b>50</b>
3.1 A STÁSIS NA ARQUEOLOGIA .....	52
3.2 A METODOLOGIA E O CATÁLOGO DE SOFRIMENTOS (1.20-23).....	62
3.3 EPIDAMNO E O PRELÚDIO DA STÁSIS E DA GUERRA .....	68
3.4 A PESTE E A STÁSIS.....	75
3.5 A REVOLTA DE MITILENE.....	84
3.6 O DEBATE MITILÊNIO .....	92
3.7 A STÁSIS EM CORCIRA .....	101
3.8 TUCÍDIDES E A STÁSIS.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE .....	146

## CRONOLOGIA

<i>DATA</i>	<i>EVENTO</i>
c. 800-700	Migrações e colonizações no mundo grego (Arqueologia de Tucídides)
c. 650-550	Atuação de legisladores arcaicos e busca por <i>eunomia</i>
499-493	Revolta Jônica contra o Império Persa
490	Batalha de Maratona
480	Batalhas de Termópilas e Salamina
479	Fim das Guerras Persas
478/477	Fundação da Liga de Delos; consolidação da talassocracia ateniense
c. 460-445	Primeira Guerra do Peloponeso
446/445	Tratado da Paz dos Trinta Anos entre Atenas e Esparta
435-433	Conflitos em Epidamno e Cócira; batalha de Síbota
431	Início da Guerra do Peloponeso
431-421	Guerra Arquidâmica
430-426	Peste de Atenas
428-427	Revolta de Mitilene
427	<i>Stásis</i> em Corcira
421	Paz de Nícias
415-413	Expedição Siciliana
413-404	Guerra Jônica (ou Deceleica)
411	Golpe oligárquico dos Quatrocentos em Atenas
404	Derrota final de Atenas; fim da Guerra do Peloponeso

## LISTA DE ABREVIÇÕES<sup>1</sup>

August.		Agostinho de Hipona
	<i>Conf.</i>	<i>Confissões</i>
Ar.		Aristófanés
	<i>Ach.</i>	<i>Acarnienses</i>
	<i>Ran.</i>	<i>Rãs</i>
Arist.		Aristóteles
	<i>Ath. Pol.</i>	<i>Constituição dos Atenienses</i>
	<i>Eth. Nic.</i>	<i>Ética a Nicômaco</i>
	<i>Poe.</i>	<i>Poética</i>
	<i>Pol.</i>	<i>Política</i>
	<i>Rh.</i>	<i>Retórica</i>
Bíblia		—
	<i>Ex.</i>	<i>Êxodo</i>
	<i>Dt.</i>	<i>Deuteronômio</i>
	<i>Lv.</i>	<i>Levítico</i>
Ath.		Ateneu de Náucratis
Cic.		Cícero
	<i>Leg.</i>	<i>Leis</i>
Dem.		Demóstenes
Diod. Sic.		Diodoro Sículo
Dion. Hal.		Dionísio de Halicarnasso
	<i>Dem.</i>	<i>Sobre Demóstenes</i>
Eur.		Eurípides
	<i>Her.</i>	<i>Héracles</i>
	<i>Supp.</i>	<i>As Suplicantes</i>
Hdt.		Heródoto
Hes.		Hesíodo
	<i>Op.</i>	<i>Trabalhos e Dias</i>
Hipp.		Hipócrates
	<i>Aër.</i>	<i>Dos Ares, Águas e Lugares</i>
	<i>De Victu.</i>	<i>Sobre a Dieta</i>
	<i>Epid.</i>	<i>Epidemias</i>
	<i>Nat. Hom.</i>	<i>Da Natureza do Homem</i>
	<i>Vet. Med.</i>	<i>Sobre a Medicina Antiga</i>
Hom.		Homero
	<i>Il.</i>	<i>Ilíada</i>
	<i>Od.</i>	<i>Odisseia</i>
Isoc.		Isócrates
Marcellin.		Marcelino
	<i>Vit. Thuc.</i>	<i>Vida de Tucídides</i>
Paus.		Pausânias
Pl.		Platão
	<i>Leg.</i>	<i>Leis</i>

<sup>1</sup> A maior parte das abreviações usadas no trabalho são padronizadas de acordo com o *Oxford Classical Dictionary, 4th Edition* (<https://oxfordre.com/classics/page/3993>).

	<i>Resp.</i>	<i>República</i>
Plut.		Plutarco
	<i>Cim.</i>	<i>Vida de Címon</i>
	<i>Per.</i>	<i>Vida de Péricles</i>
	<i>Sol.</i>	<i>Vida de Sólon</i>
	<i>Thes.</i>	<i>Vida de Teseu</i>
Ps.-Xen.		Pseudo-Xenofonte
	<i>Ath. Pol.</i>	<i>Constituição dos Atenienses</i>
Shakespeare		–
	<i>Ham.</i>	<i>Hamlet</i>
	<i>Mac.</i>	<i>Macbeth</i>
Str.		Estrabo
Thgn.		Teógnis
Thuc.		Tucídides
Virg.		Virgílio
	<i>Georg.</i>	<i>Geórgicas</i>
Xen.		Xenofonte
	<i>Mem.</i>	<i>Memorabilia</i>

**LISTA DE MAPAS E QUADROS**

<b>Mapa I</b> – Mapa do Mar Egeu às vésperas da Guerra do Peloponeso (431) .....	<b>22</b>
<b>Tabela I</b> – Oposições a <i>dēmos</i> na obra de Tucídides.....	<b>106</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação resulta de inquietações surgidas a partir da leitura da *História da Guerra do Peloponeso*<sup>2</sup>, de Tucídides, que gerou um crescente interesse a respeito da historiografia do período clássico (séc. V-IV AEC<sup>3</sup>). Aos poucos, foi notado o uso recorrente de certos termos na tradução da obra como “revolução”<sup>4</sup>, “povo”, “massa”, “elite”, e a dicotomia “ricos e pobres”, o que salta aos olhos de quem faz a leitura com a lente de uma preocupação social. Esse uso de termos contemporâneos levou ao questionamento tanto da escolha dos tradutores quanto do sentido da obra. Assim, chegou-se à questão da *stásis*<sup>5</sup> no período clássico, acima traduzida como “revolução” (trad. Kury; Fernandes & Granwehr).

Qual seria a natureza desse conflito nas sociedades antigas? Quão longe vão os paralelos dos conflitos antigos e dos modernos? Tucídides se apresentou como uma das principais fontes para a compreensão da noção de *stásis* na Antiguidade clássica. O caráter monográfico da obra do historiador, assim como a extensa tradição intelectual que se dedicou ao seu estudo, tornaram este trabalho imensamente rico em ponderações e contribuições de toda sorte – e proporcionalmente desafiador e limitado.

A decisão de galgar estas montanhas intelectuais sem estradas batidas, e com a consciência de não haver via ou estrada real para a ciência (Hegel, 2017 [1807], p. 65; Marx, 2017 [1890], p. 93), foi feita de maneira resoluta, mas não sem receio quanto à dimensão da tarefa. O estudo provém tanto de uma busca pelo lugar do historiador na sociedade, quanto do lugar dos pobres e do povo na História. Aristóteles, em uma passagem de sua obra *Política*, observou que um “homem” pode desempenhar múltiplos papéis – soldado, agricultor, artesão ou juiz –, mas nunca pode ser simultaneamente rico e pobre, sendo essa a distinção fundamental entre as partes que compõem uma *pólis* (*Pol.* 1291b.6-7).

O filósofo afirma ainda que a preponderância de uma dessas partes definiria a forma do regime de uma cidade-estado: democracia, quando avança o interesse dos mais pobres (*dēmos*), e oligarquia, quando para os ricos e poucos (*oligoí*), a elite (*Arist. Pol.* 1291b.1-15). Essa noção

---

<sup>2</sup> Alhures, pede-se a compreensão do leitor ao usar-se a convenção de chamar a obra de Tucídides por meio de um título reduzido, a *História*.

<sup>3</sup> Doravante não indicar-se-á os séculos em AEC ou EC (antes ou depois da Era Comum) dado que todos os séculos indicados no texto são AEC.

<sup>4</sup> O uso de aspas simples ‘...’ se refere a termos ou expressões usados de maneira figurada. Já as aspas duplas “...” são usadas somente para citações diretas. Alternativamente, quando a citação direta conta com o uso de algum termo ou expressão com aspas em seu interior, usam-se as aspas simples ‘...’. Exemplo: “...‘...’...”.

<sup>5</sup> A transliteração dos termos em grego na dissertação segue o proposto por Prado (2006).

está no cerne do conflito interno às *póleis* gregas e é amplamente debatida por autores clássicos. Nessa dissertação, portanto, a desigualdade social e suas expressões atravessam longitudinalmente a investigação.

A palavra grega *stásis*, e o seu plural *stáseis*, possui um caráter polissêmico que dificulta uma tradução fácil, mas que, neste estudo, é definida em sentido amplo como ‘conflito interno’. A palavra foi muitas vezes traduzida como *divisão política, divergência, rivalidade, facção, partido, sedição, sublevação*, ou, com conotações próprias do decaque latino, *guerra civil* (Malhadas *et al.*, 2010, p. 30; Loraux, 2006 [1997], p. 10). De todo modo, a *stásis* era considerada um elemento cotidiano no mundo grego (Hansen; Nielsen, 2004, p. 126) e é possível argumentar que manifestou uma forma ao mesmo tempo particular e comum de conflito que pesou densamente sobre as preocupações políticas do período clássico.

O filósofo alemão Hegel, em sua obra de juventude, *Fenomenologia do Espírito* (1807), caracteriza fenômeno como um “meio-termo” entre o interior do objeto e o seu entendimento. O fenômeno é um “jogo de forças” que se efetiva entre o que está sendo dado a conhecer e o sujeito cognoscente (2017 [1807], p. 115-128). Nesse sentido, a *stásis* pode ser percebida como um “jogo de forças” que atravessa tanto a dimensão epistêmica quanto as dimensões sociais do período estudado. O fenômeno da *stásis* é, assim, a expressão do jogo entre forças conflitantes no seio da sociedade grega antiga e sua investigação propicia um ponto de vista privilegiado para assistir ao desenrolar das tensões em jogo. Não obstante, não foi objetivo da pesquisa estabelecer uma noção definitiva de *stásis* em Tucídides. O foco se voltou para as expressões, aparições e manifestações do conflito interno na obra.

No decorrer da pesquisa foi feito uso de diversas edições, traduções e comentários de obra de Tucídides. O texto em grego ático foi analisado por meio das edições bilíngues em língua inglesa da coleção *Loeb Classical Library* (1956, 1958a, 1970, 1958b). A fim de proporcionar uma via de comparação diante das diversas traduções, foram cotejadas as traduções de Charles Foster Smith (nas edições supracitadas) e de Richard Crawley (2008 [1874]) em língua inglesa, assim como as edições traduzidas por Mário da Gama Kury (1987) e de Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr (2013) em língua portuguesa. Também foram utilizados os comentários da obra de Tucídides em língua inglesa de A. W. Gomme (1945, 1956a), Simon Hornblower (1991) e W. Robert Connor (1984).

A investigação buscou entender as manifestações do fenômeno da *stásis* presente na obra de Tucídides, além de sua relação com a realidade do período histórico. A pergunta-guia

que levou à produção desta pesquisa, portanto, foi: como o fenômeno da *stásis* se manifesta nos três primeiros livros da obra de Tucídides?

Abaixo, são expostas algumas das principais questões metodológicas e os diversos recursos utilizados a fim de contornar os empecilhos à investigação. A partir dos questionamentos que levaram à produção desta pesquisa, foram elencados os seguintes objetivos:

- (i) determinar as manifestações do fenômeno da *stásis* presentes nos três primeiros livros da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides;
- (ii) relacionar as manifestações de *stásis* em Tucídides com o contexto social, político e intelectual do período clássico (séc. V-IV).

O passo seguinte requereu uma abordagem dupla. Uma abordagem de interpretação de textos, no sentido de determinar qualitativamente as características presentes no texto de Tucídides e de outros autores gregos clássicos quanto à *stásis*. Simultaneamente, por meio da literatura secundária, foi feita a apreensão de processos e transformações do recorte histórico em que Tucídides se inseriu, no que foi chamado de análise contextual.

Conforme apresenta Virginia Hunter, foi pressuposto que Tucídides e Heródoto, assim como outros autores ativos no século V partilhavam do mesmo paradigma, no sentido de Kuhn, *epistémē* ou campo epistemológico (Hunter, 1982, p. 278-279). Nesse estágio, foi observada a forma como a realidade emergiu como resultado direto das perspectivas dos autores gregos clássicos, principalmente de Tucídides, assim como das organizações, das *póleis*, das alianças presentes na Guerra do Peloponeso, e das noções e expressões estabelecidas pelo pensamento grego clássico. Apreendendo, assim, a forma que a *stásis* emerge na obra tucidideana frente aos múltiplos contextos e determinantes que lhe deram contorno.

A cultura histórica pode ser entendida como o conjunto de formas pelas quais uma sociedade produz, comunica e utiliza sentidos sobre o passado em sua vida prática. Conforme formula Maria Auxiliadora Schmidt, a partir das contribuições de Jörn Rüsen, a cultura histórica corresponde à articulação prática da consciência histórica, isto é, da capacidade humana de se orientar no tempo e atribuir sentido às experiências passadas em função do presente e do futuro (Schmidt, 2014, p. 32). Não se tratou, portanto, de fazer uma análise da narrativa de Tucídides e do que ‘de fato aconteceu’, mas também de compreender seu discurso sobre a *stásis* no contexto da produção de conhecimento de seu tempo e sua conexão com um projeto moralizante (Andersen, 2003, p. 3). Ao pintar a *stásis* com os matizes morais, em conformidade com sua concepção de natureza humana, o autor grego participa no estabelecimento de uma perspectiva

que vê a existência de distúrbios e conflitos políticos e sociais sob a lente de um problema a ser sanado.

Desta forma, foi buscado estabelecer aquilo que foi pensado historicamente por Tucídides, considerando-o, também, enquanto um não historiador. Nas palavras de Elio Chaves Flores em seu artigo *Dos Feitos e dos Ditos* (2007, p. 95), “Tucídides [...] foi mais um testemunho vivo”, um sujeito que detinha “uma cultura histórica significativa” de sua sociedade. O estudo se encontra aqui balizado em determinar o tecido social, político, econômico e intelectual do mundo grego antigo que Tucídides expressou ao construir um monumento (no sentido de Le Goff) à *stásis* em sua obra.

Um dos traços que indicam a permanência de uma cultura histórica sobre a *stásis* na obra de Tucídides está presente no aceno, “notavelmente” avançado, do historiador a uma forma “mista” de constituição (8.97.1-2), “nem democrática nem oligárquica” (Cartledge, 2001, p. 55). Sucintamente, a intenção manifesta de estabelecer uma forma social que escapasse aos conflitos que testemunhara no curso da Guerra do Peloponeso fica expressa no seu anseio por uma moderação política, traço que encontrará eco posteriormente nas elaborações utópicas de Platão (*Leis e República*) e nas obras políticas de Aristóteles (*Política e Constituição dos Atenienses*).

Igualmente importante, foi a premissa de que todos os pensadores e, com especial ênfase, os pensadores políticos, estavam engajados apaixonadamente nas questões políticas de seu tempo e lugar (Wood, 2022, p. 11). Sobre a consideração de Momigliano de que Tucídides foi o criador do pensamento político (2019 [1992], p. 105), foi destacado o intuito de pensá-lo enquanto um pensador político. Considerando-se que as questões que confrontam qualquer pensador político lhes são postas de formas históricas específicas (Wood, 2022, p. 11), foi crucial tratar Tucídides como um ser humano vivo e engajado, imerso tanto na herança e na bagagem cultural dos seus predecessores quanto no contexto dos processos sociais e políticos que estruturaram sua realidade imediata.

A pesquisa passou pela exploração de uma diversidade de fontes escritas de naturezas diversas como a filosofia, a poesia e a medicina. Isso posto, os saberes históricos dos autores gregos, vivos em seus escritos, também serviram de guia e ponto de chegada para a incursão teórica sobre a obra de Tucídides. A área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB) em *História e Cultura Histórica*, juntamente com a linha de pesquisa em *Ensino de História e Saberes Históricos*, pôde, assim, conferir um dinamismo particular ao tema ao sugerir uma abordagem sobre as formas pelas

quais Tucídides se integrou a seu tempo histórico e a compreensão dos eventos históricos que conferiu à tradição historiográfica.

Logo, foi possível enxergar a *stásis* tanto como a sedimentação de um discurso ou formação discursiva refratária aos conflitos sociais, políticos e econômicos que se manifestavam no mundo grego, quanto determinando o contexto específico da emergência do discurso na obra de Tucídides por meio dos textos contemporâneos ao autor e do que se sabe e se infere do cenário histórico em que viveu e produziu. Ademais, na pesquisa, em alguns trechos foram relacionados eventos e autores pertencentes a períodos históricos diversos, como a Roma republicana ou a Europa Ocidental moderna. Assumindo que “o risco do anacronismo” é parte integrante da “audácia de ser historiador” (Loraux, 2009 [2005], p. 189), a expectativa é de que se tenha agido apropriada e cautelosamente.

O texto em grego ático foi analisado por meio das edições bilíngues em língua inglesa da coleção Loeb Classical Library (1956, 1958a, 1970, 1958b). A fim de proporcionar uma via de comparação diante das diversas traduções, foram cotejadas as traduções de Charles Foster Smith (nas edições supracitadas) e de Richard Crawley (2008 [1874]) em língua inglesa, assim como as edições traduzidas por Mário da Gama Kury (1987) e de Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr (2013) em língua portuguesa. Também foram utilizados os comentários da obra de Tucídides em língua inglesa de A. W. Gomme (1945, 1956a, 1956b, 1970, 1981), Simon Hornblower (1991, 1996, 2008) e W. Robert Connor (1984).

O recorte estabelecido sobre os três primeiros livros partiu tanto do fato de que as discussões mais adensadas sobre a *stásis* se encontram presentes no livro três quanto no fato de que a seleção se mostrou adequada ao trabalho e tempo limitado próprios a uma dissertação de mestrado. Para responder a essa questão, foi realizado um levantamento de termos relacionados à *stásis* na integralidade da obra e se construiu um quadro contextual que se mostrou fundamental para o desenvolvimento do trabalho (Apêndice). Esse quadro possibilitou o estudo focado sobre os três primeiros livros em diálogo e relação com o restante da obra.

O quadro buscou discriminar as seguintes informações: a passagem, na qual estão o livro e o capítulo no qual se encontra a passagem de Tucídides do termo; a terminologia, na qual estão os termos na forma em que aparecem no idioma grego ático; a localização, em que se identificou o local geográfico onde foi utilizado o termo<sup>6</sup>; a cronologia, onde se inseriu o ano

---

<sup>6</sup> Além da informação se o local compõe a aliança ateniense, a Liga de Delos, da aliança espartana, a Liga do Peloponeso, ou outrem.

e a estação<sup>7</sup> do contexto narrativo em que ocorre o uso do termo; e, por fim, o contexto, em que se sumariza brevemente o episódio em que o termo utilizado se insere.

O levantamento de termos como metodologia foi efetuado em diversas obras tratando de questões da Antiguidade, sobretudo a Grécia antiga, vide o caso do estudo de Marcel Detienne *Mestres da Verdade na Grécia Arcaica* (2013). Traçando a origem do seu método na figura de Louis Gernet e na antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, Detienne estabelece assim o “pano de fundo” de sua investigação

a hipótese [...] de que a língua veicula noções, de que o vocabulário é mais sistema conceitual que léxico, de que as noções da linguagem remetem a instituições, ou seja, a esquemas diretivos, presentes em técnicas, modos de vida, relações sociais, processos discursivos e de pensamento (Detienne, 2013, p. XI).

Em seguida, o autor sintetiza seu método na forma de “determinar as linhas de força de um sistema lexical, atingir as relações de oposição e associação” (Detienne, 2013, p. 3). Essa concepção influenciou sensivelmente o método empregado na pesquisa, ao abrir o caminho para as linhas de força de um arcabouço conceitual por meio do termo *stásis* e definir as relações provenientes do levantamento.

Da mesma forma, foi necessária atenção ao que Vlassopoulos chamou de “focos discursivos” a fim de garantir que o enfoque não recaísse no erro de desconsiderar aquilo que não estivesse presente nas fontes, tomando-o por inexistente na realidade social. Levando-se em conta o fato de que cada vez mais não é possível uma “correlação automática entre textos e discursos de um lado e realidade social do outro”, os procedimentos devem estar atentos às ausências enquanto escolhas deliberadas a serem “explicadas historicamente”. Silêncios e lacunas devem ser tratados como reveladores de uma invisibilidade imbuída na dinâmica própria desta realidade e da conformação de seus “campos de visão” (Vlassopoulos, 2016, p. 421-422; 2018, p. 223-224). Portanto, o simples trabalho com o levantamento de termos assume um limite claro ao demandar do investigador uma atenção especial aos detalhes e ao negativo apresentado pelas fontes.

Foi tido como pressuposto que Tucídides desempenhou um papel fundamental na construção da narrativa sobre a Guerra do Peloponeso (431-404), uma interpretação que permaneceu incontestada ao longo da Antiguidade e praticamente até o tempo atual. Sua compreensão da *stásis* não apenas influenciou profundamente a experiência histórica, mas também moldou a concepção de conflito interno e externo – ao demonstrar sua interrelação (Trabulsi, 2018, p. 57-59) – nos séculos e milênios subsequentes.

---

<sup>7</sup> Tucídides dividiu cada ano em duas estações, inverno e verão, em sua narrativa dos eventos (5.20.3).

Quanto ao período clássico, foi feita a leitura das relações laterais à obra de Tucídides, que constituíram o corpo de saberes em que o autor, se não teve acesso direto, estava imerso. Para o século V, foi feita uma seleção não exaustiva da produção intelectual que se crê ter configurado o *milieu* intelectual de Tucídides (Thomas, 2006). Para o século IV, o foco se voltou principalmente sobre a leitura de dois autores posteriores a Tucídides que se tornaram paradigmáticos na história do pensamento e serviram como guias importantes no percurso investigativo: *Platão e Aristóteles*.

No âmbito da análise contextual, o objetivo foi determinar vários aspectos e processos históricos que contribuíram para a construção do cenário histórico do período clássico por meio de contribuições da literatura secundária. Neste trabalho, foi contestada a perspectiva de estruturas estáticas sendo substituídas por outras estruturas estáticas. Para tanto, uma abordagem historicizante que enfocasse sobre mudanças e transformações foi necessária, reconhecendo-se a importância da diversidade, da contradição e das rupturas no processo histórico (Vlassopoulos, 2018, p. 225).

Por fim, a dissertação está organizada em três capítulos, concebidos de forma articulada. O percurso adotado parte da contextualização historiográfica e conceitual, passa pela discussão teórica e documental do fenômeno da *stásis*, e culmina na análise do texto tucidideano. Essa estrutura visa conduzir o leitor do enquadramento geral ao exame das passagens centrais sobre a *stásis* nos três primeiros livros da *História*.

O primeiro capítulo tem caráter introdutório e contextual. Nele, são apresentados o autor, a obra e os principais debates historiográficos em torno de Tucídides, bem como os elementos centrais do contexto histórico do início da Guerra do Peloponeso. A abordagem é seletiva: não se tratando de uma reconstrução exaustiva do século V, mas do estabelecimento dos referenciais necessários para compreender a emergência da guerra e as condições políticas, sociais e institucionais que informam o problema da *stásis* nos primeiros livros da obra.

O segundo capítulo foi dedicado à discussão conceitual da *stásis*, combinando fontes antigas com historiografia moderna. São analisados os usos do termo no pensamento político grego, suas articulações com noções como *eunomia*, conflito social e facção, bem como as principais interpretações contemporâneas sobre o fenômeno. Esse capítulo fornece o instrumental teórico e historiográfico que orienta a leitura do texto tucidideano desenvolvida na etapa seguinte.

O terceiro capítulo constitui o núcleo da dissertação. Nele, é feita a leitura contextualizada dos três primeiros livros da *História*, com atenção às diferentes formas pelas

quais Tucídides aborda a *stásis*. A análise percorre a Arqueologia, a Metodologia, o episódio de Epidamno, a descrição da Peste de Atenas, a revolta de Mitilene e, por fim, a *stásis* de Corcira, entendida como momento paradigmático da reflexão tucidideana. Nesse último tema, nas discussões sobre o comentário autoral de Tucídides (seção 3.8 da dissertação), foi feita a reprodução das passagens em grego, a fim de garantir ao leitor a oportunidade de cotejar o texto original. Ao longo do capítulo, a articulação entre guerra externa e conflito interno foi analisada, além de suas implicações políticas, sociais e morais.

“Não há ponto de vista externo à história” é como François Châtelet descreve a visão de Tucídides. Sua concepção passaria, assim, pela ênfase no conflito e na diferença sem a síntese milagrosa que os reabsorveria por meio de uma “administração do verdadeiro” da escola socrática. Em Tucídides, o teórico seria a própria conceitualização, ou universalização do conflito. Dessa forma, mesmo em seus discursos, que abundam na obra, “o historiador não consente em mostrar a facilidade da conciliação... *O diálogo permanece conflituoso*” (Châtelet, 1993, p. 1221; grifo original).

Nas palavras do próprio Tucídides “O que escrevi não foi concebido para ganhar prêmios ao ser ouvido de momento, mas como um legado para sempre” (1.22.4; trad. Kury)<sup>8</sup>. Acredita-se que essas palavras refletem uma certa intenção didática ao abrir a possibilidade de dar à sua obra um uso prático àqueles que observassem os padrões subjacentes aos eventos históricos. Assim, partiu-se para contribuir um pouco mais na compreensão da obra de Tucídides, com a meta de desvelar a forma como se manifesta o conflito interno ou a *stásis* – uma das formas mais graves e cotidianas de conflito que a história humana não tem cessado de gerar e regenerar.

---

<sup>8</sup> A numeração segue o padrão de referência para a obra de Tucídides: o primeiro número refere-se ao livro e o segundo ao capítulo do trecho citado. Outrossim, as citações sem atribuição explícita de autoria são da *História* de Tucídides.

## I – O AUTOR E O CONTEXTO

Este primeiro capítulo tem como objetivo situar o leitor diante do autor, interpretações de sua obra e do contexto histórico dos momentos iniciais da Guerra do Peloponeso. Não se pretende oferecer uma narrativa exaustiva da guerra nem um panorama completo do século V, mas delimitar aspectos necessários para a compreensão das análises desenvolvidas no capítulo 3, centradas na *stásis* nos três primeiros livros da obra de Tucídides.

Nesse sentido, o primeiro capítulo se organiza em dois movimentos complementares. O primeiro consiste na apresentação do autor e das principais interpretações historiográficas de sua obra, destacando seus pressupostos metodológicos e analíticos. O segundo propõe uma contextualização seletiva da Guerra do Peloponeso, com atenção especial às circunstâncias que conduziram à eclosão do conflito e aos seus primeiros desdobramentos, fornecendo o quadro histórico necessário para a análise do conflito interno tal como formulada por Tucídides.

### 1.1 O AUTOR E SUA OBRA

O historiador Tucídides produziu uma obra que se tornou um marco na historiografia ao inaugurar procedimentos metodológicos que se tornariam pedras de toque do fazer historiográfico. A obra que produziu, convencionou-se chamar de *História da Guerra do Peloponeso*. O autor abre a primeira passagem da obra (1.1) dispondo sobre sua identidade e seu tema: “O ateniense Tucídides *escreveu a história da guerra* entre os peloponésios e os atenienses” (grifos do autor). Contudo, a tradução acima, do brasileiro Mário da Gama Kury, optou por inserir o sentido de “história” em meio a essa primeira passagem, que não consta do original grego. Em contraste, na edição portuguesa da obra, os tradutores, Fernandes e Granwehr, optaram por manter a acepção característica da expressão grega “*xynégrapse tòn pólemon*”: “Tucídides, cidadão ateniense, *descreveu a guerra* entre Peloponésios e Atenienses e a forma como lutaram uns contra os outros” (grifos do autor).

De qualquer forma, Tucídides acaba, por meio de seu trabalho, conjurando unidade a eventos que antes não eram identificados como interligados. Tucídides parece ser o primeiro a considerar a Guerra do Peloponeso como um único conflito em vez de uma série de guerras (Kagan, 2009, p. 23). Sua produção acabou por dar o contorno necessário para definir o conflito que narrou na intenção de justificar a escolha do seu tema, sua intensidade e sua duração.

Na primeira seção deste capítulo, o leitor é introduzido às principais discussões que circundam a obra de Tucídides, abrangendo aspectos de sua vida, polêmicas e debates que moldaram a produção intelectual ao longo dos séculos em torno de sua figura e de sua obra. Também foi trazido um breve histórico da tradição que interpretou a obra do historiador. Na segunda seção, foi apresentada uma contextualização sobre o conflito tematizado por Tucídides, a Guerra do Peloponeso. Na terceira seção, foi feito um estudo sobre o fenômeno da *stásis* no mundo grego antigo e as discussões que nortearam os gregos antigos e, por que não, os modernos.

É inegável que a vasta produção intelectual sobre Tucídides, um autor cuja relevância se estendeu por mais de dois milênios, não pode ser abordada em sua totalidade. Diante disso, a construção de uma seção exaustiva de *estado da arte* se revela impraticável e bastou a apresentação das leituras julgadas mais relevantes para o objeto.

### **1.1.1 TUCÍDIDES, O ATENIENSE**

Tucídides (~460~400) foi um general e historiador ateniense cuja obra relata o conflito entre Atenas e Esparta, incluindo suas respectivas alianças, pela hegemonia do mundo grego no final do século V. Apesar da importância de sua contribuição para a historiografia, são escassas as informações sobre sua vida pessoal; grande parte do que se conhece advém de fontes tardias, especialmente do biógrafo Marcelino, que viveu aproximadamente oito séculos após a morte do historiador.

Segundo Marcelino, Tucídides provinha de uma família nobre ateniense com ligações políticas e militares de renome. Ele era descendente de Milcíades, o comandante militar que se destacou na Batalha de Maratona contra os persas, e de Címon, uma importante liderança na consolidação da Liga de Delos após as Guerras Médicas (Marcellin. *Vit. Thuc.* 3; Plut. *Cim.* 4). Essa linhagem não só lhe conferia prestígio, mas também o associava a tendências políticas complexas, tendo em vista as simpatias espartanas de sua família (Plut. *Cim.* 11). Também por meio de suas conexões familiares, Tucídides era proprietário de minas de metais preciosos<sup>9</sup> na Trácia, uma riqueza que derivava de sua ascendência real trácia pelo lado paterno, de Olorus (Marcellin. *Vit. Thuc.* 3; Plut. *Cim.* 4).

A educação de Tucídides foi refinada de acordo com sua posição social. Ele estudou com Anaxágoras, o filósofo pré-socrático próximo a Péricles, e com Antifonte, um dos mais

---

<sup>9</sup> Embora Marcelino afirme que ele detinha a posse das minas, o próprio Tucídides menciona que possuía apenas a concessão para explorá-las (Thuc. 4.105).

proeminentes retóricos da Ática no século V (Marcellin. *Vit. Thuc.* 22). Apesar de suas origens em uma família que fazia oposição a Péricles, é provável que Tucídides passou a apoiá-lo de forma consistente (Hammond; Scullard, 1970, p. 1067), sendo a figura mais bem pintada e a quem mais demonstra simpatia em sua obra.

A proximidade com Antifonte, contudo, ajuda a compreender a visão positiva que Tucídides expressa sobre o retórico em sua obra, a quem descreve como o principal articulador da conspiração que estabeleceu a oligarquia dos Quatrocentos em 411 (8.68.1-2). O helenista italiano, Luciano Canfora, interpreta essa afinidade, e a chamada “densidade narrativa” de Tucídides sobre os eventos de 411, como indícios de uma possível participação sua na conspiração contra a democracia ateniense, inclusive sugerindo que ele poderia ter sido um dos próprios Quatrocentos do corpo dirigente do regime oligárquico (2015, p. 289, 295-300).

Dentre os poucos dados biográficos propiciados em sua obra estão o fato de que Tucídides foi acometido pela praga (abordada na seção 3.2 da dissertação) que assolou Atenas nos anos iniciais da Guerra do Peloponeso entre 430 e 427 (2.48.3). Em 424 é eleito general tendo como responsabilidade defender a influência ateniense na região da Trácia. No entanto, Tucídides foi processado e exilado por não ter conseguido defender a *pólis* de Anfípolis contra a investida espartana liderado por Brásidas, um revés severo para Atenas devido à importância estratégica e econômica da cidade (Marcellin. *Vit. Thuc.* 46).

Durante seu exílio, dedicou-se à composição de sua obra histórica, utilizando sua riqueza para financiar informantes em ambos os lados do conflito. Marcelino relata essa prática de Tucídides como proveniente de sua intenção de compor a verdade dos fatos, que seriam viesados caso proviessem de um só lado do conflito (*Vit. Thuc.* 20-21). Marcelino também indica que Tucídides sobreviveu no exílio ao se tornar credor e fazer lucro sobre juros de empréstimos (*Vit. Thuc.* 23-24).

Ainda segundo seu biógrafo, Tucídides viveu até o fim da Guerra do Peloponeso (431-404) e morreu na Trácia, antes de ter conseguido concluir sua obra. Marcelino menciona ainda que os restos mortais de Tucídides foram trazidos de volta à Ática para um enterro em solo ateniense (*Vit. Thuc.* 55), provavelmente enterrado no lote da família de Címon (Hammond; Scullard, 1970, p. 1067).

### **1.1.2 INTERPRETAÇÕES DA HISTÓRIA DA GUERRA DO PELOPONESO**

A obra de Tucídides tem sido interpretada de diversas formas desde a Antiguidade e se consolidou como uma pedra angular do pensamento histórico. Seu caráter monográfico a torna um estudo singular sobre os conflitos de poder, refletindo a busca do autor por entender “o sentido da guerra”, conflito no qual ele próprio se envolveu diretamente. Como observa Arnaldo Momigliano, Tucídides era um homem que “concebía a vida em termos de vida política e a história em termos de história política” (2019 [1992], p. 73). Para ele, compreender a história significava entender o funcionamento e as relações políticas por trás dos eventos.

A *História* de Tucídides é marcante à primeira vista por evitar um excesso de idealizações ou abstrações. A obra causa um impacto sensível no leitor, aparentando ser um relato concreto e pragmático, com certeza uma das razões que levaram Tucídides a ser citado como um dos precursores, se não o fundador, do realismo político (Orwin, 1994, p. 8; Walt, 2002; Benner, 2018, p. 11-13; Cohn, 2018, p. 72). No texto tucidideano, os eventos são narrados de maneira cuidadosa e atenta, e mesmo os episódios que parecem “extrapolíticos”, como a peste que devastou Atenas no segundo ano da guerra, são analisados prioritariamente por suas consequências no âmbito político (Momigliano, 2019 [1992], p. 73).

Para Tucídides, sua obra representava um presente para a posteridade (1.22.4), uma contribuição destinada a ser útil ao registrar os acontecimentos e as ações humanas na forma como se manifestaram. Pressupondo que a luta por domínio é uma característica perene da natureza do ser humano, pelo menos enquanto esta natureza continuar sendo o que é (Thuc. 3.82.2), o historiador tornou inevitável, quase natural, o conflito pelo poder. Poder que, em sua acepção política, só se tornaria obtível “no interior do Estado” o que tornava as ações humanas ou em políticas ou em “nada” na visão do historiador (Momigliano, 2019 [1992], p. 75).

Essa perspectiva guia a escolha dos temas no interior da obra, concentrada em eventos estritamente políticos e contrastando com a presença de extensas seções de cunho etnográfico em Heródoto. As diferentes abordagens dos dois historiadores clássicos geraram e continuam a gerar comparações constantes e matizadas entre ambos. Há então uma contraposição frequente entre os dois autores, posicionando Tucídides como o precursor de uma história política e objetiva, enquanto Heródoto representa uma abordagem mais abrangente, cultural e antropológica (Collingwood, 1946, p. 28-31; Ste. Croix, 1977, p. 135-136; Momigliano, 2019 [1992], p. 72-85; Hornblower & Stewart, 2005, p. 276).

O grande tema de sua obra, a Guerra do Peloponeso (431-404), reflete a disputa intensa entre a maior democracia da época, Atenas, e a campeã das oligarquias, Esparta. Do ponto de

vista político, a ação armada entre as duas partes pode ser lida tanto como um conflito entre esses sistemas políticos (Ober, 2006, p. 143), assim como por duas concepções sobre o devir humano (Châtelet, 1962, p. 103). Democracias e oligarquias se aproveitavam das divisões internas e das tensões sociais dentro das *póleis*, buscando tirar vantagem das desestabilizações para fortalecer suas posições militares. Neste cenário, os apoiadores de regimes democráticos tendiam a se aliar aos atenienses, enquanto os defensores da oligarquia gravitaram em torno dos espartanos. Conforme escreveu Tucídides: “praticamente todo o mundo helênico ficou convulsionado, pois nas várias cidades os chefes das respectivas facções democráticas enfrentavam os oligarcas, já que os democratas queriam chamar os atenienses e os oligarcas os lacedemônios” (3.82.1; trad. Kury)<sup>10</sup>. Da mesma forma, expressou-se o autor da Política: “Assim sucedeu em Atenas e Esparta. Enquanto os atenienses baniram as oligarquias em todo o lado, os Lacônios aboliram o poder popular” (Arist. *Pol.* 5.1307b.22-24; trad. Amaral & Gomes).

Tucídides oferece uma análise desse confronto entre perspectivas políticas, abordando não apenas os conflitos entre as cidades-estado, mas também as fissuras internas nas próprias *póleis*. Para entender o embate entre Atenas e Esparta, é essencial considerar essas lutas intestinas, pois elas moldaram não apenas o desfecho da guerra, mas também o cenário sociopolítico e o desenvolvimento do pensamento grego clássico. Ao narrar a Guerra do Peloponeso, Tucídides não apenas documenta a sequência dos eventos, mas reflete a complexidade e as tensões ideológicas que permeiam a estrutura política de sua época, oferecendo uma visão sobre a natureza e o comportamento humano que marcou a cultura histórica da Antiguidade.

Kagan diz haver duas questões metodológicas básicas sobre as quais qualquer estudioso de Tucídides deve deixar claro seu posicionamento (1969, p. viii). A primeira, diz respeito à autenticidade dos discursos em Tucídides. Kagan argumenta que Tucídides quis dizer “precisamente o que ele mais obviamente disse” fazendo com que os discursos que ouvira devem ser tomados como “razoavelmente precisos”. Da mesma forma, aqueles discursos que não há a possibilidade de o historiador ter ouvido pessoalmente nem tido um relato confiável podem ser tomados como “expressões de suas próprias ideias”. Aqueles discursos de que há dúvidas da veracidade devem ser tomados com cuidado e de preferência ser comparados com outras fontes (Kagan, 2009, p. 17-18).

---

<sup>10</sup> “ἐπεὶ ὕστερόν γε καὶ πᾶν ὡς εἶπεῖν τὸ Ἑλληνικὸν ἐκινήθη, διαφορῶν οὐσῶν ἑκάσταχοῦ, τοῖς τε τῶν δῆμων προστάταις τοὺς Ἀθηναίους ἐπάγεσθαι καὶ τοῖς ὀλίγοις τοὺς Λακεδαιμονίους”.

Cogan (1981, p. 6), aceitando a visão de Kagan, diz ainda que “negar a autenticidade dos discursos” tem “consequências extensas e destrutivas” pelo fato de que “Tucídides os apresenta simplesmente como discursos” e lhes dá a “mesma garantia de historicidade que deu a todos os outros eventos em sua narrativa”. Nesse sentido, “questionar a veracidade dos discursos” tem como “consequência última de minar” se não “destruir a credibilidade” de Tucídides “como historiador”<sup>11</sup>.

Mais especificamente, os discursos representam o que quem os faz “teria dito caso tivessem se expressado *com perfeita franqueza* os sentimentos que o historiador lhes atribui” (Ste. Croix, 1954, p. 2; grifos originais). Dado que os discursos em Tucídides aparecem como “peças de retórica política” em “ocasiões específicas” é importante abordá-los como se fossem genuínos para compreender a “interpretação dos eventos” do historiador (Cogan, 1981, p. 6-7).

Os motivos para considerar isso é que havia inúmeras possibilidades de Tucídides ter sido contestado em suas representações dos discursos, geralmente feitos em lugares de acesso público coletivo e que, pelo contrário, Tucídides acumulou a fama de historiador veraz (Momigliano, 2019 [1992], p. 80-84). Assim, o aspecto mais interessante dos discursos se torna conhecer o critério de seleção que levou Tucídides a escolher aqueles que apresenta (Kagan, 2009, p. 18) já que se deve levar em conta que em sua obra tudo “é construído, é proposital” (Romilly, 1998 [1956], p. 15).

A segunda questão diz respeito à composição da obra, dividida entre as posições ‘unitaristas’ e ‘separatistas’. Por mais de um século, o debate sobre a obra de Tucídides esteve dominado pela chamada “questão da composição” (*thukydideische Frage*), que impunha uma prioridade ao seu estudo: definir quando cada parte de sua obra teria sido escrita dividida entre as posições ‘unitaristas’, que propunham enxergar o texto como uma unidade, e os ‘separatistas’ propondo explicações tópicas para cada uma das partes da obra. Esse debate, iniciado e sustentado por estudiosos interessados em identificar diferentes períodos e motivações na redação da *História*, buscava entender como as supostas camadas temporais de sua obra influenciavam seu conteúdo e significado (Rawlings, 1981, p. 250-252).

---

<sup>11</sup> No inglês original: “Denying the authenticity of the speeches — or Thucydides' accuracy in reporting them — has extensive and destructive consequences. Inasmuch as Thucydides presents the speeches simply as speeches, and gives no indication that he has fabricated them in any material way, he gives to the speeches the same guarantee of historicity that he has given to every other event in his narrative. *There is no way for us to question Thucydides' guarantee in the one instance without questioning it in all the others.* To question the veracity of the speeches thus has the ultimate consequence of undermining — if not utterly destroying — Thucydides' general credibility as a historian” (grifos originais).

Contudo, com o avanço das pesquisas no século XX, muitos pensadores questionaram a utilidade dessa abordagem, propondo alternativas que permitissem uma análise menos fragmentada do texto de Tucídides. Destacam-se, entre esses estudiosos, John Finley e Jacqueline de Romilly, cujas obras foram fundamentais para desviar o foco desse problema e ressaltar a unidade e o caráter intencional de sua narrativa (Rawlings, 1981, p. 251). Finley, em um ensaio publicado originalmente em 1942 (1967, p. 121-122), propôs uma leitura que valoriza a coerência temática e de composição do texto, argumentando pela unidade dos padrões recorrentes da obra e do período em que a obra teria sido composta pelo autor. Romilly (1998 [1956]), argumenta que a preocupação excessiva com a cronologia interna obscurecia e distraía a investigação de compreender os aspectos literários e racionais da obra de Tucídides.

Graças aos esforços desses e de outros estudiosos, a *thukydideische Frage* foi sendo dissipada e gradualmente perdeu sua centralidade nos estudos sobre a obra de Tucídides, abrindo espaço para abordagens que buscam entender a obra como uma construção integral e proposital. Por mais que a proposição ‘separatista’, na qual seria possível divisar o processo de escrita da obra, possa ser útil, ela acaba por recair em uma resposta fácil quanto às discrepâncias de diferentes partes do texto ao atribuí-las a períodos históricos distintos (Connor, 1984, p. 10).

Obviamente, uma obra da complexidade da de Tucídides é dotada de uma heterogeneidade e dinamismo próprias. Para tanto, a interpelação com as fontes coetâneas ao período clássico ajuda a responder às questões abertas pelo texto. Contudo, o avanço nessa frente é limitado e quando um revés acontece só resta confrontar o texto e buscar explicá-lo com base em si mesmo. Nesse sentido, a abordagem dessa pesquisa considera a obra de Tucídides como uma unidade em que temas, padrões e paradigmas são recorrentes e intencionais, matizando a obra de um aspecto parcialmente pedagógico (Rawlings, 1981, p. 261).

De todo modo, ao mesmo tempo que Tucídides é um autor preocupado com a transmissão do que considera verdadeiro, também se revela um mestre na arte de se omitir da narrativa, evitando expressar de maneira clara suas inclinações pessoais (Sancho Rocher, 2019, p. 101). Esse aparente distanciamento leva a uma ampla divergência de interpretações sobre o posicionamento político do historiador frente à democracia ateniense.

Alguns estudiosos veem-no como um opositor do modelo de Atenas (Ober, 1997, *apud* Sancho Rocher, 2019, p. 101), ou até mesmo como um conspirador no golpe oligárquico de 411 (Canfora, 2015, p. 289). Outros sugerem que o autor era um democrata crítico àqueles que manipulavam a opinião pública para fins obscuros (Farrar, 1988, *apud* Sancho Rocher, 2019, p.

101). Argumenta-se também que a própria obra tucidideana foi um empenho teórico que, a fim de questionar as instituições democráticas, acabou gerando um novo gênero literário, o gênero da “história política crítica” (Ober, 1993, p. 81-82). Qualquer que seja seu posicionamento é indubitável que o historiador antigo recebeu e continua a receber ampla apreciação intelectual.

Jacqueline de Romilly é uma das vozes que saúda Tucídides por sua “perfeita objetividade do sábio” na qual, paradoxalmente, a “intervenção do sábio é também a mais profunda” e onde tudo “é construído, é proposital” (Romilly, 1998 [1956], p. 15). Assim, no âmbito da “história pré-científica”, Tucídides se destacou “como modelo de rigor, objetividade, imparcialidade” e “austeridade” e foi reivindicado pela nascente historiografia da escola metódica (Soares, 2016, p. 402) e do historicismo alemão (Murari Pires, 2012).

Momigliano reflete sobre como “[n]o século XIX, três historiadores tão diferentes quanto Ranke, Macaulay e Eduard Meyer viam Tucídides como o modelo do historiador”, e acrescenta que, no século XX, apesar de exceções como Gomme, a disciplina histórica havia enveredado por um caminho completamente distinto da tradição tucidideana (2019 [1992], p. 19-20). Contudo, isso não fez com que se abandonasse por completo a influência do historiador antigo sobre a historiografia e as ciências humanas.

Figuras díspares como o conceituado historiador marxista G. E. M. de Ste. Croix e o teórico do conservadorismo Leo Strauss concordam quanto às qualidades da obra de Tucídides. O antiquista britânico considera o autor como o maior historiador da Antiguidade e afirma sua influência, logo após a de Marx, sobre sua própria concepção de história (Ste. Croix, 1981, p. 27). Já para o crítico da modernidade, Leo Strauss, Tucídides seria o historiador-poeta que supera a distinção aristotélica entre história e poesia<sup>12</sup> por se encontrar no limiar do pensamento filosófico, carregando lições universais por meio da particularidade dos seus objetos (Strauss, 1964, p. 143).

No campo da filosofia, o já citado filósofo político francês François Châtelet considera Tucídides sob o prisma da emergência da consciência da historicidade pelo ser humano. O fio condutor e hipótese de Châtelet em sua obra *La Naissance de l'Histoire* está na centralidade da vida política do ser humano como elemento principal na qual pôde se desenvolver uma tomada de consciência da existência em seu caráter “sensível-profano” e como “devir efetivo” onde se

---

<sup>12</sup> “Com efeito, o historiador e o poeta diferem entre si não por descreverem os eventos em versos ou em prosa (poder-se-iam apresentar os relatos de Heródoto em versos, pois não deixariam de ser relatos históricos por se servirem ou não dos recursos da metrificacão), mas porque um se refere aos eventos que de fato ocorreram, enquanto o outro aos que poderiam ter ocorrido. Eis por que a poesia é mais filosófica e mais nobre do que a história: a poesia se refere, de preferência, ao universal; a história, ao particular.” (Arist. *Poe.* 1451a.35-1451b.7; trad. Pinheiro)

produzem fatos dignos de nota a serem registrados e apresentados às gerações futuras (1964, p. 48).

Para Châtelet, Tucídides e sua obra constituíram o clímax do esforço histórico grego que logo perdeu vez a uma corrente a que o francês chamou de *anti-história*, e que grassou no correr do século IV. Essa corrente tendeu a minimizar o curso dos eventos (1964, p. 50) e afastou os possíveis interessados da história em prol da filosofia e da retórica (Momigliano, 2019 [1992], p. 84). Para compreender tal posição basta lembrar que o cenário do século IV, logo após a morte de Tucídides, foi dimensionado pela derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso (431-404) e pela perda de seu império. Contexto que foi incapaz de igualar “o clima de liberdade intelectual do século V” (Momigliano, 2019, p. 84).

Em sentido similar, Nietzsche encontra em Tucídides um antípoda à filosofia grega do século IV. Em um aforismo de *O Crepúsculo dos Ídolos*, Nietzsche declara que sua “cura de todo platonismo sempre foi Tucídides” (2006 [1888], p. 90), e institui uma oposição entre o rigor pragmático do ateniense e o que ele descreve como o “embuste moral” das tradições socráticas (2006 [1888], p. 91). Ao promover Tucídides, Nietzsche pareceu valorizar sua postura como representante de uma perspectiva desprovida de idealizações metafísicas.

O realismo de Tucídides, centrado nos conflitos e nas paixões (*páthos*) da realidade política, constituiu, para Nietzsche, um antídoto necessário ao espiritualismo idealista de Platão e dos socráticos. Essa nota ressoa de maneira elitista em Thomas Hobbes e em Leo Strauss, que enxergam na obra do historiador grego uma profundidade que teria de ser lida nas entrelinhas (Nietzsche, 2006 [1888], p. 90-91; Strauss, 1964, p. 144; Batnitzky, 2021). Tucídides, ao focar nos aspectos contingentes e, talvez, trágicos da realidade humana, representa, para Nietzsche, uma postura de rigor e lucidez que confronta e desmascara a tendência à idealização moralizante rejeitada pelo filósofo alemão.

Nesse ponto, entra também em cena a perspectiva de um estudioso como Francis Cornford que atribui a Tucídides o epíteto de *Mythistoricus* – caracterizando uma fusão entre mito e história. Cornford sugere que, ao contrário do que se convencionou entender como uma ruptura completa com a tradição mítica, Tucídides teria absorvido elementos dessa visão de mundo, especialmente pelo ambiente cultural ateniense no qual se desenvolveu, em que a poesia e a tragédia desempenhavam papéis centrais na formação dos cidadãos. Segundo Cornford, a obra de Tucídides reflete a influência de uma “teoria trágica da natureza humana” inspirada, entre outros, em Ésquilo (Cornford, 1907, p. x). Dessa forma o historiador não oferecera

necessariamente uma forma inovadora de ver o mundo, mas estava severamente ligado ao contexto artístico da época.

Para Cornford, é esse pano de fundo trágico que impede Tucídides de analisar as causas da Guerra do Peloponeso de maneira racional e objetiva. O historiador, segundo ele, estaria ainda preso a “causas míticas” que, embora implícitas, influenciariam sua abordagem dos eventos e obscureceriam uma compreensão plenamente realista (Cornford, 1907, p. 249). Assim, Tucídides encontrava-se tensionado entre a busca por objetividade e as concepções trágicas impregnadas de traços míticos, que se refletiriam em sua narrativa.

A leitura de Cornford foi intensamente contestada quando publicada no início do século XX, pois enfatizava o aspecto irracional e mítico presente na obra do historiador grego, uma visão que rompia com a percepção predominante de que ele teria registrado os eventos de forma estritamente objetiva (Hunter, 1973, p. 6-7), mas também houve muitos autores receptivos à nova visão. John H. Finley, morto em 1940, em sua coletânea de ensaios sobre Tucídides lançada em 1967, explorou a dimensão menos racional do historiador, buscando situá-lo no contexto cultural do século V e estabelecendo conexões entre sua narrativa e o modelo trágico de Eurípides. A análise de Finley sugere que, tal como os tragediógrafos gregos, Tucídides integra em sua obra uma noção de inevitabilidade e recorrência a moldarem a história.

Ao contrário do que afirma Châtelet, o filósofo britânico R. G. Collingwood considerou que Tucídides representaria as tendências anti-históricas a sufocar a “história científica” nascente na figura de Heródoto e teria efetuado um movimento em direção a uma “história psicológica” (Collingwood, 1946, p. 29-30). Nessa interpretação, Tucídides não seria o sucessor do “pai da história” (Cic. *Leg.* 1.5)<sup>13</sup>, mas o precursor de um novo tipo de estudo das leis universais e do comportamento humano, próximo da ciência natural influenciada pela figura de Hipócrates. Essa abordagem contrastaria com a prática de Heródoto, que enfatizava os eventos e as diversas versões dos acontecimentos. Ao se concentrar em leis supostamente invariáveis a regerem as ações humanas, Tucídides teria incorporado uma tendência metafísica anti-histórica do pensamento grego que encarava a história como recorrência cíclica e refratária à mudança (Collingwood, 1946, p. 20).

Por outro lado, Lowell Edmunds contrapôs a ênfase dada por Francis Cornford sobre a influência do aspecto mítico sobre Tucídides e afirmou que isso levou a conclusões extravagantes por parte do autor (1975, p. 3). Enquanto Collingwood considerava Heródoto um

---

<sup>13</sup> Apesar da fama da passagem de Cícero, a passagem tem um tom ambivalente, pois o romano também alude à presença de fábulas na obra de Heródoto, indicando que sua narrativa poderia estar permeada por elementos não estritamente factuais.

representante da história nascente, Edmunds propõe uma leitura distinta. Segundo ele, Tucídides, ao inserir uma intenção consciente em sua narrativa, desafia a ideia de causalidade como princípio divino, presente na obra de Heródoto (1975, p. 208).

Collingwood, de acordo com Rawlings (1981, p. 261-262), estava correto ao identificar em Tucídides um historiador que se dedicava à paradigmas aplicáveis a outros contextos históricos (Collingwood, 1946, p. 30; Hunter, 1973, p. 180). Aqui cabe relatar a diferença entre paradigma (ou exemplo) e entimema para Aristóteles: o entimema representa o silogismo retórico ou a forma dedutiva, do geral para o particular; e o paradigma representa a indução retórica, que vai do particular ao geral (*Rh.* 1.1356b). Diferença que constituiu uma peça central no argumento de desvalorização da história para Aristóteles. Rawlings argumenta que o uso de paradigma por Tucídides não diminuía a relevância dos eventos históricos em si e que, longe de adotar uma visão cíclica simplista, destacava as singularidades dos acontecimentos por meio de cuidadosos paralelismos e contrastes (1981, p. 261-262) – a prática retórica comparativa prescrita por Aristóteles para o texto histórico.

Pode-se perceber a ampla variedade de opiniões sobre Tucídides que tem como um de seus principais temas a tentativa de definir seu pensamento como ‘história’ ou ‘anti-história’. O que todas essas concepções têm em comum é a existência de um elemento organizador intencional, com disputas quanto ao grau desta intencionalidade. É justamente esse elemento que gera as mais variadas discussões e que impôs à *História* a marca do historiador e dos seus dilemas: como e o que selecionar, por que e para quê. Conforme diz de Romilly “[a] simples reprodução dos fatos não existe, e em Tucídides menos que em qualquer outro” (1998 [1956], p. 21).

Portanto, é necessário olhar detidamente sobre a obra de Tucídides no aspecto de um historiador que constituiu uma linha de força do fazer historiográfico e da cultura histórica. Compreender os meandros de suas concepções, em especial a *stásis*, permite que se conheça um debate antigo que passou por transformações, mas que segue presente na historiografia e no pensamento político contemporâneo. Abordar a *stásis* enquanto cultura histórica do período clássico possibilita tanto refletir quanto questionar as perspectivas do senso comum calcadas na Antiguidade clássica e seus usos<sup>14</sup> no mundo contemporâneo.

---

<sup>14</sup> Um estudo sobre a relação entre extrema direita e tradição clássica está presente em *Antiguidade, Tradição Clássica e Extrema Direita* (Santrovitsch; Pereira, 2024b).

## 1.2 DAS ORIGENS DA GUERRA DO PELOPONESO À GUERRA ARQUIDÂMICA

Argumentou-se no início do capítulo que os conflitos entre a eclosão do conflito entre as duas ligas em fins dos anos 430, o período de paz instável, a expedição ateniense contra a Sicília, a Guerra Deceleica e a derrota total ateniense em 404 foram considerados como um evento único por meio da escrita de Tucídides. Autores coetâneos ou um pouco posteriores tratavam os diversos episódios de luta entre 431 e 404 como guerras independentes (Ste. Croix, 1972, p. 295; Kagan, 2009, p. 33). Desafortunadamente não se dispõe aqui de fôlego para abordar em detalhes os desenvolvimentos do conflito em longo prazo – apresentados, por exemplo, na tetralogia de mais de mil e quinhentas páginas de Donald Kagan (1969; 1974; 1981; 1987).

A presente seção se divide em três partes para expor ao leitor os eventos mais próximos dos eventos abordados pelo escopo desta pesquisa. A primeira delas diz respeito aos principais eventos que levaram à Guerra do Peloponeso compreendida com seu início em 431. A segunda trata dos eventos que serviram de pretexto para a guerra. E, por fim, a última parte se refere aos primeiros dez anos da guerra que ficou conhecida como Guerra Arquidâmica ou como a Guerra dos Dez Anos, expressão usada pelo próprio Tucídides (5.25.1; 5.26.3; Ste. Croix, 1972, p. 295).

A Guerra do Peloponeso conta com uma divisão quadripartite com cada período de em média dez anos: a Guerra dos Dez Anos (431-421), que será o foco da exposição; o período de paz instável conhecido como a Paz de Nícias (421-415); a expedição contra a Sicília na qual Atenas falha tragicamente em conquistar Siracusa; e, por fim, a Guerra Deceleica ou Jônica (413-404), o período final do conflito definido pelo nome de seus principais teatros de operações, a fortificação peloponésia permanente em solo ático, Deceleia, e as batalhas navais ao redor da Jônia.

Reconhece-se que os eventos finais do conflito, ainda que englobem as maiores transformações ocasionadas pela guerra, não serão tratados nesta dissertação pelo simples fato da densidade narrativa do último livro da obra (livro 8), cujo tema central é preponderantemente a *stásis* em Atenas e o golpe oligárquico de 411, demandar uma pesquisa por si mesma. Quanto aos eventos da última década da guerra, não foram registrados por Tucídides, mas continuados na obra *Hellenika* de Xenofonte. Fato que exigiria um excuro para discussão desse autor.

Assim, estas seções não têm a pretensão de serem exaustivas ou até mesmo de fornecer sistematicamente acontecimentos e dados sobre a Guerra do Peloponeso. O objetivo é situar os leitores frente a alguns eventos considerados importantes e consoantes com o argumento –

tendo em vista os conflitos internos, e sua relação com os conflitos externos, mas, principalmente, os eventos imediatamente anteriores à guerra.

### ***1.2.1 OS ANTECEDENTES DA GUERRA***

Esparta era uma notória exceção entre os gregos por ser a única cidade que mantinha em “degradante status servil” um imenso número de irmãos gregos com uma mesma identidade linguística (Ste. Croix, 1972, p. 89-90). Seu regime político estava baseado sobre a subjugação da imensa maioria de sua população sob a condição de hilotas e tornou sua política cautelosa no sentido de manter a ordem e se engajar em expedições militares fora de suas fronteiras somente quando expressamente necessário (Kagan, p. 1969, p. 26). Tucídides é um dos primeiros a afirmar que “Os Lacedemónios (*sic*) [...] nunca tinham tido pressa de entrar em guerras a menos que a isso fossem forçados” (1.118.2; trad. Fernandes & Granwehr).<sup>15</sup> De maneira paradoxal, essa condição de manutenção da ordem interna também tornou o conflito armado com Atenas em uma necessidade existencial para a classe dos esparciatas dado que o risco de uma invasão estrangeira hostil na Península do Peloponeso tornava o risco de um levante dos hilotas uma tática adequada à derrota espartana.

Não se deve minimizar o fator “explosivo, dinâmico e volátil” da democracia ateniense e do medo que causava sobre os oligarcas gregos (Ste. Croix, 1972, p. 290-291). Uma facção hostil em Esparta sobre Atenas já pode ser verificada desde o fim da segunda invasão persa à Grécia (480-479) quando os atenienses lograram, por meio de um subterfúgio de Temístocles, a reconstrução de suas muralhas e, sob a liderança de Címon e Péricles, a construção das muralhas longas, que conectavam a cidade com seu porto, o Pireu. A marca aristocrática não era algo desprezível sobre a política do século V e as alianças entre cidades, muitas das vezes, não devem ser consideradas sob o crivo de alianças entre estados, mas entre facções (Kagan, 1969, p. 77; 2009, p.44) no interior das entidades políticas (*póleis*). A própria liderança espartana perante a Liga do Peloponeso se baseava em grande parte sobre a confiança no poder militar de Esparta contra os inimigos internos das cidades. O receio de que a “agitação popular” resultasse na expulsão das oligarquias era um “motivo forte para aceitar” a hegemonia espartana (Kagan, 1969, p. 11).

Assim, o receio da influência nociva que o regime democrático oferecia entre as cidades gregas fazia de Esparta a líder natural na manutenção do *status quo* interno, em outras palavras

---

<sup>15</sup> “ὄντες μὲν καὶ πρὸ τοῦ μὴ ταχεῖς ἰέναι ἐς τοὺς πολέμους, ἢν μὴ ἀναγκάζονται”.

a hegemonia espartana oferecia uma proteção contra a *stásis*. Na Lacônia, a maior área territorial de qualquer *pólis* grega, a contradição principal que dava forma à luta de classes era representada pela disputa entre seus cidadãos (esparciatas) e a população servil (hilotas). Nas outras cidades, no entanto, a população escravizada não detinha homogeneidade nem condições de entabular uma “luta coletiva” (Ste. Croix, 1972, p. 90) e são raras as menções a rebeliões escravas. A principal contradição se dava sim por meio de sua forma política na disputa entre as classes proprietárias (ricos) e os pobres.

**Mapa I – Mapa do Mar Egeu às vésperas da Guerra do Peloponeso (431)**



Fonte: Wikicommons, (2013)

O evento que desperta mais claramente a hostilidade sentida por Esparta pelos atenienses pôde ser percebida mais claramente com os eventos ocorridos após um grande terremoto se abater sobre a Lacônia, quinze anos após a expulsão dos persas da Grécia continental. O desastre natural levou a uma revolta de sua população hilita, que, em estimativas conservadoras deve ter tido uma proporção populacional de dez hilotas para cada espartano

(Kagan, 1969, p. 26). Os revoltosos acabam se fortificando em Itome e a dificuldade dos espartanos em abafar a revolta faz com que, por volta de 462-461, sintam a necessidade de pedir ajuda aos seus aliados, dentre eles Atenas, para derrotar o inimigo interno (Thuc. 1.102).

Nesse período, trinta anos antes da Guerra do Peloponeso, a aliança firmada entre os gregos e os persas ainda viçava e as relações entre Atenas e Esparta ainda eram relativamente boas – apesar do próprio Tucídides afirmar que os espartanos estavam à beira de romper a aliança com Atenas quando o terremoto ocorreu (1.101.1-2). Ainda assim, um argumento pelo estado de boas relações, ao menos entre facções, está em Címon, um general ateniense simpático a Esparta e parente do próprio Tucídides, ter logrado persuadir a assembleia ateniense a enviar ajuda aos espartanos (Plut. *Cim.* 17). O próprio Címon é nomeado para a expedição para comandar os atenienses que auxiliam no sítio a Itome.

No entanto, surgem suspeitas na mente dos espartanos de que os atenienses trocassem de lado e lutassem a favor dos hilotas sublevados. Esparta pede pela retirada dos atenienses, os únicos dentre os aliados a receberem esse pedido, sob a justificativa de que sua ajuda já não era necessária (Thuc. 1.102.3-4). A rejeição foi sentida pelos atenienses como um insulto que levou ao rompimento da aliança entre Atenas e Esparta proveniente desde as Guerras Persas. Címon caiu em desgraça e perdeu a popularidade que detinha, tendo sido ostracizado no ano seguinte. A política de facções internas pode ser percebida claramente na dinâmica de apoio e proximidade política entre a família de Címon – que inclusive tivera um filho chamado Lacedemônio em homenagem à Lacedemônia<sup>16</sup> – e o destino da aliança entre Atenas e Esparta.

Após o ostracismo de Címon, Atenas passa a perseguir mais abertamente uma política imperial consoante às reformas democráticas que retiraram poderes da aristocracia. Os atenienses também acabam firmando uma aliança com Argos, a inimiga ancestral de Esparta no Peloponeso e, pouco tempo depois tem início o que ficou chamado em retrospecto de Primeira Guerra do Peloponeso (460-445). O conflito se dá, entre outros motivos pela defecção de Mégara da aliança liderada por Esparta. Para Mégara, Esparta se negara a intervir em seu favor em uma disputa entre ela e Corinto, a mais forte aliada espartana.

Corinto, por sua vez, soube jogar muito bem com as contradições internas que determinavam o comportamento espartano em seu favor. Da mesma forma que a população hilota gerava um conservantismo nas iniciativas militares de Esparta, o perigo de hostes inimigas em seu território impelia-os para o conflito externo. A disputa de fronteiras entre Corinto e Mégara, e o abandono da aliança com Esparta, estabeleciam o risco de enfraquecer o

---

<sup>16</sup> Outro nome para Lacônia, a região dominada por Esparta.

Istmo de Corinto – única entrada por terra para a Península do Peloponeso, e, portanto, principal via para invasão militar – e colocá-lo em mãos inimigas. Assim, um dos grandes fatores para o conflito entre Esparta e Atenas foi o papel desestabilizador que a cidade de Corinto, aliada de Esparta, teve sobre os eventos.

Após a Primeira Guerra do Peloponeso, foi estabelecido entre os inimigos o Tratado da Paz dos Trinta Anos (446/445). Os termos do acordo estipulavam, obviamente, que a paz deveria durar trinta anos. Além disso, o pouco que se sabe sobre os termos revela que cada lado manteria seu território na data de conclusão do conflito, o *status quo ante bellum*. Também se estabeleceu que quaisquer membros das alianças do tratado que se revoltassem não poderiam ser aceitos na aliança adversária (Ste. Croix, 1972, p. 293). Por fim, e mais importante, estabeleceu-se um dispositivo de arbitragem em caso de acusação de rompimento do acordo. Nesses termos, nenhum dos lados poderia atacar seu oponente se fosse requerida uma arbitragem no conflito – que parece ter sido uma das primeiras tentativas na história de uma “paz perpétua” por meio desse dispositivo (Kagan, 2009, p. 45).

Ao final do capítulo 1.23, no qual cataloga os sofrimentos provocados pela Guerra do Peloponeso (1.23.1-3), Tucídides indica como marco inicial do conflito a dissolução da Paz dos Trinta Anos. O historiador apresenta abertamente a razão de fundo por trás da ruptura da paz e do início das hostilidades: o temor espartano diante do crescente poderio ateniense, que, segundo ele, levou os lacedemônios à convicção de que a guerra era inevitável: “que os atenienses estavam tornando-se muito poderosos, e isto inquietava os lacedemônios, compelindo-os a recorrerem à guerra” (1.23.5-6; trad. Kury)<sup>17</sup> (mais sobre o capítulo 1.23 de Tucídides é abordado na seção 3.2 do capítulo 3 da dissertação).

Tucídides é o primeiro historiador a estabelecer uma distinção entre “causas remotas” e “causas imediatas” para a eclosão de uma guerra (Kagan, 1969, p. 345). Em sua perspectiva, os acontecimentos ocorridos nos cinco anos anteriores ao conflito (436-431) seriam apenas pretextos, ao passo que as causas verdadeiras deveriam ser buscadas nas transformações ocorridas ao longo dos cinquenta anos anteriores, ou seja, na ascensão do Império Ateniense. No entanto, a premissa fundamental de Tucídides de que o poder de Atenas estaria crescendo a ponto de ameaçar Esparta é questionável. De fato, ao final da década de 430, Atenas controlava menos território do que durante o período anterior à assinatura da Paz dos Trinta Anos (Kagan, 1969, p. 345-346).

---

<sup>17</sup> “τοὺς Ἀθηναίους ἡγοῦμαι μεγάλους γιγνομένους καὶ φόβον παρέχοντας τοῖς Λακεδαιμονίοις ἀναγκάσαι ἐς τὸ πολεμεῖν”.

### 1.2.2. O FIM DA PAZ DOS TRINTA ANOS

Os argumentos levantados contra Atenas para o começo da Guerra do Peloponeso passam justamente pelos termos do Tratado da Paz dos Trinta Anos que teriam sido descumpridos pelos atenienses na forma de quatro alegações (*aitiai*). Elas dizem respeito a Egina, Mégara, Corcira e Potideia (Plut. *Per.* 29). Sobre Egina e Mégara pode-se chegar ao ponto de afirmar que Tucídides foi omissos em sua oposição em comparação com sua cobertura ampla sobre os eventos de Corcira e Potideia. Os eventos de Epidamno e de Corcira, por sua densidade e importância maior neste estudo, são abordados aprofundadamente no capítulo 3 desta dissertação.

Em 2.27.1 Tucídides diz que os atenienses acusavam os habitantes de Egina “de serem a principal causa da guerra” (trad. Fernandes & Granwehr). A omissão do historiador, portanto, torna-se polêmica por não ter dado conta desse evento. Contudo, talvez a pouca importância dada à questão de Egina no livro 1 seja, em si, um argumento do historiador ao estar corrigindo o senso comum entre os atenienses da época (Hornblower, 2011 [1983], p. 112-113). É assim que Tucídides completa a passagem 2.27.1: “[n]a verdade, porque Egina ficava junto do Peloponeso pareceu aos Atenienses mais seguro povoar a cidade com colonos seus”.<sup>18</sup> Infelizmente, há pouquíssima informação sobre qual atitude ateniense teria infringido a autonomia de Egina e do motivo de isso ter se tornado uma das alegações contra Atenas. Ainda assim, fica patente o interesse estratégico dos atenienses em controlar a ilha por conta de seu posicionamento geográfico e do risco que poderia causar a Esparta.

A situação de atrito entre Atenas e Corinto se exacerbava por conta da aliança defensiva firmada com Corcira. Corcira, fora uma vez colônia de Corinto, mas já cedo desgarrara-se e se tornara uma amarga inimiga de sua cidade-mãe. Ao eclodir um conflito interno, uma *stásis*, em Epidamno, cidade fundada por cidadãos corcíreus em conjunto com coríntios, uma das facções fora pedir ajuda à sua metrópole, Corcira. Entretanto, Corcira se negou a ajudar ou arbitrar o conflito entre os dois lados.

O caso foi levado ao Oráculo de Delfos que os guiou a pedir ajuda à metrópole de sua metrópole – ou seja, Corinto –, que, não perdendo a oportunidade de causar dano à sua ex-colônia desgarrada, aceita intervir no caso de Epidamno. A reação corcíreia foi rápida ao

---

<sup>18</sup> A passagem 3.27.1 na íntegra: “ἀνέστησαν δὲ καὶ Αἰγινήτας τῷ αὐτῷ θέρει τούτῳ ἐξ Αἰγίνης Ἀθηναῖοι, αὐτούς τε καὶ παῖδας καὶ γυναῖκας, ἐπικαλέσαντες οὐχ ἥκιστα τοῦ πολέμου σφίσις αἰτίους εἶναι: καὶ τὴν Αἰγίναν ἀσφαλέστερον ἐφαίνετο τῇ Πελοποννήσῳ ἐπικειμένην αὐτῶν πέμψαντας ἐπόικους ἔχειν. καὶ ἐξέπεμψαν ὕστερον οὐ πολλῶ ἐς αὐτὴν τοὺς οἰκίτορας”.

contestar a ação coríntia e buscar uma aliança com Atenas, que aceita somente uma forma de aliança defensiva, na qual os atenienses só poderiam lutar em legítima defesa. Com a vitória de Corcira auxiliada por atenienses na Batalha de Síbota, na qual os participantes atenienses foram comandados pelo filho de Címon, Lacedemônio, crescia a tendência a uma guerra entre Atenas e Corinto, ambas fortes membros dos dois lados do tratado de Paz. A explosão de um conflito entre as duas significaria, portanto, um rompimento do acordo que pusera fim à Primeira Guerra do Peloponeso.

Atenas, imediatamente antes da Guerra do Peloponeso vinha reorganizando suas finanças públicas. A iminência do conflito já devia ser sentida e se fazia necessário garantir o recurso mais vital na guerra: o dinheiro. Péricles tomou conta de assegurar-se que o tesouro ateniense estivesse cheio quando a guerra chegasse. Nos meses seguintes à Batalha de Síbota (433), os atenienses passaram um decreto que embargava comercialmente a cidade de Mégara. O decreto barrava os cidadãos de Mégara de aportarem em cidades do Império Ateniense e do mercado de Atenas (Kagan, 1969, p. 254). Embora Tucídides não trate o evento como um fator importante, é fato que, na Antiguidade, o Decreto de Mégara emitido por pretextos religiosos relacionados ao território do culto de Elêusis, foi interpretado como de grande importância para o estopim da guerra (Plut. *Per.* 29).

Entre as explicações mais comuns relativas às causas da Guerra do Peloponeso, havia a suspeita de que Aspásia – filósofa<sup>19</sup> e retórica oriunda de Mileto, além da companheira de Péricles (Edmonds, 1957, p. 285; Plut. *Per.* 32) –, teria exercido influência direta sobre a contenda contra Mégara. Essa acusação aparece de forma burlesca na comédia de Aristófanes<sup>20</sup>, que retrata Aspásia como uma alcoviteira, cuja intervenção teria levado Péricles a promulgar o decreto como retaliação contra a cidade por conta do sequestro de duas cortesãs por cidadãos megáricos (*Ach.* 524–534).

Apesar da perceptível admiração do historiador por Péricles, em sua obra estão ausentes quaisquer menções sobre a figura de Aspásia, que teria sido, para dizer o mínimo, companheira dos últimos anos de vida do político ateniense, que a admirava intensamente (Plut. *Per.* 23). Se a influência de Aspásia sobre Péricles era algo do que supõe a ferina língua de Aristófanes<sup>21</sup>, é

---

<sup>19</sup> Cujá imagem está ao lado de Sócrates no afresco da atual biblioteca da Universidade de Atenas – Grécia (Waithe, 1987, p. 75).

<sup>20</sup> É salutar levantar dúvidas quanto ao grau de importância dado aos comediógrafos pelos historiadores antigos, sendo um exemplo notável disto o uso de Aristófanes como fonte para a Guerra do Peloponeso feito por Éforo (Ste. Croix, 1972, p. 235-236).

<sup>21</sup> A relação entre Péricles e Aspásia é trazida à tona repetidamente em diversos fragmentos da Comédia Antiga (Cratino, Fr. 64A, B; 240-241; Eupólido, Fr. 114, 249).

concebível que Tucídides visse na admissão do peso de mulheres como razão para conflitos armados uma regressão à lógica presente na abertura da obra de Heródoto (1.1.3-3.2; Hornblower, 2011 [1983], p. 113-114; 1991, p. 384). Obviamente, não se pode descartar a hipótese de que o apagamento de Aspásia revele uma inclinação misógina do historiador, que preferiu silenciar quanto à atuação histórica de uma mulher estrangeira.

O pretexto oficial para o decreto era o de que os megáricos haviam cultivado terra sagrada, tomado terras fronteiriças dos atenienses indevidamente e recebido escravos fugidos de Atenas. O argumento é geralmente considerado como um motivo ‘pré-pronto’ capaz de ser produzido rapidamente quando um conflito entre estados assim pedia (Kagan, 1969, p. 265). O Decreto de Mégara deve ter representado, assim, uma agressão moderada sobre um aliado de Corinto que havia participado na Batalha de Síbota contra Corcira. Por mais perigoso que possa ser basear uma tese na omissão de Tucídides, sua deferência com Péricles acompanhada da opinião geral da importância do decreto sobre o despontar da guerra – como evidencia Plutarco (*Per.* 29) –, pode representar um ímpeto “revisionista” por sua parte (Kagan, 1969, p. 270). Dessa forma, é possível que fosse a intenção do autor contrapor a opinião corrente que responsabilizava Péricles.

A quarta alegação é referente à disputa por Potideia na Península Calcídica, uma *pólis* com uma estrutura não muito usual no Império Ateniense. Caracterizava-se por ser uma colônia leal de Corinto, que recebia anualmente magistrados coríntios, ao mesmo tempo em que compunha a aliança com Atenas e, portanto, pagava tributos a ela. Com o desenvolvimento dos eventos em Corcira e Mégara, os atenienses efetuam um ultimato a Potideia ordenando que derrubassem suas muralhas, entregassem reféns, expulsassem e se negassem a receber seus magistrados de Corinto novamente (1.56). O ultimato foi a mais clara preparação para uma guerra contra Corinto após a Batalha de Síbota feita pelos atenienses (Kagan, 1969, p. 273).

Tal como o Decreto de Mégara havia surgido como uma possível medida para penalizar os megáricos de se terem aliado a Corinto contra Corcira (Kagan, 1969, p. 279), assim como de assustar economicamente seus aliados, o ultimato a Potideia era um gesto de afronta e um aviso aos possíveis causadores de problemas no interior do Império Ateniense. Os éforos, os mais altos magistrados espartanos, receberam emissários de Potideia por volta de 433/432 e prometem invadir a Ática, região onde se encontra Atenas, caso os atenienses atacassem a *pólis* calcídica (1.58.1). A resposta espartana levou à negativa de Potideia em cumprir as exigências atenienses o que levou a uma insurgência contra seu controle e um conflito que, mais uma vez, colocou Corinto contra Atenas e impulsionou ainda mais a participação espartana.

Ainda que Esparta não tenha cumprido sua promessa, os coríntios teceram um plano para enviar ‘voluntários’ para Potideia sob o comando de um de seus generais (1.60). O cuidado demonstrado por Corinto em não quebrar os termos da Paz dos Trinta Anos mostra que a *pólis* ainda não estava totalmente segura quanto ao apoio espartano em caso de uma guerra ser deflagrada contra Atenas. De toda forma, o engajamento de soldados, navios e recursos dos atenienses durante a tentativa de tomar Potideia saiu caro e ocupou os atenienses pelos próximos dois anos, Guerra do Peloponeso adentro. Essa foi uma ação distinta da que Péricles havia aconselhado em seu discurso no começo da guerra (1.140-144). Em sua fala, o general apelou para que os atenienses não tentassem conquistas, nem campanhas dispendiosas (1.143.4-144.1), mas que lutassem uma guerra estritamente defensiva. O caso de Potideia revela também a falta de cálculo dos atenienses que não contavam necessariamente com a guerra.

Com essas quatro alegações expostas em diferentes graus de detalhamento no livro 1, Tucídides estabelece um mosaico narrativo que não deve distrair o leitor de todo da sua explicação de fundo. As quatro alegações, ainda que sob a égide de ‘causas imediatas’ ou até mesmo de manifestações conjunturais em curta ou média duração, não servem para explicar o evento. A causa mais verdadeira está na adaptação dos gregos às inovações políticas que encontrava sua representação adequada nos atenienses conforme dizem os coríntios em sua invectiva para persuadir os espartanos a entrarem em guerra:

[1.71.3] Em política, como nas artes, o novo deve prevalecer sempre. É verdade que, quando uma cidade está em paz, é melhor deixar intactos os princípios estabelecidos, mas quando se é compelido a tomar muitas iniciativas é necessário introduzir muitas modificações nos métodos. Por esta razão os princípios dos atenienses, sempre muito empreendedores, sofreram mais mudanças do que os vossos (trad. Kury).

O período clássico representou de fato uma época de inflexão para o mundo grego, uma guerra cada vez mais generalizada de uma duração inesperadamente longa trouxe mudanças permanentes ao mundo grego. A combinação entre escolhas políticas e a própria nascente ideia de um regime político recém surgia no século V e, mesmo que por vislumbre, a capacidade do ser humano de intervir em sua realidade de maneira consciente se tornava cada vez mais evidente. Ao menos para aqueles dispostos a enxergar.

### 1.2.3. A GUERRA ARQUIDÂMICA

A primeira fase da Guerra do Peloponeso ficou sendo conhecida ainda no século V pelo nome de Guerra Arquidâmica em virtude do rei espartano, Arquídamo, que invade a Ática logo nos primeiros anos (Ste. Croix, 1972, p. 295). A ironia do período de hostilidades ser denominado com o nome de Arquídamo não escapa a um exame. Arquídamo tivera uma relação íntima com Péricles, na qual ambos compartilhavam da instituição arcaica de *xenia* de proximidade entre famílias aristocráticas (Thuc. 2.13.1-2).

Cada um dos lados do conflito detinha vantagens e fraquezas em suas posições. A grande vantagem da aliança espartana estava em sua grande quantidade de infantaria pesada advinda do Peloponeso e da Beócia, região vizinha a Atenas, cuja líder era Tebas. Estima-se que a quantidade de hoplitas disponíveis a atacar Atenas estava na escala de duas a três vezes maior que a falange ateniense (Kagan, 1974, p. 19). Essa correlação de forças em terra impunha que a aliança espartana entrasse necessariamente na ofensiva contra Atenas.

A ofensiva por terra acontece com a invasão e a devastação da Ática ainda nos primeiros anos da guerra. Outro ponto importante e passível de ataque por via terrestre era a região da Trácia e da Península Calcídica ao norte do Mar Egeu, que será atacado por Brásidas no final da década de 420. Contudo, os espartanos estavam plenamente conscientes de que para atingir seu objetivo de libertação da Grécia (1.139.3), teriam que necessariamente efetuar ações por via marítima (Hornblower, 2011 [1983], p. 158-159).

Uma das principais vantagens atenienses girava claramente em torno de seu poder naval no Egeu, que impôs respeito até mesmo sobre a frota fenícia no Mediterrâneo. Atenas detinha a maior frota do mundo grego sendo seguida imediatamente pela ilha de Corcira. Ainda assim, os peloponésios não estavam tão desprotegidos em quesito naval quanto se tende a interpretar. Corinto era o estado grego com a terceira maior frota da Grécia e providências para a construção de trirremes, para a obtenção de navios do Oeste<sup>22</sup>, e para a contratação de piratas (2.69), a fim de interferir com a navegação ateniense, estavam sendo tomadas.

Mais uma das principais vantagens atenienses estava em seus vastos recursos financeiros provindos do recolhimento de tributo em seu império. Tucídides expõe que, por ano, adentravam na cidade 600 talentos vindos dos aliados (2.13.3). A soma dos recursos atenienses no começo da guerra chegava próximo a 10.000 talentos<sup>23</sup>. Vale a pena ressaltar que não se deve minimizar a riqueza do lado espartano ou peloponésios. Esparta era pobre somente

<sup>22</sup> Sul da Itália e Sicília.

<sup>23</sup> Uma quantia verdadeiramente considerável considerando que cada talento representava mais ou menos 26 kg de prata.

em comparação com as reservas e os fundos provindos dos tributos atenienses, os espartanos eram considerados ricos pelos padrões do mundo grego.

A verdadeira vantagem, e o melhor recurso, do lado espartano estava na boa vontade e simpatia que angariavam (2.8.4-5). A fama de Esparta como uma campeã contra os tiranos do período arcaico (ver mais sobre isso na seção 3.1 do capítulo 3) agora se convertia no discurso contra a tirania de uma cidade, Atenas (Hornblower, 2011 [1983], p. 159). Os coríntios em um de seus discursos no livro 1 (122.3) deixam clara a analogia: “nós [...] estaríamos permitindo a uma cidade firmar-se como um tirano em nossos domínios, apesar de nos julgarmos dignos da reputação de depor monarcas em cidades isoladas” (trad. Kury).<sup>24</sup>

De qualquer forma, o principal objetivo dos atenienses era o de meramente reter aquilo que possuíam. O tempo estava, de certa forma, a favor dos atenienses. Se se mantivessem estritamente a uma tática defensiva, permitindo enxergar sua situação como a de uma ilha, e se aproveitando de sua vantagem naval, logo, os peloponésios buscariam negociar uma paz, ao perceber a esterilidade de suas iniciativas.

Os eventos dos primeiros dez anos da Guerra do Peloponeso levam a uma mudança notável para a situação de ambas as partes. O primeiro ato de agressão foi sobre a cidade de Plateia, única dentre as cidades beócias a ser aliada de Atenas e não se colocar sob a liderança de Tebas. A partir do primeiro ano (431-430), contudo, os espartanos passam a invadir anualmente a região da Ática na tentativa de forçar os atenienses a encará-los. Com o tempo os espartanos, cômicos da futilidade dessa tática, passam a tentar alternativas para atingir Atenas.

Os atenienses, por sua vez, têm de lidar nos primeiros anos (430 em diante) com uma Peste que assola sua cidade como resultado de terem evacuado a população de toda a Ática para dentro de suas muralhas. Esse evento levou a uma enormidade de mortos e sofrimentos (discutido na seção 3.4 do capítulo 3) e que leva à morte o timoneiro de décadas da política ateniense, Péricles.

Apesar disso, Atenas consegue mover-se contra Corinto e tomar diversas cidades na sua esfera de controle no noroeste grego e avançar sobre a Sicília. Ao mesmo tempo, os atenienses conseguem se livrar, apesar da maneira dispendiosa, de várias tentativas de tomada de seu império, com o abafamento da revolta em Potideia e com a revolta de Mitilene. Um dos temas centrais desta pesquisa também tem seu desenlace nos primeiros anos de guerra (427) com a *stásis* na ilha de Corcira, que vê a divisão interna da cidade exacerbada pelas divisões e novos desenvolvimentos e dinâmicas que o conflito entre Corinto, Esparta e Atenas permitiram.

---

<sup>24</sup> τύραννον δὲ ἐδῶμεν ἐγκαθεστάναι πόλιν, τοὺς δ' ἐν μιᾷ μονάρχου ἀξιοῦμεν καταλύειν”.

O ponto de inflexão da guerra se dá com a campanha em Pilos, na Messênia, uma tentativa de fortificar uma área no próprio Peloponeso sob controle espartano e incentivar a deserção dos messenos subjugados na forma de hilotas. Essa empreitada gerou um claro pânico em Esparta que tentou evitar que a fortificação se consolidasse e, no processo, acaba tendo 120 de seus cidadãos esparciatas feitos refém dos atenienses na ilha de Esfactéria (425). Um profundo golpe no moral espartano que já convivia com o problema crescente do encolhimento do número de seus cidadãos.

Há tentativas de estabelecer uma paz por parte dos espartanos, mas que é rejeitada pelos atenienses. Ato indicado como um erro, pois foi o momento que oferecia aos atenienses as melhores condições de um armistício. A tentativa ateniense de atacar a Beócia e fortificar Délío é derrotada na batalha de mesmo nome (424), na qual entre os hoplitas atenienses derrotados estava Sócrates. Com isso a balança começa a pender para o lado espartano (Hornblower, 2011 [1983], p. 162).

Como dito, os espartanos planejavam um ataque por terra diretamente contra *póleis* membros da aliança ateniense. O comandante espartano Brásidas levanta um exército composto em sua maioria por hilotas a fim de chegar à Trácia, região rica em minério e em madeira crucial para a construção naval de Atenas. Uma força com apenas um cidadão espartano, Brásidas, o comandante, foi provavelmente a única forma de convencer os governantes espartanos a empreender uma expedição longa para fora de seu território sem incorrer no risco de uma rebelião hilota.

A expedição passa por Mégara, salvando-a de ser tomada em meio a uma *stásis* pelos atenienses, atravessa a Beócia, a Tessália e a Macedônia chegando na Trácia. Por meio do discurso ou da força, Brásidas vence para seu lado cidades importantes, dentre elas a principal, Anfípolis. Aqui entra a participação do próprio Tucídides na guerra que cumpria as funções de general e era responsável pela defesa de Anfípolis. A dificuldade em evitar a tomada da cidade serviu de motivo para a condenação ao exílio que o levaria a passar os próximos vinte anos fora de Atenas (5.26.5).

Apesar de um armistício ter sido posto em efeito em 423, que parece ter sido eficaz em outras áreas do conflito, os atenienses ainda oferecem resistência e tentam retomar Anfípolis, certamente a perda territorial mais grave da primeira década de guerra (Hornblower, 2011 [1983], p. 162). A Batalha de Anfípolis não consegue reaver a cidade para os atenienses e termina com a morte do comandante espartano, Brásidas, que é proclamado como herói

fundador da cidade, e de Cléon, o general ateniense, também honrado ao ter seu nome colocado em primeiro lugar dentre aqueles que lutaram na batalha (Kagan, 1974, p. 330).

Com a morte de ambos, Tucídides conta que haviam morrido os dois homens que mais se opunham à paz (5.16.1). A Paz de Nícias (421-413) logo é posta em efeito e se mostra como um armistício instável, mas que pelo seu conteúdo deveria durar 50 anos, tendo logo reiniciado indiretamente com a Batalha de Mantinea (418), e com o envolvimento de espartanos contra a expedição ateniense à Siracusa (415-413).

O encerramento da Guerra Arquidâmica não deve ser compreendido como um ponto de resolução dos conflitos que atravessavam a guerra registrada por Tucídides. Embora o período seja frequentemente delimitado por acordos formais e mudanças no ritmo das hostilidades, o historiador sugere que as tensões acumuladas ao longo da primeira fase da guerra, nos planos externo e interno, permaneceram ativas e não resolvidas.

A experiência prolongada do conflito e a pressão sobre a política interna criaram condições propícias para o aprofundamento das divisões, de modo que a passagem para a década seguinte não representa uma interrupção, mas uma reconfiguração do conflito. É nesse contexto que se insere a segunda década de guerra, marcada não por uma estabilização, mas pela intensificação das contradições que culminariam nas crises políticas posteriores na forma da derrota ateniense em Siracusa e na *stásis* em Atenas.

## II – A STÁSIS NO MUNDO GREGO CLÁSSICO<sup>25</sup>

A presente seção propõe um esforço de delimitação do conceito de *stásis*, cuja polissemia e recorrência nas fontes antigas refletem a complexidade dos conflitos internos às *póleis* gregas. Mais do que uma simples forma de guerra civil, em muito matizada por experiências históricas posteriores, a *stásis* é abordada como fenômeno social multifacetado, envolvendo tanto disputas políticas entre facções quanto embates estruturais em torno da distribuição de riqueza, da cidadania e do poder.

A questão do conflito interno nas *póleis* gregas do período clássico é um tema de grande relevância para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que cercavam o mundo grego clássico. O termo *stásis* desempenha um papel central nesse contexto, servindo para descrever não apenas os episódios de conflito, mas também as tensões que frequentemente culminavam em divisões violentas nas cidades-estado. A partir da análise da historiografia recente sobre o conflito social no mundo grego e de textos do período clássico, especialmente Platão e Aristóteles, passando inevitavelmente por Tucídides, caracterizou-se a *stásis* e sua capacidade de iluminar os conflitos fundamentais daquela sociedade.

O verbete *στάσις* no *Dicionário Grego-Português* organizado por Malhadas, Dezotti e Neves evidencia de forma clara o caráter profundamente polissêmico do termo no grego antigo (Malhadas et al., 2010, p. 30). A palavra abrange um amplo campo semântico que vai desde sentidos concretos e físicos – como “ação de colocar de pé”, “posição”, “ponto”, “lugar”, “estabilidade” ou “fixidez” – até acepções mais técnicas nos campos da medicina e do linguajar jurídico, passando ainda por usos metafóricos relacionados ao estado de uma conversa, à posição moral de um indivíduo e à agitação de elementos naturais, como ventos e ondas.

O dicionário registra sentidos no âmbito social e político como “posição de uma pessoa na sociedade”, “estado político”, “divisão política”, “facção”, “partido”, “rivalidade”, “sedição” e “sublevação”. Essa multiplicidade semântica revela que *stásis* não designa originariamente um tipo específico de conflito, mas um estado de posicionamento, de fixação ou tomada de lugar, a partir do qual emergem tensões e oposições.

No entanto, apesar dessa riqueza de significados, a presente investigação delimita seu foco sobre aqueles sentidos referentes ao conflito interno no interior das *póleis*, caracterizado por divisões faccionais, disputas entre grupos e rupturas da coesão cívica. Os demais sentidos

---

<sup>25</sup> Alguns dos temas abordados nesta seção foram publicados originalmente nos ensaios *Poder e Conflito: a stásis na política e na sociedade do mundo grego antigo* (2024) e *O Regime Misto e o Fenômeno da Stásis em Tucídides: história e pensamento político clássico* (2024), tendo sido, aqui, expandidos e reelaborados.

físicos, médicos, morais etc. não são ignorados, mas podem servir para compreender como a linguagem grega articulava, sob um mesmo vocábulo, ideias de tomada de posição fixa. Uma posição que, se levada ao extremo de fixidez, talvez pudesse levar a uma ruptura do tecido social. Assim, ao longo desta dissertação, *stásis* será tratada principalmente como um fenômeno histórico-político, tal como se manifesta na obra de Tucídides, sem perder de vista a densidade semântica mais ampla que sustenta esse uso particular.

Em sua obra, o historiador Tucídides emprega uma variedade de termos derivados desse radical para descrever situações de instabilidade nas *póleis* gregas. Uma boa representação da diversidade e da gradação de sentidos que um tradutor deve empregar ao traduzir o termo *stásis* está presente nas traduções feitas por Kury (1987) e Fernandes & Granwehr (2013) em língua portuguesa: agitação social, mal-estar social, mal-estar político, discórdia interna, desavença, desunião, dissensão, dissidência, divergência interna, disputa, divisão, partidos rivais, querelas, facções, grupos, violência social, lutas civis, lutas internas, sedição, mudança de governo, guerra social, guerra civil, tumulto revolucionário, revolução, rebelião, revolta e sublevação. Torna-se clara a dificuldade de uma tradução literal do termo e a densidade semântica que detém, desde ‘agitação social’, ‘desavença’ ou ‘divergência’ até os extremos da ‘guerra social’, da ‘guerra civil’ e da ‘revolução’.

Nessa seção, foi construído um arcabouço que partisse dos autores presentes na tradição clássica sobre a *stásis*, o que acarretou falar sobre a elegia do período arcaico, a tragediografia ateniense e a obra de filósofos. A intenção de exaustão seria um projeto falho destarte pela massa de fontes, ao que o apresentado aqui se mostra com a intenção de demonstrar a recorrência da *stásis* como um *tópos* de preocupação na Grécia antiga. A *stásis* foi abordada também por meio do que diversos autores modernos têm a dizer sobre a questão. A diversidade da forma como leram o fenômeno é um reflexo da heterogeneidade das linhagens teóricas frutos da modernidade. Presente em todos, contudo, subjaz a compreensão de que a *stásis* é um reflexo de um processo comum por qual o ser humano passa em sociedade.

## 2.1 RASTROS DA *STÁSIS* NAS FONTES ANTIGAS

É dito que o legislador ateniense Sólon foi chamado ao poder para deter uma *stásis* que estava prestes a ocorrer na cidade. O processo de endividamento a que chegara o povo ateniense frente aos aristocratas da cidade era tal que exigia a escravidão por dívidas dos habitantes da cidade ou de seus filhos aos seus ricos e poderosos credores (Plut. *Sol.* 13). Sólon canta em suas elegias que os deuses não foram a causa dos problemas por que passavam a cidade, mas seus próprios cidadãos.

Mais especificamente, o legislador condena a *hýbris* dos cidadãos “seduzidos por riquezas” e, no mesmo fôlego, condena a “intenção injusta dos chefes do povo” (Solon fr. 4.1-8, West; trad. Ragusa & Brunhara). Para ele, ambos os lados (ricos e pobres) eram culpados pelo conflito interno e seu trabalho passou a ser o de “ensinar aos atenienses” como a *Eunomíē* lhes trará “boa ordem” e sensatez (fr. 4.33). A *stásis* aparece em associação com a “guerra” (*pólemos*) – relação que será amplamente discutida no capítulo 3 –, e com a “escravidão”, frutos da “ferida” causada na cidade (*pólis*) (fr. 4.17-20). Esse mal acaba por adentrar os “muros” e as “portas do pátio” atingindo até mesmo “quem foge” aos “recessos da alcova” (fr. 4.26-29). Assim, Sólon compreende a *stásis* em sua relação com uma forma associada com a guerra interna à *pólis*. Os sintomas da ferida na cidade acabam atingindo a todos na cidade, adentrado até mesmo seus espaços mais privados, como aqueles associados ao lar e à família.

Outra importante lei de Sólon, agora explicitamente sobre a *stásis*, foi aquela que Aristóteles diz ter tido origem na “indiferença” com que “alguns cidadãos” aceitavam os conflitos que “atingiam a cidade”. De acordo com essa lei, “se a cidade estivesse em conflito” (do verbo *στασιάζω*) “aquele que não pegasse em armas por nenhum dos lados seria privado dos seus direitos e não faria mais parte da comunidade”, ou seja, perderia sua cidadania (Arist. *Ath. Pol.* 8.5; trad. Correa). Essa lei teria tido o principal papel de dissuadir a *stásis* na cidade ao proibir a neutralidade frente a ela, medida que se imagina levaria àqueles inclinados à conciliação a impedir que uma ruptura violenta sobreviesse (Miśkiewicz, 2020, p. 70).

Apesar da visão moderada de Sólon, ao que parece a cidade estava às portas de uma *stásis* devida à imensa desigualdade que parecia afetar a boa ordem da *pólis*. A saída de Sólon foi, contudo, a de ‘derrubar os fardos’ (*seisáktheia*) carregados pelos mais pobres, apresentando uma legislação que cancelava as dívidas e libertava retroativamente os escravizados em razão das dívidas. O líder ateniense teria se colocado “contra ambos os lados” que buscou aplacar ao não ter realizado os maiores desejos do povo e das elites: a distribuição

de terra, para os primeiros, e a restauração da “antiga ordem” para os últimos (Arist. *Ath. Pol.* 11.2; trad. Correa).

No período arcaico (séculos VII-VI), a questão da *stásis* também é abordada pelo poeta Teógnis de Mégara. Teógnis declara ter a cidade se tornado “prenhe” de um tirano, que irá retificar a “vil insolência” das elites. Assim como Sólon, o poeta se refere a uma inversão de valores que tornou os *agathoi* em *kakoi*, ou seja, a aristocracia deixa de agir ‘nobrememente’ sucumbindo à “vileza”. Seus “cidadãos”, no entanto, “ainda são sensatos” e a culpa recai sobre seus líderes. Esses homens dão vazão à insensatez e acabam por agir em prol de “poder e lucros pessoais”. Esta situação, por sua vez, dá vazão às *stáseis*, “massacre entre irmãos” e à tirania (Thgn. 39-52). A grande preocupação de Teógnis aqui é que a má conduta dos líderes da cidade cause danos o suficiente para que o povo (*dēmos*) se una em torno de um líder que instaure uma tirania.

Em *Prometeu Acorrentado* (201-205), Ésquilo utiliza a *stásis* no trecho em que referencia a disputa entre Cronos e Zeus pelo poder e em como formaram-se dois grupos de divindades em oposição. A *stásis* surge como uma dissensão que leva irremediavelmente a atos de violência e de luta aberta. Aqui o conflito não é cívico, mas cósmico. Ainda assim, o sentido de ruptura está premente no texto ao saber-se que Zeus derruba Cronos e os Titãs, impondo sua nova ordem no mundo.

Nas tragédias de Eurípides a *stásis* se apresenta constantemente associada com a ideia de uma doença – tema que também vai marcar profundamente a compreensão grega do conflito interno. Em *Héracles*, por duas vezes é usada a expressão “doente de sedição [*stásis*]” por Eurípides. Em ambas, Anfitrião, padrasto do personagem homônimo à peça, Héracles, e o coro de anciãos de Tebas apresentam a *pólis* tebana como “doente de sedição [*stásis*]” (Eur. *Her.* 31-34, 272-273; trad. Jaa Torrano).

A *stásis* aparece em prosa pela primeira vez na obra do historiador Heródoto novamente ligada à tirania. O historiador registra a história do tirano Pisístrato e de como ele era um dos líderes dentre as três facções que se formaram na cidade de Atenas após a implantação das leis de Sólon. É importante lembrar como *stásis* aparece comumente no sentido de explicitar a formação de facções em um conflito interno. As facções em disputa em Atenas em meados do século VI eram divididas de forma geográfica.

O grupo identificado com os distritos costeiros era liderado por Mégacles, filho de Alcmeón, de uma família importantíssima na política ateniense, ancestral de Péricles. Licurgo, filho de Aristoleides, liderava a facção das planícies, possivelmente representando os interesses

dos grandes proprietários de terra. Pisístrato, por sua vez, era o líder da facção que representava os habitantes das terras altas, mais pobres e identificados com o *dēmos* (Hdt. 1.59.3; Arist. *Ath. Pol.* 13.4). Pisístrato, ao declarar ter sido vítima de violência, conseguiu ganhar uma escolta de homens armados dos atenienses e conseguiu com a ajuda deles tomar o poder (Hdt. 1.59.4-5).

A *stásis* aparece em Heródoto associada com a disputa interna entre grupos divididos geograficamente que, entretanto, devem ter refletido interesses de grupos sociais distintos. A associação com a tirania na forma de uma liderança do *dēmos* que toma o poder em meio a uma *stásis* reflete um *modus operandi* presente em Teógnis no período arcaico e reflete a lógica de ascensão das tiranias nas *póleis* da época.

Heródoto também relata como a *stásis* na cidade de Mileto na Jônia foi desfeita com a ajuda de habitantes da ilha de Paros, escolhidos para arbitram a disputa para o conflito interno pelos próprios miletenses (5.28). Os árbitros realizaram uma excursão pela área rural de Mileto tomando nota do nome dos donos das propriedades bem-cuidadas dentre as muitas malcuidadas. Os proprietários foram nomeados os governantes da cidade pelos emissários de Paros, na crença de que a cidade seria tratada da mesma forma que suas propriedades rurais (Hdt. 5.29).

A decisão parece ter surtido efeito dado que, pelo que revela Heródoto, duas gerações depois Mileto era o orgulho da Jônia por sua riqueza (5.28). O historiador cário parece ter considerado que os homens que melhor cuidassem de suas propriedades seriam aqueles capazes de cuidar da *pólis*. A conclusão a que se pode chegar é a de que o governo de proprietários rurais afluentes e zelosos parece ser um bom antídoto para a desordem causada pelas *stáseis*.

## 2.2 PLATÃO, ARISTÓTELES E OS MODELOS DE CONFLITO

No *Fédon*, Platão culpa o corpo por impedir os humanos de chegarem à verdade, uma vez que partiria das necessidades corpóreas todos os tipos de conflitos:

nada como o corpo e suas concupiscências para provocar o aparecimento de guerras [*pólemos*], dissensões [*stásis*], batalhas [*mákhē*]; com efeito, na posse de bens é que reside a origem de todas as guerras [...] fazemo-lo por causa do corpo (Pl. *Phd.* 66c-d; trad. Jorge Paleikat & João Cruz Costa).

A *stásis* aparece, mais uma vez, na companhia da guerra (*pólemos*) e até mesmo do que o autor chamou de *mákhē* (e o tradutor verteu em batalha), uma forma de enfatizar os vários tipos de violência a que o ser humano comete em prol de seu corpo.

Platão, em suas obras de maior maturidade, *Leis* e *República*, faz uso do termo *stásis* e frequentemente busca entender suas causas e apresentar soluções para evitar uma suposta fragmentação da *pólis*. No diálogo *Leis* (832b-d; Fuks, 1977, p. 50), Platão introduz o termo

*stasioteía* (“estado-facção”), contrastando-o com *politeía*<sup>26</sup>. Platão apresentava as formas de governo das *póleis* de seu tempo como *stasioteía* para então justificar a sua abstração por uma *politeía* ideal, saudável e coesa descrita em *Leis*. Para o filósofo, democracia, oligarquia e tirania (monarquia) seriam todos estados cindidos nos quais um certo elemento de força e coerção sempre subsiste – e no qual o medo que o governante tem dos governados nunca permitirá com que esses se fortaleçam.

Na *República* (470b), Platão diferencia *stásis* de *pólemos* (guerra) – ao contrário do que faz em *Fédon*. Enquanto *pólemos* é uma guerra contra estrangeiros, ou bárbaros, que pode unir a *pólis* contra um inimigo comum, a *stásis* é um conflito entre cidadãos, comparada a uma luta dentro da mesma família. Esse tipo de guerra interna é considerado o mais destrutivo, pois corrói e ameaça a própria existência da comunidade política. Dessa forma, Platão vê a *stásis* como um perigo mais grave que a guerra externa, a *pólemos*, pois afeta diretamente os laços que sustentam a *pólis*.

No livro 8 da *República* (550c-d), Platão discute o vínculo fatal entre o poder econômico e o poder político, argumentando que a desigualdade entre ricos e pobres é a principal causa da degeneração do corpo cívico (Fuks, 1977, p. 81-82). Assim, a desigualdade crescente entre ricos e pobres era lida pelo filósofo como uma das principais causas do estado de *stásis* cada vez mais presente no período clássico (Ste. Croix, 1981, p. 70). Quando a riqueza se concentra nas mãos de poucos e a maioria se torna empobrecida, surgem ressentimento e divisão. Essas desigualdades, por sua vez, levam ao colapso da ordem, pois os pobres, marginalizados, são levados a se rebelar contra os ricos. Assim, Platão vê a *stásis* como um sintoma da falência das instituições políticas e da moralidade cívica.

A análise de Aristóteles sobre a *stásis* é, no entanto, distinta da de Platão, apresentando-a como um fenômeno natural e oferecendo soluções mais pragmáticas para mitigar suas consequências. Para Aristóteles, a *stásis* não é uma anomalia, mas um aspecto da dinâmica política, decorrente das diferenças socioeconômicas e das paixões humanas. Conforme discutido por Pellegrin (2019, p. 246), Aristóteles vê a *stásis* como algo que emerge naturalmente dentro das comunidades políticas. Para ele (*Pol.* 3.8), como para muitos de seus contemporâneos gregos, a situação econômica era um fator determinante no posicionamento político dos cidadãos.

---

<sup>26</sup> O termo *politeía* pode ser compreendido como sinônimo da estrutura política da *pólis*, sua constituição (Hansen, 1991, p. 402), mas também como forma de governo, regime político (Malhadas *et al.*, 2009, p. 104) ou até mesmo república (Correa, 2023, p. 10).

Dessa forma, as classes, definidas pela riqueza ou pela pobreza, moldavam as inclinações políticas, seja em direção a regimes democráticos ou oligárquicos, estabelecendo uma conexão intrínseca entre economia e política (Ste. Croix, 1981, p. 71; Pellegrin, 2019, p. 246). Essa visão reflete um entendimento amplamente compartilhado no mundo grego antigo no qual as divisões econômicas não apenas influenciavam a política, mas frequentemente exacerbavam o fenômeno da *stásis*.

Na análise do conflito sociopolítico nas *póleis* gregas do período clássico, duas abordagens predominantes emergem dos textos dos pensadores da época: o modelo dicotômico e o modelo tricotômico (Ste. Croix, 1981, p. 71-72). Essas duas visões representam tentativas de compreender e categorizar as divisões internas que frequentemente resultavam em *stásis* e ameaçavam a estabilidade das *póleis*. Ambas as abordagens oferecem uma leitura sobre as relações entre as diferentes classes ou camadas sociais participantes na vida política grega.

O modelo dicotômico baseia-se na divisão simples entre ricos e pobres, uma dicotomia que permeia grande parte dos escritos gregos do período clássico. Desde o século V, autores como Pseudo-Xenofonte, Heródoto e Tucídides já descreviam as sociedades gregas como divididas essencialmente entre dois grupos: ricos e pobres, *olígoi* e *dēmos* etc. No século IV, essa mesma divisão aparece nas obras de Platão, Xenofonte e Aristóteles.

Platão, na *República*, descreve explicitamente como as *póleis* se fragmentam em duas ‘cidades’, uma, a dos ricos e outra, a dos pobres (8.551d; 8.552b-d). O modelo dicotômico de conflito interno era particularmente prevalente em contextos de crise, quando as tensões econômicas e políticas atingiam um ponto de ruptura. Quanto mais aguda a crise política, maior a probabilidade de que as divisões dicotômicas fossem utilizadas pelos autores reforçando o antagonismo entre as duas facções (Ste. Croix, 1980, p. 72).

Para além do modelo dicotômico, Aristóteles propôs uma análise mais complexa, baseando-se em uma divisão tricotômica entre ricos, pobres e ‘médios’. Essa concepção aparece na *Política*, na qual ele argumenta que a sociedade é dividida não apenas entre ricos e pobres, mas também inclui uma camada média, ou *mésoi*, que desempenharia o papel de árbitro na disputa entre as outras duas facções. Para Aristóteles, a presença de uma camada média forte era essencial para a estabilidade da *pólis*, pois ela servia como um elemento moderador, capaz de equilibrar as demandas dos ricos e as aspirações dos pobres.

Os *mésoi*, de acordo com Aristóteles, eram aqueles cidadãos que possuíam uma quantidade moderada de riqueza e, portanto, supostamente não estavam tão preocupados com a acumulação de poder como os ricos, nem com a revolta e redistribuição de recursos como os

pobres (*Pol.* 1295b.1-1296b.2). Em sua visão, os médios eram os mais virtuosos dos cidadãos, pois representavam o ponto médio entre os extremos, o que, segundo a ética aristotélica, era o caminho da virtude. Dessa forma, esse setor médio não tinha apenas um papel pacificador na *pólis*, mas, de certa forma, personificava a própria virtude política.

A proposta de Aristóteles para evitar a *stásis* está profundamente enraizada na sua concepção de virtude (*Eth. Nic.* 1106b.36-1107a.2), que assim a caracteriza:

Logo, a virtude é uma disposição marcada pela escolha, consistindo na média referente a nós [...] E é a média entre dois vícios, o pelo excesso e o pela insuficiência; e [...] a virtude descobre o meio e o escolhe. Por isso, por sua essência, e pela definição que enuncia ‘o que era seu ser’, a virtude é centralidade (trad. André Malta).

Assim, para o filósofo, tal qual a virtude se encontra no ponto médio entre dois extremos, a moderação é a chave para a estabilidade política. E os *mésos* representam a camada social capaz de dar equilíbrio à forma de governo e à *pólis*.

Nesse ponto, Aristóteles identifica no fortalecimento da camada média (*mésos*) uma possível solução para o problema da *stásis*. O estagirita observa que tanto os ricos quanto os pobres são frequentemente incapazes de agir com razoabilidade, pois os ricos são guiados pela arrogância e os pobres pela inveja (*Pol.* 1295b.1-1296b.2). Os *mésos*, a camada média, por sua vez, possuiria uma posição intermediária que favoreceria a moderação e a justiça, tornando-se, portanto, a mais adequada para governar.

A concepção de que uma camada média poderia servir de mediadora para o conflito interno à *pólis* remonta pelo menos à ideia de Sólon que constituía um meio termo entre as classes em luta na Atenas arcaica do século VI e que pôde assim se colocar ‘contra’ ambas. No entanto, está presente explicitamente no século V conforme atesta Eurípides em sua tragédia *As Suplicantes* (258-245) com uma precisão que deve ser aqui reproduzida:

Há três classes de cidadãos: uns ricos e inúteis, querem ter cada vez mais, outros, sem ter e carentes de víveres, terríveis, pela parte maior em inveja, lançam malignos ferrões aos que têm, ludibriados por línguas de maus guias. Das três classes, *a média salva a urbe*, ao preservar a ordem que a urbe tem (trad. Jaa Torrano; grifos do autor da dissertação).

Uma interpretação da *stásis* por via morais claras pode ser percebida no trecho do tragediógrafo. Os ricos são vítimas de sua ganância enquanto os pobres, carentes de mantimentos e vitimados pela inveja, são iludidos pelas palavras de maus líderes.

Não obstante, Aristóteles reconhecia que essa camada média era numericamente pequena na maioria das *pólis* gregas, o que dificultava sua capacidade de influenciar significativamente a política (*Pol.* 1296a.22). Assim, um governo liderado pela camada média

poderia somente se manter naquelas cidades populosas e afluentes o suficiente para ter gerado uma camada média significativa como Atenas.

A ideia dos *mésos* como salvadores da *pólis* se desenvolve em paralelo à concepção de constituição mista na obra de Aristóteles, que se verá adiante. A incorporação de elementos da oligarquia e da democracia seria a melhor forma de governo (*Pol.* 1296a.7) para Aristóteles por também representar uma medida entre extremos. Esse modelo seria, assim, mais resistente às *stáseis* por combinar as virtudes de ambos os sistemas, equilibrando a influência dos ricos e dos pobres.

### 2.3 DEMÓCRITO, TUCÍDIDES E A CONSTITUIÇÃO MISTA

O filósofo pré-socrático Demócrito também é conhecido por ter se manifestado quanto à questão da *stásis* em mais de uma ocasião. O filósofo materialista se expressa responsabilizando a inveja (*phthónos*) como a produtora da *stásis* (fr. 245)<sup>27</sup>. Em uma passagem compendiada próxima (fr. 249; trad. Paulo Frederico Flor), Demócrito sentencia: “A guerra civil [*stásis*] é um mal para ambas as partes, pois para vencedor e vencidos, a destruição é igual”. A preocupação central é claramente com a manutenção da *pólis* conforme expresso em um de seus mais célebres fragmentos (252): “salva a cidade, tudo está salvo; destruída a cidade, tudo está destruído” (trad. idem).

Em oposição à *stásis* estava a *homónoia*, a concórdia ou, “literalmente”, a “conformidade de pensamento” (Cartledge, 2001, p. 54). A questão é colocada sucintamente por Xenofonte ao reproduzir um discurso sobre o que caracteriza um bom cidadão “o que no debate público acabasse com os conflitos entre facções [*stásis*] e conseguisse um acordo [*homónoia*]” (*Mem.* 4.6.14; trad. Pinheiro). No mesmo sentido, aparece a *stásis* na obra de Aristófanes, quando Dioniso encontra o coro de iniciados em seus mistérios e o corifeu se põe a expulsar os não-iniciados nos ritos:

Afastese para dar lugar aos nossos coros todo aquele que é estranho a esta linguagem; que não é puro de espírito; [...] que em vez de dismantelar as dissensões internas [*stásis*] e de ser conciliador com os concidadãos, pelo contrário instiga e atiça os ânimos em nome de interesses pessoais (*Ran.* 354-360; trad. Maria de Fátima Silva).

Para Demócrito, contudo, a obtenção desse estado não viria por meio do debate público e da conciliação, mas pela “redistribuição profilática” da riqueza dos ricos para os pobres:

---

<sup>27</sup> “φθόνος γὰρ στάσιος ἀρχὴν ἀπεργάζεται.”

Quando os poderosos ousam adiantar dinheiro aos que nada possuem, defende-os e prestar-lhes favores, aí já está incluída a compaixão: os homens não estarão sozinhos e tornar-se-ão amigos, ajudar-se-ão mutuamente, haverá concórdia entre os cidadãos e haverá quantos ninguém poderia enumerar (fr. 255; trad. Paulo Frederico Flor).

Na ética de Demócrito, as analogias médicas são muito presentes, tais como “corpo, alma e cidade”. Esses exemplos são considerados estruturas análogas na visão atomista por serem compostos por agregados de unidades menores (Hussey, 1985, p. 119-120). Para Demócrito, a *krāsis* era uma das metas principais tanto do ser humano enquanto indivíduo e cidadão quanto de uma organização política. A palavra grega carrega em si o sentido de mistura, liga e união, assim como de índole e de constituição física e moral. A *krāsis* se tornava, assim, meta tanto do homem quanto da *pólis* no sentido de permitir um “equilíbrio dinâmico” que caracteriza um “estado saudável da alma” (Cartledge, 2001, p. 55). Nesse ponto, assim como em outros, Demócrito compartilha muitas semelhanças de pensamento entre si e Tucídides. Cartledge levanta a possibilidade de que compartilhassem também a preferência por uma forma mista de constituição ou regime.

No mundo grego clássico, as duas facções envolvidas na *stásis* em geral estavam ligadas a projetos políticos distintos: democracia e oligarquia. A democracia se caracterizava pela *isonomia*, ou igualdade política, entre os cidadãos, que eram os homens livres e nativos da *pólis*. Em contrapartida, a oligarquia definia a cidadania com base em um critério censitário, limitando o acesso aos cargos públicos aos mais ricos da comunidade.

Outra diferença marcante entre democracia e oligarquia residia no método de seleção para os cargos públicos. Na democracia, predominavam sorteios e rotações para as posições administrativas, exceto para os cargos militares, que eram eleitos e exigiam o financiamento pessoal do ocupante. Nas oligarquias, por outro lado, o principal método de seleção era a eleição. Além disso, era comum nas oligarquias a existência de um cargo executivo supremo, muitas vezes ocupado por um arconte (Alwine, 2018, p. 241-242). Nesse sentido a ideia de uma constituição mista tenderia a uma fusão de ambos os tipos de regime em um sentido similar ao que se viu discutido sobre o papel dos *mésoi* como salvadores da e preservadores da ordem da *pólis*.

A visão de que Demócrito compartilhasse da opção por uma constituição mista com Tucídides parte do fato de que o historiador, no livro final de sua obra faz um interessante juízo quanto ao Governo dos Cinco Mil. Esse foi um regime de caráter provisório ocorrido em Atenas após ser derrubada a Oligarquia dos 400 em Atenas em 411, que havia sido implantado após uma *stásis*. O historiador tem isto a dizer sobre a experiência:

E foi pelo menos este o primeiro período da minha vida em que os Atenenses me pareceram terem constituído uma boa governação. Foi com bom senso que se deu a junção [*sýgkrasis*] entre os partidários da oligarquia e da democracia, e foi depois de tão dolorosos acontecimentos que a cidade começou a recobrar forças. (8.97.1-2; trad. Fernandes & Granwehr)<sup>28</sup>.

Aqui, tem-se a primeira menção quanto à preferência por uma constituição de tipo misto. Fato que não é de pouca monta ao considerar que nenhuma teoria política antiga teve mais influência na modernidade do que a ideia de uma constituição mista (Fritz, 1954, p. v). Apesar de Tucídides não se propor a teorizar sobre o tipo de regime, a *sýgkrasis* entre democratas e oligarcas pode sem dúvidas se apresentar como um possível antídoto contra a *stásis* em geral ou, mais precisamente, a chave para a recuperação política de Atenas.

O Governo dos Cinco Mil foi uma tentativa de reequilibrar o poder na *pólis* após a queda da oligarquia, proporcionando uma forma de governo que incluía os hoplitas (a classe dos soldados-cidadãos que formava a infantaria pesada), mas excluía a parcela dos cidadãos mais pobres. Dentre as medidas desse novo governo esteve a eliminação do pagamento pelo serviço público (Arist. *Ath. Pol.* 33.1), uma prática comum das oligarquias como forma de limitar a participação das classes mais baixas nos cargos de poder.

A *stásis* emerge como um dos processos centrais que permeiam a narrativa da obra de Tucídides (Hunter, 1982, p. 165). Ao longo da *História*, os conflitos civis não são apresentados como eventos isolados, mas como parte de um fio de significados cumulativos que atravessam a obra. Tucídides não adota uma perspectiva linear ou causal, mas, dentre outros, por meio da *stásis*, constrói uma visão cíclica dos eventos que culminam na crise final da *arché*, ou domínio, ateniense. A opção de Tucídides pelo Governo dos Cinco Mil, aparece assim como uma boa forma de instaurar a estabilidade de volta à cidade após um evento sangrento ocorrido em função da *stásis* em Atenas.

O fascínio pela estabilidade política motivada pelos riscos trazidos à tona pela *stásis* foi uma das razões que motivaram muitos desses pensadores a refletir sobre uma forma de regime mista. Nesse sentido, a constituição espartana, por exemplo, era frequentemente vista como um modelo de equilíbrio bem-sucedido entre forças sociais opostas, já que era a polis do mundo grego que não guardava nenhum registro de *stásis* no período clássico (Gehrke *apud* Hansen *et al.*, 2004, p. 125; ver discussão no capítulo 3). Tanto Platão quanto Aristóteles manifestaram sua admiração por Esparta. Platão, em *Leis* (683a-685a), reconta o mito da criação do regime

<sup>28</sup> "καὶ οὐχ ἥκιστα δὴ τὸν πρῶτον χρόνον ἐπὶ γε ἐμοῦ Ἀθηναῖοι φαίνονται εὖ πολιτεύσαντες· μετρία γὰρ ἦ τε ἐς τοὺς ὀλίγους καὶ τοὺς πολλοὺς σύγκρασις ἐγένετο καὶ ἐκ πονηρῶν τῶν πραγμάτων γενομένων τοῦτο πρῶτον ἀνήνεγκε τὴν πόλιν."

espartano, e Aristóteles, na *Política* (1294b14-35), comentou sobre o caráter misto da constituição espartana como sendo uma fusão de elementos oligárquicos e democráticos.

Em Aristóteles, o regime misto está intimamente ligado à sua noção de *politeia* que, distintamente do termo geral para constituição ou forma de governo, o filósofo descreve como a forma correta, não desviada, de democracia (*Pol.* 1279b4). Para Aristóteles, a *politeia* era um sistema político que combinava elementos da democracia e da oligarquia, criando um equilíbrio que favorecia a estabilidade e a harmonia social. Ao contrário de uma democracia pura, que Aristóteles considerava atender aos interesses dos mais pobres (*Pol.* 1279b30-39) em detrimento da *pólis* como um todo, a *politeia* era vista como uma forma equilibrada de governo, na qual o poder não era monopolizado por uma classe ou facção.

A noção de constituição mista, segundo Aristóteles, fundamenta-se, sobretudo, na busca por um regime que melhor resista à *stásis*, ou seja, à instabilidade e aos conflitos internos (*Pol.* 1296a.7). De uma perspectiva marxista, a constituição mista foi, pelo menos em sua origem, uma tentativa de “equilibrar a luta de classes no plano político” (Ste. Croix, 1981, p. 75). Nesse sentido, a constituição mista teria servido como um instrumento para equilibrar, por meio da manipulação das leis, a relação de poder entre ricos e pobres, permitindo que a elite, numericamente inferior, contrabalançasse a ampla maioria dos cidadãos mais pobres da *pólis*.

## 2.4 LEITURAS DA STÁSIS

Como já dito, as interpretações modernas sobre a *stásis* são tão heterogêneas quanto as correntes do pensamento moderno. Algumas a entendem como resultado de disputas internas entre facções das elites; outras a interpretam como expressão de um conflito social mais amplo, latente entre diferentes grupos da sociedade. Há ainda perspectivas que leem esse tipo de conflito como um traço estrutural e permanente das formas de organização política do ‘ocidente’.

Como apontado por Hansen (2004, p. 126), a *stásis* não era uma ocorrência excepcional, mas compunha um elemento cotidiano das *pólis* gregas. A ideia de que o conflito era uma parte inevitável da vida política grega é central para a compreensão da forma como essas sociedades operavam. Edelstein em um trabalho recente (2025) busca traçar a história da ideia de revolução até o seu ponto de inflexão no início da contemporaneidade, quando, por fim, toma pela primeira vez um sentido positivo.

O intelectual franco-americano interpreta a *stásis* no período clássico sobretudo a partir de Tucídides como uma forma paradigmática de revolução interna violenta, marcada pela

ruptura das normas sociais, jurídicas e linguísticas. Para Edelstein, a experiência clássica consolidou uma visão profundamente negativa da *stásis*: ela não aparece como motor de progresso, mas como força destrutiva e contagiosa, capaz de dissolver laços de parentesco, inverter valores morais e revelar a fragilidade da civilização frente às paixões humanas (2025, p. 30–31). Essa leitura explica por que, na tradição política grega, a *stásis* foi concebida como um risco estrutural permanente das *póleis*, associado ao conflito entre ricos e pobres e à incapacidade de alcançar consenso político duradouro (Edelstein, 2025, p. 29–30).

O historiador Reinhart Koselleck, em sua história do conceito de *revolução*, identifica a *stásis* grega como pertencente ao primeiro grupo de “vocábulos de cunho conceitual” que expressam as “experiências pré-modernas” desse conceito. Segundo ele, esses termos eram definidos a partir da perspectiva dos “poderes dominantes”, ou seja, “de cima para baixo” (2020 [2006], p. 253).

Nessa concepção, a *stásis* era vista como equivalente a palavras como “tumulto”, “motim”, “sedição”, “conspiração”, “sublevação” e “rebelião”, e acabaram incorporados aos “usos linguísticos” da Idade Média que passaram à contemporaneidade. Da mesma forma que as formas de governo gregas eram mobilizadas não somente de formas teóricas, a “manifestação dos distúrbios e das guerras civis” “[p]odiam ser empiricamente resgatadas” (Koselleck, 2020 [2006], p. 254). Assim, a *stásis* pertence ao grupo de termos definidos pela perspectiva dominante sobre as movimentações que ameaçavam o *status quo*. Sem dúvidas, em muitas cidades-estado, a *stásis* era uma válvula de escape para a expressão de tensões socialmente acumuladas e que permitia, por vezes, mudanças políticas abruptas.

Entre os principais estudiosos especificamente voltados para a *stásis*, Gehrke (1985) a destaca como um fenômeno predominantemente aristocrático, no qual as disputas refletem as rivalidades entre as elites pelo controle político e por prestígio social. Para Gehrke, o elemento de ambição pessoal era um fator determinante: as lideranças, motivadas pelo desejo de poder e prestígio, frequentemente usavam a população mais pobre (o *dēmos*) como ferramenta em suas lutas pelo poder político (Gehrke, 1985, p. 352). A mesma noção pode ser verificada nos versos de Eurípides (*Supp.* 245-258) citados acima, na qual os pobres eram “ludibriados por línguas de mal guias”. As divisões internas resultantes dos interesses pessoais dessas lideranças acabariam por culminar em violência e no enfraquecimento da cidade.

A interpretação de Gehrke, contudo, não leva tanto em conta a possibilidade real de que forças políticas populares foram e continuam sendo lideradas em sua grande maioria por integrantes da classe dominante. Sua abordagem, assim, parece focar em uma história

construída pela ação de grandes personagens em constante disputa por honra e reconhecimento. A *stásis*, por exemplo, não era tanto um conflito entre classes sociais ou uma expressão de desigualdade econômica, mas um reflexo das rivalidades pessoais.

Essas disputas aristocráticas eram marcadas por alianças e traições que se desenrolavam dentro do complexo cenário político das *póleis* gregas. Elites rivais buscavam demonstrar superioridade não apenas através de conquistas militares, mas também por meio de demonstrações de generosidade pública e influência política, por exemplo. Assim, a *stásis* era, em grande parte, uma competição por reconhecimento, na qual a derrota significava uma perda de honra aristocrática tanto quanto uma perda de poder.

Price (2001) propõe uma avaliação similar do lugar da *stásis* com enfoque sobre a obra de Tucídides. Um dos aportes centrais do estudioso reside também na recusa de explicar a *stásis* em termos ‘ideológicos’, democráticos ou oligárquicos. Embora reconheça a presença de discursos e programas políticos, o autor sustenta que, nos momentos decisivos, tais formulações funcionam sobretudo como pretextos retóricos para disputas de poder internas. A análise dos acontecimentos de 411, especialmente da fragmentação da oligarquia dos Quatrocentos e da ascensão dos Cinco Mil (8.89–97), demonstra que a *stásis* se desenvolve como uma dinâmica de competição pessoal dentro das próprias facções, impulsionada por ambição individual.

Tucídides, segundo Price, orienta deliberadamente o leitor a perceber que as questões políticas se manifestam em função de ocasiões e não de causas profundas. O núcleo explicativo da *stásis* reside, assim, na luta interna por predominância e na instrumentalização do discurso público, o que permite compreender o conflito interno como força motriz autônoma da história da guerra, e não mero reflexo da polarização externa entre Atenas e Esparta (Price, 2001, p. 331–332).

Além dos conflitos e rivalidades pelo poder interno, outras leituras apontam para a grande importância dos fatores externos na deflagração das *stáseis*. Essas abordagens, exploradas por estudiosos como Bruce (1971) e Ober (2006) principalmente apoiados pelo relato de Tucídides, destacam como a dinâmica externa de guerras, rivalidades entre cidades e influências culturais ou ideológicas, moldaram o cenário político interno, exacerbando tensões.

De acordo com Bruce (1971, p. 117), a *stásis* frequentemente ocorria como um reflexo das guerras e das disputas pela hegemonia entre as cidades-estado gregas. As pressões externas, como a ameaça de invasão ou a competição por recursos, podiam intensificar divisões internas, empurrando facções rivais a se aliar com potências estrangeiras para obter vantagem política – como no caso da *stásis* na ilha de Corcira registrada por Tucídides. Essas alianças muitas vezes

transformavam as lutas locais em conflitos mais amplos, conectando questões internas com o contexto amplo do mundo grego.

Ober (2006, p. 143) propõe uma análise da Guerra do Peloponeso na qual é possível ler a *stásis* como um reflexo interno da luta entre duas culturas políticas distintas: o modernismo-democrático ateniense e tradicionalismo-oligárquico de Esparta. Segundo essa perspectiva, o conflito envolvia divergências ideológicas profundas sobre a natureza do governo e da sociedade, e as levava para o interior do lar. Cidades que adotavam reformas democráticas, como no caso de Atenas, muitas vezes enfrentavam a resistência de facções, gerando um choque de visões de mundo em disputa pela hegemonia não somente estritamente política, mas cultural. Essas análises ajudam a contextualizar a *stásis* como parte de uma rede complexa de relações geopolíticas e culturais.

Outro enfoque significativo no estudo da *stásis* está em entendê-la como um reflexo das tensões sociais e econômicas ou da luta de classes. Essa abordagem analisa a *stásis* para além de um conflito entre elites ou como consequência de fatores externos, mas como uma expressão das desigualdades e fricções sociais estruturais dentro das *póleis*.

Essa linha de interpretação é desenvolvida tanto por estudiosos que enfatizam aspectos de consciência política (Lintott, 1982, p. 254) por parte do *dēmos*, quanto por aqueles que adotam uma perspectiva materialista histórica (Ste. Croix, 1981). Assim, a *stásis*, enquanto conflito social, pode ser entendida como um resultado direto das tensões entre diferentes grupos dentro das *póleis*. Essas tensões frequentemente surgiam de disputas econômicas, especialmente em contextos em que a concentração de riqueza criava uma divisão acentuada entre ricos e pobres, conforme notou Platão. No entanto, Lintott argumenta que os conflitos nas cidades-estado gregas não podem ser reduzidos apenas a fatores econômicos ou até mesmo considerados como um caso de luta de classes (1982, p. 258-260). Esses conflitos muitas vezes envolviam debates sobre inclusão política, direitos de participação e o reconhecimento de status social.

Em contrapartida, a leitura materialista de Ste. Croix (1981, p. 288) vê a *stásis* como uma expressão da “luta de classes no plano político” do mundo grego. Contudo, o autor deixa claro que nem todas as manifestações de *stásis* são manifestações diretas da luta de classe. O historiador inglês pontua, assim, que uma medida para reconhecer quando a *stásis* era produzida pela luta de classes está no grau de violência do evento. Quanto mais violenta a *stásis* maior é a possibilidade de se ter tratado de uma disputa de classes (Ste. Croix, 1981, p. 49). Nesse

sentido, a *stásis* refletiria um conflito estrutural entre aqueles que detinham os meios de produção (as elites) e os explorados.

Por fim, a *stásis* pode ser compreendida, a partir de uma perspectiva filosófica, como um aspecto intrínseco à vida política. Esse enfoque, explorado por pensadores como Loraux (2006 [1997]; 2009 [2005]) e Agamben (2015), trata a *stásis* não apenas como um fenômeno histórico localizado nas *póleis* gregas, mas como um reflexo do caráter conflitual do político (Loraux, 2006 [1997], p. 10). Essa linha de interpretação vê o conflito como um elemento constitutivo da sociabilidade e das relações políticas.

Para Nicole Loraux, a *stásis* é uma expressão do modelo conflituoso inerente à vida política das comunidades gregas ou da “*pólis*”. Ela utiliza a metáfora do conflito no “seio da família” para ilustrar como a *stásis* era vista pelos gregos como uma forma de guerra entre pessoas que deveriam estar unidas e surge a figura da “cidade dividida” (Loraux, 2006 [1997], p. 16). Loraux enfatiza a importância dos mecanismos de esquecimento ou de anistia como tentativas da *pólis* de lidar com os traumas causados pela *stásis*. Esses atos de reconciliação eram necessários para restaurar a unidade política, mas não eliminavam a possibilidade do conflito.

Loraux declara como projeto em suas pesquisas, “aproximar” “o político grego daquilo que em nosso presente mais gostaríamos de manter à distância” e reconhecer que os gregos antigos “já pensavam sua origem grega sob a forma do conflito, da luta” (2009 [2005], p. 36). Sua meta seria, assim, a de renunciar ao “modelo da cidade como designação do um”, enfocando sobre as diversas configurações que o “múltiplo e a divisão”, ou seja, “o conflito”, assumiu na “cidade grega” (2009 [2005], p. 31).

Carl Schmitt, em sua obra *O Conceito de Político* (2007 [1932], p. 26), propõe que a essência do político reside na distinção entre amigos e inimigos<sup>29</sup>. A *stásis*, sob essa perspectiva, é uma manifestação desse antagonismo fundamental que define a política. Para Schmitt, a política é inevitavelmente marcada por essa polarização, e o conflito é uma condição inescapável do político. Giorgio Agamben<sup>30</sup> (2015, p. 20) expande a leitura de Schmitt, argumentando que a *stásis*, na figura da *guerra civil*, constitui o “grau extremo de desassociação” do sistema político “ocidental”. Para Agamben, o conflito interno, em sua forma mais aguda, revela os limites e as fragilidades do conceito ocidental de soberania e de ordem

---

<sup>29</sup> Na tradução em língua inglesa de George Schwab: “The specific political distinction to which political actions and motives can be reduced is that between friend and enemy”.

<sup>30</sup> Na tradução em língua inglesa de Nicholas Heron: “As the extreme degree of disassociation, civil war is, even from the Schmittian perspective, an ineliminable part of the political system of the West”.

política. Nesse sentido, a *stásis* é um lembrete constante das tensões que permeiam as tentativas de construir uma ordem social estável.

Sob essas interpretações, em vez de ver o conflito como algo que deve ser suprimido ou resolvido, esses autores sugerem que a política é, por sua própria natureza, um espaço de confronto e antagonismo que não pode ser completamente eliminado. Assim, a perspectiva dessa forma quase perene de *stásis* convida a repensar a política como uma arena de conflito contínuo, na qual o antagonismo não é um desvio, mas o próprio motor da dinâmica social.

A análise da *stásis* na Grécia clássica revela que esse fenômeno não pode ser encapsulado em um único modelo explicativo. Os vários enfoques não são excludentes nem mesmo autossuficientes, mas apresentam facetas diversas sem as quais uma compreensão do objeto não pode ser completa. Não se deve perder de vista como a *stásis* representava uma ameaça constante à estabilidade da *pólis* e que serviu em diversos autores como suporte para pensar sobre as questões políticas e sobre o próprio ser humano.

A riqueza e a amplitude dos sentidos associados ao termo *stásis* permitem uma diversidade de interpretações, tornando-a uma temática especialmente polêmica e fértil para a pesquisa histórica. Essa pluralidade de sentidos reflete não apenas a complexidade das *póleis* do mundo grego clássico, mas também a relevância contínua do tema na compreensão da dinâmica política em contextos antigos e contemporâneos.

Finalmente, a perspectiva que esta pesquisa traz à *stásis* parte da visão de que não é um evento excepcional nem raro no período clássico. Em uma época histórica de transformações econômicas, políticas e ideológicas, a *stásis* se apresenta como o negativo da união política e do ideal da *pólis*. A plena estabilidade nunca fora uma verdadeira opção no mundo grego por seu caráter continuamente antagônico, opressor e escravista. Essa multiplicidade de contradições estourava em sua forma política nas chamadas *stáseis*.

As fontes escritas a que se tem acesso são, sem exceções, relatos e reflexões de alguns autores pertencentes às classes proprietárias de então<sup>31</sup>, que não tinham nenhuma intenção de se manifestar contra seus próprios interesses. Infelizmente, jamais se terá acesso ao que pensavam os participantes do lado do *dēmos* em uma *stásis*. Ainda assim, alguns rastros permitem vislumbrar uma clara preocupação com o suprimento das necessidades vitais do ser humano – algo que a *stásis* tem em comum com todas as grandes lutas da história humana até o momento.

---

<sup>31</sup> Basta lembrar como a fortuna da família de Tucídides provinha da mineração sem dúvidas feita com mão de obra escrava descartável.

### III – A *STÁSIS* NOS TRÊS PRIMEIROS LIVROS DE TUCÍDIDES

À primeira vista, a seleção das *stáseis* analisadas neste capítulo pode parecer arbitrária. Contudo, o recorte deliberado dos três primeiros livros da *História* de Tucídides responde à intenção de examinar a *stásis* a partir de diferentes níveis analíticos e registros narrativos presentes na obra. Tal escolha permite observar como o historiador articula o conflito interno ora de forma conceitual e metodológica, ora por meio da descrição de eventos concretos, ora ainda pela reflexão moral e política que emerge de situações-limite.

No livro 1, foram abordadas as diversas menções à *stásis* ao longo da Arqueologia, da seção metodológica e das explicações remotas acerca das origens da guerra, particularmente aquelas associadas aos acontecimentos desencadeados pela *stásis* em Epidamno. Já no livro 2, a análise não se concentrou diretamente nas ocorrências explícitas do termo *stásis*. Em seu lugar, o foco recaiu sobre a descrição da Peste de Atenas, episódio em que o conceito está ausente do vocabulário, mas cuja densidade simbólica e interpretativa permite um diálogo profícuo com as reflexões desenvolvidas em torno da *stásis* ao longo da obra. Essa escolha foi tanto motivada por sua recorrência na historiografia quanto por sua capacidade de iluminar, por contraste, as tensões entre ordem social, natureza humana e ruptura normativa. Por fim, o livro 3 apresenta dois casos centrais de *stásis*, amplamente discutidos pela tradição: a *stásis* no contexto da revolta de Mitilene contra o império ateniense e a *stásis* em Corcira.

O percurso analítico iniciado no livro 1 concentra-se em passagens que destoam do tom predominante da narrativa do restante da obra. Na Arqueologia (3.1), Tucídides mobiliza procedimentos de seleção, análise e reconstrução do passado remoto, lidando com eventos não testemunhados e, nesse aspecto, aproximando-se de práticas associadas à historiografia herodoteana. Na seção metodológica e no chamado Catálogo dos sofrimentos (3.2), o historiador explicita seus critérios de composição e insere comentários autorais que justificam o escopo e a relevância de seu tema, a Guerra do Peloponeso. Por fim, a última seção dedicada ao livro 1 (3.3) examina os acontecimentos que conduzem ao estopim da Guerra do Peloponeso e à eclosão da *stásis* em Epidamno, episódio que antecipa e prepara a análise posterior da *stásis* em Corcira, desenvolvida nas seções 3.7 e 3.8.

No livro 2, o enfoque recai sobre a Peste de Atenas, que assolou a cidade nos primeiros anos da guerra. Destaca-se aqui o caráter metafórico do relato, bem como os pontos de aproximação e distanciamento entre a peste e a *stásis*, especialmente no que diz respeito à

dissolução das normas, ao colapso das expectativas coletivas e à exposição dos limites da vida política em situação de crise extrema.

As quatro seções finais do capítulo organizam-se em torno de dois episódios centrais do livro 3. O primeiro diz respeito à revolta de Mitilene, que, ao atender ao chamado espartano para romper com o domínio ateniense, vê emergir em seu interior uma nova ruptura: uma *stásis* que culmina na rendição da cidade (seção 3.5). O julgamento dos mitilênios em Atenas, por sua vez, dá origem a um debate emblemático (seção 3.6), no qual se confrontam concepções distintas acerca da natureza do Império Ateniense e da dinâmica das *stáseis* no contexto da Guerra do Peloponeso. O segundo episódio é a *stásis* em Corcira, descrita e analisada na seção 3.7 da dissertação. Seus desdobramentos oferecem o mais extenso e denso trecho da obra no qual se podem apreender as reflexões de Tucídides sobre a relação entre conflito interno e guerra externa, tema que é aprofundado e problematizado na seção 3.8.

Em conjunto, a análise dos três primeiros livros da *História* evidencia que a *stásis* não deve ser compreendida apenas como um evento pontual de ruptura política, mas como um fenômeno multifacetado que atravessa diferentes níveis da narrativa. Ao articular reflexões metodológicas, episódios de crise extrema e conflitos internos propriamente ditos, Tucídides constrói uma interpretação na qual o colapso das normas (*nómoi*), a exposição da natureza humana e a interação entre guerra externa e dissensão interna se revelam indissociáveis. Assim, a *stásis* emerge menos como um desvio excepcional e mais como uma possibilidade latente inscrita no funcionamento das comunidades políticas em contexto de pressão prolongada, oferecendo uma chave interpretativa central para a compreensão da experiência histórica da guerra.

### 3.1 A STÁSIS NA ARQUEOLOGIA

Após se apresentar como ateniense para o leitor (1.1.1), Tucídides demonstra a intenção de explicitar as razões para que seu objeto mereça ser descrito, por ser superior em comparação a todos os conflitos precedentes (Hartog, 2013, p. 20). Para expressar a dimensão do conflito, é empregado o termo movimentação (*kínēsis*<sup>32</sup>), que sugere um processo de ampla agitação e convulsão que caracterizou este momento. E assim, ele apresenta o seu grande tema e o justifica por ser “o maior movimento de sempre” (1.1.2; trad. Fernandes & Granwher)<sup>33</sup>.

Para Hartog, a justificativa sobre o tema entrava no “registro da amplificação” e se alinharia a um dispositivo retórico encontrado no discurso epidíctico<sup>34</sup>, descrito por Aristóteles como um dos traços fundamentais desse gênero discursivo (*Rh.* 1368a). Ainda que se valha de estratégias retóricas tradicionais neste começo, Tucídides rompe logo com elas (Connor, 1984, p. 20-21) e, em lugar de exaltar os feitos do passado, enfatiza a modéstia e a relativa insignificância dos eventos anteriores à Guerra do Peloponeso (1.1.3). É nesse contexto que ele introduz sua Arqueologia (1.2-19), uma investigação sobre o passado remoto da Grécia.

Adam Parry considera que a Arqueologia guarda a teoria da história de Tucídides como fruto de sua longa experiência com a Guerra do Peloponeso. Calcada pesadamente sobre a história dos eventos correntes e contemporâneos da vida do autor, a história é vista em face da destruição gerada pelo conflito no qual os eventos anteriores foram reduzidos e se veem pequenos em comparação. Da mesma forma que a filosofia é a ave de Minerva, e bate suas asas apenas no crepúsculo (Hegel, 2008 [1820], p. 16), Tucídides enxergara o processo que levou à derrota ateniense em retrospecto, um ponto em que vê sua obra não como um benefício a seus contemporâneos (1.22.4), mas a uma “civilização” vindoura capaz de reconhecer os sinais do que ocorrera (Parry, 1972, p. 51). A *stásis* na *História* de Tucídides sem dúvidas é um elemento dessa grande *kínēsis* e pode se dar a conhecer desde o início da obra.

A primeira menção à *stásis* aparece logo no capítulo 2 do livro 1, na abertura de sua Arqueologia. Nesse momento, o historiador estabelece uma conexão fundamental entre as *stáseis* e a qualidade da terra, sugerindo que regiões com solos férteis estavam mais propensas a conflitos internos e a disputas pelo poder. Em 1.2.4, ele menciona que, em tempos imemoriais,

<sup>32</sup> *Kínēsis* pode querer dizer simplesmente movimento, mas também comoção, agitação e perturbação (Malhadas *et al.*, 2008, p. 71). Escolheu-se utilizar movimentação por encapsular um sentido diverso de movimento, frisando sua continuidade.

<sup>33</sup> “κίνησις γὰρ αὐτῆ μεγίστη δὴ τοῖς Ἕλλησιν ἐγένετο καὶ μέρει τινὶ τῶν βαρβάρων, ὡς δὲ εἶπεῖν καὶ ἐπὶ πλείστον ἀνθρώπων”.

<sup>34</sup> Na *Retórica*, Aristóteles divide a prática retórica em três espécies: a judicial ou forense, a deliberativa ou política e a demonstrativa ou epidíctica.

territórios como a Tessália, a Beócia e grande parte do Peloponeso<sup>35</sup> sofreram intensamente com o problema da *stásis*, além de invasões e migrações de povos estrangeiros, justamente devido à riqueza proporcionada por suas terras férteis. Essa relação entre abundância de recursos e instabilidade política sugere que a prosperidade econômica gerada pela terra não era apenas um fator de segurança e desenvolvimento, mas também um elemento possivelmente desestabilizador, uma vez que intensificava rivalidades internas e tornava as *póleis* alvos de incursões externas.

Aqui se delineia uma noção essencial para a compreensão da organização social e política do mundo grego antigo: a acumulação de poder derivada da riqueza proporcionada pela terra – que, junto ao trabalho não livre, constituía o principal meio de produção da época (Ste. Croix, 1981, p. 112-114). Essa visão evidencia o nexo fundamental entre poder político e poder econômico, um tema recorrente no pensamento clássico, explorado tanto por Tucídides quanto por filósofos posteriores como Platão (*Resp.* 8-9; *Leg.* 756b-e)<sup>36</sup>, conforme discutido brevemente no capítulo anterior. A conexão entre posse de terras e dominação política fazia da terra um bem disputado não apenas entre cidades, mas dentro das próprias comunidades, em que elites agrárias frequentemente monopolizavam o acesso a recursos, exacerbando as tensões sociais e resultando em episódios de *stásis*.

Hornblower (1991, p. 11-12) destaca que, em vez de se imputar um anacronismo à análise de Tucídides ao se referir a ocorrências de *stáseis* em tempos imemoriais, deve-se considerar que ele estava introduzindo, desde o início de sua obra, um tema central para sua narrativa: a relação entre o controle da terra fértil, o poder e o surgimento de disputas internas (*stáseis*), que frequentemente levavam à *destruição* ou à *ruína* das comunidades. Essa interpretação sugere que Tucídides não apenas descrevia a realidade política de períodos anteriores, mas também projetava sobre eles uma determinada visão que permitia compreender os mecanismos que, em sua visão, regiam a dinâmica dos conflitos humanos. O historiador, portanto, lança mão de uma abordagem que transcende a mera descrição factual e se aproxima de uma teoria política da instabilidade, em que o domínio dos recursos naturais e sua distribuição desigual aparecem como fatores determinantes para a eclosão de crises.

Na sequência, a região da Ática, onde se localiza Atenas, é mencionada pela primeira vez. O historiador argumenta que os atenienses estiveram livres da *stásis* desde tempos remotos devido à pobreza de seu solo (1.2.5). No entanto, essa afirmação não implica que a Ática tenha

---

<sup>35</sup> Excetuando-se a região da Arcádia na Península do Peloponeso.

<sup>36</sup> Ver Fuks (1977; 1979) sobre o nexo entre poder político e econômico nas obras *República* e *Leis* de Platão.

sido completamente isenta de conflitos internos, como evidenciam outros autores antigos (Plut. *Thes.* 32-36) e até mesmo o próprio Tucídides em outro momento (2.15.1; Cardoso, 2022, p. 135).

Além disso, ele menciona a ausência de invasões, elemento que se conecta ao mito da autoctonia<sup>37</sup> ateniense, apesar de não o mencionar. Como consequência, a Ática teria se tornado um refúgio para exilados e refugiados provenientes das *stáseis* em outras partes da Grécia. O relato prossegue explicando que Atenas acabou por absorver esses recém-chegados como cidadãos<sup>38</sup>, a fim de evitar novas instabilidades políticas (Hornblower, 1992, p. 14), e que, devido ao aumento populacional, organizou o envio de colônias para a Jônia<sup>39</sup> (1.2.5-6).

É interessante observar como toda essa reflexão parte da qualidade e fertilidade da terra, as quais determinam a dinâmica de Atenas ao longo da narrativa. Assim, pode-se entrever em Tucídides o esboço de uma teoria sobre a influência do ambiente na história e a aproximação com algum nível de determinismo ambiental de teor hipocrático (Soares, 2022, p. 48-49). Essa perspectiva revela o papel central do espaço e da natureza na *História*, demonstrando como fatores geográficos podem impactar os eventos. Nesse contexto, é importante frisar que uma das principais razões para a manutenção do domínio ateniense (*archē*)<sup>40</sup> sobre seu império era precisamente a pobreza do seu solo, que impelia a necessidade de garantir uma rota segura para a importação de grãos<sup>41</sup> (Ste. Croix, 1981, p. 293; 1972, p. 45-49).

Contudo, Tucídides não leva esse raciocínio às últimas consequências. Para ele, a terra atua como um fator determinante em duas das principais causas de ruína política: a *stásis* e a invasão estrangeira. Hornblower (1991, p. 13) chama a atenção para o fato de que a qualidade do solo pode não ter uma relação direta com a ausência de “invasões” ou imigrações forçadas. A exemplo disso, tanto a Arcádia quanto a Ática podem ter escapado de fluxos migratórios devido à sua localização geográfica, protegidas das principais rotas oriundas do Norte.

---

<sup>37</sup> Sobre o mito da autoctonia ateniense: Leão (2010; 2011) discute sobre a origem do mito da autoctonia ateniense, seu papel na tragédia *Íon* de Eurípides, e a sua relação com conceitos de inclusão e exclusão no regime democrático ateniense; Hornblower (2011, p. 132-135) dá uma breve visão sobre os mitos da identidade ateniense – sendo o sinecismo, a dádiva do grão e o jonicismo, os outros três; Roy (2014) traz uma visão panorâmica sobre a autoctonia no mundo grego antigo.

<sup>38</sup> Note-se que a partir das leis de Péricles no final da década de 450, a cidadania passa a ser restrita a homens de pai e mãe atenienses, mas que as reformas de Clístenes em fins do século VI naturalizou estrangeiros, metecos e é possível que filhos de cidadãos atenienses com mulheres escravas fossem registrados como cidadãos (Hansen, 1991, p. 52-53).

<sup>39</sup> A coparticipação de outros grupos étnicos na colonização da Anatólia está registrada em Heródoto (1.146).

<sup>40</sup> Sempre que o termo *archē* for utilizado, ele se refere ao sentido de “comando” e “império” (Malhadas *et al.*, 2006, p. 133).

<sup>41</sup> Algo claro para um grego do século IV, leia-se: “When Philip [...] observing that we consume more imported corn than any other nation, he proposed to get control of the carrying trade in corn” e “For you are aware that we consume more imported corn than any other nation” (Dem. 18.87; 20.31; trad. Vince & Vince).

Além disso, se a baixa fertilidade da terra na Ática impediu a formação de grandes fortunas e, por conseguinte, de elites excessivamente poderosas – fator que, segundo ele, esteve na origem de *stáseis* em outras regiões –, o envio de colônias por Atenas também pode ser interpretado como uma estratégia deliberada para evitar conflitos internos derivados das disparidades socioeconômicas. Aristóteles, no livro 2 da *Política*, ao discutir a constituição cartaginesa, destaca a importância do envio de colônias como um meio eficaz para prevenir a eclosão de *stáseis* (*Pol.* 1273b.18-25).

Entretanto, a concepção de um envio sistemático e organizado de colônias como parte de uma política estatal pode refletir as práticas e a propaganda ateniense em vigor no século V, sem necessariamente corresponder à realidade dos períodos anteriores (Hornblower, 1991, p. 14). Por sua vez, Gomme (1945, p. 93) argumenta que, ao contrário de outras partes do mundo grego, não teria sido a ameaça da *stásis* que motivou a colonização da Jônia a partir de Atenas, mas sim a necessidade de aliviar o problema do excesso populacional na Ática. Essa leitura, no entanto, não invalida a hipótese de que a pressão demográfica, especialmente entre os indivíduos sem propriedades, era um fator recorrente nas preocupações sobre a estabilidade das *póleis* gregas – fator que recoloca o problema da *stásis* no centro do processo de colonização.

De qualquer maneira, de acordo com Tucídides, a estabilidade e a riqueza da Ática não surgiram de sua fertilidade, mas, paradoxalmente, da pobreza inicial de seu solo. Sua posição como um refúgio para aqueles que fugiam da guerra e da *stásis* em outras regiões é a fonte do seu crescimento espetacular (Marshall, 1975, p. 39). Esse encadeamento, como nota Soares (2022, p. 49), reforça a ideia de que a riqueza de uns contribui para a pobreza de outros e vice-versa. Igualmente, Jacqueline de Romilly identifica nessas passagens de Tucídides a importância prestada por ele à economia em sua explicação dos fatos políticos, considerando nisso sua originalidade (1998 [1956], p. 172-174).

A Arqueologia segue traçando o percurso de desenvolvimento da Hélade até mesmo antes dos gregos terem se diferenciado dos “bárbaros” e constituído um nome para si mesmos (1.3.3). Nesse processo, Tucídides estrutura sua narrativa a partir da ascensão de sucessivas talassocracias, que funcionam como marcos do progressivo incremento de riqueza e de “concentração de poder” (Romilly, 1998 [1956], p. 170). A consolidação desses poderes marítimos aparece como um fator determinante para o desenvolvimento dos helenos, preparando o terreno para os grandes conflitos que teriam sua culminância na Guerra do Peloponeso.

A talassocracia, entendida como o domínio marítimo e a projeção de poder por meio do controle das rotas navais, neste começo da obra. Em Tucídides, o domínio do mar não produz apenas prosperidade e segurança externa, mas também intensifica a circulação de riquezas, pessoas e expectativas políticas no interior das *póleis*. Esse dinamismo favorece a ampliação das desigualdades, o enfraquecimento de equilíbrios tradicionais e o surgimento de tensões sociais latentes, criando condições propícias à *stásis*. A talassocracia aparece como um fator que conecta a expansão externa à instabilidade interna, inserindo o conflito civil no mesmo horizonte da guerra e do desenvolvimento histórico.

A primeira dessas talassocracias é atribuída a Minos, o mítico rei de Creta. O historiador ateniense descreve Minos como o primeiro a construir uma frota e a estabelecer uma hegemonia sobre o Mar Egeu e suas ilhas, as Cíclades (1.4.1). A menção a Minos, um dos raros indivíduos citados nominalmente na Arqueologia, sugere um esforço deliberado do historiador em projetá-lo como um protótipo de imperialismo egeu, antecipando as dinâmicas de poder que caracterizariam o domínio ateniense (Romilly, 1998 [1956], p. 177; Connor, 1984, p. 24).

O tratamento dado a Minos por Tucídides contrasta com o de Heródoto, que, ao tratar da primazia no controle do mar, credits essa posição a Polícrates de Samos, um tirano do século VI (Hdt. 3.39-40.1)<sup>42</sup>. Aqui, a divergência entre Tucídides e Heródoto demonstra o diferente tratamento dado por cada um dos autores às fontes épicas.<sup>43</sup> Enquanto Heródoto insere Minos no domínio do tempo mítico, enfatizando sua natureza lendária, afastando-o dos personagens humanos, Tucídides o trata como uma figura que, apesar de sua posição remota no passado, esboça os padrões políticos e militares que marcarão o desenvolvimento da Hélade. Para Paul Veyne (2014 [1983], p. 13-14), ele estaria efetuando uma exegese histórica ao depurar o “mítico pelo *lógos*” no relato de Minos. Estaria, assim, operando um deslocamento, moldando sua interpretação do passado a partir de uma perspectiva racionalizante fundamentada na lógica do poder que testemunhou no século V.

O relato de Tucídides sobre Minos encontra um eco notável em Aristóteles, que, em sua discussão sobre a origem da constituição cretense, apresenta uma narrativa semelhante, ainda que com alguns detalhes adicionais. Na *Política* (1271b.32-39), o filósofo reafirma o papel central de Minos como o primeiro governante a subjugar as ilhas do Egeu e ressalta a posição

<sup>42</sup> Nesse ponto, a afirmação de que Tucídides está mais depurado do mito do que Heródoto encontra um pequeno obstáculo (Hunter, 1982, p. 19).

<sup>43</sup> O cuidado com o crédito devido por ambos os historiadores ao relato dos poetas épicos pode ser sentido nestes trechos: “se os poetas épicos puderem ser de utilidade”; em grego: “εἰ γὰρ τι τοῖσι ἐποποιῶσι χρεώμενον λέγειν” (Hdt. 2.120.3; tradução nossa); e 1.9.4: “se é que Homero é testemunha suficientemente idónea”; “ὡς Ὅμηρος τοῦτο δεδήλωκεν, εἴ τῳ ἱκανὸς τεκμηριώσῃ” (Thuc. 1.9.4; trad. Fernandes & Granwehr).

geográfica favorável de Creta como um trampolim natural para a hegemonia sobre o mundo grego. No entanto, Aristóteles acrescenta um elemento curioso que não aparece em Tucídides: a suposta expedição de Minos à Sicília, onde o rei teria encontrado sua morte. A menção à Sicília no tratado de Aristóteles ecoa fortemente o destino de Atenas em Tucídides, cuja tentativa de conquistar a ilha resultou em absoluto desastre (livro 7). Não dispondo dos meios de conhecer a extensão da recepção de Tucídides em Aristóteles, o paralelo entre as duas exposições é evidente. Tanto Minos quanto Atenas alcançam a supremacia marítima, mas encontram seu fim na Sicília, que parece representar o limite de ambas as talassocracias.

A narrativa do livro 1 continua a traçar as tentativas de consolidação de uma talassocracia no Mar Egeu, recorrendo aos eventos da semimítica Guerra de Troia para ilustrar o papel da força naval na dinâmica do poder helênico. Nesse contexto, Tucídides menciona Agamêmnon, citando Homero nominalmente (Hom. *Il.* 2.108), e argumenta que a autoridade do rei não se baseava apenas na linhagem, mas também na supremacia marítima, que impunha obediência aos demais reis pelo temor que inspirava (Thuc. 1.9.4). Essa leitura reforça um dos princípios fundamentais da interpretação tucidideana do poder como decorrência da força naval.

Tucídides prossegue ao destacar as consequências do regresso tardio dos gregos após a destruição de Troia, um período marcado por *stáseis* e por reconfigurações políticas. Ele observa que os conflitos internos, resultantes das disputas pelo poder, levaram muitos exilados a fundar novas cidades (1.12.2). Aqui, o historiador introduz mais uma vez o tema da colonização em relação às *stáseis*, mas com uma inversão na lógica mencionada em 1.2. Se em 1.2.6 a superpopulação decorrente da ausência de conflitos internos favorecia a colonização, agora são as convulsões políticas e os exílios forçados que impulsionam a fundação de novas *póleis*.

A análise do historiador também levanta questões sobre sua abordagem às tradições do passado. Como observado por Gomme (1945, p. 117), Tucídides estaria aceitando relatos tradicionais como história e projetando sobre o passado distante dinâmicas testemunhadas em seu próprio tempo (Hornblower, 1991, p. 38). De fato, a tradição de cidades fundadas por heróis exilados após a Guerra de Troia era amplamente disseminada – e seria também no mundo romano. Contudo, a menção à fundação de cidades por exilados de *stáseis* aparece de maneira anacrônica na narrativa, uma vez que o primeiro caso historicamente documentado desse fenômeno remonta à colonização de Taras (atual Tarento), fundada por espartanos dissidentes após a Guerra Messênica no período arcaico (Str. 6.3.2-3). Isso coloca em dúvida a pertinência da aplicação da noção de *stásis* por Tucídides a eventos tão remotos (Hornblower, 1991, p. 37).

Adiante, Tucídides introduz na narrativa um novo tipo de poder que destoia curiosamente do “padrão de grande potência” inspirado por Atenas no qual o domínio marítimo era crucial: a potência espartana (Romilly, 1998 [1956], p. 180). O historiador menciona episódios em que a cidade peloponésia, tradicionalmente reconhecida como a campeã das oligarquias gregas, interveio para derrubar tiranias e estabelecer regimes oligárquicos pelo mundo grego. O historiador observa que essa prática decorria do fato de os espartanos terem sido os primeiros a alcançar a *eunomia*<sup>44</sup> após atravessarem um período de *stásis* excepcionalmente longo, o mais extenso de que se tem notícia (1.18.1). Tucídides encerra essa passagem afirmando que Esparta mantinha essa estabilidade política há quatrocentos anos ou um pouco mais (1.18.1).

A visão de Tucídides sobre a *politeia* espartana parece alinhar-se com a de Heródoto (1.65-66), embora ele não mencione explicitamente o fundador mítico da *politeia* espartana, Licurgo (Gomme, 1945, p. 130; Cardoso, 2022, p. 155). Heródoto, por sua vez, atribui explicitamente a Licurgo a criação do regime político espartano, cuja origem remontaria, ao oráculo de Delfos ou a influências cretenses (Hdt. 1.65.2-4). Assim, a *eunomia* espartana seria explicada pela legislação estabelecida por Licurgo, que teria consolidado a estabilidade interna da *pólis*.

Entretanto, a cronologia desses eventos é motivo de disputa. Certos traços tradicionalmente associados à cultura espartana, como o desprezo pelas artes e pelo comércio<sup>45</sup>, a hostilidade em relação aos estrangeiros e uma recusa austera dos prazeres, só parecem ter se consolidado em meados do século VI. Esse dado ganha ainda mais relevância quando contrastado com o florescimento cultural e literário que marcou o mundo grego entre os séculos VIII e VII, período ao qual pertence Tirteu (c. 640), um dos maiores expoentes da poesia espartana da época. A suposta inflexão severa nos costumes espartanos, marcada pelo rigor e pela militarização da sociedade, parece destoar desse ambiente de renovação cultural no qual o poeta estava inserido (Gomme, 1945, p. 129). Até que ponto essa inflexão é resultante de uma “miragem espartana” transmitida por estrangeiros sem acesso ao país é foco de intensa discussão (Brunhara, 2011).

Ainda assim, críticas situam o surgimento das principais instituições espartanas apenas na transição entre os séculos VII e VI, por volta do ano 600 (Hornblower, 1991, p. 52). Essa

---

<sup>44</sup> Apesar de uma tradução mais direta querer dizer “boa ordem; boa legislação”, afirma-se que o significado efetivo de *eunomia* nesse contexto é o de “estrita observância das leis” (Malhadas *et al.*, 2007, p. 166) e não “a condição de um estado em que as leis são boas” (Andrewes, 1938, p. 89).

<sup>45</sup> Há produção acadêmica brasileira atualizada que questiona a solidez do mito do isolamento espartano com ênfase sobre a adoção do uso da púrpura de origem fenícia no período clássico (séc. V-IV) e o papel de Cítera, ilha ao sul do Golfo da Lacônia (Bernardo, 2020).

datação encontra apoio na obra de Tirteu, que expressa uma forte preocupação com a ameaça de um levante civil (*stásis*), um de seus poemas sendo intitulado como *Eunomia* (Ragusa; Brunhara, 2021, p. 35). Esse poema visto como uma “poesia da comunidade” ou “elegia coral” (Brunhara, 2011, p. 139) é lido, por vezes, como tendo o intuito de rememorar o caráter sagrado da constituição, assim como da origem espartana (2011, p. 141).

Contudo, a menção de Heródoto ao oráculo de Delfos e ao uso da escrita (1.65.2-4) apontaria para uma origem no século VIII, coincidindo com a estimativa de Tucídides supracitada (Hornblower, 1991, p. 53). Aceitar essa cronologia não implica em invalidar duas de nossas principais fontes antigas, Heródoto e Tucídides, mas reconhecer sua confusão cronológica quanto a um evento e um personagem, Licurgo, que se encontram no limiar do mito.

De qualquer forma, a noção de *eunomia* passa sem dúvidas por dois aspectos principais: o primeiro deles diz respeito à ideia de um regime constitucional – com a presença de leis –, enquanto o segundo é marcado pela ausência de *stásis* (Gomme, 1945, p. 128). Ambas as ideias concorrem em conjunto para a estabilidade do regime espartano, um tema que gerou intenso fascínio sobre a mente dos gregos antigos e que aparecia constantemente na recorrente temática do século IV do ‘melhor governo’ (ver capítulo 2).

No início do livro 1 de seu diálogo *Leis*, Platão define o que considera a principal função de um legislador<sup>46</sup> – entendido como aquele que estabelece as normas para a *pólis*. Mais do que simplesmente organizar a cidade para a guerra externa, sua tarefa essencial é preparar a comunidade para enfrentar aquela que é “a mais dura de todas as guerras”, a *stásis* (Pl. *Leg.* 628a.5-b.5; 629d.1). Ao longo do diálogo, por meio da interação entre seus interlocutores, um ateniense, um espartano e um cretense de Cnossos, Platão examina diferentes costumes e legislações até chegar à formulação do que considera uma das melhores leis dos dois últimos: a proibição de serem questionadas as leis da *pólis*.

Segundo essa diretriz, todos os cidadãos devem louvar as leis de suas *pólis* como divinas, impedindo qualquer debate público que possa comprometer sua autoridade. O direito de discutir as leis deve ser restrito a um grupo seletivo – os anciãos ou os oficiais – e jamais exercido na presença dos jovens (*Leg.* 1.634d4-e6), evitando, assim, que a nova geração desenvolva uma atitude demasiado crítica em relação aos *nómoi*<sup>47</sup> da *pólis*. Platão estabelece,

<sup>46</sup> Aqui, Platão se refere principalmente a Minos e Licurgo.

<sup>47</sup> O termo *nómos* (νόμος) em grego tem o sentido de “uso; costume; hábito, tradição, mas também o de “costume com força de lei, regra de ação, lei” “maneira de agir, conduta”, “norma, prescrição” (Malhadas *et al.*, p. 2008)

assim, um princípio fundamental para a coesão da cidade: a obediência inquestionável às leis como garantia de estabilidade e resistência à *stásis*.

De forma similar teria se expressado o orador Trasímaco da Calcedônia no século V ao se dirigir aos atenienses e louvar a ‘constituição ancestral’ de Atenas, época em que “los más jóvenes tenían que callar, la situación política no exigía hablar y los más ancianos gobernaban rectamente la ciudad” (Dion. Hal. *Dem.* 3.19-21; trad. Oliver Segura). A seguir Trasímaco diz ser hora de dar fim aos “distúrbios entre nosotros” e menciona como os outros povos devido a “un cumulo de éxitos los vuelve insolentes y sediciosos”, ou seja, caem em *stásis* (στασιάζειν), “nosotros con los éxitos nos hacíamos más sensatos” (Dion. Hal. *Dem.* 3.34-36; trad. Oliver Segura)<sup>48</sup>. Torna-se nítido como o lema da crítica de dar voz aos mais jovens se relaciona de maneira próxima com a ameaça da *stásis*.

A preocupação com a *stásis* e a estabilidade permeia todo o livro 2 da *Política*, em que Aristóteles examina diversos aspectos tanto de constituições existentes, incluindo, mais uma vez, as de Creta e Esparta, quanto de esboços de constituições ideais. No século IV, a discussão sobre constituição mista (tema abordado no capítulo 2) aparece em Platão, justamente ao destacar a dificuldade de classificar o regime espartano (e o de Cnossos) como democracia, tirania ou monarquia (*Leg.* 712d.2-e.5). É também na *Política* de Aristóteles que essa noção assume um caráter prescritivo mais definido, especialmente em sua comparação com o regime de Esparta (*Pol.* 1294b.14-35).

A Arqueologia articula a figura do legislador, a *eunomia* e a *stásis*. A *stásis* não aparece como anomalia ocasional, mas como ameaça permanente à *pólis*, exigindo mecanismos institucionais capazes de moderar paixões, conter desigualdades e estabilizar o corpo cívico. Nesse sentido, a figura do legislador não elimina a *stásis*, mas busca domesticá-la, o que reforça a leitura da Arqueologia como um laboratório conceitual em que Tucídides prepara o terreno para a análise da dissolução da ordem política nos livros seguintes.

Orwin (1994, p. 183) afirma que os comentários sobre a *stásis* em Corcira (3.82-83) e a imagem que imprimem dos excessos da *stásis* e do seu espalhamento por toda a Grécia, exceto Esparta, revelam que Tucídides era consciente dos benefícios do regime espartano. Essa visão passaria necessariamente por uma orientação política negativa na qual a situação menos desejada deve ser negada. Perspectiva que Orwin considera compartilhada entre Tucídides e

---

<sup>48</sup> Ambos os trechos reproduzidos em Dionísio de Halicarnasso no original, respectivamente: “[...] ήνίκα σιωπᾶν ἀπέχρη τοῖς νεωτέροις, τῶν τε πραγμάτων οὐκ ἀναγκαζόντων ἀγορεύειν καὶ τῶν πρεσβυτέρων ὀρθῶς τὴν πόλιν ἐπιτροπευόντων”; “καὶ τοὺς μὲν ἄλλους τὸ πλήθος τῶν ἀγαθῶν ὑβρίζειν τε ποιεῖ καὶ στασιάζειν, ἡμεῖς δὲ μετὰ μὲν τῶν ἀγαθῶν ἐσωφρονουμέν, ἐν δὲ τοῖς κακοῖς ἐμάνημεν, ἃ τοὺς ἄλλους σωφρονίζειν εἴθην”.

Hobbes, (1988, p. 839-840; 1994, p. 184). Nesse sentido, a simpatia de Tucídides por Esparta se devia a este não ter como propósito atingir o melhor, mas em evitar o pior do ponto de vista político – no caso espartano, escapar ao risco posto por uma revolta dos hilotas (4.80, 8.24, 8.40) –, e no caso do historiador, a *stásis*.

A posição de Esparta na Arqueologia ainda reforça um vínculo contrastante entre talassocracia e *stásis*. Ao permanecer essencialmente terrestre, avessa à navegação e à expansão marítima, Esparta preserva uma estrutura mais rígida. A narrativa contrastante sugere que essa rigidez contribuiu para a manutenção de uma ordem interna relativamente estável, ainda que sustentada pela coerção sistemática dos hilotas. Dessa forma, a estabilidade espartana não decorre da ausência de conflitos sociais, mas de sua contenção por meio de instituições conservadoras, o que evidencia que a talassocracia ateniense e o imobilismo espartano representam respostas opostas ao mesmo problema da instabilidade interna.

Embora se tenha destacado principalmente as menções à *stásis* na Arqueologia de Tucídides, é bom ressaltar que o seu papel é envolvido pela narrativa. O fenômeno emerge entrelaçado com outras questões, associado aos desafios e problemas endêmicos a que uma *arché* submetida em seu processo de desenvolvimento e declínio (Hunter, 1982, p. 172). A *stásis*, portanto, não pôde ser tratada de maneira isolada, mas como parte de um conjunto de fatores que moldam a ascensão e queda das organizações humanas.

Não obstante, podem-se identificar algumas linhas gerais que caracterizam a *stásis* na narrativa tucidideana até este ponto. Em primeiro lugar, destaca-se sua conexão com as condições naturais e com as dinâmicas populacionais de migração, colonização e mobilidade (1.2.4–6; 1.12.2), aspecto que ressalta a influência das condições materiais de vida, da distribuição dos recursos e do crescimento desigual sobre a instabilidade política e social. Nesse mesmo horizonte explicativo, a emergência da talassocracia aparece como um fator decisivo de aceleração histórica, ao intensificar a circulação de riquezas, pessoas e expectativas políticas, ampliando tensões internas nas *póleis* que dela se beneficiaram. Em segundo lugar, sobressai a relação entre *stásis* e *eunomia* (1.18.1), tema central do pensamento político grego clássico, segundo o qual o ordenamento político seria um meio para conter as tensões internas e promover a estabilidade da *pólis*.

### 3.2 A METODOLOGIA E O CATÁLOGO DE SOFRIMENTOS (1.20-23)

Após concluir sua *Arqueologia*, Tucídides apresenta uma forma de prefácio metodológico no qual expõe alguns dos princípios fundamentais de sua abordagem. Nesse trecho, o historiador critica a maneira como as pessoas, de forma geral, aceitam versões dos eventos passados sem submetê-las a um exame cuidadoso, além de delinear a metodologia investigativa que orienta sua obra. Esse tipo de reflexão sobre o próprio método era uma prática incomum na historiografia antiga (Hornblower, 1991, p. 59), sendo Tucídides um dos poucos autores a oferecer uma explicação de seus critérios empregados (1.22.2-3). Entre os autores antigos que assim o fazem, destaca-se Arriano, que, em sua *Anabasis Alexandri*, adota em seu prefácio um procedimento semelhante ao de Tucídides ao avaliar as incongruências entre diferentes relatos dos eventos que narra (Pref. 1-3).

Tucídides demonstra estar plenamente consciente das dificuldades inerentes à reconstrução do passado e da tendência humana de aceitar tradições históricas sem questionamento. No capítulo 1.20, ele reconhece que os leitores podem encontrar obstáculos para crer em certos detalhes apresentados em sua *Arqueologia*, justamente porque as versões populares dos eventos passados são amplamente aceitas sem uma análise rigorosa (1.20.1). Como exemplo desse problema, o autor menciona equívocos históricos comuns de sua época, aproveitando a ocasião para lançar uma crítica sutil a Heródoto. Tucídides observa que as pessoas raramente se dispõem a buscar a verdade (*alétheia*), preferindo adotar a primeira versão dos acontecimentos que lhes é apresentada, sem avaliar sua consistência ou procedência (1.20.2-3).

Apesar dessas dificuldades, Tucídides reafirma sua confiança nas conclusões a que chegou por meio de sua investigação, destacando que, mesmo tratando de eventos antigos, sua narrativa se baseia em um método rigoroso (1.21.1). O historiador ressalta a magnitude da guerra que narra, apesar de admitir a tendência dos participantes do conflito de superestimar sua própria experiência. Esse comentário revela não apenas seu distanciamento crítico em relação à guerra, mas também sua posição como testemunha dos acontecimentos.

O capítulo 1.22 da *História* é repleto de considerações metodológicas que, embora não estejam diretamente no centro de interesse deste estudo, merecem atenção por fornecerem a base sobre a qual se estrutura a justificativa para a escolha do tema de Tucídides (1.23). No início do parágrafo (1.22.1), ele explica como lidou com os discursos atribuídos aos personagens de sua narrativa. Admite que as palavras colocadas na boca dos oradores não são transcrições exatas do que foi dito, mas sim reconstruções feitas conforme o que, na sua

avaliação, era mais apropriado para cada ocasião. Esse procedimento, embora possa parecer problemático do ponto de vista da historiografia moderna, reflete um esforço deliberado de capturar a essência dos debates políticos e estratégicos da época, priorizando a coerência argumentativa e a verossimilhança sobre a literalidade<sup>49</sup>. Essa prática já demonstra o compromisso do autor com um modelo de história que não se limita a uma cronologia de eventos, mas busca compreender os mecanismos que orientam a ação humana.

Em seguida, esclarece sua metodologia para a narração dos acontecimentos (1.22.2). O autor rejeita a aceitação acrítica das primeiras versões que lhe chegavam, demonstrando cautela até mesmo em relação às suas próprias percepções como testemunha dos eventos. Sua abordagem consiste em confrontar suas observações com outros relatos, submetendo-os a um escrutínio rigoroso, embora não esmiuce em detalhe seu método.

Esse ponto revela um aspecto central de sua historiografia: a ênfase na investigação, contrastando com outras abordagens que reproduziam uma diversidade de relatos. Além disso, Tucídides reconhece a complexidade do processo historiográfico ao apontar duas das principais causas das incongruências entre os testemunhos históricos com que lidou: a falibilidade da memória (*mnēmē*) e a parcialidade (*eúnoia*) (1.22.3). Dessa forma, Tucídides se mostra consciente da inevitabilidade da subjetividade transparecer baseada nas inclinações humanas (Golan, 1977, p. 3).

No trecho conclusivo do capítulo (1.22.4), Tucídides reafirma a natureza inovadora de sua obra ao admitir que ela não possui o apelo narrativo (*mýthos*) presente em outros relatos históricos ou épicos. O autor reconhece a possível aridez de seu tema e que sua abordagem não se destina ao entretenimento ou ao agrado do público. A prática ditava que as obras deveriam ser lidas em voz alta para a apreciação pública – de fato, a leitura silenciosa era rara e o uso público ou privado da leitura em voz alta era esperado pela cultura literária antiga<sup>50</sup>. Tucídides demonstra um pouco de sua perspectiva elitista ao dirigir sua obra como de especial interesse aos verdadeiramente dispostos a tomar uma visão clara sobre o assunto.

Na mesma passagem, ele apresenta um trecho fundamental que gerou volumes quanto à interpretação: sua obra não foi escrita para obter aplausos momentâneos, mas para servir como um “legado para sempre” (*ktêma es aei*; trad. Fernandes & Granwehr), uma posse perene que permitirá às futuras gerações compreender os acontecimentos. Essa concepção confere à

---

<sup>49</sup> Remete-se o leitor ao capítulo 1, onde está exposto o posicionamento quanto à validade dos discursos de Tucídides nesta pesquisa.

<sup>50</sup> Vide o espanto de Agostinho de Hipona ao perceber que Ambrósio lia em silêncio (*Conf.* 6.3.3), comportamento incomum para a época cristã – oito séculos depois de Tucídides – e suficiente para merecer uma menção explícita.

*História* de Tucídides um caráter atemporal e que parece indicar a intenção do autor de que sua obra seja julgada útil por aqueles que desejam um conhecimento preciso daqueles acontecimentos como apoio para compreender o futuro.

No capítulo 1.23, Tucídides retoma e amplia o argumento previamente apresentado em 1.21 quanto à magnitude do conflito que havia sido temporariamente interrompido pela discussão metodológica em 1.22. Agora, o historiador se volta para a justificação definitiva da grandiosidade da Guerra do Peloponeso, retomando o tema da *kínēsis*, que aqui assume uma forma nitidamente destrutiva (Gomme, 1945, p. 150-151). Se no início da obra (1.1), a guerra já havia sido apresentada como o maior conflito entre os gregos até então, agora, essa grandeza não é mais medida apenas pelo volume de tropas, navios e riquezas envolvidas, mas sim por sua duração e pelos sofrimentos (*pathēmata*)<sup>51</sup> intensos e concentrados que infligiu à Hélade (Connor, 1982, p. 30-31).

Esse capítulo, por lidar com aspectos tidos como irracionais, tem sido considerado um “problema na classificação modernista da obra tucidideana” (Vargas, 2015, p. 53). Dada a importância desse trecho, que, segundo Parry (1972, p. 49), sintetiza as conclusões da Arqueologia, reproduziu-se o trecho 1.23.1-3:

[1] O acontecimento mais importante dos tempos passados foi a guerra com os persas, e todavia ela foi prontamente decidida em dois combates navais e duas batalhas terrestres. Mas a guerra do Peloponeso estendeu-se por longo tempo, e no seu curso a Hélade sofreu desastres como jamais houvera num lapso de tempo comparável.

[2] **Nunca tantas cidades foram capturadas e devastadas, algumas pelos bárbaros outras pelos próprios helenos combatendo uns contra os outros, enquanto algumas, após a captura, sofreram uma mudança total de habitantes. Nunca tanta gente foi exilada ou massacrada, quer no curso da própria guerra, quer em consequência de dissensões civis (*stásis*).**

[3] Assim, as estórias dos tempos anteriores, transmitidas por tradição oral, mas muito raramente confirmadas pelos fatos, deixaram de ser incríveis; as referentes a terremotos, por exemplo, pois eles ocorreram em extensas regiões do mundo e foram também de grande violência; eclipses do sol, que ocorreram a intervalos mais frequentes do que os mencionados para todo o tempo passado; grandes secas, também, em algumas regiões, com a sequela da fome; finalmente - o desastre que causou mais infortúnios à Hélade e destruiu uma considerável parcela de sua população - a peste epidêmica. (trad. Kury; grifos e parênteses nossos)<sup>52</sup>.

<sup>51</sup> *Pathēmatos* se refere tanto àquilo que se suporta ou um acontecimento que afeta, um acontecimento ou um fenômeno, quanto uma desgraça ou infelicidade (Malhadas *et al.*, 2009, p. 2). Seguindo uma linha interpretativa, decidiu-se por se referir ao termo como *sofrimento*.

<sup>52</sup> “[1] τῶν δὲ πρότερον ἔργων μέγιστον ἐπράχθη τὸ Μηδικόν, καὶ τοῦτο ὁμῶς δυοῖν ναυμαχίαιν καὶ πεζομαχίαιν ταχέϊαν τὴν κρίσιν ἔσχεν. τούτου δὲ τοῦ πολέμου μῆκος τε μέγα προύβη, παθήματά τε ζυνηνέχθη γενέσθαι ἐν αὐτῷ τῇ Ἑλλάδι οἷα οὐχ ἕτερα ἐν ἴσῳ χρόνῳ. [2] οὔτε γὰρ πόλεις τοσαῖδε ληφθεῖσαι ἡρημώθησαν, αἱ μὲν ὑπὸ βαρβάρων, αἱ δ’ ὑπὸ σφῶν αὐτῶν ἀντιπολεμούντων (εἰσὶ δ’ αἱ καὶ οἰκήτορας μετέβαλον ἀλίσκόμεναι), οὔτε φυγαὶ τοσαῖδε ἀνθρώπων καὶ φόνος, ὁ μὲν κατ’ αὐτὸν τὸν πόλεμον, ὁ δὲ διὰ τὸ στασιάζειν. [3] τὰ τε πρότερον ἀκοῆ μὲν λεγόμενα, ἔργῳ δὲ σπανιώτερον βεβαιούμενα οὐκ ἄπιστα κατέστη, σεισμῶν τε πέρι, οἱ ἐπὶ πλείστον ἅμα μέρος γῆς καὶ ἰσχυρότατοι οἱ αὐτοὶ ἐπέσχον, ἡλίου τε ἐκλείψεις, αἱ πυκνότεραι παρὰ τὰ ἐκ τοῦ πρὶν χρόνου μνημονεύομενα ζυνέβησαν, αὐχμοὶ τε ἔστι παρ’ οἷς μεγάλοι καὶ ἀπ’ αὐτῶν καὶ λιμοὶ καὶ ἡ οὐχ ἥκιστα βλάψασα καὶ μέρος τι φθείρασα ἡ λοιμώδης νόσος: ταῦτα γὰρ πάντα μετὰ τοῦδε τοῦ πολέμου ἅμα ζυνεπέθετο”.

O trecho evidencia a concepção tucidideana da Guerra do Peloponeso como um evento excepcional não apenas pela sua magnitude política e militar, mas, sobretudo, pela intensidade de seus efeitos sobre o mundo grego. A guerra não se restringe ao campo de batalha; seu impacto se estende para além dos combates, afetando o tecido da Grécia. Tucídides destaca como nunca tantas cidades foram destruídas, despovoadas ou submetidas a mudanças drásticas em sua composição demográfica, seja pela ação de exércitos estrangeiros, seja pelas próprias lutas intestinas entre gregos.

Além dos danos humanos e políticos, Tucídides também insere a guerra dentro de um contexto mais amplo de calamidades naturais, mencionando terremotos, eclipses, secas e a peste. Essa abordagem reforça a ideia de um período de desordem sem precedentes, em que os eventos parecem transcender a normalidade e desafiar qualquer expectativa baseada na experiência passada. O trecho chama a atenção por incluir calamidades e fenômenos naturais no rol dos *pathêmata* da guerra e é utilizado para argumentar a ambiguidade de Tucídides (Vargas, 2015, p. 81-82) ao deixar em aberto a correlação entre eventos humanos e naturais ou divinos. Destes, o eclipse é o evento que mais chama atenção por não ser uma calamidade e carregar um significado divino mais evidente. A Guerra do Peloponeso emerge em sua narrativa não apenas como um conflito entre cidades, mas como um momento em que a ordem do mundo foi temporariamente subvertida. Contudo, concorda-se com a leitura de Hornblower, de que o historiador fez uso dos eventos como meio retórico de demonstrar a sensacionalidade do conflito que registrou, apesar de um resvalo ocasional sobre o terreno do irracional (1991, p. 62-63)

Não obstante, os sofrimentos ‘sem precedentes’ da Guerra do Peloponeso se tornam o critério central para avaliar sua grandiosidade. A destruição, o exílio e a morte não são meros subprodutos do conflito, mas elementos que definem a sua excepcionalidade. Essa abordagem contrasta com a maneira como Heródoto, por exemplo, interpreta eventos traumáticos, frequentemente associando-os a presságios divinos ou punições dos deuses (6.98). Enquanto Heródoto narra o massacre de crianças como um sinal divino, Tucídides demonstra uma abordagem mais desencantada e humanizada (Strasburger, 1982, p. 989). Ao expor os horrores do conflito antes mesmo de engajar na narrativa detalhada dos eventos bélicos, ele permite ao leitor antecipar a natureza de sua *História*.

Diferente de seu predecessor, Heródoto, ou de poetas e logógrafos (1.21.1), o historiador ateniense estaria oferecendo um novo tipo de história (Connor, 1982, p. 31). Ainda assim, a escolha de destacar o sofrimento como um eixo da narrativa estabelece uma conexão com a

tradição poética anterior, especialmente os proêmios da épica homérica (Woodman, 1988, p. 28-29). Na *Ilíada*, o próprio verso de abertura antecipa a interligação entre guerra e sofrimento: “Canta, ó deusa, a cólera de Aquiles [...] que tantas dores trouxe aos Aqueus” (Hom. *Il.* 1.1–2; trad. Frederico Lourenço). Apesar de ser a “cólera de Aquiles” a causadora aparente das dores dos aqueus, a cólera aparece já no contexto da Guerra de Troia. Na *Odisseia*, a resistência de Odisseu é moldada por suas múltiplas aflições: “e foram muitos no mar/os sofrimentos por que passou” (Hom. *Od.* 1.3–4; trad. Frederico Lourenço). Além desses, Jorge Luis Borges começa seu ensaio sobre *Do Culto aos Livros* (1999 [1952], p. 89) parafraseando a *Odisseia* no trecho em que “[se] lê que os deuses tecem infortúnios para que às futuras gerações não falte o que cantar”<sup>53</sup>. Fixando, assim, como um papel importante das composições, o relato de dores, sofrimentos e infortúnios.

Dentre os inúmeros desastres enumerados em 1.23, a *stásis* ocupa um papel central. Sua menção ao lado da guerra, como fenômeno complementar, revela uma compreensão dos conflitos gregos não apenas por meio da aparência ostensiva do embate entre cidades, mas também pelos efeitos submersos na política interna das *póleis*. Sob o Catálogo de sofrimentos, Tucídides descreve o exílio e os massacres como frutos tanto das batalhas da guerra quanto da *stásis*, uma colocação que leva a igualá-las, ainda que o autor não a trate como mais dura que a própria guerra como faz Platão (*Leg.* 629d1).

Além disso, no Catálogo se estabelece uma conexão entre a grande movimentação (*kínesis*) mencionada por Tucídides no proêmio de sua *História* (1.1.2) e a destruição sem precedentes que caracterizou a Guerra do Peloponeso. Se a *kínesis* inicial do conflito prenunciava uma convulsão de proporções inéditas, a guerra, ao longo de sua duração, cumpriu essa expectativa ao gerar sofrimentos igualmente incomparáveis. A *stásis*, nesse sentido, emerge como um dos principais agentes destrutivos desse quadro maior, sendo responsável por exílios e massacres (1.23.2). Mais do que um subproduto da guerra, a *stásis* se revela indissociável do próprio tema do conflito, dado que a magnitude da guerra não se media apenas pelos seus recursos militares, mas sobretudo por sua dimensão destrutiva (Parry, 1969, p. 115; 1972, p. 50, 58). O historiador, portanto, não apenas narra os eventos bélicos, mas destaca o fenômeno da *stásis* como parte constitutiva e central da devastação gerada pelo longo embate entre Atenas e Esparta.

---

<sup>53</sup> “Foram os deuses os responsáveis: fiaram a destruição para os homens, / para que também os vindouros tivessem tema para os seus cantos” (Hom. *Od.* 8.579-580; trad. Frederico Lourenço).

Nesse contexto, Tucídides pode ser interpretado como recorrendo a um artifício retórico que amplifica a importância de seu tema, aspecto que ele próprio reconhece ao afirmar que aqueles que vivenciam eventos históricos tendem a exagerar sua relevância (1.21.2). Ainda que o historiador pareça ter abandonado os traços de um discurso epidíctico em sua Arqueologia (1.2-19), na seção atual, emerge novamente com força, e de maneira não convencional, a técnica de enfatizar a grandeza do seu tema (Connor, 1984, p. 29). Sua exposição reforça a percepção de que a Guerra do Peloponeso não foi um episódio comum da história grega, mas um momento de crise, cujos efeitos foram sentidos em todas as esferas da vida política e social.

Como ver-se-á adiante, alguns estudiosos argumentam que a *stásis* na Guerra do Peloponeso atingiu um ponto de inflexão significativo. No entanto, determinar até que ponto essa mudança foi real, e o quanto o registro compete a um artifício retórico do autor, são questões que escapam aos limites desta pesquisa. O que se pode afirmar com segurança é que o historiador percebia os eventos de sua época como distintos daqueles que os precederam, e sua narrativa busca enfatizar essa singularidade. Seu relato da *stásis* como um fenômeno exacerbado pela guerra sugere que, ao menos para ele, o conflito interno adquiriu proporções inéditas, intensificando as divisões políticas e sociais dentro das *pólis*.

Esta seção provê uma chave para compreender a *stásis* em Tucídides ao situá-la em meio ao Catálogo de sofrimentos, permitindo reconhecê-la como um dos *pathêmata* desencadeados e exacerbados pela guerra. Levando em conta que as passagens iniciais da obra provavelmente são tardias, estes trechos podem se revelar como uma síntese retrospectiva redigida em um momento em que a derrota ateniense na guerra e a eclosão da *stásis* dentro da própria Atenas já eram realidades consumadas (Parry, 1972, p. 49).

### 3.3 EPIDAMNO E O PRELÚDIO DA *STÁSIS* E DA GUERRA

Nesta seção, é examinado o caráter bivalente do conflito em Tucídides, articulado na relação entre a *stásis* e a Guerra do Peloponeso. O foco recai, sobretudo, sobre o livro 1 da obra, em que o historiador reconstrói a gênese do embate entre as duas grandes alianças lideradas por Atenas e Esparta. Tucídides localiza os primeiros sinais do conflito em um episódio aparentemente periférico: a disputa no interior da *pólis* de Epidamno, situada na região do Mar Adriático. O rastilho de pólvora aceso leva a um conflito entre Corcira e Corinto, e acaba envolvendo Atenas na refrega. Esse episódio é apresentado por Tucídides como uma das alegações (*aitíai*), abordadas no primeiro capítulo, ou as ‘causas imediatas’ que precipitaram a eclosão da guerra pan-helênica.

Entre os capítulos 1.24 e 1.55, Tucídides descreve os eventos que levaram à aliança defensiva entre Corcira e Atenas. Embora este estudo se concentre no episódio que desencadeou esse processo: o conflito interno na cidade de Epidamno, seu desenvolvimento é importante para compreender os eventos em Corcira, apresentados mais à frente. Fundada como colônia de Corcira com a presença de coríntios – como ditava a tradição de colonização grega –, Epidamno teve origem em uma iniciativa conjunta com outros dóricos (1.24.2). Vale lembrar que Corcira era originalmente uma colônia de Corinto, mas cedo rompeu com sua metrópole, convertendo-se em uma potência rival<sup>54</sup>. Tucídides registra inclusive que a primeira batalha naval travada entre frotas de trirremes teria ocorrido entre essas duas mesmas cidades (1.13.2–4).

A localização estratégica de Epidamno ajuda a compreender a importância do episódio. A cidade, mais tarde conhecida como Dirráquio, a atual Durazo na Albânia, situava-se no ponto de menor distância entre a Grécia continental e a Península Itálica, controlando, assim, uma rota vital para o comércio e a movimentação militar entre os dois litorais (Hornblower, 1991, p. 68). A colônia de Epidamno prosperou ao longo do tempo, e é plausível que tenha acumulado considerável riqueza (Kagan, 1969, p. 206). Heródoto (6.127) menciona que um de seus cidadãos era suficientemente abastado para aspirar ao casamento com Agariste, filha de Clístenes, tirano de Sícion, o que revela tanto o prestígio quanto o alcance político da elite epidâmnia no final do século VI. Ademais, há registros de que, na Olimpíada de 516, um cidadão chamado Cleóstenes, natural de Epidamno, venceu a mais aristocraticamente valorizada das disputas olímpicas, a corrida de carruagens. Em celebração, Cleóstenes dedicou estátuas a si próprio, aos seus cavalos e até ao condutor do carro vencedor (Paus. 6.10.6-7).

---

<sup>54</sup> Ver Hdt. 3.48-53 sobre a extensão da inimizade e o domínio de Corinto sobre Corcira.

Tucídides informa que, ao se tornar populosa e poderosa, Epidamno foi enfraquecida por conflitos internos (*stáseis*) e por guerras contra populações não gregas da Ilíria, região na qual a colônia fora fundada (1.24.1–3). Embora o conteúdo específico dessas primeiras *stáseis* e sua relação com a guerra com os ilírios não seja plenamente elucidado, o fato de a elite da cidade posteriormente selar uma aliança com os ilírios, possivelmente empregando-os como mercenários, sugere que a guerra civil pode ter se originado de disputas sobre terras conquistadas desses povos. Mais uma vez, a *stásis* aparece entrelaçada de forma intrínseca à guerra, como já abordado na seção anterior sobre o catálogo de sofrimentos (1.23). Importa ainda destacar como Tucídides caracteriza o enfraquecimento de Epidamno como resultado dessa conjunção destrutiva entre dissensão interna e conflito externo.

Em seguida, o *dēmos* da cidade expulsa os “poderosos” (*dynatoí*), que, como dito, se aliam aos ilírios e lançam uma ofensiva contra Epidamno por terra e por mar (1.24.3-5). É significativo que o primeiro evento narrado por Tucídides como parte da genealogia da Guerra do Peloponeso seja, essencialmente, um episódio de “luta de classes” (Hornblower, 1991, p. 68). Esta passagem marca, ainda, a primeira ocorrência do termo *dēmos* em um contexto de antagonismo direto na obra, em clara oposição aos *dynatoí*, termo que tem o sentido aqui de poderosos ou influentes (Malhadas *et al.*, 2006, p. 254). Essa ocorrência de *dēmos* na *História* é paradigmática e revela pela primeira vez, nominalmente, a oposição entre as facções em uma *stásis*.

O *dēmos* de Epidamno, sitiado, envia emissários a Corcira, sua metrópole. Entram como suplicantes no templo de Hera e pedem, significativamente, não por apoio militar direto, mas pela mediação e reconciliação entre as facções em conflito na *stásis* (Kagan, 1969, p. 207). No entanto, os corcireus rejeitam sumariamente o pedido (1.24.6-7). Sem alternativas, os epidâmnicos recorrem ao oráculo de Delfos e, com o aval recebido, entregam a cidade à autoridade de Corinto, gesto prontamente aceito pelos coríntios (1.25.1-3).

Tucídides destaca o histórico de hostilidade entre Corinto e sua ex-colônia revoltosa, atribuindo grande peso a elementos ritualísticos e simbólicos, como a desconsideração pela precedência sacrificial devida à metrópole (1.25.4). Os *dynatoí* exilados de Epidamno, por sua vez, obtêm o apoio de Corcira, invocando laços genealógicos e o túmulo de ancestrais comuns como símbolo da legitimidade da reivindicação. Com a ajuda dos ilírios, designados por Tucídides como “bárbaros”, Corcira exige o retorno da facção expulsa, passando a atacar e sitiar a cidade por mar e por terra (1.26.3).

O destaque atribuído aos motivos de ordem religiosa como imagem da hostilidade entre Corinto e Corcira (1.25.4) constitui um desvio do procedimento habitual de Tucídides, que tende a silenciar ou minimizar a relevância da religião nas explicações causais – como foi visto sobre o caso do Decreto de Mégara no capítulo 1 da dissertação. Ainda assim, é inegável que os aspectos religiosos permeavam profundamente tanto a vida interna das *póleis* quanto suas relações externas.

A centralidade do papel desempenhado pelo oráculo de Delfos, cuja anuência legitima a entrega da cidade aos coríntios, bem como a sacralidade do gesto dos epidâmnios que se apresentam como suplicantes no templo de Hera em Corcira, evidenciam que, mesmo em uma obra que privilegia causas políticas e estratégicas, os elementos rituais e religiosos continuavam operando como fundamentos de autoridade no mundo grego. Tucídides, ao registrá-los pontualmente, reconhece que ignorá-los completamente comprometeria a inteligibilidade dos acontecimentos.

A possibilidade de que interesses econômicos estivessem entre os fatores de tensão não pode ser descartada, especialmente no que se refere ao acesso a mercados ou ao controle de áreas estratégicas de abastecimento de grãos, como o Sul da Itália e a Sicília – um dos quatro celeiros do Mediterrâneo<sup>55</sup>. No início do século XX, interpretações que enfatizam causas econômicas para a Guerra do Peloponeso ganharam certa popularidade, notadamente a hipótese de uma rivalidade comercial entre Atenas e Corinto (Ste. Croix, 1972, p. 214-220). Gomme, por sua vez, admite que elementos econômicos podem ter contribuído para o agravamento das tensões entre Corinto e Corcira (1945, p. 159-160). No entanto, Tucídides não oferece detalhes sobre possíveis avanços atenienses em direção à Sicília nesse período, omissão que talvez obscureça parte das motivações estratégicas de Atenas para a região<sup>56</sup>.

O fato de Tucídides não se deter em tais aspectos pode indicar uma escolha narrativa deliberada: a de apresentar a futura expedição à Sicília (livros 6-7) como um raio em céu azul, sublinhando, assim, a imprudência e o voluntarismo de seus idealizadores. Essa omissão, portanto, mais do que negligência, revela a construção retórica da obra, na qual a composição da narrativa é capaz de moldar o juízo do leitor sobre os eventos.

---

<sup>55</sup> Os quatro grandes celeiros do Mar Mediterrâneo eram a costa ucraniana do Mar Negro, controlada pelos atenienses via o Helesponto e o Bósforo; o Egito, sob domínio persa; o Norte da África, na esfera cartaginesa; e o Sul da Itália e a Sicília, controlado por gregos dóricos que tinham ligação forte com os peloponésios (Kagan, 1969, p. 179-180).

<sup>56</sup> Alguns dos eventos em direção à Sicília e à Magna Grécia não mencionados por Tucídides como antecedentes da Guerra são a aliança com Egesta, a fundação de Túrio, da qual Heródoto fez parte, e as alianças com Régio e Leontini, em 443 (Hornblower, 2011, p. 111-112).

Durante o cerco de Epidamno pelas forças corcíreias, com o apoio dos aristocratas exilados e dos ilírios, Corinto mobiliza uma resposta significativa, oferecendo igualdade de direitos<sup>57</sup> aos voluntários e reunindo vultosos recursos financeiros, homens e navios provenientes de diversas regiões (1.27.1-2). Ao tomar conhecimento desses preparativos, os corcíreus propõem uma solução pacífica e, acompanhados de embaixadores de Esparta e Sícion, oferecem submeter a disputa a arbitragem, seja em Delfos ou em outras cidades dóricas do Peloponeso (1.28.1-2). Corinto, no entanto, recusa a proposta e declara guerra contra Corcira (1.28.4-29.1). O gesto dos corcíreus, contudo, deve ser interpretado como o mais conciliatório possível dentro das práticas diplomáticas da época (Kagan, 1969, p. 225-226; Ste. Croix, 1972, p. 69). A disposição de aceitar uma arbitragem não apenas em Delfos, que já se mostrara desfavorável à cidade, mas também em cidades da Liga do Peloponeso, aliadas de Corinto, reforça o caráter pacificador da iniciativa e destaca a intransigência coríntia como fator determinante para o desencadeamento do conflito.

Segue-se então uma violenta batalha naval entre corcíreus e coríntios, que termina com uma vitória decisiva de Corcira e com a rendição de Epidamno (1.29.4-5). Ao final do confronto, os corcíreus executam todos os cativos, poupando apenas os prisioneiros coríntios (1.30.1). Inconformada com a derrota, Corinto intensifica seus preparativos militares, o que leva Corcira, até então alheia às duas grandes alianças, a procurar uma aliança com Atenas (1.31). Tucídides apresenta os discursos proferidos na ocasião, tanto dos emissários corcíreus (1.32-36) quanto dos coríntios (1.37-43), que comparecem junto à assembleia do *dēmos* de Atenas.

Os argumentos dos corcíreus basearam-se sobretudo na importância estratégica de sua localização – podendo servir como trampolim para expedições à Sicília e ao Sul da Itália – e no poderio de sua frota, à época a segunda maior da Grécia, ficando atrás apenas da ateniense. Alegam ainda o risco dessa frota, se Corcira não se aliasse a Atenas, cair em mãos coríntias (1.36). Os peloponésios, assim, teriam condições de abalar o equilíbrio do poder naval na Grécia por já disporem da terceira maior frota do mundo grego em Corinto, o que significaria um risco significativo ao controle do mar pelos atenienses (Kagan, 1969, p. 235).

A posição de Corcira era particularmente frágil segundo os valores helênicos predominantes para solicitar uma aliança com Atenas (Connor, 1984, p. 34-35). Ser uma *pólis* dórica, sem laços de parentesco ou filiação tradicional com os atenienses, constituía o obstáculo

---

<sup>57</sup> Hornblower crê que a expressão se refere à redistribuição das terras, no momento, sob domínio dos democratas de Epidamno (1991, p. 71-72).

mais óbvio. A isso somava-se sua recusa em atender ao apelo suplicante, revestido de sacralidade, feito pelos epidâmnios, que buscavam não a tomada de partido, mas a mediação para encerrar uma *stásis* na qual um dos lados contava com o apoio de bárbaros.

A resposta negativa dos corcireus, seguida da decisão do oráculo de Delfos, que aconselhou os epidâmnios a entregarem-se a Corinto, parece marcar uma desaprovação tanto humana quanto divina à sua conduta. Por fim, mesmo após sua vitória, os corcireus agravaram ainda mais sua posição moral ao promoverem o massacre indiscriminado dos cativos de Epidamno – prática que tornar-se-ia recorrente ao longo da Guerra do Peloponeso (Gomme, 1945, p. 165).

Esses antecedentes provavelmente influenciaram a decisão inicial da assembleia ateniense de rejeitar a aliança com Corcira. No entanto, diante do crescente sentimento de iminência de uma guerra contra os peloponésios, da possibilidade estratégica de a frota corcireia cair nas mãos de Corinto, e da posição geográfica vantajosa da ilha, uma segunda deliberação acabou por aprovar uma aliança de caráter estritamente *defensivo* (1.44). Tucídides não o diz, mas, segundo Plutarco, foi a intervenção persuasiva de Péricles que conduziu os atenienses à decisão final de aceitar a aliança (*Per.* 29).

Ainda assim, é provável que a má vontade inicial com Corcira tenha se mostrado justificada diante da posterior eclosão da *stásis* na ilha e do auxílio limitado prestado pelos corcireus ao esforço de guerra ateniense (Connor, 1984, p. 36). Um fragmento do comediógrafo Hermipo, conhecido opositor de Péricles, parece refletir uma percepção comum sobre a ilha: “e que Possêidon destrua os corcireus / em seus navios ocos<sup>58</sup>, pois têm o coração dividido” (*Phormophoroi*, Fr. 63.10-11; trad. do autor da dissertação)<sup>59</sup>.

A expressão “coração dividido” sugere, de forma incisiva, um conflito de lealdades e disputas internas que marcavam a *pólis* corcireia de acordo com Hermipo, que fora um dos pivôs do processo levado contra Aspásia nos primeiros anos da guerra. O processo contra a companheira de Péricles sugere também que a crítica a Corcira tenha sido também uma crítica à política pericleana e seu papel na decisão de firmar aliança com essa cidade.

De todo modo, a princípio a aliança com Corcira foi firmada sob instruções estritas: os navios atenienses apenas deveriam confrontar forças coríntias se estas se dirigissem diretamente contra a própria Corcira ou seus territórios (1.45.3). A frota enviada por Atenas era

<sup>58</sup> *Phormophoroi* (*Os Carregadores de Tapetes*) de Hermipo é marcada por sua imitação de expressões homéricas, por isso sua menção a “navios ocos”.

<sup>59</sup> Em grego: “καὶ Κερκυραίους ὁ Ποσειδῶν ἐξολέσειε / ναυσὶν ἐπὶ γλαφυραῖς, ὅτι δίχα θυμὸν ἔχουσι”. Para o fragmento completo, ver Edmonds, 1957, p. 304-307.

deliberadamente modesta, apenas dez trirremes, justamente para não provocar um rompimento explícito com Corinto, o que poderia ser interpretado como violação dos termos da Paz dos Trinta Anos.

Apesar desse cuidado, Corinto e alguns de seus aliados, com a ausência marcante de Esparta, enviam uma expedição considerável, composta por cento e cinquenta navios, contra a ilha (1.46.1). Em resposta, os corcíreus mobilizam uma frota de cento e dez trirremes, aos quais se somam os dez navios atenienses e tropas terrestres, inclusive aliados “bárbaros”, posicionados junto à costa ilíria (1.47). O confronto que se segue, conhecido como Batalha de Síbota, foi descrita por Tucídides como a maior batalha naval já travada até então entre gregos, considerando o número de embarcações e a extensão da linha de batalha (1.50.2).

A princípio, a mera presença dos atenienses revelou-se eficaz em conter o ímpeto dos coríntios, que hesitavam em enfrentá-los diretamente (1.49.4). No desenrolar do combate, contudo, os corcíreus passaram a ser duramente pressionados pela frota inimiga, o que levou os atenienses a intervir de maneira decisiva, enfrentando abertamente os coríntios (1.49.6–7). Quando uma nova ofensiva por parte dos peloponésios se delineava, uma segunda esquadra de trirremes atenienses foi avistada ao longe. Supondo tratar-se da vanguarda de uma força muito maior, os coríntios decidiram pela retirada (1.50.5–51.2).

Ao final, ambos os lados se proclamam vitoriosos e erigem os troféus habituais (1.54.1). Os corcíreus consideravam-se vitoriosos pelo recuo da frota coríntia após a intervenção dos atenienses. Já os coríntios reivindicavam a vitória por terem prevalecido no combate naval direto, capturado a maior parte dos navios e corpos, além de um número significativo de prisioneiros (1.54.2).

Dentre esses cativos, pelo menos oitocentos eram escravos e foram vendidos, enquanto os duzentos e cinquenta restantes pertenciam à elite corcíreia e receberam tratamento privilegiado. Tucídides afirma que os coríntios esperavam, com isso, influenciar esses aristocratas a inclinar Corcira em favor de Corinto (1.55.1). Posteriormente, esse mesmo grupo de prisioneiros retorna à sua cidade e seus membros se tornam pivôs importantes na *stásis* de Corcira (3.70.1).

A *stásis* figura como um elemento intrínseco na narrativa de Tucídides sobre os antecedentes da Guerra do Peloponeso. Ainda que não seja mencionada como parte da suposta “causa real” do conflito alegada por Tucídides (1.23.6), a *stásis* emerge como uma componente central da dinâmica que conduz à guerra. A cidade de Epidamno é primeiramente enfraquecida por uma guerra contra os ilírios, e em seguida por uma intensa luta interna (*stásis*), que a leva

a apelar à intervenção das metrópoles. Tanto Corcira, sua colônia genitora, quanto Corinto, a fundadora ancestral, são arrastadas ao conflito local, que rapidamente se intensifica. A *stásis* epidâmica, assim, funciona como estopim de uma cadeia de envolvimento interestatais que gradualmente solapam a Paz dos Trinta Anos, contribuindo para o ambiente de instabilidade que culmina na eclosão da guerra entre Atenas e Esparta.

Como qualquer evento na história humana, a Guerra do Peloponeso origina-se do emaranhamento de múltiplos fatores que podem ser vistos de diferentes níveis de análise temporal. Como já visto, as causas alegadas variam desde alegações sensacionalistas, como as parodiadas na comédia de Aristófanes, disputas por interesses comerciais e um conflito ideológico entre dois modelos de organização sociopolítica: de um lado, a tradição oligárquica representada por Esparta, de outro, a inovação democrática encarnada por Atenas. Ainda assim, Tucídides opta por iniciar sua exposição da guerra concentrando-se de forma bastante detalhada na crise que resultou na aliança entre Atenas e Corcira, que funcionou como o primeiro elo de uma escalada militar e diplomática que acabaria por romper a Paz dos Trinta Anos.

A *stásis* inicial em Epidamno atua como o primeiro elemento de uma reação em cadeia que acaba por detonar o barril de pólvora da maior *kínesis* já vista, como diz Tucídides. O conflito interno, que rapidamente escalou com a convocação de potências externas, envolveu não apenas a colônia em disputa, mas também Corcira, sua metrópole, e Corinto, metrópole da metrópole – duas das três maiores forças navais do mundo grego.

Essa lógica de envolvimento crescente não cessaria aí: ao contrário, estabeleceu um padrão de escalada em que *stásis* e guerra se entrelaçam. A *stásis* em Corcira, com raízes na *stásis* de Epidamno, acabaria por atrair a si a intervenção das duas maiores potências militares da época e exibir um nível de violência e brutalidade aparentemente sem precedentes.

### 3.4 A PESTE E A STÁSIS

Essa condição de doenças e calor mortal certa vez  
tornou funestos os campos na terra de Cécrope,  
devastou as ruas e esvaziou a cidade de seus cidadãos.  
Pois, vindo das profundezas das terras do Egito,  
tendo atravessado longas extensões de ar e campos inundados,  
finalmente abateu-se sobre todo o povo de Pandion<sup>60</sup>.  
[...]  
E não permanecia na cidade aquele costume de sepultura,  
pelo qual antes este povo sempre estava acostumado a ser enterrado.<sup>61</sup>

(Lucrécio *Da Natureza das Coisas* 6.1138-1143, 1278-1279; trad.  
Gonçalves).

Os trechos acima foram escritos pelo poeta e cientista natural epicurista romano Lucrécio (c. 99-55) e se referem à peste que acometeu a cidade de Atenas nos primórdios da Guerra do Peloponeso. O episódio foi registrado pela primeira vez por Tucídides e certamente deve ter causado um impacto considerável sobre a imaginação dos antigos para ter sido recontado pelo filósofo romano mais de três séculos depois.<sup>62</sup> Os dois excertos apresentam a peste de Atenas como um “calor mortal” que “devastou as ruas” e que alterou o “costume da sepultura” naquela cidade; duas instâncias que exprimem o caráter destrutivo da doença sobre o corpo político e os *nómoi* da *pólis*.

O uso de imagens de cunho médico para expressar transformações morais e sociais foi recorrente no curso do período clássico, e a correlação entre a peste descrita por Tucídides no livro 2 (2.47-58) e a *stásis* no livro 3 (3.70-85) demonstra ser um exemplo paradigmático dessa ligação (Connor, 1984; Orwin, 1988; 1994, p. 182-184; Allison, 1996, p. 164-166; Brock, 2000, p. 30-31; Kosak, 2000, p. 46-47; Thomas, 2006; Michelakis, 2019, p. 396; Jácome Neto, 2021, p. 111).

É ilustrativo observar que em uma de suas tragédias, Eurípides faça pelo menos três menções à *stásis*, sendo duas delas acompanhadas da palavra doença (*Heracl.* 34; 27; 590). Essa relação entre discurso ‘médico’ e político atravessa os séculos, consolidando a associação entre enfermidades físicas e a poluição moral e o colapso social, um tema comum na cultura grega e posteriormente absorvido pela herança cultural ocidental<sup>63</sup> (Padel, 1992, p. 52-53),

<sup>60</sup> Tanto Cécrope quanto Pandion, ou Pandião, são reis ancestrais de Atenas (Apollod. *Bibl.* 3.14-15).

<sup>61</sup> Em latim, no original: “Haec ratio quondam morborum et mortifer aestus/finibus in Cecropis funestos reddidit agros/vastavitque vias, exhaust civibus urbem./nam penitus veniens Aegypti finibus ortus./aera permensus multum camposque natantis/incubuit tandem populo Pandionis omni. [...] nec mos ille sepulturae remanebat in urbe/quo prius hic populus semper consuemat humari”.

<sup>62</sup> Para uma comparação entre o tratamento da peste nos dois autores, ver Foster (2009).

<sup>63</sup> Exemplos desse paralelismo podem ser encontrados em várias instâncias da obra de Shakespeare, nas quais é evidente a relação metafórica entre a decadência e a corrupção moral representadas como doenças ou afecções

conforme se vê na declaração de Montaigne (2016, p. 658) de que “[A]s doenças, as condições diversas de nosso corpo, veem-se também nos Estados e nos governos”.

Citada pelo historiador como “o desastre que mais causou infortúnios” (trad. Kury) à Grécia (1.23.3), a epidemia é documentada quando acomete Atenas (2.47-58). O próprio Tucídides, tendo sido afetado pela doença, assume um triplo papel de historiador, testemunha e sobrevivente (Jácome Neto, 2021, p. 104). Seu relato detalha os sintomas, sequelas e impactos da epidemia na vida privada (2.49-51), bem como suas consequências políticas para a cidade (2.52-54) e a conexão entre doença e desordem moral.

O exame crítico do relato de Tucídides sobre a peste de Atenas tem gerado vasto debate acadêmico, especialmente no que diz respeito à identificação da doença<sup>64</sup> e à intersecção entre discurso e terminologia médicos<sup>65</sup> em sua narrativa. Contudo, a preocupação demonstrada pelo historiador com as consequências sociais, morais e psicológicas destoa dos autores médicos do século V (Thomas, 2006, p. 105-107). Conforme já dito, essas consequências são frequentemente comparadas àquelas da *stásis*, tal como descrita no livro 3, no contexto do conflito interno em Corcira, abordado nas seções 3.7 e 3.8 da dissertação. Aqui é discutido alguns dos paralelos e confluências entre a peste e a *stásis*, sem esgotar a análise do episódio de Corcira.

Quanto às causas do desastre, no decorrer da primeira incursão espartana sobre a Ática (431), os atenienses, seguindo a estratégia traçada por Péricles, recusaram-se a enfrentar o exército invasor em campo aberto, refugiando-se no interior de suas muralhas. Os espartanos, por sua vez, devastaram os *dêmoi*<sup>66</sup> rurais da Ática, buscando fomentar a *stásis* dentro da cidade ao incitar revolta entre os cidadãos que perdiam suas propriedades (2.20.4). A superlotação de Atenas levou à ocupação de espaços até então inusitados, como templos, terrenos vazios e torres de muralhas (2.17.1-3).

Em meio à discussão sobre os efeitos do influxo de refugiados sobre a cidade, Tucídides relata um oráculo da pítia de Delfos em que alerta sobre o perigo de habitar o terreno conhecido

---

biológicas que corroem o tecido social: “Something is rotten in the state of Denmark” (*Ham.* 1.4.90); “It will but skin and film the ulcerous place, / Whiles rank corruption, mining all within, / Infects unseen” (*Ham.* 3.4.147-149); “If thou couldst, doctor, cast / The water of my land, find her disease, / And purge it to a sound and pristine health” (*Mac.* 5.3.50-52).

<sup>64</sup> Jácome Neto (2021), em português, traz uma perspectiva sobre a peste de Atenas escrita no contexto da pandemia de COVID-19 e amplas referências sobre a identidade do patógeno.

<sup>65</sup> Nesta controvérsia ainda se fica com os argumentos de Parry (1969, p. 113) e de Thomas (2006). Para uma visão contrária, ver principalmente Page (1953) e o seminal Cochrane (1929).

<sup>66</sup> Os *dêmoi*, ou *dêmos* no singular, são a divisão administrativa da Ática na Antiguidade.

como Pelárgico, logo abaixo da Acrópole: “O Pelárgico não ocupado é melhor” (2.17.1).<sup>67</sup> Tucídides, no entanto, evita interpretações simplistas sobre a veracidade da profecia:

[2.17.2] [d]e fato, não foi por causa da ocupação ilícita do local que as calamidades caíram sobre a cidade, mas foi por causa da guerra que se tornou necessária a ocupação e o oráculo, apesar de não mencionar a guerra, previu que jamais o local seria ocupado por qualquer motivo bom (trad. Kury).<sup>68</sup>

Dessa forma, Tucídides inverte a lógica concluindo que somente uma situação extrema causaria a situação que levaria aos desastres ainda maiores por recaírem sobre Atenas.

Apesar de Tucídides não afirmar diretamente a conexão entre a superlotação da cidade com a eclosão da doença, ele afirma que a peste atingiu Atenas e outros lugares densamente povoados (2.54.5). Aqui, é necessário dizer que Tucídides é muito cuidadoso em atribuir causas à doença (Kosak, 2000, p. 49), tópico a ser discutido em seguida. Curiosamente, a noção de que a alta população não foi somente um agravante, mas uma causa a contribuir para a doença está presente em autores posteriores ao período clássico que registraram o ocorrido (Diod. Sic. 12.45.2; Plut. *Per.* 34). De qualquer forma, no mesmo capítulo de sua obra (2.54.2), o autor relata que os mais velhos costumavam cantar há muito tempo a vinda de uma “Guerra Dórica e com ela uma pestilência”<sup>69</sup>, na qual aparece o tema da conexão entre eventos gerados pela guerra, tais como a superlotação da cidade, e a peste de Atenas.

A estreita conexão entre guerra, peste e *stásis* emerge como um dos principais elementos estruturantes da narrativa tucidideana. Todas essas calamidades figuram no *catálogo de sofrimentos* já debatido, revelando a inter-relação entre os três elementos. Nesse trecho, a analogia entre peste, guerra e *stásis* só é possível ao levar-se em conta o sofrimento humano e em virtude de suas “qualidades destrutivas” (Allison, 1997, p. 66; 166). Ainda que a *stásis* passe a ter um potencial destrutivo sem precedentes, com seus excessos tendo uma relação quase necessária com a situação de guerra (Orwin, 1988, p. 833), a peste ainda é a *páthē* mais destrutiva e violenta da obra (Parry, 1969, p. 115-116), constituindo-se enquanto um tipo de “imagem concentrada da Guerra” (Parry, 1972, p. 56).

Para Tucídides, a peste que assolou Atenas teve um efeito devastador sobre os habitantes da *pólis*, levando à sua individualização (Orwin, 1988, p. 841) e os tornando indiferentes aos laços de parentesco e aos *nómoi* que regiam a sociedade (2.53.4). O historiador descreve um cenário em que as normas e valores tradicionais foram rapidamente desmantelados à medida que a doença se espalhava descontroladamente.

<sup>67</sup> “λέγον ὡς ‘τὸ Πελαργικὸν ἀργὸν ἄμεινον”.

<sup>68</sup> “οὐ γὰρ διὰ τὴν παράνομον ἐνοίκησιν αἱ ξυμφοραὶ γενέσθαι τῇ πόλει, ἀλλὰ διὰ τὸν πόλεμον ἢ ἀνάγκη τῆς οἰκίσεως, ὃν οὐκ ὀνομάζον τὸ μαντεῖον προῆδει μὴ ἐπ’ ἀγαθῷ ποτὲ αὐτὸ κατοικισθῶμενον”.

<sup>69</sup> “ἤξει Δωριακὸς πόλεμος καὶ λοιμὸς ἅμ’ αὐτῷ”.

Em primeiro lugar, o respeito pelos ritos funerários foi abandonado. A enorme quantidade de cadáveres acumulados tornou inviável a prática dos rituais tradicionais, levando os vivos a descartarem os mortos de maneira desordenada e apressada, sem qualquer reverência pelos costumes religiosos e cívicos (2.52.4). A importância e a gravidade do não cumprimento das obrigações funerárias era uma transgressão gravíssima, bastando que se remeta à quantidade de tragédias que lidam com o tema.<sup>70</sup>

A calamidade desencadeou um comportamento caracterizado pela dissolução dos laços sociais e morais. Tucídides menciona que muitos passaram a saquear propriedades e esbanjar bens sem qualquer pudor, entregando-se a prazeres efêmeros sem considerar as consequências (2.53.1-2). O medo dos deuses e o respeito pelas leis humanas deixaram de ser fatores coercitivos, pois a perspectiva iminente da morte levava as pessoas a acreditarem que não sobreviveriam tempo suficiente para serem punidas por suas transgressões. Havia um senso de desesperança generalizado e os afligidos já se sentiam injustamente e irrazoavelmente punidos pela própria doença (2.53.4).

Cabe aqui antecipar uma reflexão sobre a *stásis* apresentada por Tucídides e seus efeitos na sociedade, que são marcados pela transposição e inversão dos padrões de normalidade dos costumes e das leis, compreendidos coletivamente sob a noção de *nómoi*. O historiador, ao versar sobre esses eventos, acaba por antecipar a estrutura da virtude descrita por Aristóteles na *Ética a Nicômaco* (2.5-9) segundo a qual a virtude está situada no ponto médio entre os extremos. Na *História* de Tucídides, a *stásis* ultrapassa essa média virtuosa e se desloca para o campo do extremismo, levando ao colapso das normas, dos costumes e das leis humanas e divinas (Orwin, 1988, p. 835-837). De maneira análoga, aqueles que sofrem com a peste rejeitam qualquer noção de moderação e se entregam aos prazeres transitórios de forma desmedida, como uma resposta desesperada ao caos e à incerteza (2.53).

Uma abordagem mais heterodoxa permite analisar a relação entre peste e *stásis* a partir da noção aristotélica de *metáfora*.<sup>71</sup> Seguindo Parry, pode-se compreender a relação metafórica como a "percepção de similaridade em coisas aparentemente dissimilares" (1972, p. 57). Nessa perspectiva, a peste pode ser vista não como um evento histórico, mas como um reflexo da

---

<sup>70</sup> O *nómon* pan-helênico (Πανελληνίων νόμων) de Eurípides: “Honrar os mortos, sem lesar a urbe / nem provocar combates homicidas, tenho por justo, lei dos gregos todos/observando. Que há nisto senão bem?”; “Escutai! Viemos em busca dos mortos, / para sepultá-los, lei dos gregos todos” (*Supp.* 524-527; 670-671; trad. Jaa Torrano).

<sup>71</sup> Na *Poética* de Aristóteles (1457b7-10): “Metáfora é a designação de uma coisa mediante um nome que designa outra coisa, {transporte} que se dá ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie para a espécie, ou segundo uma *relação de analogia*” (trad. Pinheiro; grifos nossos).

*stásis*, pelo fato de ambas serem momentos críticos que ameaçam desestruturar a ordem da *pólis*.

A estrutura quiástica<sup>72</sup> do livro 2 reforça essa leitura, já que a descrição da peste sucede diretamente à Oração Fúnebre de Péricles (2.34-46), um dos discursos mais emblemáticos da obra, e espelham uma à outra a imagem invertida de seus temas (Connor, 1984, p. 252). Enquanto Péricles exalta as virtudes de Atenas e oferece uma visão otimista do futuro da cidade, a narrativa da peste surge como um contraponto brutal, desafiando a ordem e o controle que o estadista propôs. Assim, a epidemia assume um "papel metafórico e dramático", funcionando como uma prefiguração da futura derrota ateniense na guerra e do consequente colapso moral e político da cidade (Soares, 2011, p. 9).

Na seção sobre a peste, espelhada sobre a Oração Fúnebre proclamada por Péricles, o representante maior da racionalidade e da tentativa de instaurar ordem sobre o mundo, a doença emerge como uma força *paralógica*<sup>73</sup>, antítese do ideal pericleano. Para Tucídides, a peste emerge como a incursão mais violenta, incalculável e demoníaca (2.64.2) da guerra, ao ponto de eliminar seu principal líder, Péricles (Parry, 1969, p. 116). Dessa forma, a peste é um evento que transcende o cálculo racional, pertencendo à esfera do *parálogon*, do que é imprevisível e escapa à razão humana.

Essa tensão entre inevitabilidade e previsibilidade do processo histórico é uma das concepções teóricas centrais que perpassam a obra de Tucídides, distinguindo-o de outros historiadores antigos (Parry, 1969, p. 106). A irracionalidade da peste reforça um dos traços fundamentais que afastam Tucídides dos autores hipocráticos do século V. Embora o historiador declare a intenção de descrever os sintomas da doença para que possam ser reconhecidos no futuro (2.48.3), ele também enfatiza a futilidade dos médicos em combatê-la quando de sua irrupção (2.47.4). Assim, ao contrário dos hipocráticos, cuja abordagem buscava compreender as causas das doenças para preveni-las, Tucídides não se ocupa com a possibilidade de mitigar os efeitos e evitar o desastre da peste. A doença serviria como um dos principais elementos dramáticos (Parry, 1969, p. 116) que compunham o processo trágico de sua obra: a tragédia da cidade de Atenas.

---

<sup>72</sup> Estrutura quiástica é uma técnica literária muito presente em obras da Antiguidade como a *Iliada* e a *Odisseia*, a *História* de Heródoto e o Primeiro e o Novo Testamentos bíblicos. Consiste basicamente em dispor de palavras ou termos para que formem um padrão de X (letra grega *chi*): o primeiro elemento correspondendo ao último, o segundo ao penúltimo, o terceiro ao antepenúltimo etc.

<sup>73</sup> Em grego, *parálogos* (παράλογος) pode ser algo contrário às expectativas, insólito, como também caracterizar algo da natureza própria da imprevisibilidade (τὸ παράλογον) (Malhadas *et al.*, 2009, p. 22).

A descrição da peste mostra que Tucídides serviu de modelo para a posteridade nos relatos de epidemias, como o de Lucrecio, citado na epígrafe, e o de Virgílio (*Georg.* 3.478-566), que também parecem demonstrar a impossibilidade de tratamento ou cura para a aflição (Parry, 1969, p. 109; Brock, 2000, p. 26). Entretanto, há um elemento comum entre as referências patológicas e os discursos sobre a *stásis*: a busca pelo equilíbrio dos humores, tema comum e fundamental aos tratados hipocráticos (*Hipp. Nat. Hom.* 4; *Aër.* 7; *De Victu.* 1.3; *Vet. Med.* 14; *Epid.* I.11). Essa noção de equilíbrio também ressoa na linguagem utilizada por Tucídides, especialmente nos termos de mistura (*sygkrathén/sýgkrasis*), que evocam a necessidade de combinação entre diferentes elementos para a estabilidade política (Brock, 2000, p. 31-32). Um exemplo claro disso é o discurso de Alcibiades, no qual ele argumenta que a força de Atenas advém da mistura entre diferentes tipos de homens (6.18.6), bem como na própria reflexão do historiador sobre a breve estabilização da cidade sob um governo misto (8.97.1-2).<sup>74</sup>

Dentro dessa perspectiva, a cura para a doença estaria associada a uma intervenção mínima sobre o corpo político (Brock, 2000, p. 32), em consonância com o tratamento geralmente prescrito nos tratados hipocráticos do século V para casos de doenças infecciosas (*Hipp. Epid.* I.5). Apesar de Tucídides não oferecer uma cura para a peste nem para a *stásis* – e de ambas poderem ser vistas em conjunto sob uma perspectiva patológica –, elas se diferenciam uma da outra em razão de sua natureza e do teor de sua relação com a estrutura políade.

Conforme já discutido na seção sobre a Arqueologia de Tucídides, o historiador concebe a *stásis* como uma força profundamente destrutiva que pode emergir de múltiplas causas, entre as quais se destacam fatores inerentes à própria geografia da terra, a ausência de boas leis e de bons costumes (*nomoi*) no interior de uma *politeía*. A guerra, por sua vez, age como um catalisador desse processo, intensificando os desastres que recaem sobre a cidade.

No entanto, apesar de compartilhar com a guerra um caráter de imprevisibilidade e irrupção súbita, aquilo que pode ser chamado de dimensão *paralógica*, a *stásis* ainda mantém uma lógica interna que permite sua compreensão em termos de causalidade e consequências dentro da esfera humana. Enquanto a peste pode ser vista como um fenômeno externo que se impõe sobre a *pólis*, a *stásis* se revela como um processo autodestrutivo que brota de suas próprias entranhas, impulsionado por disputas faccionais e pela degradação das normas que sustentam a vida cívica.

---

<sup>74</sup> Ver capítulo 2 da dissertação.

Dessa forma, a grande distinção entre a *stásis* e a peste na obra de Tucídides reside na natureza de cada uma. Enquanto a primeira tem raízes profundamente humanas e pode ser explicada dentro da lógica da *phýsis*, ou seja, da própria natureza humana, como o historiador sugere em seu relato sobre a *stásis* em Corcira (3.82-83), a peste transcende essa esfera e assume um caráter cósmico e super-humano (Parry, 1969, p. 116). Diferentemente da *stásis*, que se insere no contexto da *pólis* como uma desordem interna fomentada pelas paixões humanas, a peste se manifesta como uma força externa e arbitrária, alheia à natureza política do homem (Arist. *Pol.* 1.1253a2-3). Ela não emerge das disputas entre cidadãos nem da deterioração dos costumes, mas se impõe como uma calamidade que devasta a cidade sem distinção de facções, crenças ou classes. Ainda que seu impacto se traduza no colapso da ordem política e na dissolução das normas, ela mesma não pertence ao domínio da *pólis*, mas ao reino do indeterminado, do inexplicável e do irracional.

Essa distinção ganha contorno quando se analisa a relação entre política e vida biológica no pensamento contemporâneo, especialmente na obra de Giorgio Agamben. Em um dos volumes de sua série *Homo sacer* (III, 2), o filósofo italiano retoma a noção de *stásis* como um paradigma fundamental para compreender os processos de transformação da política no mundo moderno (Agamben, 2015). Como é característico de sua abordagem, Agamben parte de figuras do mundo clássico para lançar luz sobre fenômenos contemporâneos (Castro, 2019), e, nesse contexto, a *stásis* grega funciona como uma chave para interpretar a crescente interpenetração entre a política e a biologia.

A preocupação central do filósofo está na chamada biologização da política, fenômeno que ele explora a partir da distinção entre *zoé* e *bíos*, dois conceitos gregos que se referem à ideia de vida. Segundo Agamben, *zoé* designa o “simples fato de viver”, ou seja, a vida biológica compartilhada por todos os seres vivos, enquanto *bíos* corresponde à “forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo” (Agamben, 1995, p. 3). A cidade antiga organizava-se a partir da separação desses domínios, atribuindo à *oikía* (a casa) a esfera de *zoé*, enquanto reservava à *pólis* o espaço da vida política (*bíos*).

Para compreender essa zona de interseção entre a política e a biologia, Agamben recorre à figura do *homo sacer*, que exemplifica a *zona de indistinção* entre o espaço político e o espaço da vida nua (*zoé*). Agamben apresenta a *stásis* como um paradigma que ilustra o avanço progressivo da *zona de indistinção* entre o espaço político e a *vida nua*. A *stásis*, para Agamben, ocuparia o espaço entre a politização do *oikos* (o âmbito privado e doméstico da família e da *zoé*) e a economização da *pólis* (o espaço público e político da cidade), em que a lógica

doméstica invade e reorganiza o espaço político (Agamben, 2015, p. 16-17). A contribuição de Agamben quanto à localização liminar e indistinta da *stásis* entre a vida individualizada, que o filósofo associa ao termo para lar ou casa (*oikia*), e a vida política centrada na *pólis* serve perfeitamente para se traçar o paralelo entre a peste e a *stásis*.

A leitura de Agamben permite estabelecer um paralelo entre a peste e a *stásis* em Tucídides a partir de um eixo conceitual que ultrapassa o domínio estritamente historiográfico. Enquanto a *stásis* representa a radicalização da política até seu colapso interno, a peste encarna a despolitização completa da vida, reduzindo os cidadãos a uma existência de pura *zoé*, desprovida de participação no espaço público. Embora distintas em origem e dinâmica, ambas resultam na dissolução da *pólis*: a *stásis* implode a cidade a partir de suas contradições internas, enquanto a peste desintegra os vínculos sociais ao suspender as normas e instituições que sustentam a ordem cívica.

Assim, *stásis* e peste, embora distintas em natureza, representam vias opostas – uma interna e outra externa – para a desintegração da cidade, advindas de extremos diferentes (Orwin, 1988, p. 843-844). A *stásis*, ao intensificar a politização da vida, dissolve os laços familiares, submetendo cada indivíduo à lógica da facção. Nesse cenário, o corpo político se fragmenta, e a *pólis* deixa de funcionar como uma comunidade integrada, passando a ser governada pela hostilidade e pela disputa incessante pelo poder. A peste, por sua vez, em lugar de exacerbar a luta política, despolitiza radicalmente a existência, tornando irrelevantes os *nómoi* que sustentam a ordem.

Entre esses dois extremos se situam as condições de “normalidade” política e social da *pólis*, nas quais a ordem depende da manutenção dos corpos e da preservação dos laços comunitários. O corpo, nesse sentido, emerge como o “substrato mudo da vida política” (Orwin, 1988, p. 843), um elemento central nesse diagrama de desintegração.

Em seus comentários sobre a *stásis* em meio ao conflito em Corcira, Tucídides enfatiza que as dificuldades impostas pela guerra, especialmente a escassez de recursos essenciais para atender às necessidades básicas, são um dos gatilhos que transformam a crise em conflito interno (3.82.2). A *stásis*, nesse contexto, surge como uma resposta política ao colapso das condições materiais, levando ao confronto direto entre cidadãos. Já a peste, de origem externa e imprevisível, não estimula a luta entre facções, mas conduz ao desregramento dos corpos individuais e ao abandono das normas (2.53.2). Ambas as calamidades sugerem, assim, que, em Tucídides, o maior “infortúnio político” é o da libertação dos corpos das restrições impostas pela “normalidade” política, seja pela dissolução da autoridade e da lealdade à comunidade na

*stásis*, seja pela supressão dos laços sociais diante da morte iminente (Orwin, 1988, p. 843-844).

A comparação entre a peste e a *stásis* em Tucídides acaba por revelar dois caminhos distintos para a dissolução da *pólis*, ambos enraizados na fragilidade da ordem cívica diante de crises. Se a *stásis* emerge da exacerbação das contradições políticas internas, destruindo a cidade por meio da radicalização das facções e da ruptura dos laços sociais, a peste opera de maneira oposta, corroendo as bases da vida política ao reduzir os cidadãos à mera sobrevivência. Em ambos os casos, a normalidade da *pólis* se desintegra, seja por uma politização do corpo político na *stásis*, seja por sua despolitização diante da doença. Essa dualidade sublinha uma tensão fundamental entre natureza e política na obra de Tucídides. Enquanto a *stásis* reafirma a centralidade da *phýsis* humana no funcionamento da cidade, expondo seus impulsos destrutivos quando a ordem colapsa, a peste escapa a essa lógica, representando um fator exógeno a desestabilizar a *pólis*.

### 3.5 A REVOLTA DE MITILENE

O livro 3 de Tucídides tem início com dois acontecimentos simultâneos e de grande impacto: a segunda invasão peloponésia da Ática e a revolta da ilha de Lesbos contra o Império Ateniense, em 428, no quarto ano da guerra. Tucídides relata que a rebelião foi desencadeada logo após a invasão, embora já estivesse sendo preparada anteriormente. A deflagração do levante, no entanto, foi postergada por fatores logísticos, como a construção de muralhas e molhes nos portos, além da espera por reforços: arqueiros mercenários, grãos e outros recursos vindos do Mar Negro (3.2.1–2).

As primeiras informações sobre o plano de revolta chegaram aos atenienses por meio de seus *próxenoi*<sup>75</sup> em Mitilene, que denunciaram a articulação de um processo de unificação política<sup>76</sup> da ilha de Lesbos, liderado por essa cidade. A revolta estaria sendo organizada com o apoio dos beócios, o grupo étnico colonizador da região da ilha e que tinha seu centro de poder em Tebas, bem como com a colaboração de espartanos (3.2.3). Enfraquecidos pela peste e pela nova invasão peloponésia, os atenienses inicialmente hesitaram em intervir, mas acabaram convencidos da gravidade da situação ao não conseguirem dissuadir os mitilênios de seus planos de unificação (3.3.1). Atenas envia uma frota de navios para acabar com a revolta (3.3.2) e um bloqueio naval é imposto a Lesbos.

Aristóteles fornece detalhes que passam despercebidos na narrativa de Tucídides sobre o episódio de Mitilene. Na *Política* (5.1304a.4), o filósofo examina casos históricos de *stásis* motivadas por razões aparentemente triviais, tais como disputas amorosas ou questões matrimoniais, que, no entanto, resultaram em grandes convulsões políticas. Segundo Aristóteles, o estopim do conflito foi a frustração de um *próxeno* ateniense, que não conseguiu casar seus dois filhos com as filhas herdeiras de um aristocrata local falecido. Esse fracasso teria levado o *próxeno* a formar uma facção rival dentro da cidade, a qual acabou por provocar a intervenção de Atenas.

Assim, um conflito articulado no âmbito familiar, mas longe de constituir uma questão estritamente privada, operou como um mecanismo de disputa política, uma vez que o casamento funcionava como estratégia de alianças e de controle político na cidade. A partir desse ponto, o embate doméstico transbordou para o campo cívico, desencadeando um processo de faccionalismo que culminou na revolta. A anedota de Aristóteles revela como tensões familiares

---

<sup>75</sup> Um *próxenos* – no plural, *próxenoi* – era um cidadão residente em sua *pólis*, mas que servia como um tipo de representante ou ‘cônsul honorário’ de outra *pólis*. Neste caso, eram dois cidadãos de Mitilene que detinham vínculos com Atenas.

<sup>76</sup> Também chamado de *sinécismo*.

podiam rapidamente ganhar dimensão política no interior das *póleis*, além de ressaltar o caráter imprevisível da *stásis*, algo que a narrativa de Tucídides não chega a explicitar.

Nos moldes da discussão em torno do papel de Aspásia no Decreto de Mégara no capítulo 1, entra-se aqui no campo da especulação ao considerar os motivos da exclusão da disputa matrimonial no relato de Tucídides. A história de uma revolta iniciada em decorrência da recusa, por parte de duas mulheres ricas e herdeiras, de se casarem com os filhos de um *próxenos* ateniense talvez soasse demasiadamente próxima ao tipo de narrativa que compõe os arcos explicativos de Heródoto (Hornblower, 1991, p. 383-384). O historiador de Halicarnasso apresentara no prefácio de sua obra a origem dos conflitos entre europeus e asiáticos, gregos e bárbaros, como tendo provindo de uma sucessão de rapto de mulheres; algo que Tucídides talvez buscasse rejeitar, avesso ao papel que Heródoto imprimia às mulheres em sua narrativa (Hornblower, 2011, p. 113-114; 1991, p. 384). Gomme, contudo, argumenta que o episódio certamente envolveu causas mais complexas do que uma mera rejeição matrimonial e que, portanto, é natural que Tucídides tenha ignorado a anedota (Gomme, 1956a, p. 253).

Os mitilênios haviam enviado emissários pedindo o apoio espartano a sua revolta. Após o festival olímpico na própria Olímpia se dirigem aos membros da Liga do Peloponeso e justificam sua sublevação contra Atenas ao verem o quão os atenienses subjugaram seus aliados e acreditavam serem os próximos (3.8-10). O discurso conclui com um apelo direto aos espartanos para que os acolham em aliança, afirmando que a guerra não será decidida na Ática, mas nos lugares que fornecem os recursos e sustentação para ela (3.13.5-6), previsão que, ao ser vista com o privilégio da retrospectiva, revelou-se acertada.

Os espartanos acabam por firmar uma aliança com Lesbos e, junto aos demais aliados, decidem realizar uma nova invasão à Ática, desta vez com o apoio de uma frota naval, a fim de aliviar a pressão sobre a ilha (3.15.1-2). Os atenienses, no entanto, não arrefecem: enviam uma frota para atacar o Peloponeso (3.16.1-2) e apertam o cerco sobre Mitilene, agora sitiada por mar e por terra (3.18.5). Tucídides retoma a narrativa desse cerco no verão seguinte (427), quando os víveres e os suprimentos escasseiam e os mitilênios aguardam ansiosamente a chegada da frota peloponésia comandada por Alcidas (3.26.1). É nesse ponto que ocorre um dos episódios mais reveladores do caso de Mitilene, o qual se tornará um argumento crucial nos debates sobre a legitimidade e a popularidade do Império Ateniense.

O *dēmos* de Mitilene, ao ser armado por Saleta, o comandante espartano enviado para organizar a defesa da cidade, com panóplias pesadas, ou seja, com o equipamento de um hoplita em vez das armas de infantaria leve, recusou-se a obedecer à ordem de se lançar contra os

atenienses. Condicionaram sua obediência à abertura da reserva de grãos, exigindo que os mantimentos fossem tornados públicos e distribuídos igualmente entre todos. Caso sua exigência não fosse atendida, o *dēmos* ameaçava entregar a cidade aos atenienses (3.27.2–3). Diante disso, os poderosos de Mitilene, temendo ser excluídos de um eventual acordo com os sitiados, decidem tomar a iniciativa e render a cidade, com a condição de que nenhum cidadão fosse morto ou escravizado antes que o povo ateniense deliberasse sobre seu destino (3.28.1–2).

É válido notar a similaridade dos eventos que ocorreram em Mende em 423, no nono ano da Guerra do Peloponeso. Na ocasião, a *pólis* rebelou-se e se aliou ao lado peloponésio durante a campanha de Brásidas na Calcídica (4.123.1). Tucídides deixa claro que os conspiradores pertenciam a uma minoria (a elite) e que arrastaram o *dēmos* (os muitos) para a revolta “contra a vontade”<sup>77</sup> deste (4.123.2). Para assegurar o controle da cidade diante de um possível ataque ateniense, o general espartano enviou reforços de hoplitas e tropas leves locais sob o comando de Polidamidas (4.123.4).

Em determinado momento, Polidamidas tenta incitar os mendenses a realizar uma surtida contra os atenienses (4.130.3). No entanto, um membro dos democratas de Mende responde com rebeldia ao comandante espartano, recusando-se a atacar e declarando que não desejavam a guerra. Esse episódio ilustra mais uma vez a falta de habilidade política dos espartanos no trato com seus aliados, reflexo de sua formação militarizada e violenta. Polidamidas, em vez de negociar, reage com violência: arrasta o cidadão e o espanca. A repressão, contudo, tem o efeito oposto ao desejado. Revoltado, o *dēmos* pega em armas, justamente as que lhes haviam sido fornecidas pelos peloponésios e pela elite local, e se volta contra os peloponésios (4.130.4). A insurgência popular culmina com a abertura dos portões aos atenienses (4.130.5-6), selando o destino da cidade.

Diferentemente do cerco a Mitilene, no qual a cidade se rendeu, a tomada de Mende deu-se de forma violenta. A elite e as tropas peloponésias foram surpreendidas pelo levante popular, que, contudo, não foi organizado em concerto com os atenienses. Quando o *dēmos* abriu os portões de Mende, as forças atenienses irromperam subitamente na cidade, culminando em um massacre. Tucídides relata que o general Nícias logrou conter com dificuldade seus soldados de massacrarem os habitantes da cidade (4.130.6). Esse episódio revela que em situações críticas, a elite podia concordar em armar o próprio *dēmos* na tentativa de reforçar o

---

<sup>77</sup> Tradução de Mário da Gama Kury.

número de hoplitas armados<sup>78</sup> (Westlake, 1976, p. 431-432). Nesse caso, a medida mostrou-se contraproducente, já que os democratas, arrastados à revolta por uma minoria, voltam-se contra seus opressores e precipitam a queda da cidade.

Pode-se concluir que a mera possibilidade de um acordo entre o *dēmos* de Mitilene e Atenas representou uma ameaça existencial para a elite oligárquica da cidade, ameaça que a levou a capitular. Esse episódio serve como evidência do caráter oligárquico do regime mitilênio (Hornblower, 1991, p. 410; Ste. Croix, 1954, p. 4). Notavelmente, o *dēmos* só age após se armar, optando por uma medida não constitucional ao ameaçar um acordo em separado com Atenas (Gomme, 1956a, p. 290). Essa dinâmica revela o frágil equilíbrio de poder nas *póleis* oligárquicas, onde a concessão de armas à população poderia precipitar crises sociopolíticas.

Esse ponto dialoga diretamente com o debate sobre a popularidade de Atenas e sobre a imposição de democracias em seu império. O autor desconhecido do panfleto pró-oligárquico *Constituição dos Atenienses*<sup>79</sup> reconhece que os atenienses “odeiam a elite” de seus aliados e que “privam a elite de seus direitos políticos” (1.14; trad. Martins). A persistência de um regime oligárquico, contudo, contradiz a tese de que as elites eram retiradas do poder.

Assim mesmo, quando se considera que a ilha de Lesbos era uma das poucas cidades às quais os atenienses não mantinham subjugadas, como atesta o discurso dos mitilênios em Olímpia (3.9-14), talvez esse fosse um dos motivos da manutenção do regime oligárquico. Essa aparente contradição sugere que a política ateniense da época era pragmática e não necessariamente ideológica. Talvez oligarquias tenham sido toleradas em Lesbos e Quios, enquanto a maioria das *póleis* subjugadas sofria intervenções a fim de colocar no poder facções pró-Atenas.

A extensão da violência desencadeada por essa disputa dentro de Mitilene em revolta permanece incerta. Uma cidade sitiada por meses constituía um caldeirão de tensões sociais no qual ressentimentos acumulados poderiam transformar-se em motim com um simples estopim. Não se sabe há quanto tempo o *dēmos* alimentava sentimentos rebeldes contra a liderança oligárquica da revolta e tampouco quão profundas eram essas divisões.

---

<sup>78</sup> Ver 8.25.2 para a instância em que os atenienses forneceram armas de hoplitas para quinhentos argivos a fim de perfazer uma força de mil e quinhentos com o intuito de lutar contra os peloponésios.

<sup>79</sup> Aqui se torna importante saber que a datação da *Constituição dos Atenienses* conforme presente no *corpus* de Xenofonte é ainda objeto de debate. Contudo, há argumentos fortes para situar o texto no período inicial da Guerra do Peloponeso entre 431 e 424. Para o sumário da argumentação, ver Martins (2012).

Embora Tucídides (3.2.3) mencione apenas alguns *próxenoi* que alertaram Atenas sobre a iminente defecção de Mitilene, é plausível que esses indivíduos representassem uma facção filoateniense mais ampla. No entanto, postular a existência de uma facção organizada e coesa de oposição ao regime oligárquico requer cautela, a menos que se considerem dois fatores: o papel radicalizador da guerra e a situação desesperadora (Bradeen, 1960, p. 264) em que a classe mais pobre de Mitilene se encontrava após meses de sítio. A decisão de armar o *dēmos* tomada pelo comandante espartano e, presumivelmente, aprovada pela oligarquia local só pode ter surgido de uma situação crítica extrema como o cerco e a iminência da derrota. Tucídides explicita que o objetivo era mobilizar a população para uma surtida contra os atenienses, claramente visando romper o cerco.

O fato de o *dēmos* mitilênio ter se amotinado assim que foi armado com os equipamentos hoplítico (panópia) é um dado revelador, que convida à reflexão sobre a relação entre os segmentos populares da cidade e sua elite dirigente. Tucídides observa que o *dēmos* já estava previamente armado com “armas ligeiras” (trad. Kury; Fernandes & Granwehr). Aristóteles, escrevendo no século IV, observa que, em situações de *stásis*, o *dēmos* tende a levar vantagem sobre os ricos (*Pol.* 6.1321a.13-20), justamente por dispor de maior mobilidade e eficácia frente à cavalaria e à infantaria pesada<sup>80</sup>. Considerando esse dado, torna-se ainda mais significativa a escolha do *dēmos* em não recorrer imediatamente ao confronto armado, optando por exigir a repartição dos grãos ou mesmo negociar a rendição da cidade. Com esse dado em mente, a decisão do *dēmos* em negociar a repartição dos grãos ou a rendição da cidade mostra que não havia necessariamente uma disposição em enfrentar os ricos militarmente, já que esta pode ter sido uma opção viável militarmente desde o começo.

A oposição entre *dēmos* e *dynatoi* revela, mais do que simples disputas internas ou rivalidades pessoais entre os *próxenoi* de Atenas em Mitilene, a existência de uma cisão social entre a elite e os grupos populares da cidade. Conforme já dito, essa clivagem se tornou ainda mais visível no contexto extremo do cerco, da escassez de alimentos e da ameaça de destruição. Quando surgiu a possibilidade de participarem ativamente da resistência, os membros do *dēmos* reagiram de forma estratégica, condicionando sua ação à satisfação de interesses concretos como a distribuição igualitária dos grãos. Em meio à crise, a agência do *dēmos* se afirmou não apenas como reação à violência das circunstâncias, mas também como afirmação de um

---

<sup>80</sup> No entanto, é possível que a vantagem de técnicas de infantaria ligeira sobre os hoplitas fosse uma realidade do século IV e ainda não se manifestasse no século V (Ste. Croix, 1954, p. 40).

princípio igualitário que ressoa frequentemente nas manifestações democráticas da Grécia clássica.

Resta, por fim, considerar a natureza da relação entre o *dēmos* de Mitilene e de Atenas. Aristóteles, ao tratar da estabilidade dos regimes, observa que os pobres tendem a aceitar sua condição e não se revoltam contra os ricos enquanto não forem humilhados ou espoliados (*Pol.* 4.1297b.5-10). Ainda que essa formulação reflita um contexto posterior marcado pelas transformações sociais provocadas pela própria Guerra do Peloponeso (Bradeen, 1960, p. 263), ela parece remeter a uma norma implícita nas relações sociais do mundo antigo – e contemporâneo –, na qual a dominação se sustenta enquanto não transgride certos limites do aceitável. É nesse limiar que se inscreveria a experiência do *dēmos* mitilênio, cuja submissão à aliança ateniense talvez se sustentasse na medida em que os custos não se tornassem intoleráveis.

Esse argumento interpreta as ações das *póleis* submetidas ao Império Ateniense como motivadas, sobretudo, pela busca de autonomia frente à dominação imperial e não necessariamente por uma solidariedade ideológica entre democracias. Para Bradeen (1960, p. 264), o apoio do *dēmos* de Mitilene à revolta liderada pela elite é revelador dessa primazia do ideal de autonomia: tratava-se de uma rejeição à sujeição, ainda que isso implicasse a aliança com forças tradicionalmente adversárias no plano interno.

Nesse sentido, o discurso de Frínico, o mentor do golpe oligárquico de 411, oferece uma síntese. Em sua fala, registrada por Tucídides (8.48.5), ele sustenta que os aliados jamais escolheriam entre democracia ou oligarquia se ambas fossem impostas por Atenas. Prefeririam antes a liberdade sob qualquer forma de governo, contanto que estivessem livres do domínio ateniense (Bradeen, 1960, p. 268-269). A partir dessa lógica, a *stásis* nas cidades seria mais um fenômeno ligado à luta por autonomia política no interior de um mundo submetido ao poder das hegemonias.

Da mesma forma, Tucídides parece considerar uma perspectiva contrastante ao registrar um discurso similar por Brásidas, o comandante espartano, durante sua incursão à Trácia. Ao se dirigir aos cidadãos de Acanto, em 424, Brásidas declara não ter vindo para apoiar nenhuma das facções em disputa (na *stásis*), afirmando que impor o domínio de uma minoria sobre a maioria, ou vice-versa, seria ainda pior do que viver sob uma dominação estrangeira (4.86.4–5). Ao apresentar essa posição, Brásidas argumenta que a adesão à causa espartana representaria, na verdade, uma escolha pela liberdade, uma vez que Esparta, ao contrário de Atenas, supostamente não buscava estabelecer um império (4.87.5). Entretanto, deve-se ter em

vista como Tucídides registra que a decisão de se juntar aos espartanos decorreu da ameaça dos espartanos em destruir as uvas prontas para a colheita (4.88.1).

Para George Grote, o historiador vitoriano celebrado por ter reabilitado a imagem da democracia ateniense (Francisco, 2020, p. 41–42), a relação entre Atenas e seus aliados seria caracterizada por uma “simples indiferença e aquiescência”. Para ele, o descontentamento que por vezes emergia nas *póleis* subordinadas não passava de um “instinto político” por autonomia, geralmente instigado por oligarcas locais interessados em romper com Atenas por razões facciosas (Grote, 1849, p. 43–44) e que agitavam suas *póleis* sob o slogan da liberdade do jugo estrangeiro.

A perspectiva trazida até aqui, contudo, acaba por minimizar a questão do conflito interno tanto na constituição de suas formas de governo quanto os reflexos que carrega para o plano da política externa. Essa visão fratura a análise histórica dos eventos em diferentes instâncias a respeito da política. Fato é que a política interna é inseparável da política externa e a forma como se concebe a dinâmica entre guerra e desestabilização interna mostra-se cada vez mais atual.

Nesse contexto, ganha relevância a leitura de Ste. Croix na qual em tempos de crise como o cerco de Mitilene, mas também como reflexo das tensões mais amplas geradas pela guerra, o apego à autonomia da *pólis* muitas vezes cedia lugar ao “sentimento de classe” como fator mobilizador decisivo para muitos, senão para a maioria dos cidadãos (1954, p. 29). Nesse caso, concebe-se a ameaça externa como ampliadora do conflito interno na forma da tomada de interesses faccionais. Portanto, a presença do armamento em mãos do *dēmos* em Mitilene refletiu diretamente em sua decisão de operar uma transformação no regime de distribuição de comida e na negação de enfrentar os atenienses.

A relação entre o Império Ateniense e o *dēmos* das cidades aliadas pode ser mais bem compreendida ao se considerar uma de suas políticas mais polêmicas: a transferência dos julgamentos de ofensas graves, levando à morte ou ao exílio ou à perda de direitos políticos, das *póleis* locais para Atenas. O autor da *Constituição dos Atenienses* diz que “nos tribunais” os atenienses “protegem o povo e arruinam os seus opositores” (1.16). Da mesma forma, relata que nos lugares onde há “bom governo”, escusado dizer que o autor se refere a uma oligarquia, “os mais hábeis” estabelecem “as leis no seu próprio interesse”. O resultado disso seria que a “elite” castigará “os da ralé” impedindo que “decidam, falem ou sequer tomem parte na assembleia” (1.9; trad. Martins).

Com esse contexto, é possível compreender que pelo menos em relação à opressão de sua própria elite, o *dēmos* das cidades aliadas deve ter estado em uma situação melhor sob o Império Ateniense do que deixado por si próprio. A “subordinação política” era o preço a ser pago contra “a tirania de seus próprios oligarcas” (Ste. Croix, 1954, p. 38). Conforme argumenta Ste. Croix (1954, p. 6), nos casos em que Tucídides traz informações sobre a situação interna das cidades, há somente uma ou duas exceções, Sícion e Argilo, em que a maioria (*dēmos*) demonstrou vontade de se revoltar. Em todos os outros casos, a iniciativa partiu somente dos poucos. Das cidades aliadas de Atenas na Anatólia de que se tem alguma informação, somente Éfeso, um eixo irradiador de influência persa, e Mileto não exibiam traço de uma facção pró-ateniense (Ste. Croix, 1954, p. 9).

Apesar de Tucídides ser um admirador da política de Péricles, é possível que as transformações ocorridas em Atenas após a morte desse tornaram a participação do *dēmos* mais assertiva politicamente (Ste. Croix, 1954, p. 34). Com o decorrer da guerra e o exílio do historiador, Tucídides pode ter se tornado mais crítico ao regime ateniense (Ste. Croix, 1954, p. 36) e passa a demonstrar um viés cada vez mais favorável às elites oligárquicas (Edmunds, 1975, p. 74). Essas questões pedem que o tratamento de Tucídides seja efetuado de maneira crítica, mas, acima de tudo é necessário reconhecer que o historiador apresenta, apesar e por meio de sua parcialidade (Ste. Croix, 1954, p. 16), os substratos para sua própria refutação.

### 3.6 O DEBATE MITILÊNIO

Após a rendição de Mitilene por iniciativa de seus líderes oligárquicos, a questão do destino de seus habitantes foi levada à assembleia ateniense, onde se travou um debate decisivo sobre a punição a ser imposta à cidade rebelde. Nesse contexto, o *dēmos* ateniense, em sentido institucional (Hansen, 2010, p. 505), foi chamado a deliberar sobre as consequências de sua própria política imperial. O embate entre Cléon e Diódoto, representantes de posições antagônicas quanto à resposta adequada à rebelião, fornece novas informações sobre o episódio de Mitilene, revelando não apenas as tensões internas da democracia ateniense, mas também a complexa percepção do império por parte de seus detentores e de seus súditos.

Tucídides relata que, após a rendição de Mitilene, os prisioneiros foram levados a Atenas, acompanhados pelo comandante espartano Saletos, o mesmo que havia sido responsável por armar o *dēmos* durante a revolta. Os atenienses decidiram, então, pela execução de todos os prisioneiros mitilênios levados a Atenas, pela morte de toda a população masculina da cidade e pela escravização das mulheres e crianças. Uma trirreme foi imediatamente enviado a Lesbos para transmitir essa ordem ao general ateniense encarregado da ocupação. No entanto, no dia seguinte, o *dēmos* ateniense mostra dúvidas quanto a uma possível decisão precipitada de condenar à morte uma cidade inteira (3.36.1-3).

Na descrição do debate no dia seguinte, Tucídides faz pensar que a discussão partia somente de uma questão de diligência ou eficiência (Ste. Croix, 1954, p. 15). Cabe aqui pensar até que ponto a assembleia e o povo de Atenas estava a par do motim do *dēmos* mitilênio. A descoberta de mais detalhes antes da rendição da cidade teria sido o motivo da retomada da questão, talvez até mesmo pela boca dos próprios mitilênios prisioneiros em Atenas?

De qualquer forma, uma nova assembleia foi convocada, na qual se iniciou o célebre debate entre Cléon e Diódoto (3.36.4-6). O episódio oferece um momento-chave da *História* de Tucídides, no qual se entrelaçam dimensões morais e políticas da democracia ateniense durante a guerra. O primeiro a tomar a palavra na nova assembleia é Cléon, apresentado por Tucídides como “o homem mais violento dos cidadãos”<sup>81</sup> e aquele que diz exercer a maior influência sobre o *dēmos*, além de ser o autor da proposta de punição radical aprovada no dia anterior (3.36.6; trad. Fernandes & Granwehr).

Em seu discurso, Cléon critica duramente a oscilação dos atenienses em suas deliberações e aproveita para atacar, de forma mais ampla, a ineficácia da democracia na condução de um império. Segundo ele, vivendo sob um regime livre de conspirações e pressões

---

<sup>81</sup> “ὄν καὶ ἐς τὰ ἄλλα βιαιότατος τῶν πολιτῶν”.

violentas, os cidadãos de Atenas não compreendiam a verdadeira natureza de seu domínio sobre os aliados, que se sustentava unicamente na desigualdade de poder entre dominadores e dominados (3.37.1-2). Essa lógica de dominação exige, para Cléon, decisões firmes e irreversíveis, mesmo que duras, pois o temor constante é o único instrumento capaz de manter os súditos submissos. Daí sua célebre máxima de que é preferível viver sob leis ruins, desde que estáveis<sup>82</sup>, do que sob leis boas que careçam de autoridade (3.37.3). A severidade proposta por Cléon aparece, assim, como uma racionalização brutal da hegemonia, que subordina a justiça à eficácia do domínio.

Mais adiante, Cléon apresenta as razões pelas quais considera Mitilene a *pólis* que mais gravemente ofendeu Atenas. Ele afirma ser possível compreender revoltas vindas de povos dominados e sem recursos, mas esse não seria o caso de Mitilene. A cidade possuía fortificações sólidas, uma frota considerável de trirremes e gozava de proteção geográfica contra ataques inimigos. Mais do que isso, era aliada de Atenas em termos vantajosos e, ainda assim, optou por se aliar aos peloponésios. Dessa forma, segundo Cléon, não se tratava de uma revolta motivada por opressão, o que poderia implicar alguma forma de justificativa, mas de um ato deliberado de hostilidade e traição (3.39.1-2). Cléon prossegue em sua argumentação destacando o nível de igualdade de que Mitilene desfrutava em comparação com os demais membros da Liga de Delos. Essa posição privilegiada, segundo ele, teria sido precisamente a causa da insolência mitilênia: não foi a opressão, mas a liberdade relativa que incitou a revolta (3.39.4-5).

Logo em seguida, contudo, o discurso de Cléon introduz explicitamente uma oposição entre *dēmos* e *olígoi* (os poucos), ao acusar o povo de Mitilene de ter se aliado voluntariamente aos oligarcas que lideraram a revolta. Cléon sustenta que não punir o *dēmos* seria incentivar futuras deserções dentro do império (3.39.6-8). Trata-se da primeira ocorrência do termo *olígoi* como oposto direto de *dēmos* em toda a obra, até esse ponto, Tucídides utilizava predominantemente *dynatoí* (os poderosos) para se referir à elite dirigente. Este detalhe terminológico, observado (Frazier, 2003), constitui um indício relevante de uma inflexão na narrativa, na qual as categorias sociais passam a ser lidas de forma mais nitidamente política, refletindo a polarização crescente entre democracia e oligarquia ao longo da guerra.

Em uma virada retórica significativa, afirma que, se os mitilênios estavam certos ao se rebelarem, então os atenienses estariam errados em governar e, nesse caso, ou deveriam puni-

---

<sup>82</sup> Para mais sobre o tema, ver a discussão sobre *eunomia* na seção sobre a Arqueologia de Tucídides no início do capítulo 3.

los conforme os interesses de Atenas, ou abdicar de seu império (3.40). Connor (1984, p. 79) observa os “ecos verbais” entre este argumento de Cléon e o discurso de Péricles no livro 2, no qual o estrategista ateniense reconhece que, se foi errado conquistar o império, que Tucídides chama explicitamente de ‘tirania’, já não é seguro abandoná-lo (2.63.2).

A convergência entre os discursos de Cléon e Péricles é particularmente reveladora, considerando a maneira negativa com que Tucídides caracteriza Cléon antes de apresentar sua fala. Isso sugere que, para além da aparência repulsiva que o historiador confere ao demagogo, seus argumentos não estão totalmente dissociados da política que sustentava o império. Esse é, em suma, o cerne da posição de Cléon: tornar Mitilene um exemplo dissuasório, demonstrando aos demais aliados que a pena pela rebelião é a morte (3.40.7).

Com o encerramento da fala de Cléon, tem início o discurso de Diódoto, filho de Êucrates, apresentado por Tucídides como o principal opositor à sentença de morte contra os mitilênios na assembleia anterior (3.41). Diódoto é uma figura sobre a qual pouco se sabe, não sendo mais mencionado na obra.

Desde o início (3.42.1), Diódoto adverte contra decisões precipitadas e defende a escuta atenta e o debate ponderado no seio da assembleia (3.43). Essa introdução cumpre a função do proêmio, conforme definido por Aristóteles na *Retórica* (3.1414b–1415a), que pode assumir a forma de elogio, censura ou conselho, preparando o público para uma deliberação. Diódoto estrutura sua argumentação ao distinguir entre o justo e o útil, optando por um critério de conveniência política. Esse apelo ao *lógos*, identificado por Aristóteles como o elemento central do discurso deliberativo (*Rh.* 1.1358b), aparece como uma estratégia de defesa de uma política pragmática.

O ponto central do argumento é introduzido justamente quando estabelece uma distinção entre o que é justo e o que é útil ou expediente, deslocando o foco do debate da moralidade da punição para sua eficácia. A discussão, assim, se descola da questão da culpa, seja dos mitilênios em geral ou do *dēmos* em particular, e se orienta pelo interesse de Atenas. Diódoto afirma que a assembleia está deliberando mais sobre o futuro do que sobre o presente e, mesmo que Cléon pareça propor algo justo segundo o sentimento momentâneo dos cidadãos, o orador ressalta que a assembleia não é um tribunal, e que, portanto, não se deve decidir com base na justiça, mas na utilidade que os mitilênios ainda podem representar para Atenas (3.44.1-4).

O discurso de Diódoto, ao separar o que é justo do que é útil, aponta para uma clivagem entre moralidade e conveniência. Essa separação não é inédita: ela se insinua no

pronunciamento de Péricles no livro 2 (2.63.2), reaparece no discurso de Cléon e alcança sua forma mais nua no Diálogo de Melos<sup>83</sup> (5.89-113), no qual a linguagem da justiça é frontalmente substituída pela do poder. Esses três trechos, no entanto, já foram avaliados em conjunto como uma “deformação deliberada, na intenção de apresentar uma visão especialmente negativa do império ateniense” (Canfora, 2011, p. 209).

Não obstante, nas passagens seguintes (3.45.1–3), Diódoto apresenta uma reflexão sobre a propensão ao erro que caracteriza os seres humanos, tanto coletiva quanto individualmente. Ele observa que, apesar das leis, essa tendência ao erro dificilmente é contida plenamente por se refletir na própria natureza (*phýsis*) humana. Segundo Diódoto, houve um tempo em que as penalidades legais eram brandas, mas, com o passar do tempo, essas punições tiveram de se tornar mais severas devido à crescente insensibilidade das pessoas frente às penalidades. A partir disso, conclui que é necessário encontrar um meio de terror mais eficaz que a própria morte, ou então reconhecer que a pena capital não é suficiente para prevenir o crime. Aqui, Tucídides tem o mérito de expressar por meio do discurso de Diódoto um apelo contra a pena de morte pela primeira vez na “história do Ocidente” (Gil, 2007, p. 177).

Diódoto argumenta que a pobreza é movida pela necessidade, enquanto a abundância é impulsionada pela ganância, além de outras motivações diversas que levam os seres humanos a se arriscarem (3.45.4). Embora ele mencione outros impulsos, essa última afirmação dialoga com uma concepção amplamente difundida no período clássico<sup>84</sup>, que identifica as raízes dos conflitos na esfera das necessidades corpóreas e materiais (mais comentários sobre o tema no capítulo 2), evidenciando como as condições materiais influenciam as tensões sociais e políticas.

Esses impulsos, intensificados pelo fator da sorte, tornam-se ainda mais decisivos no caso das *póleis*, uma vez que o que está em jogo é algo maior: a liberdade (*eleuthería*) ou o domínio (*arkhé*). A base do argumento de Diódoto conclui que é impossível impedir a ação da natureza humana por meio da lei (*nómos*) ou por outros instrumentos de coerção (3.45.6-7). De outra forma, como evitar que as cidades lutem até o final e até o último homem sabendo que a punição pela rendição pode ser tão grave quanto a derrota final (3.46.2)? O orador encerra seu

---

<sup>83</sup> O célebre trecho do Diálogo de Melos na obra de Tucídides narra a negociação entre os habitantes da ilha dórica de Melos, sitiados em sua revolta, e os emissários atenienses, que afirmam categoricamente o direito do mais forte de impor sua vontade sobre o mais fraco, restando aos dominados apenas a obediência. Esse discurso remete diretamente às ideias de Trasímaco na *República* (338c; trad. Bini) de Platão, para quem “o [que é] justo nada mais é senão a vantagem do mais forte”.

<sup>84</sup> Ver Aristóteles em sua *Política* ao atribuir a democracia como o governo dos pobres e a oligarquia como o dos ricos (*Pol.* 1279b.26).

raciocínio argumentando que a maneira adequada de lidar com homens livres não é punindo-os com severidade por se revoltarem, mas exercendo vigilância constante a fim de prevenir o levante. E, em caso de insurreição, a punição deve recair sobre o menor número possível de indivíduos (3.47.5–6), preservando o coletivo e desestimulando futuras adesões ao levante.

Em seguida, Diódoto argumenta que seria um grave erro aceitar a proposta de Cléon. Segundo ele, nas condições atuais, o povo (*dēmos*) em todas as cidades é bem-disposto (*eúnous*) em relação a Atenas. Por essa razão, o *dēmos* não se alia aos poucos (*olígoi*) quando estes se rebelam, mas, ao contrário, costuma apoiar os atenienses contra os oligarcas e até mesmo contra a própria cidade, caso entre em conflito com Atenas (3.47.1-2).

Diódoto sugere, portanto, que o apoio ao império não reside na imposição do medo, mas na manutenção do interesse popular aliado à democracia ateniense. A seguir, está o trecho das passagens 3.47.2-3<sup>85</sup>, nos quais esse argumento é desenvolvido:

[2] No momento, em todas as cidades o povo simpatiza convosco; ele não adere às rebeliões dos aristocratas ou, se é constrangido a fazê-lo, não tarda a voltar-se contra quem os compeliu; por isto tendes o auxílio das camadas populares nas cidades onde ides combater.

[3] Mas se destruídes o povo de Mitilene, que não participou da rebelião e logo que obteve armas se apressou em vos abrir as portas da cidade, primeiro cometeis uma injustiça imolando benfeitores, e depois estareis fazendo o que os aristocratas mais desejam: quando quiserem sublevar uma cidade, o povo estará ao seu lado, pois tereis mostrado que a mesma punição espera os inocentes e os culpados (trad. Kury).

Essas afirmações são notavelmente contundentes e revelam uma dinâmica em que a *stásis* adquire um papel central como elemento coesivo no esforço de guerra. Diódoto introduz uma proposição paradigmática que anima a discussão sobre a popularidade do império ateniense, abordada no tópico passado. Vale destacar a leitura de Hornblower (1991, p. 437-438), que parece apontar para uma síntese entre as posições de Cléon e Diódoto. uma interpretação que se apoia também no discurso de Frínico em 8.48.5, ao enfatizar a liberdade (*eleutheria*) da *pólis*, quer governada por uma oligarquia, quer por uma democracia.

A posição de Diódoto de que o *dēmos* das cidades aliadas simpatizava com os atenienses mostra-se difícil de conciliar com o que Tucídides afirma em 2.8.4<sup>86</sup>, ao relatar a simpatia

<sup>85</sup> No original: “[2] νῦν μὲν γὰρ ὑμῖν ὁ δῆμος ἐν πάσαις ταῖς πόλεσιν εὔνους ἐστί, καὶ ἢ οὐ ξυναφίσταται τοῖς ὀλίγοις ἢ, ἐὰν βιασθῆ, ὑπάρχει τοῖς ἀποστήσασι πολέμιος εὐθύς, καὶ τῆς ἀντικαθισταμένης πόλεως τὸ πλῆθος ζύμμαχον ἔχοντες ἐς πόλεμον ἐπέρχεσθε. [3] εἰ δὲ διαφθερεῖτε τὸν δῆμον τὸν Μυτιληναίων, ὃς οὔτε μετέσχε τῆς ἀποστάσεως, ἐπειδὴ τε ὄπλων ἐκράτησεν, ἐκὼν παρέδωκε τὴν πόλιν, πρῶτον μὲν ἀδικήσετε τοὺς εὐεργέτας κτείνοντες, ἔπειτα καταστήσετε τοῖς δυνατοῖς τῶν ἀνθρώπων ὃ βούλονται μάλιστα: ἀφιστάντες γὰρ τὰς πόλεις τὸν δῆμον εὐθύς ζύμμαχον ἔξουσι, προδειξάντων ὑμῶν τὴν αὐτὴν ζημίαν τοῖς τε ἀδικούσιν ὁμοίως κείσθαι καὶ τοῖς μὴ”.

<sup>86</sup> “[4] ἢ δὲ εὔνοια παρὰ πολὺ ἐποίει τῶν ἀνθρώπων μᾶλλον ἐς τοὺς Λακεδαιμονίους, ἄλλως τε καὶ προειπόντων ὅτι τὴν Ἑλλάδα ἐλευθεροῦσιν.”

generalizada que os lacedemônios (espartanos) despertavam entre os outros gregos no início da guerra: “De um modo geral, as simpatias se concentravam decididamente nos lacedemônios, sobretudo depois de declararem a intenção de libertar a Hélade” (trad. Kury).

Para além da questão da veracidade histórica dos discursos inseridos por Tucídides em sua obra<sup>87</sup>, resta a indagação sobre sua intenção ao atribuir tais argumentos à figura de Diódoto. Ainda assim, deve-se notar que a narrativa como um todo tende a apoiar a posição desse personagem: não há, em outras regiões sob influência ateniense, sinais de entusiasmo genuíno pela chamada “causa da liberdade” (Gomme, 1956a, p. 322).

Como, então, conciliar a tensão entre a posição defendida por Diódoto e a afirmação anterior de Tucídides sobre a simpatia generalizada dos gregos pelo esforço de guerra lacedemônio e sua promessa de libertar a Grécia? Uma hipótese plausível é que o historiador, ao delinear esse panorama, tenha desconsiderado deliberadamente o *dēmos* em sua análise, atribuindo maior peso às opiniões das elites das *póleis* gregas. Tal abordagem, como já se sugeriu, pode refletir uma inclinação do próprio autor, frequentemente caracterizada como pró-espartana, ou de modo mais amplo, como pró-dórica<sup>88</sup>, conservadora e oligárquica (Edmunds, 1975, p. 78–82).

Outra possibilidade concorrente é que Tucídides estivesse, por meio do episódio de Mitilene, registrando uma mudança significativa na política externa de Atenas. Sob essa perspectiva, o discurso de Diódoto não introduziria uma ideia inteiramente nova: alianças entre Atenas e o *dēmos* já haviam ocorrido anteriormente em cidades como Eritreia, Samos e Mileto, além das cidades beócias durante o primeiro conflito entre Atenas e Esparta conhecido como a Primeira Guerra do Peloponeso em meados do século V (Kagan, 1969, p. 95), nas quais, após a rendição, foram implantadas democracias como instrumentos de pacificação. A inovação, no entanto, residiria na formulação explícita da proposta de transformar o apoio aos democratas em uma “política imperial geral”. Nesse sentido, Cogan argumenta que, até então, o apoio ao *dēmos* em cidades rebeldes não expressava uma diretriz deliberada da política externa ateniense, mas consistia antes em uma medida reativa voltada à supressão de revoltas (1981, p. 10).

---

<sup>87</sup> Como dito algures, neste trabalho aceitamos a perspectiva de que questionar em demasia a autenticidade e o viés dos discursos na obra de Tucídides tem um caráter destrutivo quanto à obra e impossibilita a compreensão e questionamento dela em seu conjunto.

<sup>88</sup> É salutar lembrar que os dóricos são uma das principais etnias do mundo grego e compunham a maior parte do Peloponeso e das colônias a oeste, na Sicília e no sul da Itália. As outras maiores etnias são os jônios, cuja maior cidade é Atenas, e os eólios na Beócia e na costa da Ásia menor.

Além disso, outra inovação que pode ser extrapolada da proposta de Diódoto é a ampliação do escopo de aplicação dessa política: o apoio ao *dēmos* e à democracia passaria a estender-se não apenas às *póleis* aliadas de Atenas, mas também àquelas formalmente independentes, ou seja, não sujeitas ao Império Ateniense (Cogan, 1981, p. 11). Um exemplo expressivo dessa mudança é o respaldo oferecido à facção democrática durante a *stásis* em Corcira. Em outras palavras, o que se observa é o início de uma nova fase do conflito, na qual a “ideologia”, aqui entendida como a oposição entre democracia e oligarquia, passa a desempenhar um papel mais central na definição das alianças e, conseqüentemente, na própria dinâmica da guerra.

Logo após, Diódoto sustenta que se o *dēmos* de Mitilene, que nada teve a ver com a revolta e que, tão logo armado, entregou a cidade, for massacrado, Atenas estará, na prática, favorecendo os *dynatoi*, empurrando o povo para o lado dos revoltosos (3.47.3). Mesmo que o *dēmos* seja de fato culpado, argumenta, os atenienses devem agir como se não soubessem disso, para não alienar os únicos que ainda são seus aliados<sup>89</sup> (3.47.4). Para preservar o império, prossegue, é mais vantajoso que Atenas tolere a injustiça voluntariamente do que aplique a pena de morte mesmo quando esta seja justa (3.47.5). O discurso de Diódoto conclui, assim, com uma afirmação lapidar: justiça e conveniência raramente podem ser satisfeitas ao mesmo tempo.

A concepção de justiça adotada por Cléon, entendida como punição proporcional à ofensa cometida, também é, em certa medida, reconhecida por Diódoto (Hornblower, 1991, p. 438). Trata-se de uma noção de justiça retributiva, profundamente enraizada nas sociedades antigas, e amplamente compartilhada por diversas culturas do Antigo Oriente e do Mediterrâneo<sup>90</sup>.

No mundo grego, essa concepção retributiva também se manifesta, entre outros<sup>91</sup>, na *República* de Platão. Céfalos defende que a justiça consiste em “dar a cada um o que lhe é devido”, interpretando isso como o dever de beneficiar os amigos e prejudicar os inimigos (331c-336a; trad. Bini). No entanto, Sócrates demonstra os limites dessa visão: ao permitir que se cause mal aos inimigos, sem critérios objetivos para distingui-los dos justos,

<sup>89</sup> “ὁ μόνον ἡμῖν ἔτι ζύμμαχόν ἐστι”.

<sup>90</sup> O célebre Código de Hamurábi, por exemplo, formula essa concepção de forma explícita: a lei 196 determina que “Si há reventado el ojo de (otro) señor, se le reventará su ojo”; e a lei 200 estabelece que “Si un señor ha desprendido (de un golpe) un diente de un señor de su mismo rango, se le desprederá (de un golpe) uno de sus dientes” (trad. Lara Peinado). A mesma lógica reaparece nos textos do Pentateuco, possivelmente em referência direta à tradição paleobabilônica, na conhecida fórmula “olho por olho, dente por dente” (Ex 21:24; Lv 24:20; Dt 19:21).

<sup>91</sup> Blundell (1989) tem como foco de seu trabalho *Helping Friends and Harming Enemies* os princípios da moralidade grega tradicional de “ajudar amigos e prejudicar inimigos” e a concepção de justiça como retaliação nas tragédias de Sófocles.

corre-se o risco de perpetuar injustiças. Essa crítica socrática revela a fragilidade da justiça retributiva e prepara o terreno para uma concepção alternativa em favor da ideia de que a justiça deve ser um bem em si mesma, independentemente de retribuições positivas ou negativas.

Ao assumir a noção tradicional de justiça retributiva, Diódoto procede a torná-la irrelevante com vistas ao melhor para a cidade (3.44.4). O argumento se desenlaça em 3.47.3 ao afirmar que os atenienses tomarão amigos por inimigos se derem procedimento à sentença e executarem os mitilênios. Os ecos com o trecho recém iterado da *República* são perceptíveis “Mas por certo as pessoas com frequência erram em relação a isso, crendo que muitos indivíduos são bons e prestativos quando não o são... e erram no inverso quanto aos inimigos” (Pl. *Resp.* 334c; trad. Bini).

Diódoto, portanto, resgata a noção de justiça retributiva empregada por Cléon, transformando-a em um recurso retórico para persuadir a assembleia a poupar os mitilênios (Winnington-Ingram, 1965, p. 79). Seu discurso, mantém uma ambiguidade calculada: ao mesmo tempo que neutraliza a questão da culpa do *dēmos*, seja ela real ou presumida, demonstra que a punição coletiva, independentemente da culpabilidade, seria contraproducente para os interesses atenienses. Essa dupla estratégia revela o pragmatismo do argumento: a justiça retributiva é simultaneamente invocada e esvaziada de seu conteúdo moral, reduzida a mero cálculo de utilidade política.

Com o término do debate, a assembleia vota: a moção de Diódoto prevalece por estreita margem, quase um empate (3.49.1). O que se segue é uma das passagens mais vívidas da obra tucidideana em que o historiador demonstra seu domínio da *enárgeia*, – técnica retórica que transforma o relato histórico em quadro visualmente impactante. Como observa Soares (2011, p. 1-2), os tratados antigos de retórica reconheciam em Tucídides um mestre dessa arte. A cena que se desenha possui uma qualidade quase cinematográfica: cada detalhe parece compor um plano sequência que não apenas informa, mas imerge o leitor no drama político e “atrai o espectador para dentro da cena” (Soares, 2011, p. 9-10).

Um dia e uma noite após ao primeira trirreme partir com a ordem de executar e escravizar a população de Mitilene, os atenienses despacharam às pressas um segundo navio para evitar a tragédia (3.49.2). Por sorte, não houve ventos contrários durante a travessia. Quando o primeiro navio chegou a Mitilene, o comandante ateniense já havia lido a ordem de extermínio e se preparava para cumpri-la, foi nesse momento crítico que a segunda trirreme chegou, salvando a cidade da destruição (3.49.4).

Contudo, o alívio inicial é abruptamente dissipado pelas consequências da decisão ateniense. Apesar de pouparem a população geral, os atenienses executaram mais de mil mitilênios enviados a Atenas conforme a sentença original proposta por Cléon. Além disso, impuseram duras condições à cidade derrotada: suas muralhas foram arrasadas, sua frota confiscada, e suas terras foram divididas em lotes de propriedade dos atenienses a quem os habitantes deveriam pagar imposto, tornando-se virtualmente em servos (3.50.1-2).

A vitória retórica de Diódoto revela-se assim profundamente ambivalente. O que parecia um triunfo da moderação transforma-se em demonstração prática de como os *nómoi* e a justiça cedem diante do cálculo pelo autointeresse (Connor, 1984, p. 90-91) identificado como central na análise tucidideana da natureza humana. Por meio do discurso de Diódoto, Tucídides apresenta uma sofisticada teoria da determinação pela necessidade, na qual as ações humanas são compreendidas dentro de seu contexto material.

Conforme dito, no quinto ano de guerra (427), percebe-se uma inflexão na forma como a política interna e externa se articulam. A discussão em torno de Mitilene inaugura um tema que encontrará sua expressão paradigmática na *stásis* em Corcira. A partir desse ponto, Atenas parece adotar de modo mais sistemático o fortalecimento de alianças com facções democráticas, não apenas dentro de seu império, mas também em *póleis* independentes ou até mesmo em cidades inimigas.

### 3.7 A *STÁSIS* EM CORCIRA

Hornblower observa que a *stásis* em Corcira atraiu a atenção de dois tipos de estudiosos: aqueles que se concentram nos capítulos 82–83 sob uma perspectiva “literária, retórica e ética”, e aqueles interessados nos acontecimentos de Corcira como uma chave interpretativa para o caráter da *stásis* grega em situações extremas (1991, p. 466). A proposta das duas próximas seções, 3.7 e 3.8, é tratar ambos os eixos de forma integrada, tal como articulados pelo próprio historiador, evitando a imposição de uma separação artificial entre a narrativa dos eventos e seus desdobramentos analíticos.

Esta seção examina a *stásis* em Corcira como um processo histórico no qual a dissolução progressiva do *lógos* acompanha, e em certa medida impulsiona, a escalada da violência política. Ao articular narrativa factual, análise das práticas de persuasão e observação das transformações sociais desencadeadas pelo conflito, Tucídides apresenta Corcira como um laboratório da guerra civil, no qual se entrelaçam guerra e *stásis*. A partir desse episódio, torna-se possível compreender como a *stásis* deixa de ser um conflito restrito às elites e passa a envolver a totalidade da *pólis*, revelando os limites da persuasão política e a fragilidade das convenções humanas sob pressão prolongada.

A última menção a Corcira na obra de Tucídides ocorre no desfecho da Batalha de Síbota (1.55), quando ao menos 250 prisioneiros da elite corcireia caíram em mãos coríntias. No momento de seu apresamento, Tucídides observa que esses cativos foram tratados com especial consideração, com o objetivo de atrair Corcira para a órbita de Corinto, uma vez que figuravam entre os homens mais “importantes” (trad. Fernandes & Granwehr) ou “influentes” (trad. Kury). A linguagem empregada pelo historiador, portanto, sugere que esses prisioneiros eram hostis ao partido democrático de Corcira (Kagan, 1974, p. 175).

Nesse ponto, é importante considerar a questão do caráter do regime político da ilha de Corcira. De fato, a cidade não demonstrou relutância em apoiar a facção oligárquica de Epidamno contra os democratas que lhe solicitaram mediação. Ainda assim, quando a situação interna da ilha é apresentada de forma mais detida, em 427, o controle da cidade encontrava-se nas mãos dos democratas, liderados por Pítias (Legon, 1966, p. 10). É possível que a pressão indireta exercida por Atenas tenha contribuído para orientar Corcira em direção a um regime democrático.

A conclusão plausível é a de que o governo da ilha não constituía uma oligarquia rigidamente estabelecida, mas que fosse uma democracia desde o início ou, ao menos, uma oligarquia moderada (Legon, 1966, p. 11–12), que se tornou progressivamente mais

democrática<sup>92</sup> sem atravessar grandes perturbações ou conflitos, uma vez que Tucídides não registra qualquer processo de mudança institucional.

Os acontecimentos mais imediatos que conduziram ao conflito interno na ilha tiveram início com o retorno dos prisioneiros libertados (3.70.1), mediante o pagamento da vultosa soma de 800 talentos<sup>93</sup>, garantida pelos *próxenoi* corcireus em Corinto. Convém destacar que essa quantia superava o tributo anual arrecadado pelo tesouro ateniense (Gomme, 1956a, p. 359). O retorno desses homens ocorre precisamente no contexto da Revolta de Mítilene, em um momento no qual o moral dos peloponésios encontrava-se elevado e a expectativa de uma rebelião generalizada entre os aliados de Atenas parecia iminente (Kagan, 1974, p. 175). É plausível que o pagamento dessa soma exorbitante tenha integrado uma estratégia destinada a preservar a reputação desses indivíduos, ainda percebidos como patriotas em sua cidade natal e agora reintegrados como heróis (Kagan, 1974, p. 176), mas que prontamente se empenharam em afastar Corcira de sua aliança com Atenas (3.70.1).

O objetivo imediato dos recém-chegados não parece ter sido a promoção de uma mudança de regime, mas antes a defesa do retorno à política de neutralidade, tradicional na história de Corcira. Com a chegada simultânea de um navio ateniense e de um navio coríntio, os corcireus deliberaram pela manutenção da aliança com Atenas, ao mesmo tempo em que decidiram conservar relações amistosas com os peloponésios, como anteriormente ocorrera (3.70.2). É compreensível que tal proposta encontrasse ampla aceitação em uma comunidade marcada por um histórico de isolamento político (Kagan, 1974, p. 176), e a opção pela neutralidade resultante foi interpretada como uma “vitória moral” para os partidários da Liga do Peloponeso (Gomme, 1956a, p. 360).

Paralelamente, os ex-prisioneiros instauram um processo contra Pítias, apresentado por Tucídides como *próxenos* voluntário de Atenas e líder do *dēmos*, sob a acusação de ter “escravizado” Corcira ao domínio ateniense (3.70.3). Absolvido da acusação, Pítias responde movendo uma ação contra cinco de seus acusadores, identificados como alguns dos homens mais ricos da cidade, por terem reiteradamente cortado madeira em terrenos consagrados a Zeus e a Alcínoo (3.70.4). Segue-se a condenação dos cinco, acompanhada da imposição de uma multa considerada excessiva. Embora Tucídides não informe o valor total da penalidade, a

---

<sup>92</sup> Os estudos organizados por Hansen e Nielsen em seu inventário trazem a informação de que Corcira fora uma oligarquia durante o século V e uma democracia entre 426-361 (2004, p. 362, p. 1338).

<sup>93</sup> Uma soma dessa magnitude não faz sentido já que representaria três talentos para cada prisioneiro. Como comparação, Heródoto (6.79.1) dá a soma de duas minas como o resgate normal para um hoplita peloponésio (Gomme, 1956a, p. 359), ou seja, trinta vezes mais.

quantia estipulada por cada cepa cortada parece ter sido baixa; o caráter desproporcional da punição residiria, antes, na insistência em exigir o pagamento integral da multa (Hornblower, 1991, p. 470). Os oligarcas condenados refugiam-se então nos templos e, na condição de suplicantes, solicitam que o valor seja quitado em parcelas. Ainda assim, Pítias, na qualidade de membro do conselho (*boulé*), insiste na aplicação estrita da lei (3.70.5).

Tucídides relata que os oligarcas se desesperaram diante da perspectiva de ter de arcar com a multa e que, além disso, Pítias pretendia persuadir o *dēmos* a firmar não apenas uma aliança defensiva com Atenas – termos já previstos no acordo vigente –, mas também uma aliança ofensiva. Diante da ameaça de um prejuízo financeiro irreparável, os conspiradores decidem recorrer ao “assassinato e terror” (Kagan, 1974, p. 177). Assim, a facção oligárquica (Gomme, 1956a, p. 361), armada de punhais, irrompe no conselho da cidade e assassina Pítias, além de cerca de sessenta outros indivíduos. Alguns poucos partidários de Pítias conseguem refugiar-se na trirreme ateniense, que parte imediatamente rumo a Atenas (3.70.6).

Antecipando uma possível reação ateniense, os assassinos e conspiradores convocam uma assembleia dos cidadãos de Corcira. Nela, procuram justificar suas ações, apresentando-as como necessárias para garantir a liberdade da ilha frente a Atenas (3.71.1). Os conspiradores apelam novamente pelo retorno à tradicional política de neutralidade de Corcira ou, alternativamente, a uma aliança com os estados peloponésios. Aprova-se então uma moção segundo a qual nenhum dos lados envolvidos na guerra em curso deveria ser recebido na ilha, exceto se viesse em paz e com apenas um navio, e, em seguida, são enviados emissários a Atenas para comunicar a decisão (3.71.1–2).

Ao chegarem a Atenas, esses homens são presos pelos atenienses, assim como aqueles que lhes deram audiência, sendo todos enviados para Egina (3.72.1). Nesse ponto, é interessante de ser colocada a questão de saber se Atenas estaria rompendo com um suposto “padrão da moral internacional” ou, ao contrário, defendendo o lado do governo considerado legítimo da ilha (Gomme, 1956a, p. 362).

Em Corcira, por sua vez, com a chegada de um navio coríntio trazendo enviados espartanos, os oligarcas lançam um ataque contra o *dēmos* e obtêm a vitória (3.72.2). O fato de o *dēmos* ter sido o alvo do ataque pode indicar que a moção aprovada na assembleia em 3.71.1 – segundo a qual apenas um único navio deveria ser recebido como amigo – funcionou como um stratagema oligárquico. De todo modo, a facção pró-Corinto em Corcira provavelmente nutria profunda desconfiança em relação aos democratas, ainda que privados de suas principais

lideranças, e o golpe contra o *dēmos* constituiu, muito possivelmente, o passo “preliminar” para a instauração de um regime oligárquico (Lintott, 1982, p. 107).

A irrupção da violência pode ter funcionado como o elemento de coesão necessário para amalgamar o *dēmos* em torno da luta (Hornblower, 1991, p. 471) e, durante a noite, seus membros ocupam a acrópole e outros pontos elevados da cidade, bem como o porto Hilaico, voltado para o mar ao norte. Os oligarcas, por sua vez, tomam a ágora, local que Tucídides indica como sendo a área de residência da maioria deles, e o porto adjacente, de frente para o continente (3.72.3). A escolha do *dēmos* revela-se claramente estratégica, ao passo que a dos oligarcas, em sua maioria proprietários rurais ausentes e mercadores (Gomme, 1956a, p. 396), evidencia um apego pouco prudente aos seus locais de moradia, provavelmente motivado pelo interesse em evitar o saque de suas casas e riquezas.

O dia seguinte transcorreu em meio a pequenas escaramuças entre as duas facções e à ida de membros de ambos os lados ao campo (*khōra*) da ilha, com o objetivo de oferecer liberdade aos escravizados e assegurar seu apoio. O *dēmos* passa então a contar com o apoio maciço dos escravos, enquanto os oligarcas conseguem recrutar 800 mercenários provenientes do continente para reforçar suas forças na cidade (3.73). O episódio remete de modo evidente à *stásis* em Epidamno – abordado na seção 3.3 – ao opor um *dēmos* urbano a uma facção oligárquica apoiada por mercenários ‘bárbaros’.

Nesse ponto, a dinâmica de interiorização e exteriorização do conflito torna-se particularmente evidente. A posição de Corcira, situada em uma zona de contato imediato entre a Grécia continental, a Península Itálica e o Mar Adriático, insere a ilha em uma área de “fácil movimentação”. Tal característica figura entre os fatores apontados para explicar a elevada densidade populacional das ilhas mediterrânicas, que frequentemente ultrapassavam sua “capacidade de carga” (Horden; Purcell, 2000, p. 381).

Ao comentar a situação da ilha de Quios, Tucídides observa que ela possuía o maior número de escravos dentre todas as *pólis*, com exceção de Esparta (8.40.2), referência que deve ser compreendida em termos da proporção de trabalhadores não-livres em relação à população livre. Não por acaso, as únicas menções, na obra tucidideana, a tripulações escravas em frotas de trirremes dizem respeito a Corcira (1.55.1) e a Quios (8.15.2), prática incomum em um contexto no qual tais embarcações eram, em geral, tripuladas por homens livres. Recorde-se, ainda, que no desfecho da Batalha de Síbota, travada entre Corinto e Corcira com auxílio ateniense, dos 1.050 prisioneiros capturados entre os corcireus, ao menos 800 eram escravos.

Ambas as ilhas compartilham um conjunto significativo de circunstâncias semelhantes. Quios, por exemplo, possui uma área aproximada de 842 km<sup>2</sup>, enquanto Corcira (a atual Corfu) conta com cerca de 585 km<sup>2</sup>, e ambas se localizam a curta distância do continente: Quios situa-se a cerca de 7 km da Anatólia (atual Turquia), ao passo que Corcira dista entre dois e três quilômetros da costa do Epiro (atual Albânia e Grécia). Além disso, é plausível supor que a “intensificação da produção agrícola” tenha igualmente favorecido o crescimento da população escrava<sup>94</sup> (Horden; Purcell, 2000, p. 390–391), como parece ter ocorrido em Quios. Com efeito, os quianos tornaram-se célebres por terem sido, segundo a tradição, os terceiros entre os gregos a recorrer ao uso de escravos, após lacedemônios e tessálios, e os primeiros a empregar escravos bárbaros mediante pagamento (Ath. *Deipnosophistae* 6.265). Corcira, em posição geográfica semelhante, pode ter passado por um processo análogo, uma vez que sua proximidade com o continente e com populações não gregas facilitava a mobilidade, como se observa no fato de que, em um curto intervalo de tempo, oitocentos mercenários foram trazidos à ilha (3.73).

Esses indícios permitem entrever a importância estratégica do controle da *khōra* corcireia para as facções em conflito. A manutenção da situação dependia, em larga medida, do apoio da população rural, e é nesse ponto que a similaridade com Quios volta a se manifestar. Durante o cerco ateniense à cidade de Quios, em 412–411, a população escrava da ilha desertou em massa o lado de seus senhores oligárquicos em revolta, passando a apoiar Atenas (8.40.2), em uma reação bastante semelhante à observada entre os escravos de Corcira.

Há ainda outros exemplos, registrados nas fontes, que indicam que diferentes segmentos da comunidade tendem a ser vistos como potenciais aliados quando uma revolta ou uma *stásis* está em curso (Ste. Croix, 1981, p. 305). Heródoto, por exemplo, relata que, em Siracusa, os proprietários de terra foram expulsos da cidade pelo *dēmos* em aliança com seus escravos (7.155.2). De modo semelhante, Aristóteles observa que aqueles que habitam a *khōra* (*hoi katà tēn khōran*) “estarão dispostos a rebelar-se com os cidadãos submetidos; e é impossível que os que participam do governo sejam tantos que possam enfrentar os inimigos” (*Pol.* 7.14.1332b.28–31; trad. Amaral & Gomes).

A convergência de interesses em torno da *stásis* é descrita como um ponto de inflexão na narrativa, na medida em que os conflitos internos deixam de se restringir às elites políticas e passam a incorporar a totalidade da população, produzindo uma ruptura em escala ampliada (Williams, 1985, p. 3; Miskiewicz, 2020, p. 6). Todos os habitantes da *pólis*, independentemente

---

<sup>94</sup> Para mais discussão quanto ao caráter da escravidão e da conectividade da ilha ver *Stasis e Dívida na Córceira Antiga: conexões e comparações em um estudo de caso* (Santovitsch, 2024b).

de sua posição social, são arrastados para o conflito, o que evidencia a escalada da violência e o colapso da ordem cívica. Nesse sentido, a *stásis* de Corcira também assinala um momento de inflexão na própria terminologia empregada por Tucídides.

**Tabela I – Oposições a *dēmos* na obra de Tucídides**

<b>Passagem</b>	<b>Local</b>	<b>Termo</b>
1.24.5	Epidamo (colônia de Corcira)	Δυνατούς
2.65.2	Atenas	δυνατοὶ
3.27.2-3	Mitilene (em revolta contra Atenas)	δυνατοῦς
3.39.6	Atenas (debate mitilênio)	ὀλίγων
3.47.2	Atenas (debate mitilênio)	ὀλίγοις
3.47.3	Atenas (debate mitilênio)	δυνατοῖς
3.70-84	<i>Stásis</i> em Corcira	<b>X</b>
3.74.2	Córcira (povo vencedor)	ὀλίγοι
3.82.1	Córcira (Aliança com Atenas)	ὀλίγοι
5.4.3	Leontini (destruída com a ajuda de Siracusa)	Δυνατοὶ
5.81.2	Argos (em aliança com Esparta)	ὀλιγαρχία
5.82.2	Argos (em <i>stásis</i> )	ὀλίγοις
8.66.5	Atenas	ὀλιγαρχίαν/ὀλίγων
8.73.2	Samos	δυνατοῖς
8.97.2	Atenas	ὀλίγους

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

À medida que a obra avança, a oposição entre *dēmos* e *dynatoi* (os poderosos) cede progressivamente espaço a uma polaridade mais explícita entre *dēmos* e *oligoi* (os poucos). Essa mudança, ilustrada abaixo no Tabela I, reflete uma transformação na maneira pela qual Tucídides concebe o conflito interno, deslocando-se de uma leitura de caráter mais social para outra de natureza mais estritamente política (Frazier, 2004, p. 91). O foco deixa, assim, de incidir sobre as tensões entre diferentes estratos sociais para se concentrar nas disputas entre facções políticas claramente delineadas.

Esse processo de “politização” da *stásis* tem implicações profundas, na medida em que se difunde pelo mundo grego, insuflado pelo contexto da guerra em curso, e acaba por manifestar-se de forma derradeira em Atenas. A partir da *stásis* em Corcira, tal como descrita

por Tucídides, o fenômeno passa a envolver a totalidade da população da pólis, assumindo um grau de violência e uma escala que se revelam incontroláveis (Williams, 1985, p. 2; Miskiewicz, 2020, p. 61). Na narrativa tucidideana, a *stásis* constitui, assim, um dos fios condutores que entrelaçam os acontecimentos da Guerra do Peloponeso, evidenciando como as divisões internas podem conduzir à ruína até mesmo uma potência sólida como Atenas.

Retornando à narrativa, após um dia de interrupção das hostilidades, uma segunda batalha é deflagrada, da qual o *dēmos* sai vitorioso, em razão de sua posição mais favorável e de sua superioridade numérica. Na passagem 3.74.1, encontra-se uma das raras ocasiões em que Tucídides atribui um papel ativo às mulheres em sua narrativa. Durante o combate, elas arremessavam telhas das casas contra as forças oligárquicas e auxiliavam a luta corpo a corpo com uma intensidade descrita como contrária à sua “natureza” (*parà phýsin*).

Ao final do dia, os oligarcas refugiam-se nas imediações de suas residências, na área central próxima à ágora, e ateam fogo aos arsenais e aos sobrados alugados (*xynoikias*), com o objetivo de impedir que tais recursos caíssem nas mãos dos adversários (3.74.2), sendo numerosas mercadorias consumidas pela propagação do incêndio. A preocupação com a tomada dos arsenais – ou possivelmente de um único arsenal centralizado (Gomme, 1956a, p. 363) – evidencia a ansiedade gerada pela possibilidade de captura do armamento hoplita pelos oligarcas. Com o cair da noite e a vitória democrática, os combates cessam (3.74.3). A maioria dos mercenários retorna discretamente ao continente, e o navio coríntio que havia transportado os emissários espartanos deixa o porto.

Nicóstrato, estrategista ateniense então responsável pelo comando naval na região ocidental da Grécia, chega à ilha no dia seguinte, vindo de Náupactos, com doze navios e quinhentos hoplitas messênios (3.75.1). Atuando de maneira moderada, procura conciliar o conflito entre as duas facções. Consegue persuadi-las a firmar a paz, a julgar os dez principais líderes do levante contra o *dēmos*, que já não se encontravam na ilha, e a reafirmar a aliança corcíreia com Atenas. O comandante ateniense busca pôr em prática uma política de moderação imperial, do mesmo matiz daquela defendida por Diódoto no debate sobre Mitilene (Kagan, 1974, p. 179): não se propõe a punição indiscriminada de todos os envolvidos, mas apenas a responsabilização dos principais agentes do conflito.

Antes de sua retirada, Nicóstrato é instado pela facção democrática a manter cinco de seus navios ancorados na ilha, com o objetivo de prevenir novos confrontos (3.75.2). Em contrapartida, os corcíreus se comprometeriam a enviar cinco de seus próprios navios,

tripulados por membros da facção oligárquica<sup>95</sup>, em companhia da frota ateniense. Embora o envio de adversários políticos para servir em outras frentes pareça ter sido um expediente relativamente comum (Gomme, 1956a, p. 364), o embarque desses homens nas trirremes atenienses despertou entre os derrotados o temor de que lhes estivesse reservado um destino cruel em Atenas. Diante disso, refugiam-se como suplicantes no templo dos Dióscuros (3.75.3).

Apesar das garantias de segurança oferecidas pelo comandante ateniense, os oligarcas recusam-se a abandonar o santuário, o que leva o *dēmos* a armar-se, acusando-os de intenções hostis e preparando-se para executá-los (3.75.4). Pouco depois, cerca de outros quatrocentos oligarcas, que não devem ser incluídos entre aqueles selecionados para tripular os navios (Hornblower, 1991, p. 474), refugiam-se no templo de Hera<sup>96</sup> (3.75.5). Os democratas, contudo, receosos de uma possível insurreição, persuadem-nos a atravessar para uma pequena ilha situada imediatamente em frente ao santuário.

Quatro ou cinco dias após esses acontecimentos, uma frota peloponésia composta por mais de cinquenta navios ancora diante da ilha de Corcira e, ao raiar do dia, avança contra a cidade (3.76). Tratava-se de uma força reunida de maneira apressada (Kagan, 1974, p. 180), com o objetivo de resolver a situação antes da chegada de uma intervenção ateniense mais ampla. A frota havia retornado recentemente de sua missão malsucedida na Jônia, onde tentara, sem êxito, prestar auxílio aos mitilênios em sua revolta, e encontrava-se sob o comando de Álcidas, tendo Brásidas como conselheiro.

Os democratas de Corcira tripulam sessenta de seus navios e os lançam ao mar para enfrentar a frota peloponésia. Em vez de seguir a recomendação dos atenienses de aguardar a iniciativa inimiga, os corcireus avançam de modo indisciplinado e confuso (3.77.1–2). Tucídides relata que ao menos duas trirremes desertam imediatamente antes do engajamento; o historiador não esclarece se esses navios eram tripulados por oligarcas que deveriam zarpar em companhia dos atenienses, e acrescenta que, em algumas embarcações, os próprios tripulantes chegaram a combater entre si.

Aproveitando-se dessa desordem, os peloponésios concentram a maior parte de suas forças contra as doze trirremes atenienses (3.77.3). Estes, por sua vez, cercam a frota peloponésia (3.78.1) e atraem contra si os demais navios inimigos em um recuo controlado, com o objetivo de ganhar tempo para a retirada das trirremes corcireias derrotadas (3.78.2–3).

---

<sup>95</sup> Cinco navios tripulados resultam em por volta de mil membros da facção oligárquica.

<sup>96</sup> O mesmo templo no qual os emissários do *dēmos* de Epidamno suplicaram aos corcireus que lhe ajudassem contra os oligarcas que os sitiavam em 435 (1.24.7).

Assim, embora tenham saído vitoriosos no combate naval, os peloponésios não conseguem explorar sua vantagem, tanto pelo receio representado pelas trirremes atenienses quanto pela chegada da noite (3.78.4). Os corcireus, temendo que os peloponésios alcançassem a cidade e desferissem um golpe decisivo, retiram os homens que haviam sido colocados na pequena ilha em frente ao santuário e os reconduzem ao templo de Hera (3.79.1). A frota peloponésia, por sua vez, transporta para o continente os treze navios capturados dos corcireus e, no dia seguinte, em vez de atacar diretamente a cidade, desembarca no cabo de Leucime, no sul da ilha, passando a utilizar a mesma tática usada contra Atenas na Ática e devastam as terras circundantes (3.79.2–3).

Não foi apenas o temor de um possível ataque direto à ilha que levou os corcireus a agir de maneira imprudente; os próprios elementos conhecidos acerca de sua frota contribuem para a compreensão desse comportamento. Como observado anteriormente, a frota corcireia era tripulada, em grande parte, por escravizados e, subitamente, a situação na ilha não apenas libertou uma parcela significativa dessa população, como também privou as trirremes de seus comandantes e dos hoplitas que combatiam nos deques, presumivelmente membros da facção oligárquica.

Enquanto os peloponésios devastavam as terras ao sul da ilha, o *dēmos* de Corcira, ainda temendo um ataque da frota inimiga, negocia com membros da facção oligárquica para que estes tripulem os navios em caso de uma nova investida (3.80.1). Contudo, ao constatarem a aproximação de uma frota ateniense composta por sessenta navios, os peloponésios decidem retirar-se antes do confronto (3.80.2), navegando rente à costa do continente a fim de evitar serem detectados pelos adversários (3.81.1).

Ao perceberem que o perigo imediato havia passado e que a frota ateniense se aproximava, os democratas de Corcira aproveitam a ocasião para executar numerosos inimigos internos, matando tanto os membros da facção oligárquica, que já se encontravam sob sua custódia, quanto aqueles que haviam sido convencidos a tripular os navios e eram capturados ao desembarcar (3.81.2). No templo de Hera, ao menos cinquenta indivíduos são persuadidos a abandonar o santuário para serem julgados, sendo todos condenados à morte. O comandante da frota ateniense recém-chegada, Eurímedon, diferentemente de Nicóstrato, não tenta conter o massacre, que se estende por sete dias. A implicação do relato é que Eurímedon foi, em certa medida, “responsável pelo massacre”, não conseguindo realizar com sessenta navios o que Nicóstrato havia logrado com apenas doze (Gomme, 1956a, p. 369). O novo comandante

ateniense parece, assim, alinhar-se mais à posição de Cléon, rejeitando a política de moderação – considerada ineficaz –, e entendendo que ela apenas agravava a *stásis* (Kagan, 1974, p. 181).

No templo de Hera desenrola-se uma das cenas mais mórbidas de toda a obra. Os suplicantes que se recusaram a abandonar o santuário, ao tomarem conhecimento do destino que os aguardava, passaram a matarem-se uns aos outros no solo consagrado do templo (3.81.3–4), alguns por enforcamento, outros lançando mão dos meios que lhes estavam ao alcance para tirar a própria vida. Tucídides observa que, no curso da matança, embora muitos tenham sido mortos sob a acusação de tentar derrubar a democracia, outros o foram em razão de inimizades pessoais ou de motivos privados; menciona ainda que alguns foram assassinados por seus próprios devedores, que assim buscavam livrar-se das dívidas<sup>97</sup> contraídas junto a seus credores (3.81.4).

Até este momento do livro 3, os eventos da *stásis* em Corcira configuram aquilo que Connor (1984, p. 96–97) denominou “a mais longa e complexa narrativa de persuasão” em toda a obra de Tucídides. É significativo, nesse sentido, que o nome de Pítias (*Peithías*) ressoe foneticamente o verbo *peithō*, “persuadir” (Malhadas *et al.*, 2009, p. 48–49). A coincidência é sugestiva: Tucídides emprega *Peithías*, ‘o persuasivo’, como personagem cuja eliminação precoce, levada a cabo pela facção oligárquica, simboliza a morte antecipada da *peithō* (persuasão) como mecanismo de regulação política. Seu assassinato marca, por assim dizer, o eclipse da capacidade política de convencer e negociar, prenunciando o predomínio da força bruta e da violência.

Tucídides costura a progressão da *stásis* até 3.81 por meio de uma sequência de atos retóricos, todos fracassados em maior ou menor grau, que evidenciam como, em uma *pólis* dividida, o *lógos* é progressivamente corroído. É possível enumerar, de forma mais coesa, os principais momentos dessa cadeia de tentativas de persuasão. Em primeiro lugar, os cativos oligárquicos capturados pelos coríntios após Sibota persuadem seus captores a retornarem a Corcira com a missão explícita de fomentar uma *stásis*. Em seguida, após a tentativa fracassada de condenar Pítias, o líder democrático, ele próprio, um paradigma do poder persuasivo do *lógos*, convence os corcireus a aplicar a lei e a condenar cinco oligarcas. Logo depois, ao assassinar Pítias e convocar uma assembleia, os oligarcas enviam emissários a Atenas com o objetivo de persuadir os aliados de que haviam agido com boas intenções. Após a derrota oligárquica em batalha, Nicóstrato, o estrategista ateniense, tenta restaurar um mínimo de

---

<sup>97</sup> Sobre o peso do endividamento na ação da *stásis* em Corcira, o leitor é remetido ao artigo *Stasis e Dívida na Córquira Antiga: conexões e comparações em um estudo de caso* (Santrovitsch, 2024b).

racionalidade política e persuade as facções a firmarem um acordo. Os líderes democráticos, por sua vez, persuadem Nicóstrato a deixar cinco trirremes em Corcira, de modo a assegurar seu domínio sobre os oligarcas. Estes, entretanto, recusam-se a tripular os navios e a seguir em companhia da frota ateniense, e Nicóstrato fracassa em persuadi-los. Diante da ameaça representada pela frota peloponésia ancorada diante da ilha, membros do *dēmos* conseguem persuadir alguns oligarcas a embarcar nas trirremes para a defesa da cidade. Por fim, uma vez afastado o perigo externo, os democratas persuadem parte dos oligarcas a abandonar o santuário para serem julgados, decisão que culmina na condenação de todos à morte.

A persuasão passa, assim, a conduzir paulatinamente a níveis cada vez mais elevados de violência e destruição. Tucídides evidencia, nesse ponto, a incapacidade das restrições e convenções humanas e sociais (*nómoi*) de operarem sob a pressão gerada pela interação entre a guerra externa e o conflito interno (*stásis*) (Connor, 1984, p. 98). A linguagem, ao contrário do que se poderia supor, não atua como um freio à violência; antes, transforma-se ela própria em um “agente da violência” (Connor, 1984, p. 101).

### 3.8 TUCÍDIDES E A *STÁSIS*

Esta seção desloca o foco da reconstrução narrativa dos acontecimentos em Corcira para a reflexão autoral que Tucídides elabora a partir deles. Ao comentar a *stásis* em termos gerais, sobretudo nos capítulos 3.82–84, o historiador transforma um episódio particular da Guerra do Peloponeso em ocasião para uma investigação sobre o comportamento humano sob pressão extrema. A *stásis* deixa de ser apenas um fato político contingente e passa a operar como uma chave interpretativa privilegiada, por meio da qual Tucídides examina a relação entre *phýsis* e *nómos*, a corrupção do *lógos*, a instrumentalização da lei e a dissolução dos vínculos cívicos.

Tradicionalmente, a seção considerada central para a análise da *stásis* em Corcira tem sido localizada em 3.82.1. Aqui, contudo, é adotada a sugestão de Hornblower (1991, p. 477; 480) e a proposta de iniciar a análise a partir da passagem final da seção precedente. Convém lembrar que a divisão em capítulos e parágrafos é uma convenção moderna e não reflete necessariamente uma intenção autoral. Com exceção da menção específica ao templo de Dioniso, o trecho 3.81.5 compartilha o mesmo tom generalizante e reflexivo que caracteriza 3.82–83. Nessa passagem, Tucídides descreve mortes de toda sorte, e a narrativa assume um acentuado apelo emocional: “Até houve pais que mataram os filhos e dos templos foram outros arrastados e diante deles assassinados, tendo alguns também morrido por terem sido emparedados no templo de Dionisos” (3.81.5; trad. Fernandes & Granwehr).<sup>98</sup>

O motivo de familiares voltarem-se contra seus próprios parentes em contextos de decadência moral é amplamente atestado na literatura antiga. Um dos testemunhos mais antigos a que se tem acesso encontra-se no chamado Papiro de Ipuur, na composição conhecida como *Admoestações de Ipuur*. Datado do primeiro quarto do segundo milênio AEC, o texto descreve um mundo “virado do avesso” no qual, entre outras inversões, afirma-se que “um homem considera seu filho como seu inimigo”<sup>99</sup>. Ao comentar a descrição da linhagem de ferro em Hesíodo (182–186), Martin L. West observa que a ruptura dos laços familiares constitui um “tema típico das profecias orientais”, citando uma extensa série de paralelos que inclui textos bíblicos, o *Mahābhārata* e a literatura zoroastriana medieval (1978, p. 190).

Outro tema central desse trecho é o massacre de suplicantes, cuja gravidade, para os antigos, jamais pode ser subestimada. O respeito aos suplicantes diante do altar ocupa um lugar de destaque, em particular, na tragédia ateniense do século V<sup>100</sup>. A violação da suplicância

<sup>98</sup> “καὶ γὰρ πατὴρ παῖδα ἀπέκτεινε καὶ ἀπὸ τῶν ἱερῶν ἀπεσπῶντο καὶ πρὸς αὐτοῖς ἐκτείνοντο, οἱ δὲ τινες καὶ περιικοδομηθέντες ἐν τοῦ Διονύσου τῷ ἱερῷ ἀπέθανον.”

<sup>99</sup> “A man regards his son as his enemy” (Papyrus Leiden 344, Recto, I, I, 5 p. 150; *In*: Lichtheim, 2006, p. 150).

<sup>100</sup> Ver *Os Heráclidas*, *Héacles* e *As Suplicantes* de Eurípidés e *Orestes* de Ésquilo.

atribuída a Mégacles (Hdt. 5.70.2–71.2; 1.61.1) – ancestral alcmeônida de Péricles – e a suposta maldição dela decorrente constituíam também um argumento político de grande peso, mobilizado tanto no plano externo quanto no interno contra a figura do estrategista ateniense e contra a própria democracia forjada no contexto do Império Ateniense.

Embora o trecho descreva de forma crua o massacre dos oligarcas, não se deve perder de vista o processo que conduziu os acontecimentos a esse desfecho. Trata-se, antes, da atuação de uma “facção oligárquica egoísta”, que operava em consonância com o mais antigo e persistente inimigo da cidade, Corinto. Os oligarcas encontraram Corcira em um estado de relativa “segurança e tranquilidade”, sem que houvesse motivos evidentes que justificassem uma ruptura com a aliança vigente com Atenas. Pítias foi levado a julgamento e respondeu por meio dos mesmos instrumentos legais; foram, contudo, os oligarcas insurgentes que inauguraram a violência sangrenta ao recorrerem ao assassinato dos líderes democráticos. Grote (2009 [1849], p. 380–381) interpreta as ações subsequentes do *dēmos*, vencedor da *stásis*, como características de “pessoas brutas misturadas com escravos libertos”<sup>101</sup>, lançadas em circunstâncias extremas e compelidas a mobilizar todas as suas energias em uma luta defensiva da qual dependia sua própria sobrevivência.

Por mais graves que possam parecer as ações do *dēmos*, é metodologicamente necessário situá-las em seu contexto histórico específico. Ainda que se possa falar na existência de um regime democrático em Corcira, tudo indica que esse regime não dispôs do tempo necessário para amadurecer institucionalmente nem para consolidar um senso cívico por meio da participação política regular, como ocorreu, por exemplo, em Atenas após as *stáseis* do século V. Qualquer avaliação que ignore essa diferença corre o risco de incorrer no preconceito apontado por Thompson (2013 [1963], p. 12), a chamada “condescendência da posteridade”, que projeta expectativas normativas posteriores sobre contextos históricos marcados por experiências políticas incipientes e instáveis.

Nas passagens seguintes (3.82–83), notáveis por suas cores vivas e pelo impacto<sup>102</sup> que produzem, encontra-se o mais extenso e explícito comentário autoral de toda a obra de Tucídides, no qual o historiador expressa de forma direta suas posições pessoais.

---

<sup>101</sup> Releve-se o leve tom haitianista do autor oitocentista (Grote, 2006 [1849], p. 381): “Their conduct as victors is such as we should expect under such maddening circumstances, from coarse men, mingled with liberated slaves: it is vindictive and murderous in the extreme, not without faithless breach of assurances given. But we must remember that they are driven to stand upon their defence, and that all their energies are indispensable to make that defence successful.”

<sup>102</sup> Motivo que levou Hornblower (1991, p. 478) a conjecturar que, apesar do que Tucídides explicita em 1.22.4, alguns trechos de sua obra, como esse, podem ter sido lidos para o aplauso em *sympósia* (banquetes reservados às elites).

Diferentemente dos discursos, esses trechos se pretendem um veículo seguro para a exposição de suas ideias. Tanto a Arqueologia quanto a descrição da Peste em Atenas contêm “visões fortes”, porém formuladas de modo mais “oblíquo” (Hornblower, 1991, p. 478), ao passo que a reflexão sobre Péricles e seus sucessores (2.65) apresenta-se de maneira mais clara, ainda que mais breve, do que a análise desenvolvida a propósito da *stásis* em Corcira.

Dionísio de Halicarnasso, em seu tratado sobre Tucídides (29–33), dirige críticas severas a essas passagens do historiador, caracterizando-as por seu caráter “tortuoso y confuso”.<sup>103</sup> Trata-se de passagens de tradução particularmente complexa e de compreensão frequentemente paradoxal. Nesta seção, são apresentadas as principais linhas do debate em torno desses trechos, bem como algumas indicações interpretativas e conexões que emergem da análise aqui desenvolvida.

A passagem 3.82.1 se inicia com Tucídides sintetizando sua interpretação acerca das *stáseis* que irromperam no período da Guerra do Peloponeso:

Tais foram os excessos de crueldade a que a revolução levou, e eles pareceram ainda mais **brutais** porque foram os primeiros a ocorrer; mais tarde, praticamente todo o mundo helênico ficou convulsionado, pois nas várias cidades os **chefes das respectivas facções democráticas** enfrentavam os **oligarcas**, já que os democratas queriam chamar os atenienses e os oligarcas os lacedemônios. Com efeito, em **tempo de paz** não teriam pretexto nem ousadia para pedir a intervenção, mas agora que as duas alianças **estavam em guerra**, cada facção nas várias cidades, se desejava uma revolução, achava fácil recorrer a aliados, para de um só golpe fazer mal aos adversários e fortalecer sua própria causa (trad. Kury; grifos nossos).<sup>104</sup>

A gravidade e a brutalidade da *stásis* de Corcira, recém-descritas, são apresentadas como particularmente impactantes por terem constituído o primeiro exemplo de um novo padrão de conflito que viria a se disseminar pelo mundo grego. Importa notar, contudo, que Tucídides afirma que tais excessos “pareceram” os mais brutais, o que não implica necessariamente que tenham sido, de fato, os mais violentos dentre todas as *stáseis* ocorridas ao longo da guerra. O ponto central reside antes no caráter inaugural do episódio: a partir dele, líderes do *dēmos* e facções oligárquicas nas diversas *pólis* passam a recorrer de forma sistemática, respectivamente, ao apoio ateniense e lacedemônio, integrando de modo estrutural o conflito interno à dinâmica da guerra externa.

<sup>103</sup> Tradução de Juan Pedro Oliver Segura.

<sup>104</sup> “οὕτως ὡμῆ <ή> στάσις προυχώρησε, καὶ ἔδοξε μᾶλλον, διότι ἐν τοῖς πρώτῃ ἐγένετο, ἐπεὶ ὕστερόν γε καὶ πᾶν ὡς εἶπεῖν τὸ Ἑλληνικὸν ἐκινήθη, διαφορῶν οὐσῶν ἑκασταχοῦ τοῖς τε τῶν δήμων προστάταις τοὺς Ἀθηναίους ἐπάγεσθαι καὶ τοῖς ὀλίγοις τοὺς Λακεδαιμονίους. καὶ ἐν μὲν εἰρήνῃ οὐκ ἂν ἐχόντων πρόφασιν οὐδ’ ἐτοίμων παρακαλεῖν αὐτούς, πολεμουμένων δὲ καὶ ξυμμαχίας ἅμα ἑκατέροις τῇ τῶν ἐναντίων κακώσει καὶ σφίσιν αὐτοῖς ἐκ τοῦ αὐτοῦ προσποιήσει ῥαδίως αἰ ἐπαγωγαὶ τοῖς νεωτερίζειν τι βουλομένοις ἐπορίζοντο.”

Mais do que isso, a *stásis*, fenômeno recorrente nas comunidades gregas, adquire uma dimensão ampliada ao instrumentalizar a “guerra” entre as duas alianças como pretexto para intervenções externas e para o fortalecimento de uma facção frente aos seus adversários. Nesse sentido, o adjetivo “bruto” (*ōmē*) não se limita a qualificar a intensidade da violência, mas carrega um sentido ativo de ferocidade descontrolada e impetuosidade, associado a um claro “sabor médico” (Hornblower, 1991, p. 418; 480). A escolha vocabular sugere que a *stásis* opera como uma patologia que se instala, progride e se alastra, contaminando o corpo do “mundo helênico”. Assim como na descrição da Peste de Atenas, Tucídides mobiliza um léxico que remete à perda de controle, à dissolução das normas e à incapacidade de contenção, apresentando a *stásis* não apenas como um evento político, mas como uma doença social cuja progressão se torna cada vez mais difícil de deter.

Aqui, por fim, Tucídides explicita de modo concentrado um tema que já vinha sendo anunciado desde o livro 1: a conjugação entre *stásis* e guerra como forças capazes de produzir “convulsões” ou deslocamentos violentos (*ekinēthē*), retomando, assim, o motivo da *kínēsis*. Já no livro 1, o historiador deixara clara essa conexão ao associar o recrudescimento das *stáseis* ao próprio desenrolar da guerra, especialmente no chamado Catálogo de Sofrimentos (1.23.2), no qual a intensificação da violência interna aparece como parte integrante da dinâmica geral do conflito.

A seção seguinte (3.82.2) prossegue com uma avaliação particularmente densa acerca dos efeitos destrutivos que as *stáseis* exercem sobre as cidades e sobre os indivíduos:

Dessa forma as **revoluções trouxeram** para as cidades numerosas e terríveis calamidades, como tem acontecido e continuará a acontecer **enquanto a natureza humana for a mesma**; elas, porém, podem ser mais ou menos violentas e diferentes em suas manifestações, de acordo com as várias **circunstâncias** presentes em cada caso. **Na paz e prosperidade as cidades e os indivíduos têm melhores sentimentos**, porque não são forçados a enfrentar **dificuldades extremas**; a **guerra**, ao contrário, que priva os homens da satisfação até de suas **necessidades cotidianas**, é uma **mestra violenta** e desperta na maioria das pessoas paixões em consonância com as circunstâncias do momento (trad. Kury; grifos nossos).<sup>105</sup>

O verbo inicial *epipíptō*, traduzido aqui como “trouxeram”, aproxima-se semanticamente da ideia de uma aflição que recai sobre alguém, mais do que de uma ação neutra deliberada (Hornblower, 1991, p. 481). Trata-se de um vocábulo que o próprio Tucídides emprega nesse

<sup>105</sup> “καὶ ἐπέπεσε πολλὰ καὶ χαλεπὰ κατὰ στάσιν ταῖς πόλεσι, γιγνόμενα μὲν καὶ αἰεὶ ἐσόμενα, ἕως ἄν ἡ αὐτὴ φύσις ἀνθρώπων ᾖ, μᾶλλον δὲ καὶ ἡσυχαιτέρα καὶ τοῖς εἶδεσι διηλλαγμένα, ὡς ἄν ἕκασται αἰ μεταβολαὶ τῶν ξυντυχιῶν ἐφιστῶνται. ἐν μὲν γὰρ εἰρήνῃ καὶ ἀγαθοῖς πράγμασιν αἶ τε πόλεις καὶ οἱ ἰδιῶται ἀμείνους τὰς γνώμας ἔχουσι διὰ τὸ μὴ ἐς ἀκουσίους ἀνάγκας πίπτειν: ὁ δὲ πόλεμος ὑφελὼν τὴν εὐπορίαν τοῦ καθ’ ἡμέραν βίαιος διδάσκαλος καὶ πρὸς τὰ παρόντα τὰς ὀργὰς τῶν πολλῶν ὁμοιοῖ.”

mesmo sentido ao descrever a Peste de Atenas (2.48.3–49.6)<sup>106</sup>, o que lhe confere uma forte conotação de natureza médica.

Esta seção fornece elementos centrais para a compreensão da concepção tucidideana da natureza humana. Em Tucídides, a *phýsis* aparece como fator determinante das ações humanas, frequentemente em tensão com o *nómos*, tradicionalmente concebido como seu contraponto normativo. Apesar do quadro crítico traçado pelo autor, subsiste uma ideia mais sutil: a de que a natureza humana não se manifesta de forma invariável, mas pode assumir expressões distintas conforme as circunstâncias. É o que se observa na afirmação de que as *stáseis* “podem ser mais ou menos violentas e diferentes em suas manifestações, de acordo com as várias circunstâncias presentes em cada caso”.

Tucídides formula, assim, um princípio decisivo para a compreensão de seu método – e uma intuição de caráter científico – ao reconhecer a importância das combinações específicas de circunstâncias históricas (Hornblower, 1991, p. 481). Nessa passagem, portanto, o autor conecta a natureza humana com as condições e circunstâncias que acabam por definir o grau de violência das “calamidades” que as *stáseis* infligem.

A ideia de que os indivíduos tendem a apresentar uma disposição moral mais favorável quando o estado de coisas é próspero encontra paralelos em diversos textos clássicos (Macleod, 1979, p. 65). Contemporâneo de Tucídides, Eurípides coloca na boca do velho servo de Creusa, em *Íon*, a noção de que, em tempos favoráveis, a piedade (*eusébeia*) podia ser preservada, ao passo que nenhuma lei (*nómos*) deveria impedir a ação diante do inimigo (*polémios*).<sup>107</sup> Mais explícitos quanto à menção às *stáseis*, porém, são dois textos do século IV. Isócrates (4.173–174), ao defender a concórdia entre os gregos e sua união contra os bárbaros da Ásia, afirma que somente dessa forma a Grécia poderia libertar-se tanto da guerra quanto da *stásis*, quando se visse livre da pobreza (*aporía*)<sup>108</sup> pela conquista de terras na Ásia. Ainda que em um contexto diverso, marcado por preocupações demográficas, a formulação aristotélica é igualmente contundente ao afirmar que “a pobreza produz revoltas (*stáseis*) e crimes” (Arist. *Pol.* 1265b.12; trad. Amaral & Gomes).<sup>109</sup>

As circunstâncias produzidas pela paz se opõem diretamente às da guerra, pois, em contextos pacíficos, “as cidades e os indivíduos [...] não são forçados a enfrentar dificuldades

<sup>106</sup> Ver seção 3.4.

<sup>107</sup> Eur. *Ion* 1045-1047 “τὴν δ’ εὐσέβειαν εὐτυχοῦσι μὲν καλὸν τιμᾶν· ὅταν δὲ πολέμιους δρᾶσαι κακῶς θέληι τις, οὐδεὶς ἐμποδῶν κεῖται νόμος”.

<sup>108</sup> Isoc. 4.174: “τούτων δὲ γενομένων, καὶ τῆς ἀπορίας τῆς περὶ τὸν βίον ἡμῶν ἀφαιρεθείσης, ἢ καὶ τὰς ἐταιρίας διαλύει καὶ τὰς συγγενείας εἰς ἔχθραν προάγει καὶ πάντας ἀνθρώπους εἰς πολέμους καὶ στάσεις καθίστησιν”.

<sup>109</sup> “ἢ δὲ πενία στάσιν ἐμποεῖ καὶ κακουργίαν”.

extremas” (*anánkē*). A guerra, ao contrário, compromete até mesmo a “satisfação das necessidades cotidianas” dos homens, estabelecendo assim um vínculo direto entre as condições materiais básicas da vida e o comportamento humano. Desse modo, Tucídides associa a privação material e a coerção da necessidade às disposições de julgamento e decisão (*gnómē*), sugerindo que os juízos morais e políticos são moldados, em larga medida, pelas circunstâncias concretas impostas pelo conflito.

É particularmente significativo que Tucídides trate, nessa seção (3.82.2), das questões morais e das flutuações que as condicionam em contexto de guerra. A caracterização da *stásis* como produto da violência e da pobreza engendradas pelo conflito torna-se explícita no célebre trecho em que a guerra é descrita como uma “mestra violenta” (*bíaios didáskalos*). A imagem de um mestre que forma as mentes não por meio da persuasão, mas pela coerção – isto é, pela força – parece ter sido um lugar-comum no tempo de Tucídides (Macleod, 1979, p. 53). Gomme (1956a, p. 373), ao traduzir a expressão como “uma professora da violência”, sustenta que ela exprime uma das convicções pessoais mais profundas do historiador. Não é irrelevante lembrar, a esse respeito, que Tucídides descreve Cléon como *biaiótatos tōn politōn* “o mais violento dos cidadãos” (3.36.6; trad. Kury), sinalizando, assim, um distanciamento crítico em relação àquilo que pode ser entendido como uma “doutrina cínica da força”.

Ainda assim, a metáfora cumpre a função de introduzir o caráter criativo, em sentido perverso, e inventivo da guerra na obra. Em 3.82.2, Tucídides ocupa-se sobretudo das distorções morais e de sua relação com as necessidades humanas; já em 3.82.3, o foco desloca-se para as distorções de ordem intelectual (*gnómē*) (Hornblower, 1991, p. 482):

Assim as cidades começam a ser abaladas pelas revoluções, e as que são atingidas por estas mais tarde, conhecendo os acontecimentos anteriores, chegam a extravagâncias ainda maiores em iniciativas de uma engenhosidade rara e em represálias nunca antes imaginadas (trad. Kury).<sup>110</sup>

Entre as seções 3.82.1 e 3.82.3 emerge uma tensão formal significativa. Em 3.82.1, ao tratar da *stásis* em Corcira, o historiador afirma que seus excessos “pareceram” os mais brutais por terem sido os primeiros a ocorrer; em 3.82.3, contudo, são justamente as cidades atingidas mais tardiamente pelas *stáseis* que “chegam a extravagâncias ainda maiores” em termos de crueldade. Retorna, assim, a imagem da guerra como *bíaios didáskalos*, agora não mais deformando primordialmente os valores morais, mas a própria engenhosidade humana. A guerra e as *stáseis*, em seu desenrolar, ‘ensinam’ novas formas de violência e inauguram atrocidades

<sup>110</sup> “ἔστασίαζέ τε οὖν τὰ τῶν πόλεων, καὶ τὰ ἐφυστερίζοντά που πίστει τῶν προγενομένων πολὺ ἐπέφερε τὴν ὑπερβολὴν τοῦ καινοῦσθαι τὰς διανοίας τῶν τ’ ἐπιχειρήσεων περιτεχνήσει καὶ τῶν τιμωριῶν ἀτοπία”.

inéditas: por meio de sua própria força, ambas estimulam disposições intelectuais e mentais a trilhar caminhos até então inimagináveis.

Macleod (1979, p. 54–56) analisa esses capítulos (3.82–83) em contraste com a noção geral de progresso delineada na Arqueologia. Em Tucídides, a *stásis* aparece como o “desmantelamento do progresso por meio do próprio progresso”. A curva ascendente do desenvolvimento grego descrita nas seções iniciais do livro 1 atinge seu ápice com o imperialismo ateniense, imediatamente antes da eclosão da Guerra do Peloponeso (431–404). É nesse ponto que se impõe uma perspectiva de cunho trágico: a guerra surge como um acontecimento necessário, dado o movimento de ascensão de Atenas (1.23.6), e manifesta-se, em última instância, como a força inversa aos elementos considerados “civilizadores” que haviam estruturado o desenvolvimento do mundo grego até então.

[3.82.4] A significação normal das palavras em relação aos atos muda segundo os caprichos dos homens. A audácia irracional passa a ser considerada lealdade corajosa em relação ao partido; a hesitação prudente se torna covardia dissimulada; a moderação passa a ser uma máscara para a fraqueza covarde, e agir inteligentemente equivale à inércia total. Os impulsos precipitados são vistos como uma virtude viril, mas a prudência no deliberar é um pretexto para a omissão. [5] O homem irascível sempre merece confiança, e seu oposto se torna suspeito. O conspirador bem-sucedido é inteligente, e ainda mais aquele que o descobre, mas quem não aprova esses procedimentos é tido como traidor do partido e um covarde diante dos adversários. Em suma, ser o primeiro nessa corrida para o mal e compelir a entrar nela quem não queria é motivo de elogios (trad. Kury)<sup>111</sup>.

O início da passagem não deve ser entendido simplesmente como a ideia de que ‘as palavras tiveram de mudar seu significado normal’, como já foi traduzido<sup>112</sup>, ou ainda que “as palavras tinham de mudar o seu sentido habitual e adaptarem-se ao que se pensava ser próximo das necessidades” (trad. Fernandes & Granwehr). Wilson chama a atenção para um problema de tradução e interpretação, questionando se, de fato, são as palavras que passam a significar algo distinto do normal – à maneira de uma inversão semântica total, como em *1984* de George Orwell – ou se o que se altera são, antes, as formas disponíveis de descrição, que se ajustam à mudança nos critérios de avaliação das ações relevantes (1982, p. 18–20).

<sup>111</sup> “[4] καὶ τὴν εἰωθυῖαν ἀξίωσιν τῶν ὀνομάτων ἐς τὰ ἔργα ἀντήλλαξαν τῇ δικαιοῦσει. τόλμα μὲν γὰρ ἀλόγιστος ἀνδρεία φιλέταιρος ἐνομίσθη, μέλλησις δὲ προμηθῆς δειλία εὐπρεπής, τὸ δὲ σῶφρον τοῦ ἀνάνδρου πρόσχημα, καὶ τὸ πρὸς ἅπαν ζυνετὸν ἐπὶ πᾶν ἀργόν: τὸ δ’ ἐμπλήκτως ὄξυ ἀνδρὸς μοίρα προσετέθη, ἀσφαλεία δὲ τὸ ἐπιβουλεύσασθαι ἀποτροπῆς πρόφασις εὐλογος. [5] καὶ ὁ μὲν χαλεπαίνων πιστὸς αἰεὶ, ὁ δ’ ἀντιλέγων αὐτῷ ὑποπτος, ἐπιβουλεύσας δὲ τις τυχῶν ζυνετὸς καὶ ὑπονοήσας ἔτι δεινότερος: προβουλεύσας δὲ ὅπως μηδὲν αὐτῶν δεήσει, τῆς τε ἐταιρίας διαλυτῆς καὶ τοὺς ἐναντίους ἐκπεπληγμένους. ἀπλῶς δὲ ὁ φθάσας τὸν μέλλοντα κακὸν τι δρᾶν ἐπηγεῖτο, καὶ ὁ ἐπικελεύσας τὸν μὴ διανοοῦμενον.”

<sup>112</sup> Como na tradução em inglês de Crawley: “Words had to change their ordinary meaning”.

O que se altera, portanto, não é o significado intrínseco das palavras. Não é o caso de que, na tradução, “audácia irracional” tenha passado a significar “lealdade corajosa em relação ao partido”; o que muda são as descrições atribuídas às ações. A transformação efetivamente ensejada pela *stásis* diz respeito aos juízos de valor mobilizados para avaliá-las. As ações praticadas no contexto da *stásis* passam a ser descritas e julgadas de maneira distinta, de tal modo que comportamentos anteriormente considerados negativos passam a receber qualificações positivas, e vice-versa. O que se observa, assim, é uma reconfiguração moral orientada pela necessidade de justificar determinadas ações e condenar outras.

Nesses termos, a passagem não deve ser interpretada como se a *stásis* exercesse um efeito destrutivo direto sobre a linguagem em si. O que Tucídides registra, e que se tornará ainda mais evidente adiante, é o modo pelo qual a retórica dos agentes politicamente engajados se apropria dos “fenômenos” e passa a descrevê-los de maneira diversa, mais ou menos plausível, a partir do “vocabulário existente” (Wilson, 1982, p. 20). Trata-se, portanto, menos de uma corrupção semântica do que de uma transformação pragmática e avaliativa do discurso, condicionada pelas exigências do conflito e da luta faccional.

Nesse sentido, Tucídides enumera exemplos concretos de atos que passam a ser descritos de maneira diversa. A “audácia irracional” é requalificada como “lealdade ao partido”, isto é, à facção (*stásis*); por sua vez, “moderação”, “hesitação”, “prudência” e “deliberação” passam a ser rotuladas como “fraqueza”, “covardia”, “omissão” e “impulsividade”. Ao final de 3.82.5, o historiador formula um juízo particularmente revelador: torna-se “motivo de elogios” ser “o primeiro nessa corrida para o mal”. A “tábua de valores” assim delineada permite perceber que aquilo que a *stásis*, ou a “guerra civil”, efetivamente “perverte” não é a linguagem em si, mas o uso social do elogio e da censura, e, de modo especialmente significativo, a “transformação da censura em elogio” (Loraux, 2009 [1986], p. 92; 101).

Nesses termos, estariam em operação artifícios próximos àqueles do discurso epidíctico descrito por Aristóteles, relacionados ao que Gomme denomina o “sentido cambiável das palavras” (1956a, p. 374). Loraux observa que esses trechos parecem inspirar-se em Tucídides, com a diferença fundamental de que “o filósofo é pragmático onde o historiador é *normativo*” (Loraux, 2009 [1986], p. 102, grifo original). Aristóteles afirma que, no âmbito do “elogio” e da “censura”, deve-se “assumir como idênticas às qualidades existentes aquelas que lhes estão próximas”, e apresenta uma série de exemplos elucidativos: “o homem cauteloso” deve ser considerado “reservado”; “o simples”, “honesto”; “o insensível”, “calmo”; “o colérico e

furioso”, “franco”; “o arrogante”, “magnificante e digno”; “o temerário”, “corajoso”; e “o pródigo”, “liberal” (Arist. *Rh.* 1367a–b; trad. Júnior, Alberto & Pena).

Loraux (2009 [1986], p. 100) interroga-se sobre a natureza dessa transformação, que prefere definir como uma mudança de “avaliação”, e não de “significação”, propriamente dita. A “avaliação correta” dos atos corresponde, nesse sentido, a uma avaliação de caráter tradicional, fundada na percepção de que, no contexto da *stásis*, opera-se uma inversão das relações habituais. Tal inversão, de natureza eminentemente moral, inscreve-se em uma “longa tradição que na *stásis* vê o horror”, ainda que essa mesma tradição não consiga “mascarar a conaturalidade da guerra civil com a definição do homem que vive na cidade” (Loraux, 2009 [1986], p. 94, 100).

Edmunds (1975, p. 83–88) propõe uma comparação particularmente elucidativa com passagens de *Trabalhos e Dias* de Hesíodo. Na descrição da linhagem de ferro (Hes. *Op.* 174–201), os homens são apresentados como destinados a sofrer “duros tormentos” que “os deuses darão” (v. 178; trad. Werner). A destruição final dessa raça, contudo, somente ocorrerá quando, “ao nascer, tiverem cãs nas têmporas” (vv. 180–181), sinalizando um mundo em que a ordem natural e moral se encontra profundamente corrompida.

A referência aos cabelos brancos funciona aqui como um *adínato*, figura de linguagem hiperbólica que exagera até o nível da impossibilidade. Um recém-nascido com cabelos brancos indicaria, assim, uma alteração radical da própria natureza humana, marcando o término da linhagem de ferro. De modo análogo, Tucídides se expressa em 3.82.2, ao afirmar que a *stásis* e seus efeitos sobre as cidades persistiriam “enquanto a natureza humana for a mesma” (trad. Kury). Em ambos os autores, portanto, os tormentos e sofrimentos dos homens são apresentados como “endêmicos à sua natureza presente” (Edmunds, 1975, p. 84–85), isto é, como produtos não de um desvio ocasional, mas de uma condição humana estrutural, cuja superação exigiria uma transformação impossível ou extraordinária.

Na passagem seguinte, Tucídides volta-se para os tipos de vínculos que se fortalecem em situações de *stásis*:

[3.82.6] Na realidade, os laços de parentesco ficam mais fracos que os de partido, no qual os homens se dispõem mais decididamente a tudo ousar sem perda de tempo, **pois tais associações não se constituem para o bem público respeitando as leis existentes**, mas para violarem a ordem estabelecida ao sabor da ambição. Os compromissos tiram a sua validade menos de sua força

de lei divina que da ilegalidade perpetrada em comum (trad. Kury; grifos nossos).<sup>113</sup>

O enfraquecimento dos laços familiares reaparece aqui em continuidade com 3.81.5, em que se enumeraram diversas formas de morte – dentre elas o assassinato de filhos e o massacre de suplicantes –, ambas transgressões de tabus fundamentais. Em seu lugar, consolidam-se os “laços de partido”, isto é, as facções da *stásis*, caracterizadas pela disposição de violar a ordem e de “tudo ousar”. Associações desse tipo, conhecidas como *hetaireíai*, eram bem conhecidas no mundo grego e existiam, por exemplo, em Atenas; nelas, os membros se organizavam para “ajudar uns aos outros fazendo uso das leis estabelecidas” (Gomme, 1956a, p. 377; Hornblower, 1991, p. 484). Em Corcira, contudo, a dinâmica assume contornos distintos: com a chegada dos prisioneiros libertados de Corinto, as ações que conduzem à *stásis* iniciam-se por meio de procedimentos judiciais e rapidamente degeneram em assassinatos políticos, ilustrando a substituição do vínculo cívico e legal por pactos fundados na ilegalidade compartilhada.

Nessas circunstâncias de *stásis*, as *hetaireíai* passam a agir em oposição aos *nómoi* da cidade, orientadas pela “ambição” (*pleonexía*).<sup>114</sup> Por fim, de modo análogo ao que se observa na seção dedicada à Peste em Atenas (ver seção 3.4), as leis divinas perdem sua capacidade de fundar e sustentar vínculos sociais; em seu lugar, instaura-se a cumplicidade na prática do crime como novo princípio de coesão, selado não pela legitimidade normativa, mas pela ilegalidade.

[3.82.7] Palavras sensatas ditas por adversários são recebidas, se estes prevalecem, com desconfiança vigilante ao invés de generosidade. Vingarse de uma ofensa é mais apreciado que não haver sido ofendido. Os juramentos de reconciliação só têm valor no momento em que são feitos, pois cada lado só se compromete para fazer face a uma emergência, não tendo a mínima força, e aquele que, em qualquer ocasião, vendo um adversário desprevenido, é o primeiro a se atrever, acha sua vingança mais agradável por causa do compromisso rompido do que se atacasse abertamente, levando em conta não somente a segurança de tal procedimento, mas também a circunstância de, por vencer mediante falsidade, estar fazendo jus a elogios por sua astúcia. De um modo geral os homens passam a achar melhor ser chamados canalhas astuciosos que tolos honestos, envergonhando-se no segundo caso e orgulhando-se no primeiro (trad. Kury).<sup>115</sup>

<sup>113</sup> “καὶ μὴν καὶ τὸ ζυγγενὲς τοῦ ἑταιρικοῦ ἀλλοτριώτερον ἐγένετο διὰ τὸ ἐτοιμότερον εἶναι ἀπροφασίστως τολμᾶν: οὐ γὰρ μετὰ τῶν κειμένων νόμων ὠφελίας αἱ τοιαῦται ζήνοδοι, ἀλλὰ παρὰ τοὺς καθεστῶτας πλεονεξία. καὶ τὰς ἐς σφᾶς αὐτοὺς πίστεις οὐ τῷ θεῷ νόμῳ μᾶλλον ἐκρατύνοντο ἢ τῷ κοινῇ τι παρανομήσαι”.

<sup>114</sup> Aqui se compreende os principais sentidos de *pleonexía* como “avidez; espírito de cobiça; apetites insaciáveis” ou “espírito de dominação; ambição excessiva de poder; prepotência” (Malhadas *et al.*, 2009, p. 92).

<sup>115</sup> “τά τε ἀπὸ τῶν ἐναντίων καλῶς λεγόμενα ἐνεδέχοντο ἔργων φυλακῆ, εἰ προύχοιεν, καὶ οὐ γενναιότητι. ἀντιτιμωρήσασθαί τέ τινα περὶ πλείονος ἦν ἢ αὐτὸν μὴ προπαθεῖν. καὶ ὅρκοι εἴ που ἄρα γένοιτο ζυναλλαγῆς, ἐν τῷ αὐτίκα πρὸς τὸ ἄπορον ἑκατέρῳ διδόμενοι ἴσχυον οὐκ ἐχόντων ἄλλοθεν δύναμιν: ἐν δὲ τῷ παρατυχόντι ὁ φθάσας θαρσῆσαι, εἰ ἴδοι ἄφαρκτον, ἥδιον διὰ τὴν πίστιν ἐτιμωρεῖτο ἢ ἀπὸ τοῦ προφανοῦς, καὶ τό τε ἀσφαλὲς ἐλογίζετο καὶ ὅτι ἀπάτη περιγενόμενος ζυνέσεως ἀγώνισμα προσελάμβανεν. ῥᾶον δ’ οἱ πολλοὶ κακοῦργοι ὄντες δεξιοὶ κέκληνται ἢ ἀμαθεῖς ἀγαθοί, καὶ τῷ μὲν αἰσχύνονται, ἐπὶ δὲ τῷ ἀγάλονται”.

Tucídides prossegue enfatizando as múltiplas formas de inversão moral que caracterizam as *stáseis*: o enfraquecimento da palavra e dos juramentos (*hórkoi*), a primazia da vingança sobre a reparação das ofensas e a valorização da astúcia em detrimento da honestidade. Propostas de paz tendem a ser aceitas apenas quando dirigidas à facção momentaneamente mais forte e, mesmo assim, somente quando acompanhadas de medidas adicionais de autoproteção (Gomme, 1956a, p. 378). Do mesmo modo, os juramentos de caráter sagrado surgem sobretudo em situações de impasse e são observados apenas enquanto subsiste o equilíbrio de forças, sendo prontamente abandonados tão logo uma das partes passe a prevalecer.

A passagem seguinte (3.82.8) é de importância decisiva, pois oferece um acesso privilegiado às considerações e ao posicionamento político de Tucídides:

A causa de todos esses males era a ânsia de chegar ao poder por cupidez e ambição, pois destas nasce o radicalismo dos que se entregam ao **facciosismo partidário**. Com efeito, os **líderes** partidários emergentes nas várias cidades, usando em ambas as facções palavras especiosas (uns falavam em **igualdade política para as massas**, outros em **aristocracia moderada**), procuravam dar a impressão de servir aos interesses da **cidade**, mas na realidade serviam-se dela; valendo-se de todos os meios para impor-se uns aos outros, todos ousavam praticar os atos mais terríveis, e executavam vinganças ainda piores, não nos limites da justiça e do interesse público, mas pautando a sua conduta, em ambos os partidos, pelos **caprichos do momento**; sempre estavam prontos, seja ditando sentenças injustas de condenação, seja subindo ao poder pela violência, a agir em função de suas rivalidades imediatas. Consequentemente, ninguém tinha o menor apreço pela verdadeira piedade, e aqueles capazes de levar a bom termo um plano odioso sob o manto de palavras enganosas eram considerados os melhores, e os cidadãos que não pertenciam a um dos dois partidos eram eliminados por ambos, por não fazerem causa comum com eles ou simplesmente pelo despeito de vê-los sobreviver (trad. Kury).<sup>116</sup>

Retoma a frente um termo-chave mobilizado por Tucídides como causa comum às facções da *stásis*: a *pleonexía*, isto é, a “ambição excessiva pelo poder”. A ela se associa a *philotimía*, o amor ou desejo de honra e glória (Malhadas *et al.*, 2010, p. 213). Trata-se de um dos raros momentos em que o historiador explicita causas de maneira direta, identificando-as como fatores de ordem psicológica que expressam uma “tendência nos seres humanos”

<sup>116</sup> “πάντων δ’ αὐτῶν αἴτιον ἀρχὴ ἢ διὰ πλεονεξίαν καὶ φιλοτιμίαν: ἐκ δ’ αὐτῶν καὶ ἐς τὸ φιλονικεῖν καθισταμένων τὸ πρόθυμον. οἱ γὰρ ἐν ταῖς πόλεσι προστάντες μετὰ ὀνόματος ἑκάτεροι εὐπρεποῦς, πλήθους τε ἰσονομίας πολιτικῆς καὶ ἀριστοκρατίας σώφρονος προτιμήσει, τὰ μὲν κοινὰ λόγῳ θεραπεύοντες ἄλλα ἐποιοῦντο, παντὶ δὲ τρόπῳ ἀγωνιζόμενοι ἀλλήλων περιγίγνεσθαι ἐτόλμησάν τε τὰ δεινότατα ἐπεξῆσάν τε τὰς τιμωρίας ἐτι μείζους, οὐ μέχρι τοῦ δικαίου καὶ τῆ πόλει ζυμφοῦρου προτιθέντες, ἐς δὲ τὸ ἑκατέρους που αἰεὶ ἡδονὴν ἔχον ὀρίζοντες, καὶ ἢ μετὰ ψήφου ἀδίκου καταγνώσεως ἢ χειρὶ κτώμενοι τὸ κρατεῖν ἐτοῖμοι ἦσαν τὴν αὐτίκα φιλονικίαν ἐκπιμπλάναι. ὥστε εὐσεβείᾳ μὲν οὐδέτεροι ἐνόμιζον, εὐπρεπείᾳ δὲ λόγου οἷς ζυμβαίῃ ἐπιφθόνως τι διαπράξασθαι, ἄμεινον ἦκουον. τὰ δὲ μέσα τῶν πολιτῶν ὑπ’ ἀμφοτέρων ἢ ὅτι οὐ ζυνηγωνίζοντο ἢ φθόνῳ τοῦ περιεῖναι διεφθείροντο”.

(Connor, 1984, p. 101). Ambos os conceitos funcionam, no argumento tucidideano, como uma acusação dirigida sobretudo às lideranças faccionais, que, embora recorressem a slogans e a uma retórica aparentemente orientada ao bem da *pólis*, agiam primordialmente em função de interesses próprios.

As palavras de ordem revelam-se fundamentais para a compreensão do aspecto propriamente político do conflito. De um lado, dirigindo-se às “massas” (*pléthos*), reivindicava-se a “igualdade política” (*isonomía politikḗ*); de outro, evocava-se a noção de “aristocracia moderada” (*aristokratía sóphrōn*). Gomme (1956a, p. 379–380) observa que tanto *isonomía* quanto *aristokratía* podiam ser mobilizadas, em diferentes contextos, para legitimar regimes democráticos e oligárquicos, o que evidencia o caráter estratégico e flexível do vocabulário político empregado pelas facções.

Daí a necessidade de especificar que a “igualdade política” valia “para todos” (*pléthous*), isto é, para “as massas”, pois os democratas sustentavam que a “verdadeira” *isonomía* só poderia ser alcançada no interior de um regime democrático. De modo análogo, a *sōphrosýnē*,<sup>117</sup> entendida como ‘temperança’ ou ‘bom senso’, que qualificaria o caráter ‘moderado’ da aristocracia, era apresentada como uma “virtude especificamente oligárquica”, na medida em que as democracias seriam propensas a degenerar em razão de sua paixão pela “igualdade”. Edmunds (1975, p. 76) observa que o termo não é empregado por Tucídides em referência aos atenienses em toda sua obra, tampouco aparece em qualquer um dos discursos atribuídos a Péricles. Seu uso nessa passagem constituiria, assim, um exemplo claro do que Hornblower (1991, p. 486) denomina um “uso de direita” do conceito.

É a partir dessa caracterização que Tucídides consegue qualificar como “especiosas” as palavras de ordem mobilizadas por ambos os lados. Retorna, assim, a questão da “distorção do discurso”, já observada em 3.82.4 (Connor, 1984, p. 101), agora reduzida ao emprego do *lógos* como mero instrumento faccional e à sua manipulação estratégica.

Em paralelo ao destino do *lógos*, a lei (*nómos*) não é propriamente abolida, mas instrumentalizada pelas facções, seja por meio da imposição de “sentenças injustas”, seja pelo recurso à violência como via de acesso ao poder. A passagem, como um todo, ecoa uma crítica recorrente aos agentes políticos, acusados de carecer de escrúpulos e de recorrer a quaisquer expedientes para conquistar e conservar o poder, movidos por interesses torpes e pelo desejo de prejudicar seus rivais. A piedade (*eusébeia*) deixa de ser um valor efetivo – entendida aqui como

---

<sup>117</sup> Bom senso; sensatez; prudência; moderação nos desejos; temperança; modéstia; simplicidade (Malhadas *et al.*, 2010, p. 102).

uma “integridade escrupulosa”, de fundamento divino ou não (Gomme, 1956a, p. 380) – e aqueles que conseguem revestir suas iniquidades com algum verniz retórico passam a ser objeto de elogio.

Por fim, aqueles que permanecem entre as duas facções tornam-se vítimas diretas do processo de polarização. A neutralidade, em contextos de crise aguda, revela-se insustentável: tais indivíduos passam a ser eliminados “por não fazerem causa comum” com nenhum dos lados ou, simplesmente, pelo fato de sobreviverem. Pode-se perceber, nesse ponto, uma certa simpatia de Tucídides em relação aos que ocupavam essa posição intermediária, o que se harmoniza com sua avaliação de que a melhor forma de governo seria uma constituição mista (ver capítulo 2).

Em 3.83.1–2<sup>118</sup>, Tucídides prossegue na caracterização da *stásis* como um processo de corrosão profunda da moralidade: a simplicidade, tradicionalmente associada à nobreza moral, passa a ser objeto de ridicularização e eliminação, enquanto a desconfiança mútua se impõe como princípio dominante das relações políticas. Esse início pode ser lido como uma rejeição autoral clara, e em certo sentido “conservadora”, do ensinamento moral “relativista” atribuído aos sofistas (Hornblower, 1991, p. 487). Nesse cenário, nem os discursos racionais nem os juramentos são capazes de restaurar a coesão cívica; a racionalidade política degrada-se, então, a um cálculo essencialmente defensivo, orientado menos pela deliberação comum do que pela antecipação do pior.

Em 3.83.3,<sup>119</sup> Tucídides observa que os indivíduos inferiores em discernimento, os tolos, tendem a prevalecer na *stásis*, pois, temendo tanto a própria insuficiência quanto a inteligência de seus adversários, abandonam o debate e lançam-se diretamente à ação. Em contraste, aqueles que confiam excessivamente em seu juízo e na capacidade de antecipar racionalmente os acontecimentos acabam por permanecer desprevenidos e são eliminados. O historiador delineia, assim, dois tipos de agentes – os tolos e os inteligentes – e sugere que a *stásis* favorece sistematicamente os primeiros. Os mais inteligentes, ao buscarem encerrar o conflito de forma “sensata”, são derrotados por aqueles menos dotados de discernimento, mas mais dispostos à ação imediata (Gomme, 1956a, p. 382).

<sup>118</sup> “οὕτω πᾶσα ἰδέα κατέστη κακοτροπίας διὰ τὰς στάσεις τῷ Ἑλληνικῷ, καὶ τὸ εὖηθες, οὗ τὸ γενναῖον πλεῖστον μετέχει, καταγελασθὲν ἠφανίσθη, τὸ δὲ ἀντιτετάχθαι ἀλλήλοις τῇ γνώμῃ ἀπίστως ἐπὶ πολὺ διήνεγκεν: [2] οὐ γὰρ ἦν ὁ διαλύσων οὔτε λόγος ἐχυρὸς οὔτε ὄρκος φοβερὸς, κρείσσους δὲ ὄντες ἅπαντες λογισμῷ ἐς τὸ ἀνέλπιστον τοῦ βεβαίου μὴ παθεῖν μᾶλλον προσκόπουν ἢ πιστεῦσαι ἐδύναντο”.

<sup>119</sup> “καὶ οἱ φαυλότεροι γνώμῃ ὡς τὰ πλείω περιεγίγνοντο: τῷ γὰρ δεδιέναι τό τε αὐτῶν ἐνδεῆς καὶ τὸ τῶν ἐναντίων ξυνετόν, μὴ λόγοις τε ἥσσους ὡς καὶ ἐκ τοῦ πολυτρόπου αὐτῶν τῆς γνώμης φθάσωσι προεπιβουλευόμενοι, τολμηρῶς πρὸς τὰ ἔργα ἐχώρουν. οἱ δὲ καταφρονοῦντες κἂν προαισθῆσθαι καὶ ἔργῳ οὐδὲν σφᾶς δεῖν λαμβάνειν ἂ γνώμῃ ἐξεστίν, ἄφαρκτοι μᾶλλον διεφθείροντο”.

A passagem 3.84 é frequentemente tratada como uma interpolação posterior e, portanto, não atribuída à autoria de Tucídides (Gomme, 1956a, p. 382; Hornblower, 1991, p. 488–489; Fuks, 1971, p. 48–55). Ainda assim, parte da historiografia defende sua autenticidade e a considera compatível com o pensamento tucidideano (Connor, 1984, p. 102; Loraux, 2009 [1986], p. 92). Diante dessas incertezas, é adotada aqui a posição de Schwartz (*apud* Connor, 1984, p. 102), segundo a qual 3.84 constituiria uma versão anterior aos capítulos 3.82–83, analisados até o momento. Independentemente do juízo definitivo sobre sua autenticidade, a passagem merece atenção, pois sintetiza e reafirma de forma concentrada temas centrais já desenvolvidos, funcionando como um fecho conceitual coerente do conjunto reflexivo sobre a *stásis*.

[3.84.1] Foi em Córcira, então, que a maior parte dessas atrocidades ocorreu pela primeira vez – todos os atos de retaliação que homens governados com insolência em vez de moderação podem cometer contra seus governantes quando há finalmente uma oportunidade de vingança, ou os praticados contra toda a justiça por homens que, desejosos de livrar-se de sua pobreza inveterada, são impelidos por seus sofrimentos a apossar-se dos bens do próximo, ou, enfim, os atos cometidos com impiedosa crueldade não com o objetivo de ganho, mas quando, mesmo estando em pé de igualdade com seus inimigos, os homens são levados a praticar por uma cólera incontável (trad. Kury).<sup>120</sup>

Em primeiro lugar, reaparece a afirmação já enunciada em 3.82.1 de que, em Corcira, as atrocidades da *stásis* teriam surgido pela primeira vez. Aqui, contudo, Tucídides especifica os motivos a partir da perspectiva dos sublevados contra seus respectivos regimes, sejam eles oligárquicos ou democráticos. Os “homens governados com insolência em vez de moderação” podem ser identificados como oligarcas que, vivendo sob uma democracia, carecem da devida *sōphrosýnē*. Em paralelo, as ações daqueles que desejam “livrar-se de sua pobreza” e que, “impelidos por seus sofrimentos”, apoderam-se dos bens alheios “contra toda a justiça” remetem às práticas dos democratas quando submetidos a um regime oligárquico. Para além desses dois grupos e de seus respectivos alvos de violência, Tucídides inclui ainda aquela exercida entre os iguais, isto é, “em pé de igualdade”.

Ao reunir essas três modalidades de violência – a da minoria elitista contra a maioria governante, a da maioria empobrecida contra a minoria no poder e, por fim, a violência entre

<sup>120</sup> “ἐν δ’ οὖν τῇ Κερκύρα τὰ πολλὰ αὐτῶν προυτολήθη, καὶ ὅποσα ὕβρει μὲν ἀρχόμενοι τὸ πλεον ἢ σωφροσύνη ὑπὸ τῶν τὴν τιμορίαν παρασχόντων οἱ ἀνταμυνόμενοι δράσειαν, πενίας δὲ τῆς εἰωθυίας ἀπαλλαξείοντες τινες, μάλιστα δ’ ἂν διὰ πάθους, ἐπιθυμοῦντες τὰ τῶν πέλας ἔχειν, παρὰ δίκην γινώσκουσιν, οἳ τε μὴ ἐπὶ πλεονεξία, ἀπὸ ἴσου δὲ μάλιστα ἐπιόντες ἀπαιδευσία ὀργῆς πλεῖστον ἐκφερόμενοι ὁμῶς καὶ ἀπαραιτήτως ἐπέλθοιεν”.

iguais movida por uma “cólera incontrolável” (*apaideusia orgē*)<sup>121</sup> –, Tucídides oferece, em 3.84, uma síntese particularmente densa de sua reflexão sobre a *stásis*. Além de esboçar uma tipologia da violência política que opera entre e dentro das classes sociais, a passagem amplia o diagnóstico anteriormente centrado na *pleonexia* e na *philotimia*, mostrando que, uma vez dissolvidos os freios normativos do *nómos*, a violência deixa de responder apenas a interesses calculáveis de poder ou ganho e passa a ser alimentada por paixões deseducadas e incontroláveis.

A *stásis* revela-se, assim, não apenas como conflito entre classes ou facções, mas como um processo de desagregação geral da ordem cívica, no qual a distinção entre adversário político e inimigo pessoal se apaga. Nesse sentido, 3.84 funciona como um fecho conceitual da análise: a guerra civil aparece como o espaço em que a política se converte em pura dinâmica de destruição, atravessando todos os níveis da sociedade e expondo, de forma extrema, os limites da civilização política diante da natureza humana abandonada a si mesma.

[3.84.2] Naquela crise, quando a cidade vivia na mais completa anarquia, a natureza humana, então triunfante sobre as leis e já acostumada a fazer mal mesmo a despeito das leis, comprazia-se em mostrar que suas paixões são ingovernáveis, mais fortes que a justiça e inimigas de toda superioridade; na verdade, se a inveja não possuísse uma força tão nociva não se teria preferido a vingança às regras consagradas de conduta, nem o proveito ao respeito pela justiça. [3] Realmente, os homens, quando querem vingar-se de alguém, não hesitam em derrogar os princípios gerais observados em tais circunstâncias – princípios dos quais dependem as esperanças de salvação de cada um deles diante dos infortúnios – mostrando-se incapazes de mantê-los vigentes para invocá-los se algum perigo os forçar a isto (trad. Kury).<sup>122</sup>

Em 3.84.2, Tucídides formula de maneira explícita a relação entre a natureza humana (*phýsis*) e os *nómoi* que estruturam a vida da *pólis*. Como já observado na seção dedicada à Peste (3.4), a *phýsis* irrompe no curso da *stásis* e se impõe sobre as leis e normas que regulam a convivência cívica. O historiador acrescenta que a natureza humana se compraz em “mostrar que suas paixões são ingovernáveis”, revelando não apenas a transgressão das leis, mas um prazer ativo nessa transgressão, descrita como inimiga de toda forma de superioridade ou hierarquia social. Nesse contexto, o *phthónos*, inveja ou ciúmes (Malhadas *et al.*, 2010, p. 207),

<sup>121</sup> O termo *orgē* tem também os sentidos de instinto natural; impulso natural; humor; temperamento; estado de ânimo; sentimentos passionais violentos; ressentimento; cólera; ira; vingança; punição e castigo (Malhadas *et al.*, 2008, p. 239).

<sup>122</sup> “ξυνταραχθέντος τε τοῦ βίου ἐς τὸν καιρὸν τοῦτον τῇ πόλει καὶ τῶν νόμων κρατήσασα ἢ ἀνθρωπεΐα φύσις, εἰθυΐα καὶ παρὰ τοὺς νόμους ἀδικεῖν, ἀσμένῃ ἐδήλωσεν ἀκρατῆς μὲν ὀργῆς οὕσα, κρείσσων δὲ τοῦ δικαίου, πολεμία δὲ τοῦ προύχοντος; οὐ γὰρ ἂν τοῦ τε ὀσίου τὸ τιμωρεῖσθαι προτίθεσαν τοῦ τε μὴ ἀδικεῖν τὸ κερδαίνειν, ἐν ᾧ μὴ βλάπτουσαν ἰσχὺν εἶχε τὸ φθονεῖν. [3] ἀξιοῦσί τε τοὺς κοινούς περὶ τῶν τοιούτων οἱ ἄνθρωποι νόμους, ἀφ’ ὧν ἅπασιν ἐλπίς ὑπόκειται σφραλεῖσι κἄν αὐτοὺς διασφύζεσθαι, ἐν ἄλλων τιμωρίαις προκαταλύειν καὶ μὴ ὑπολείπεσθαι, εἴ ποτε ἄρα τις κινδυνεύσας τινὸς δεήσεται αὐτῶν”.

surge como uma paixão particularmente nociva, capaz de corroer tanto os *nómoi* quanto a própria justiça (*díkē*), levando os indivíduos a preferirem a vingança e o proveito imediato às regras comuns das quais, paradoxalmente, dependeriam em situações de perigo.

Na passagem final (3.84.3), que encerra a reflexão, Tucídides retoma a ideia de que a vingança não hesita em “derrogar” as leis humanas, justamente aquelas que deveriam servir de salvaguarda aos homens em momentos de infortúnio. Desse modo, os indivíduos violam costumes e práticas morais contra seus próprios interesses, pois, ao fazê-lo, privam-se da possibilidade de invocá-los quando a necessidade se impuser. Tucídides apresenta o esfacelamento dos *nómoi* que estruturam a *pólis* como um processo de curto-circuito interno, no qual a ação destrutiva volta-se contra seus próprios agentes. Ao sacrificarem as leis comuns no presente, os seres humanos abdicam da proteção futura que delas poderia advir. Assim, o historiador encerra seus comentários autorais concebendo a *stásis* como um processo estruturalmente autodestrutivo, no qual a corrosão das normas compartilhadas mina as próprias condições de sobrevivência coletiva.

Por fim, as passagens subsequentes retomam o tom predominantemente descritivo que se fazia presente sobre a narrativa corcirea até 3.81.4. Tucídides informa que, com o prolongamento da *stásis* em Corcira, a frota ateniense acaba por deixar a ilha. Os oligarcas e seus partidários refugiam-se então no território corcireu situado no continente, de onde passam a causar sérios prejuízos à economia da ilha, provocando inclusive uma situação de fome (3.85.1–2). Após buscarem, sem êxito, o apoio de Esparta e de Corinto, cerca de 600 deles, incluindo mercenários, retornam a Corcira, ocupam e fortificam o monte Istone, a partir do qual passam a infligir novos danos à cidade (3.85.3).

Os acontecimentos ocorridos em Córira não tiveram relevância estratégica decisiva para os desdobramentos militares da Guerra do Peloponeso. Ainda assim, a densidade narrativa e analítica que Tucídides dedica ao episódio evidencia sua importância singular para a compreensão mais ampla do conflito. Uma disputa inicialmente vinculada às relações exteriores, marcada pela busca por alianças vantajosas, foi progressivamente sobreposta por uma “divisão em linhas socioeconômicas” (Connor, 1984, p. 95), convertendo-se em um conflito interno de extrema intensidade. A partir desse deslocamento, Tucídides constrói uma reflexão que transcende o caso particular de Corcira, permitindo-lhe investigar o tensionamento entre a natureza humana e as normas sociais no contexto da guerra.

O episódio funciona como um caso-limite, no qual se tornam visíveis os mecanismos de corrosão das normas, a instrumentalização da linguagem política, a dissolução dos vínculos

da *pólis* e a prevalência das paixões sobre o juízo e a lei. Ao articular conflito externo, rivalidades faccionais e colapso normativo, Tucídides transforma Cócira em um laboratório, por meio do qual explicita que a Guerra do Peloponeso, assim como todas as guerras, deve ser compreendida apenas como um embate entre potências, mas como um processo que desorganiza profundamente a vida interna das *pólis*. Desse modo, a *stásis* corcírea adquire valor paradigmático e ilumina a relação instável entre natureza humana, instituições políticas e violência em tempos de guerra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo investigar a *stásis* (στάσις) nos três primeiros livros da *História* de Tucídides. Nesse sentido a *stásis* é compreendida como o conflito interno que atravessa e estrutura a experiência política das *póleis* gregas no contexto da Guerra do Peloponeso (431-404). A partir do recorte e da análise de seis instâncias selecionadas, buscou-se demonstrar que, em Tucídides, a *stásis* não constitui um fenômeno marginal ou episódico, mas um elemento central da narrativa histórica, intrinsecamente articulado ao conflito externo entre atenienses e espartanos. A investigação permitiu, assim, compreender a narrativa do autor como um processo marcado por tensões políticas, sociais e morais que se intensificam sob as condições extremas da guerra.

Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma metodologia que combinou o levantamento dos usos do termo *stásis* ao longo da obra, o que resultou na elaboração de um quadro com uma leitura contextualizada de passagens selecionadas (Apêndice). Esse procedimento permitiu identificar padrões, evitando-se tanto uma abordagem meramente lexical quanto uma interpretação excessivamente abstrata. A análise privilegiou a articulação entre texto, contexto histórico e comentário autoral, em diálogo constante com a historiografia e a tradição clássica, de modo a compreender como Tucídides constrói uma reflexão histórica sobre o conflito interno.

O primeiro capítulo situou Tucídides em seu contexto historiográfico e histórico, destacando os elementos do início da Guerra do Peloponeso relevantes para a compreensão da *stásis* como problema político. O segundo capítulo examinou a noção de *stásis* no pensamento grego clássico, articulando fontes antigas e interpretações modernas a fim de delimitar sua relação com as formas de governo, considerando que o problema político colocado por ela ainda persiste, o de evitar que um governo seja derrubado. Por fim, o terceiro capítulo concentrou-se sobre o texto tucidideano, examinando as diferentes formas pelas quais o autor aborda o conflito interno na Arqueologia, na Metodologia, nos episódios de Epidamno, da Peste de Atenas, de Mitilene e em Corcira.

A investigação permite afirmar que a *stásis* constitui um dos eixos estruturantes da narrativa tucidideana, funcionando como um operador histórico capaz de articular níveis distintos do conflito. Ao longo dos episódios examinados, torna-se evidente que a guerra não apenas cria as condições para a eclosão dos conflitos internos, mas também lhes confere intensidade, alcance e radicalidade inéditos. A *stásis*, por sua vez, retroage sobre a própria

condução da guerra, influenciando alianças, decisões políticas e a coesão das comunidades envolvidas. Nesse sentido, Tucídides apresenta guerra e *stásis* como interdependentes, cuja interação acelera a desagregação das normas políticas e sociais que sustentavam a *pólis*, permitindo compreender o conflito civil não como um desvio ocasional, mas como parte constitutiva da experiência histórica da Guerra do Peloponeso.

A pesquisa contribui, em primeiro lugar, para a compreensão da *stásis* como um fenômeno histórico central no pensamento de Tucídides, ao evidenciar sua presença recorrente e suas múltiplas funções na economia narrativa de sua *História*. O trabalho oferece uma interpretação que evita tanto a redução da *stásis* a um simples conflito entre facções quanto de sua abstração excessiva como um conceito atemporal. Além disso, ao destacar a articulação entre guerra, conflito interno e colapso normativo, a dissertação reforça a relevância da obra tucidideana para o debate historiográfico sobre crise, poder e instabilidade no mundo grego.

Como toda investigação fundada em recortes, esta pesquisa apresenta limites que merecem ser explicitados. A opção por concentrar a análise nos três primeiros livros da obra implicou deixar em segundo plano desenvolvimentos posteriores da Guerra do Peloponeso, nos quais a *stásis* reaparece sob novas configurações, especialmente no contexto ateniense. Essa secundarização, por sua vez, fez com que alguns temas importantes para a compreensão da *stásis* no todo da obra ficassem incompletas.

Do mesmo modo, embora o levantamento dos usos do termo *stásis* tenha sido fundamental para orientar a análise, reconhece-se que o conflito interno nem sempre se manifesta de forma explícita por Tucídides, exigindo cautela. Por fim, questões textuais e interpretativas, como ambiguidades semânticas e debates sobre a autenticidade de determinadas passagens, foram tratadas de modo deliberadamente prudente, priorizando a coerência do argumento e a leitura contextualizada.

As questões levantadas ao longo desta dissertação apontam para possibilidades de pesquisa ulteriores. Um primeiro desdobramento consiste em estender a análise da *stásis* aos livros restantes da *História*, nos quais o conflito interno assume novas configurações e incide de maneira decisiva sobre Atenas. Outra via promissora reside na ampliação comparativa, seja no interior da historiografia grega, seja em diálogo com outros gêneros do pensamento político clássico (como a retórica, a filosofia e o drama), a fim de examinar continuidades e deslocamentos na linguagem do conflito interno.

Nesse sentido, a presente investigação pode servir de base para um estudo de maior fôlego, em nível de tese, voltado à articulação entre conflito interno, hegemonia e integração

política no mundo grego, aprofundando a reflexão sobre como Tucídides concebe os limites da ordem política sob as pressões da guerra e da instabilidade social.

## REFERÊNCIAS

### OBRAS ANTIGAS (EDIÇÕES E TRADUÇÕES)

AGOSTINHO DE HIPONA. **Confissões**. Tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammi. 2. ed. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2017.

APOLODORO. **The Library**. Frazer, James George (ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1921.

ARISTÓFANES. **Acharnians**. Edited with introduction and commentary by S. Douglas Olson. Oxford University Press, 2002.

ARISTÓFANES. **Aristophanis Comoediae**: Volume 2. Hall, F. W.; Geldart, William M. (eds.). Oxford: Clarendon Press, 1907.

ARISTÓFANES. **Rãs**. Tradução do grego, introdução e notas de Maria de Fátima Silva. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume, 2014.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Edição Bilingue. Tradução, introdução, posfácio e notas de André Malta. São Paulo: Editora 34, 2024.

ARISTÓTELES. **Poética**. Edição bilíngue. Tradução introdução e notas de Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução e notas de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa, Portugal: Editora Vega, 1998.

ARISTÓTELES. **Politics**. Tradução de T. A. Sinclair, tradução revisada por Trevor J. Saunders. Great Britain: Penguin Books, 1981.

ARISTÓTELES. **República dos Atenienses**. Tradução, introdução e notas de Denis Correa. 1. ed. São Paulo: Madamu, 2023.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ARRIANO. **The Landmark Arrian**: The Campaigns of Alexander. Translated by Pamela Mensch. New York: First Anchor Books, 2010.

ATENEU DE NÁUCRATIS. **The Deipnosophists**: Volume III: Books VI-VII. With an English translation by Charles Burton Gulick. London: William Heinemann Ltd, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967 [1929].

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

CÍCERO, Marco Túlio. **On the Republic and On the Laws**. Translated with introduction, notes, and indexes by David Fott. Ithaca and London: Cornell University Press, 2014.

CRATINO. Fragments. *In*: EDMONDS, John Maxwell. **The Fragments of Attic Comedy**, after Meineke, Bergk, and Kock, augmented, newly edited with their contexts, annotates, and completely translate into English verse by John Maxwell Edmonds. Volume I. Leiden: Netherlands, Brill, 1957, p. 14-151.

DEMÓCRITO. Demócrito de Abdera. Tradução de Paulo Frederico Flor. *In*: **Os Pré-Socráticos II: fragmentos, doxografia e comentários**. Supervisão de José Cavalcante de Souza. Os Pensadores, 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 117-168.

DEMÓCRITO. **Die Fragmente der Vorsokratiker**: Volume II. Diels, Hermann (ed.). Berlin: Weidmann, 1922.

DEMÓSTENES. **De Corona, De Falsa Legatione**, XVIII, XIX. Traduzido por C. A. Vince & J. H. Vince. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1939.

DEMÓSTENES. **Demosthenes**: Private Orations, Vol 2. Traduzido por A. T. Murray. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1939.

DEMÓSTENES. **Olynthiacs, Philippics, Minor Public Speeches, Speech Against Leptines**, I-XVII, XX. Traduzido por C. A. Vince & J. H. Vince. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1930.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO. **Dionysii Halicarnasei Opuscula**: Vol. 1. USENER, Hermann; RADERMACHER, Ludwig (ed.). Leipzig: Teubner, 1899.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO. **Tratados de Crítica Literaria**. Introducción, traducción y notas de Juan Pedro Oliver Segura. Biblioteca Clásica Gredos, n. 334. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

DIODORO SÍCULO. **Bibliotheca Historica**: The Persian wars to the fall of Athens: books 11–14.34 (480 – 401 BCE). Translated, with introduction and notes, by Peter Green. Austin, Texas: University of Texas Press, 2010.

ÉSQUILO. **Aeschylus**: Volume 1. Smyth, Herbert Weir (ed.). London; New York: William Heinemann; G. P. Putnam's Sons, 1922.

ÉSQUILO. **Aeschylus**: Volume 2. Smyth, Herbert Weir (ed.). London; New York: William Heinemann; G. P. Putnam's Sons, 1926.

ESTRABO. **The Geography of Strabo**. Tradução de Duane W. Roller. 1st ed. 1st rep. United Kingdom: Cambridge University Press, 2014.

EUPÓLIDE. Fragments. *In*: EDMONDS, John Maxwell. **The Fragments of Attic Comedy**, after Meineke, Bergk, and Kock, augmented, newly edited with their contexts, annotates, and completely translate into English verse by John Maxwell Edmonds. Volume I. Leiden: Netherlands, Brill, 1957, p. 310-445.

EURÍPIDES. **Teatro Completo III**: As Suplicantes, Electra, Hércules. Edição bilíngue. Estudos e traduções de Jaa Torrano. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2023.

HAMURÁBI. **Código de Hammurabi**. Estudio preliminar, traducción y comentarios Federico Lara Peinado. 2. ed. Madrid, España: Editorial Tecnos, 1992.

HERÁCLITO DE ÉFESO. Fragmentos. Tradução de José Cavalcante de Souza. *In: Os Pré-Socráticos I*: fragmentos, doxografia e comentários. Supervisão de José Cavalcante de Souza. Os Pensadores, 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, p. 45-82, 1989.

HERMIPO. Fragments. *In: EDMONDS, John Maxwell. The Fragments of Attic Comedy*, after Meineke, Bergk, and Kock, augmented, newly edited with their contexts, annotated, and completely translated into English verse by John Maxwell Edmonds. Volume I. Leiden: Netherlands, Brill, 1957, p. 285-309.

HERÓDOTO. **The Landmark Herodotus: The Histories**. Tradução por Andrea L. Purvis. New York: Anchor Books, 2007.

HERÓDOTO. **Histories**. GODLEY, Alfred Denis, (ed. & trad.). Cambridge, MA: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1920-1925.

HESÍODO. **Trabalhos e Dias**. Introdução e tradução de Christian Werner. 2. ed. São Paulo: Editora Hedra, 2022.

HESÍODO. **Works & Days**. Edited with Prolegomena and Commentary by M. L. West. Great Britain: Oxford University Press, 1978.

HIPÓCRATES. **Hippocratic Writings**. Edited with an introduction by G. E. R. Lloyd. Translated by J. Chadwick, W. N. Mann, I. M. Lonie, and E. T. Withington. London, England: Penguin Books, 1950.

HIPÓCRATES. **Hippocrates I**. Edited and translated by Paul Potter. Loeb Classical Library. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2022.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução e prefácio de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2013.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2003.

IPUUR, The Admonitions of Ipuwer (Papyrus Leiden 344, Recto). *In: LICHTHEIM, Miriam. Ancient Egyptian Literature: Volume I: The Old and Middle Kingdoms*. With a New Foreword by Antonio Loprieno. Los Angeles, United States of America: University of California Press, 2006, p. 149-162.

ISEU. **Isaeus**. Translated by Edward Seymour Forster. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1927.

ISÓCRATES. **Isocrates**: Volume I. Translated by George Norlin. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1928.

LUCRÉCIO. **Sobre a Natureza das Coisas**. Edição Bilingue. Tradução, notas e paratextos de Rodrigo Tadeu Gonçalves. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.

MARCELINO. *Life of Thucydides*. Translated, with an introductory essay by Timothy Burns. **Interpretation, a Journal of Political Philosophy**, v. 38, n. 1, p. 13-25, 2010.

PAUSÂNIAS. **Description of Greece**: Volume II, Books III-V. With an English Translation by W. H. S. Jones and H. A. Ormerod. Loeb Classical Library. London, Great Britain: William Heineman, 1926.

PAUSÂNIAS. **Description of Greece**: Volume III, Books VI-VIII (I-XXI). With an English Translation by W. H. S. Jones. Loeb Classical Library. London, Great Britain: William Heineman, 1966.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Edson Bini. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2019.

PLATÃO. **Diálogos**: Banquete, Fédon, Sofista e Político. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

PLATÃO. **Laws**. Translated with introduction and notes by C. D. C. Reeve. Indianapolis, Indiana: Hackett Publishing Company, 2022.

PLATÃO. **Platonis Opera**, Tomus I: Tetralogia I-II. Burnet, John (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1905.

PLUTARCO. **The Rise and Fall of Athens**: Nine Greek Lives by Plutarch: Theseus, Solon, Themistocles, Aristides, Cimon, Pericles, Nicias, Alcibiades, Lysander. Translated with an introduction by Ian Scott-Kilvert. London: Penguin Books, 1960.

PSEUDO-XENOFONTE. **A Constituição dos Atenienses**. Tradução do grego, introdução, notas e índices de Pedro Ribeiro Martins. São Paulo: Annablume Clássica; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SÓLON. Fragments. *In*: GERBER, Douglas E. **Greek Elegiac Poetry**: from the seventh to the fifth centuries BC. Edited and translated by Douglas E. Gerber. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1999, p. 106-108.

TEÓGNIS. Fragments. *In*: GERBER, Douglas E. **Greek Elegiac Poetry**: from the seventh to the fifth centuries BC. Edited and translated by Douglas E. Gerber. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 1999, p. 166-385.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mario da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora da UNB, 1987. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/0041-historia\\_da\\_guerra\\_do\\_peloponeso.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/0041-historia_da_guerra_do_peloponeso.pdf). Acesso em 4 de jul. de 2024.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução do texto grego, prefácio e notas introdutórias de Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

TUCÍDIDES. **Historiae**, Vol 1-2. JONES, Henry Stuart (ed.). Oxford: Oxford University Press, 1942 [1910].

TUCÍDIDES. **History of the Peloponnesian War**, Books I and II. With an English Translation by Charles Forster Smith. The Loeb Classical Library, London: William Heineman Ltd, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1956.

TUCÍDIDES. **History of the Peloponnesian War**, Books III and IV. With an English Translation by Charles Forster Smith. The Loeb Classical Library, London: William Heineman Ltd, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1958a.

TUCÍDIDES. **History of the Peloponnesian War**, Books V and VI. With an English Translation by Charles Forster Smith. The Loeb Classical Library, London: William Heineman, New York: G. P. Putnam's Sons, 1970.

TUCÍDIDES. **History of the Peloponnesian War**, Books VII and VIII. With an English Translation by Charles Forster Smith. The Loeb Classical Library, London: William Heineman Ltd, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1958b.

TUCÍDIDES. **The Landmark Thucydides: a comprehensive guide to the Peloponnesian War**. Translated by Richard Crawley. 1st ed. New York: Free Press, 2008 [1874].

VIRGÍLIO. **Georgics**. Traduzido por Peter Fallon. Oxford: Oxford University Press, 2006.

XENOFONTE. **Memoráveis**. Tradução do grego, introdução e comentário por Ana Elias Pinheiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2009.

XENOFONTE. **Xenophontis Opera omnia**. Vol. 2: Commentarii, Oeconomicus, Convivium, Apologia Socratis. Marchant, E. C. (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1921.

## COMENTÁRIOS E DICIONÁRIOS

GOMME, A. W. **A Historical Commentary on Thucydides: Volume I: Introduction and Commentary on Book I**. Oxford: Oxford University Press, 1945.

GOMME, A. W. **A Historical Commentary on Thucydides: Volume II: The Ten Years' War: Books II-III**. Oxford: Oxford University Press, 1956a.

HAMMOND, N. G. L.; SCULLARD, H. H. **Oxford Classical Dictionary**. 2nd. ed. New York: Oxford University Press, 1976 [1970], p. 1067-1070.

HORNBLOWER, Simon. **A Commentary on Thucydides: Volume I: Books I-III**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Coord.). **Dicionário Grego-Português: volume 1**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Coord.). **Dicionário Grego-Português: volume 2**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Coord.). **Dicionário Grego-Português**: volume 3. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Coord.). **Dicionário Grego-Português**: volume 4. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura (Coord.). **Dicionário Grego-Português**: volume 5. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

#### **AUTORES MODERNOS (ARTIGOS, LIVROS, RESENHAS, TESES E DISSERTAÇÕES)**

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**. Il potere sovrano e la nuda vita. Torino: Einaudi, 1995.

AGAMBEN, Giorgio. **Stasis**: civil war as a political paradigm. Stanford, CA: Stanford University Press, 2015.

ALLISON, June. W. **Word and Concept in Thucydides**. Atlanta, Georgia: The American Philological Association, 1997.

ALWINE, Andrew T. The soul of oligarchy: The rule of the few in ancient Greece. **TAPA**, v. 148, n. 2, p. 235-267, 2018.

ANDREWES, Antony. Eunomia. **The Classical Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 89-102, 1938.

BATNITZKY, Leora. “Leo Strauss”, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Summer 2021 Edition. Editado por Edward N. Zalta. Metaphysics Research Lab, Stanford University. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/strauss-leo> Acesso em 9 de agosto de 2024.

BENNER, Erica. Political Realism and Human Nature *In*: SCHUETT, Robert; HOLLINGWORTH, Miles (ed.). **The Edinburgh Companion to Political Realism**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018, p. 11-22.

BERNARDO, Gabriel Cabral. Esparta e o Oriente entre os Períodos Arcaico e Clássico. **Romanitas**: Revista de Estudos Grecolatinos, n. 15, p. 75-94, p. 76-94, 2020.

BLUNDELL, Mary Whitlock. **Helping Friends and Harming Enemies**: a study in Sophocles and Greek Ethics. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BRADEEN, Donald W. The popularity of the Athenian Empire. **Historia**: Zeitschrift für Alte Geschichte, v. 9, n. 3, p. 257-269, jul. 1960.

BROCK, Roger. Sickness in the Body Politic: Medical Language and the Greek Polis. *In*: HOPE, Valerie M.; MARSHALL, Eireann (eds.). **Death and Disease in the Ancient City**. London: Routledge, p. 24-34, 2000.

BRUCE, I. A. F. The Corcyraean Civil War of 427 BC. **Phoenix**, v. 25, n. 2, p. 108-117, 1971.

BRUNHARA, Rafael de C. M. O Fragmento 2W de Tirteu e a Poética da *Eunomia*. *Classica*, v. 24, n. 1-2, p. 138-157, 2011.

CANFORA, Luciano. **O mundo de Atenas**. Tradução de Federico Carotti, 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [2011].

CARDOSO, Filipe de Paiva. **História da Guerra do Peloponeso**: análise e comentário ao livro I de *A Guerra do Peloponeso* de Tucídides. 2022. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

CARTLEDGE, Paul. **Demócrito**: Demócrito e a política atomista. Tradução de Angelika Elisabeth Köhnke. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben**: uma arqueologia da potência. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. 1. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CHÂTELET, François. **La Naissance de l'Histoire**. Paris: Minuit, 1962.

CHÂTELET, François. Tucídides, 460? - 395? antes de Cristo. *In*: Châtelet, François; Duhamel, Olivier; Pisier, Evelyne (Orgs.). **Dicionário de Obras Políticas**. Tradução de Glória de C. Lins e Manoel Ferreira Paolino. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 1219-1222.

COCHRANE, Charles Norris. **Thucydides and the Science of History**. London: Oxford University Press, 1929.

COGAN, Marc. Mytilene, Plataea, and Corcyra ideology and policy in Thucydides, book three. *Phoenix*, v. 35, n. 1, p. 1-21, 1981.

COHN, Lindsay P. Political Realism and Civil-Military Relations. *In*: SCHUETT, Robert; HOLLINGWORTH, Miles (ed.). **The Edinburgh Companion to Political Realism**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018, p. 72-84.

COLLINGWOOD, R. G. **The Idea of History**. Edited with an Introduction by Jan van der Dussen. New York: Oxford University Press, 1994 [1946].

CONNOR, W. Robert. **Thucydides**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984.

DETIENNE, Marcel. **Mestres da Verdade na Grécia Arcaica**. Tradução de Ivone C. Benedetti. 1. ed. 2. tiragem, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CORNFORD, Francis Macdonald. **Thucydides Mythistoricus**. New York: Routledge, 2014 [1907].

EDELSTEIN, Dan. **The Revolution to Come**: a history of an idea from Thucydides to Lenin. Princeton, New Jersey & Oxford: Princeton University Press, 2025.

EDMONDS, John Maxwell. **The Fragments of Attic Comedy**, after Meineke, Bergk, and Kock, augmented, newly edited with their contexts, annotates, and completely translate into English verse by John Maxwell Edmonds. Volume I. Leiden: Netherlands, Brill, 1957.

EDMUNDS, Lowell. **Chance and Intelligence in Thucydides**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

EDMUNDS, Lowell. Thucydides' Ethics as Reflected in the Description of *Stasis* (3.82-83). **Harvard Studies in Classical Philology**, v. 79, p. 73-92, 1975.

FINLEY, John H. Jr. **Three Essays on Thucydides**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. **Sæculum**, João Pessoa, n. 16, p. 83-102, jun. 2007.

FOSTER, Edith. The rhetoric of materials: Thucydides and Lucretius. **American Journal of Philology**, v. 130, n. 3, p. 367-399, 2009.

FRANCISCO, Gilberto da Silva. George Grote, a história da Grécia e a democracia. *In*: Glaydson José da Silva; Alexandre Galvão Carvalho (orgs.). **Como se escreve a história da Antiguidade: olhares sobre o antigo**. 1 ed. São Paulo: Editora Unifesp, 2020, p. 29-46.

FRAZIER, Françoise. Quelques remarques autour des antonymes de *dèmos* chez Thucydide. **Ktema**, v. 28, n. 1, p. 89-104, 2003.

FRITZ, Kurt von. **The Theory of the Mixed Constitution in Antiquity**: a critical analysis of Polybius' political ideas. 1st. ed. New York: Columbia University Press, 1954.

FUKS, Alexander. Thucydides and the *stasis* in Corcyra: Thuc., III, 82-3 versus [Thuc.], III, 84. **The American Journal of Philology**, v. 92, n. 1, p. 48-55, 1971.

FUKS, Alexander. Plato and the social question: the problem of poverty and riches in the "Republic". **Ancient Society**, v. 8, p. 49-83, 1977.

FUKS, Alexander. Plato and the social question: the problem of poverty and riches in the "Laws". **Ancient Society**, v. 10, p. 33-78, 1979.

GIL, Luis. Terror e imperialismo: el caso de Mitilene. **Cuadernos de Filología Clásica: Estudios Griegos e Indoeuropeos**, v. 17, p. 163-181, 2007.

GEHRKE, Hans-Joachim. **Stasis: Untersuchungen zu den inneren Kriegen in den griechischen Staaten des 5. und 4. Jahrhunderts v. Chr.** München, Deutschland: Beck, 1985.

HANSEN, Mogens Herman. **The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes**: Structure, Principles, and Ideology. Translated by J. A. Crook. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.

HANSEN, Mogens Herman; NIELSEN, Thomas Heine. **An Inventory of Archaic and Classical Poleis**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

HANSEN, Mogens Herman. The concepts of *demos*, *ekklesia*, and *dikasterion* in classical Athens. **Greek, Roman, and Byzantine Studies**, v. 50, n. 4, p. 499-536, 2010.

HARTOG, François. Aristóteles e a história, mais uma vez. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 13, p. 14-23, 2013.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2000.

HORNBLOWER, Simon. **The Greek World: 479-323 BC**. 4th ed. London and New York: Routledge, 2011 [1983].

HORNBLOWER, Simon; STEWART, Charles. No history without culture. **Anthropological Quarterly**, v. 78, n. 1, p. 269-277, 2005.

HUNTER, Virginia J. **Past and process in Herodotus and Thucydides**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1982.

HUNTER, Virginia J. **Thucydides the Artful Reporter**. Toronto, Canada: Hakkert, 1973.

HUSSEY, Edward. Thucydidean history and Democritean theory. **History of Political Thought**, v. 6, n. 1/2, p. 118-138, 1985.

JÁCOME NETO, Félix. Da Doença ao Colapso Cívico: a epidemia em Atenas (430-426 a. C.). In: CERQUEIRA, Fábio Vergara; AXT, Gunter; FERREIRA, Renata Brauner (orgs.). **Viver e Morrer na Peste: Epidemia na História**. Pelotas: Editora da UFPEL, p. 101-117, 2021.

KAGAN, Donald. **The Outbreak of the Peloponnesian War**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1969.

KAGAN, Donald. **The Archidamian War**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1974.

KAGAN, Donald. **The Peace of Nicias and the Sicilian Expedition**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1981.

KAGAN, Donald. **The Fall of the Athenian Empire**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1987.

KAGAN, Donald. **Thucydides: The Reinvention of History**. New York, USA: Penguin Books, 2009.

KOSAK, Jennifer Clarke. *Polis nosousa*: Greek ideas about the city and disease in the fifth century BC. In: HOPE, Valerie M.; MARSHALL, Eireann (eds.). **Death and Disease in the Ancient City**. London: Routledge, p. 35-54, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Traduzido por Markus Hediger. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2020.

LEÃO, Delfim Ferreira. Cidadania, autoctonia e posse de terra na Atenas democrática. **Cadmo: Revista de História Antiga**, n. 20, p. 445-464, 2010.

LEÃO, Delfim Ferreira. Autoctonia, filiação legítima e cidadania no Íon de Eurípides. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, *Humanitas*, v. 58, p. 105-122, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013 [1977].

LEGON, Ronald Philip. **Demos and Stasis: Studies in the Factional Politics of Classical Greece**. PhD Dissertation, Cornell University, Ithaca, New York, 1966.

LICHTHEIM, Miriam. **Ancient Egyptian Literature: Volume I: The Old and Middle Kingdoms**. With a New Foreword by Antonio Loprieno. Los Angeles, United States of America: University of California Press, 2006, p. 149-162.

LINTOTT, Andrew. GEHRKE, H.-J. Stasis: Untersuchungen zu den inneren Kriegen in den griechischen Staaten des 5. und 4. Jahrhunderts v. Chr. München: Beck, 1985. **The Classical Review**, v. 37, n. 1, p. 108, 1987.

LINTOTT, Andrew. **Violence, Civil Strife and Revolution in the Classical City: 750-330 BC**. 1st ed. New York: Routledge, 2014, 1st ed. London, New York, Sydney: Croom Helm, 1982.

LORAUX, Nicole. **The Divided City: on memory and forgetting in Ancient Athens**. New York: Zone Books, 2006 [1997].

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo em história. *In*: LORAUX, Nicole. **A Tragédia de Atenas: a política entre as trevas e a utopia**. Tradução de Paula Silvia Rodrigues Coelho da Silva. São Paulo: Edições Loyola, p. 187-202. 2009 [1993].

LORAUX, Nicole. Tucídides e a sedição nas palavras. *In*: LORAUX, Nicole. **A Tragédia de Atenas: a política entre as trevas e a utopia**. Tradução de Paula Silvia Rodrigues Coelho da Silva. São Paulo: Edições Loyola, p. 91- 120, 2009 [1986].

LORAUX, Nicole. **A Tragédia de Atenas: a política entre as trevas e a utopia**. Tradução de Paula Silvia Rodrigues Coelho da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2009 [2005].

MACLEOD, C. W. Thucydides on Faction (3.82-83). **The Cambridge Classical Journal**, n. 25, p. 52-68, jan. 1979.

MARSHALL, M. H. B. Urban Settlement in the Second Chapter of Thucydides. **The Classical Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 26-40, 1975.

MARTINS, Pedro Ribeiro. A Data da Constituição dos Atenienses. *In*: PSEUDO-XENOFONTE. **A Constituição dos Atenienses**. Tradução do grego, introdução, notas e índices de Pedro Ribeiro Martins. São Paulo: Annablume Clássica; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 35-52.

MICHELAKIS, Pantelis. Naming the Plague in Homer, Sophocles, and Thucydides. **American Journal of Philology**, v. 140, n. 3, p. 381-414, 2019.

- MIŚKIEWICZ, Radosław. Stasis in Corcyra: who was fighting there?. *Classica Cracoviensia*, n. 23, p. 55-75, 2020.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019 [1992].
- MURARI PIRES, Francisco. Ranke e Niebuhr: a apoteose tucidideana. *Revista de História*, n. 166, p. 71-108, 2012.
- OBER, Josiah. Thucydides' criticism of democratic knowledge. **Nomodeiktes: Greek Studies in Honor of Martin Ostwald**, p. 81-98, 1993.
- OBER, Josiah. Thucydides and the Invention of Political Science. In: RENGAKOS, Antonios; TSAMAKIS, Antonios (ed.). **Brill's Companion to Thucydides**. Leiden: Brill, 2006, p. 131-160.
- ORWIN, Clifford. *Stasis* and plague: Thucydides on the dissolution of society. **The Journal of Politics**, v. 50, n. 4, p. 831-847, 1988.
- ORWIN, Clifford. **The Humanity of Thucydides**. Princeton, New Jersey: Princeton University, 1994.
- PADEL, Ruth. **In and Out of the Mind: Greek Images of the Tragic Self**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1992.
- PAGE, Denys Lionel. Thucydides' description of the great plague at Athens. **The Classical Quarterly**, v. 3, n. 3-4, p. 97-119, 1953.
- PARRY, Adam. The Language of Thucydides' Description of the Plague. **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, n. 16, p. 106-118, 1969.
- PARRY, Adam. Thucydides' historical perspective. In: **Studies in Fifth Century Thought and Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 47-62, 1972.
- PELLEGRIN, Pierre. Aristotle on Stasis as a Natural State of Cities. In: RIEDWEG, Christoph (Ed.). **Philosophie für die Polis**, v. 5, p. 235-248, 2019.
- PRADO, Ana Lia do Amaral de Almeida. Normas para a transliteração de termos e textos em grego antigo. **Classica - Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 19, n. 2, p. 298-299, 2006.
- PRICE, Johnathan J. **Thucydides and Internal War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- RAGUSA, Giuliana; BRUNHARA, Rafael. **Elegia Grega Arcaica: uma antologia**. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Araçoiaba da Serra, SP: Editora Mnema, 2021.
- RAWLINGS, Hunter R. **The Structure of Thucydides' History**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1981.
- ROY, James. Autochthony in ancient Greece. In: MCINERNEY, Jeremy (ed.). **A Companion to ethnicity in the ancient Mediterranean**, United Kingdom: Wiley Blackwell, p. 241-255, 2014.

ROMILLY, Jacqueline de. **História e razão em Tucídides**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 [1956].

SANCHO ROCHER, Laura *et al.* Tucídides y la Democracia. *In: Tucídides y el poder de la historia*. Editorial Universidad de Sevilla, 2019. p. 101-121.

SANTROVITSCH, Bruno. A Emergência da *Stasis* em Tucídides: democracia, oligarquia e guerra civil. *In: XXI Encontro Estadual de História América Latina e Brasil, 2024, Campina Grande. Anais do XXI Encontro Estadual de História América Latina e Brasil*. Campina Grande: UEPB, 2024a. p. 1-6.

SANTROVITSCH, Bruno; PEREIRA, Thamiris das Graças. Antiguidade, Tradição Clássica e Extrema Direita: identidade e o lugar do ensino de História Antiga no Brasil. **Mythos: Revista de História Antiga e Medieval**, p. 47-64, 2024b.

SANTROVITSCH, BRUNO. O Regime Misto e o Fenômeno da *Stasis* em Tucídides: história e pensamento político clássico. *In: XXIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais; 2024, Maringá. Anais da XXIII Jornada de Estudos Antigos e Medievais*. Maringá: Grupo de Pesquisa Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade, 2024c. p. 113-123.

SANTROVITSCH, Bruno. Poder e Conflito: a *stasis* na política e na sociedade do mundo grego clássico. *In: I Encontro Discente PPGH/UFPB, 2024, João Pessoa. Anais eletrônicos do I Encontro Discente PPGH/UFPB: Ensino, saberes históricos e regionalidades*. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2024d. p. 577-583.

SANTROVITSCH, Bruno. *Stasis* e Dívida na Córçira Antiga: conexões e comparações em um estudo de caso. **Revista Cadernos de Clio**, v. 14, n. 2, 2024e. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/clio.v14i2.96564>

SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. Translated by George Schwab. Chicago, United States of America: University of Chicago Press, 2007 [1932].

SOARES, Martinho Tomé Martins. *Ekphrasis e enargeia* na historiografia de Tucídides e no pensamento filosófico de Paul Ricoeur. **Talia Dixit**. Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografia, n. 6, p. 1-23, 2011.

SOARES, Martinho Tomé Martins. **História e Ficção em Paul Ricoeur e Tucídides**. 1. ed. digital, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

SOARES, Martinho. Nature and natural phenomena in Thucydides' The Peloponnesian War: *physis* and *kinesis* as factors of political disturbance. *In: SEBASTIANI, Breno B.; LEÃO, Delfim F. Crises (Staseis) and Changes (Metabolai): Athenian Democracy in the Making*, Firenze: Firenze University Press, p. 43-71, 2022.

STE. CROIX. G. E. M. de. The Character of the Athenian Empire. **Historia: Zeitschrift fur Alte Geschichte**, p. 1-41, 1954.

STE. CROIX, G. E. M. de. **The Origins of the Peloponnesian War**. London, England: Duckworth, 1972.

STE. CROIX, G. E. M. de. Herodotus. **Greece & Rome**, v. 24, n. 2, p. 130-148, 1977.

STE. CROIX, G. E. M. de. **The Class Struggle in the Ancient Greek World: from the Archaic Age to the Arab Conquests**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1981.

STRASBURGER, Hermann. **Studien zur Alten Geschichte II**. Hildesheim: Bundesrepublik Deutschland: Georg Olms Verlag, 1982.

STRAUSS, Leo. **The City and Man**. Chicago, University of Chicago Press, 1964.

THOMAS, Rosalind. Thucydides' Intellectual Milieu and the Plague. *In*: RENGAKOS, Antonios; TSAMAKIS, Antonios (eds.). **Brill's Companion to Thucydides**. Leiden: Brill, p. 87-109, 2006.

THOMPSON, E. P. **The Making of the English Working Class**. London, England: Penguin Classics, 2013 [1963].

TRABULSI; José Antonio Dabdab. **Participação direta e democracia grega: uma história exemplar?** 1.ed. Coimbra: Editor Grácio, 2018.

VARGAS, Anderson Zalewski. Uma ambiguidade tucidideana: a interconexão entre o humano e o inumano no relato dos sofrimentos da guerra. **Revista de Teoria da História**, v. 7, n. 13, p. 52-86, abr. 2015.

VEYNE, Paul. **Os Gregos Acreditavam em seus Mitos?: ensaio sobre a imaginação constituinte**. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014 [1983].

WAITHE, Mary Ellen (ed.). **A History of Women Philosophers**. Volume 1: Ancient Women Philosophers 600 B.C. – 500 A.D. Dordrecht, Boston & Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1987.

WALT, Stephen M. The enduring relevance of the realist tradition. *In*: **Political Science: The State of the Discipline III**. New York: WW Norton Company, 2002.

WEST, M. L (ed.). **Hesiod's Works & Days**. Edited with Prolegomena and Commentary by M. L. West. Great Britain: Oxford University Press, 1978.

WESTLAKE, Henry Dickinson. The Commons at Mytilene. **Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte**, v. 25, n. 4, p. 429-440, 1976.

WILLIAMS, M. F. Two Traditional Elements in Thucydides' Corcyrean Excursus. **The Classical World**, v. 79, n. 1, p. 1-3, 1985.

WILSON, John. 'The Customary Meanings of Words were Changed' – Or were they? A Note on Thucydides 3.82. 4. **The Classical Quarterly**, v. 32, n. 1, p. 18-20, 1982.

WINNINGTON-INGRAM, Reginald P. *TA ΔΕΟΝΤΑ ΕΙΠΕΙΝ: CLEON AND DIODOTUS*. **Bulletin of the Institute of Classical Studies**, n. 12, p. 70-82, 1965.

WOOD, Ellen M. **A Social History of Western Political Thought**. London: Verso, 2022.

WOODMAN, A. J. **Rhetoric in Classical Historiography: four studies**. New York: Routledge, 1988.

### **OUTRAS OBRAS**

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Traduzido por Paulo Meneses. 9.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes & Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2017 [1807].

HEGEL, G. W. F. **Outlines of the Philosophy of Right**. Translated by T. M. Knox. Great Britain: Oxford University Press, 2008 [1820].

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas: Volume II**. Tradução de Sérgio Molina. Rio de Janeiro: Emece Editores, 1999 [1952].

GROTE, George. **A History of Greece, Volume 6**. New York: Cambridge University Press, 2009 [1849].

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: o Processo de Produção do Capital**. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017 [1890].

MONTAIGNE, Michel. **Os Ensaios**. Tradução de Sérgio Milliet. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016 [1580].

NIETZSCHE, Friedrich. **O Crepúsculo dos Ídolos ou Como se Filósofa com o Martelo**. Tradução de Paulo César Lima de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1888].

SHAKESPEARE, William. **The Royal Shakespeare Company William Shakespeare Complete Works**. BATE, Jonathan; RASMUSSEN, Eric (eds.). United Kingdom: Macmillan, 2008.

## APÊNDICE – Quadro contextual de ocorrências do termo *stásis* em Tucídides

Passagem	Terminologia <sup>123</sup>	Traduções <sup>124</sup>	Localização	Discurso	Cronologia <sup>125</sup>	Contexto
1.2.4	στάσεις	faction; internal quarrels; divergências internas; guerras sociais	Tessália, Beócia e o Peloponeso, excetuando Arcádia.	Não	Desconhecida	A riqueza do solo favorecia o enriquecimento de alguns e levava à <i>stásis</i> e a invasão que geravam a ruína.
1.2.5	ἀστασίαστον	faction; internal quarrels; disputas locais; lutas internas	Ática	Não	Desconhecida	A Ática estava livre de <i>stásis</i> desde os tempos mais remotos por conta da pobreza de seu solo.
1.2.6	στάσεις	faction; sedition; sedição; agitação social	Ática	Não	Desconhecida	A Ática recebia os refugiados das <i>stáseis</i> de outros lugares e com isso se tornou populosa e demandou a necessidade de enviar colônias à Jônia.
1.12.2	στάσεις	faction; factions; dissidências; revoluções	Hélade	Não	Desconhecida	O retorno dos gregos após a Guerra de Troia gerou mudanças e <i>stáseis</i> por quase toda a Grécia.
1.18.1	στασιάσασα (στασιάζω)	factions; state of sedition; estado de sedição; estado de agitação social	Esparta	Não	Desconhecida	Esparta que fora a <i>pólis</i> que por mais tempo esteve em <i>stásis</i> antes de obter boas leis ( <i>eunomia</i> ), passa a derrubar os regimes tirânicos na Hélade do período arcaico.
1.23.2	στασιάζειν (στασιάζω)	political strife; civil dissensions; dissensões civis; violência social interna	Hélade	Não	Guerra do Peloponeso (431-404)	O autor justifica o objeto de sua obra, a Guerra do Peloponeso (431-404), e diz que nunca houve tanto banimento e derramamento de sangue no campo de batalha ou nas <i>stáseis</i> .
1.24.4	στασιάσαντες (στασιάζω)	factions arising; civil wars; lutas civis; revoltas internas	Epidamno	Não	435	A colônia de Corcira, Epidamno, cai em <i>stásis</i> e o <i>dēmos</i> expulsa os poderosos da cidade. Este evento servirá de pretexto para reacender o conflito entre Corcira e Corinto que servirá de prelúdio para a Guerra do Peloponeso.
1.126.12	στασιαζόντων (στασιάζω)	faction; faction; guerra civil; que se tinham revoltado	Atenas	Não	506	Como pretexto para a guerra contra Atenas, os espartanos exigem que os atenienses expulsem os poluídos, se referindo ao clã dos Alcmeônidas. Tucídides reconta os eventos que levaram à

<sup>123</sup> Quando se trata de uma forma verbal, o verbo está indicado entre parênteses.

<sup>124</sup> O primeiro termo é da tradução de Crawley (2008 [1874]); o segundo de Smith (1956; 1958a; 1958b; 1970); o terceiro de Kury (1987); e o quarto de Fernandes & Granwehr (2013).

<sup>125</sup> Na cronologia é dado o ano AEC e o ano da Guerra e a Estação do ano de acordo com Tucídides em parênteses.

						maldição e como o clã foi expulso pelo rei espartano Cleômenes e uma <i>facção</i> ateniense (Arist. <i>Ath. Pol.</i> 20.1-5).
2.20.4	στάσιν	division; division; desunião; dissensão	Ática ( <i>demo</i> de Acarnas)	Não	431 (1/Verão)	O rei espartano Arquídamo em sua invasão à Ática, destrói o <i>demo</i> de Acarnas na intenção de chamar seus habitantes à batalha campal e dividir a opinião ( <i>stásis</i> ) dos atenienses na crença de que os hoplitas acarnanianos não lutariam pela propriedade dos outros já que sua propriedade foi destruída.
2.22.3	στάσεως	party; faction; facções; grupo	Ática	Não	431 (1/Verão)	Os atenienses chamam seus aliados para lutar, dentre eles os tessálios de Larissa vêm com dois comandantes, cada um representando um lado na <i>stásis</i> : Polímedes e Aristonos.
2.65.12	στάσει	faction; sedition; dissensões; revolta	Atenas	Não	413-410	Em meio à análise do porquê Atenas foi derrotada na Guerra ao não seguir a estratégia de Péricles, Tucídides fala da <i>stásis</i> dominar a cidade após a derrota na Sicília e a destruição da maior parte de sua frota.
3.2.3	στάσιν	dissident (persons); partisanship; (mitilênios) agindo por conta própria; (pessoas que) estavam contra	Lesbos (em revolta contra a Liga de Delos)	Não	427 (5/Verão)	Alguns <i>próxenoí</i> dos atenienses em Mitilene que se opuseram ( <i>stásis</i> ) à revolta de Lesbos contra Atenas serviram de informantes dos planos dos revoltosos.
3.34.1	στάσιν	party quarrel; party discord; desavença política; revolução local	Nócio (porto dos colofônios)	Não	427 (5/Verão)	Paques e a frota ateniense aportam em Nócio, porto dos colofônios criado a partir de uma <i>stásis</i> com a <i>pólis</i> de Cólofon.
3.34.2	στασιάσαντες (στασιάζω)	split up into factions; fell into sedition; se desentenderam (facção); provocaram uma revolta	Nócio (porto dos colofônios)	Não	427 (5/Verão)	Os refugiados da <i>stásis</i> que viviam em Nócio, por sua vez, caem em uma <i>stásis</i> na qual uma facção se alia aos persas e a outra aos atenienses que tomam a cidade.

3.62.5	στάσιν	faction; factions; disputas internas; mal- estar social	Beócia	Sim (tebanos)	427 (5/Verão)	No discurso dos tebanos contra Plateia, aqueles acusam os atenienses de controlarem a Beócia por conta de <i>stáseis</i> dentre os próprios beócios.
3.68.3	στάσιν	political emigrants; sedition; revolta; por se terem revoltado	Plateia	Não	427 (5/Verão)	Após a destruição de Plateia, o território foi cedido por um ano à emigrados de Mégara por conta de uma <i>stásis</i> e a plataenses que apoiaram o lado de Tebas e Esparta.
3.69.2	Στασιάζουσιν (στασιάζω)	revolution had broken out; in the throes of a revolution; começara uma rebelião; se tinha revoltado	Corcira	Não	427 (5/Verão)	A frota espartana, após falhar na expedição a Lesbos, decidem ir para Corcira onde ocorria uma <i>stásis</i> .
3.70.1	ἐστασίαζον (στασίαζω)	revolution; state of revolution; rebelião; revolução	Corcira	Não	427 (5/Verão)	A <i>stásis</i> em Corcira começa com a chegada dos cativos corcireus presos pelos coríntios em batalha naval. Dizia-se que haviam sido subornados para causar uma <i>stásis</i> e trazer Corcira para o lado da Liga do Peloponeso.
3.76.1	στάσεως	revolution; revolution; revolução; revolução	Corcira	Não	427 (5/Verão)	Após a derrota da facção oligárquica em meio à <i>stásis</i> de Corcira, chega a frota peloponésia comandada por Alcidas e tendo Brásidas como conselheiro.
3.80.2	στάσιν	revolution; revolution; revolução; revolta	Corcira	Não	427 (5/Verão)	A frota peloponésia vitoriosa contra os corcireus se retira ao saber da aproximação de navios atenienses enviados por Atenas quando chegaram as notícias da <i>stásis</i> em Corcira.
3.82.1	στάσις	revolution; revolution; revolução; revolução	Corcira	Não	427 (5/Verão)	Passagem célebre na qual Tucídides expõe sua visão sobre a <i>stásis</i> de Corcira. A <i>stásis</i> em Corcira causou grande impressão pelo derramamento de sangue e por ter sido uma das primeiras do seu tipo. Após o ocorrido todo o mundo grego foi

						impactado e a <i>stásis</i> se disseminou, agora dimensionada pela possibilidade de trazer espartanos e atenienses para intervirem nas lutas internas.
3.82.2	στάσιν	revolution revolutions revoluções; revoluções	Corcira	Não	427 (5/Verão)	Tucídides continua discorrendo sobre os impactos das <i>stáseis</i> no mundo grego e reitera que estes sofrimentos continuarão acontecendo enquanto a natureza do ser humano for o que é. Também afirma que a guerra é uma professora violenta que, ao impedir as necessidades, expõe os piores sentimentos das cidades e dos homens.
3.83.1	στάσεις	the troubles; revolutions; revoluções; tumulto revolucionário	Corcira	Não	427 (5/Verão)	Ainda em meio a sua leitura da <i>stásis</i> em Corcira, Tucídides relata que, por conta das <i>stáseis</i> , todo tipo de iniquidades emergira no mundo grego – a honra não era mais respeitada e a desconfiança imperava.
4.1.3	ἑστασίαζε (στασιάζω)	factions; state of revolution; facções; revolução	Régio (Itália)	Não	425 (7/Verão)	Os lócrios se aproveitam de uma <i>stásis</i> em Régio para atacar a cidade.
4.46.1	στάσιν	revolution; revolution; revolução; posição	Corcira	Não	425 (7/Verão)	A frota ateniense sai de Pilos e chega na Corcira para ajudar os corcireus em sua luta contra a facção oligárquica instalada no monte Istone.
4.48.5	στάσις	party strife; revolution; revolução; revolução	Corcira	Não	427 (7/Verão)	Após a descrição do massacre da facção oligárquica, Tucídides diz que foi o fim da <i>stásis</i> na Corcira.
4.61.1	στάσιν	internal discords; faction; desunião; mal- estar político	Gela (Sicília)	Sim (Hermócrates)	424 (8/Verão)	As diversas <i>póleis</i> da Sicília se reúnem em Gela para tentar entrar em um acordo. Hermócrates de Siracusa discursa afirmando que os atenienses são inimigos de toda a Sicília e que a

						<i>stásis</i> , a ruína das <i>póleis</i> , causará a destruição da ilha se os sicilianos não se unirem contra o inimigo em comum.
4.66.1	στασιασάντων (στασιάζω)	revolution; Revolution; rebelião; revolução	Mégara	Não	424 (8/Verão)	Os mégaros estão sendo atormentados tanto pelos exilados de uma <i>stásis</i> (oligárquicos) como por expedições atenienses.
4.71.1	στάσεις	factions; rival factions; partidos rivais; facções políticas	Mégara	Não	424 (8/Verão)	Em meio ao ataque ateniense contra Mégara, Brásidas chega com o exército peloponésio. As duas facções da <i>stásis</i> em Mégara preferem não deixar Brásidas entrar na cidade. O <i>dēmos</i> , temendo que ele fosse expulsá-los e reintroduzir os exilados na cidade, e a outra facção, que o <i>dēmos</i> temesse que fossem expulsos e os atacassem e detruíssem a cidade por dentro com os atenienses à espreita.
4.74.4	στάσεως	revolution; change of government; governo novo; mudança de governo	Mégara	Não	424 (8/Verão)	Após os atenienses se retirarem do campo de batalha, os portões são abertos para Brásidas e os peloponésios. A facção que havia tido alguns de seus membros exilados é recebida de volta por seus aliados, obrigam o <i>dēmos</i> a votar por um massacre daqueles em contato com os atenienses e estabelecem uma oligarquia fechada sobre a cidade. Tucídides diz que essa oligarquia durou muito tempo e que foi feita por muito poucas pessoas.

4.84.2	ἑστασίαζον (στασιάζω)	parties; divided among themselves; divididos; divididos	Acanto (Calcídica)	Não	424 (8/Verão)	Na Calcídica, Brásidas chega em Acanto logo antes da colheita de uva e é recebido pela cidade dividida em duas. O <i>dēmos</i> contra e o outro lado tendo o convidado. Brásidas se dirige à cidade em discurso e Tucídides relata que ele não era um orador ruim para um espartano.
4.92.6	στασιαζόντων (στασιάζω)	quarrels; internal dissensions; dissensões internas; discórdias internas	Beócia	Sim (Pagondas)	424 (8/Verão)	O exército beócio persegue as forças atenienses até a fronteira com a Ática. Pagondas, um dos magistrados de Tebas, discursa frente ao exército para instigar um ataque contra os atenienses. No discurso, Pagondas relembra a batalha de Coroneia na qual os beócios venceram Atenas em uma época em que a situação de <i>stásis</i> permitiu que os atenienses ocupassem o país.
4.130.1	στασιασμοῦ	intestine disturbances; internal dissensions; tentativa de levante; revolta	Scíone	Não	423 (9/Verão)	Os atenienses atacam Scíone e tomam a periferia da cidade sem resistência por conta de distúrbios intestinos na <i>pólis</i> .
5.5.1	στασιασάντων (στασιάζω)	factions; discord; discórdia; revolta	Sicília ou Itália	Não	422 (10/Verão)	O comandante ateniense Fêax encontra alguns colonos lócrios de Messena que estavam lá quando uma <i>stásis</i> na cidade colocou-a sob controle de Lócris. Eles retornavam a sua cidade após serem expulsos de Messena. Fêax não faz mal a eles pois havia negociado uma paz com a cidade dos lócrios, antes aliados de Siracusa.
5.33.1	στάσιν	faction; factional quarrel;	Arcádia (Peloponeso)	Não	421 (11/Verão)	Pleistoánax, rei de Esparta, invade o território dos parrésios, então dominados

		divergência entre facções locais; revolta entre facções				por Mantineia, tendo sido convidados por uma facção da <i>stásis</i> local.
6.5.1	στάσει	civil war; factional quarrel; desavenças entre facções; revolta	Himera (Sicília)	Não	Desconhecida	Em sua descrição da Sicília, Tucídides conta sobre a fundação de Himera por parte de Calcídios e de exilados por uma <i>stásis</i> em Siracusa.
6.17.3	στασιάζων (στασιάζω)	party strife; sedition; revoluções; sedição	Atenas	Sim (Alcibíades)	415 (17/Verão)	Na defesa da expedição dos atenienses contra a Sicília, Alcibíades argumenta que por lá impera a desordem e a falta de patriotismo e que todos buscam obter algo para si seja por bajulação seja por <i>stásis</i> .
6.17.4	στασιάζουσιν (στασιάζω)	civil strife; revolution; lutas internas; revolta	Atenas	Sim (Alcibíades)	415 (17/Verão)	Ainda no discurso de Alcibíades, ele afirma que não haveria unidade dos sicilianos para lutar contra os atenienses, ainda mais se os rumores de que estão em <i>stásis</i> forem verdadeiros.
6.38.3	στάσεις	troubles; feuds; querelas; revoltas	Siracusa (Sicília)	Sim (Atenágoras)	415 (17/Verão)	No discurso do líder do <i>dēmos</i> Atenágoras, ele diz que a ameaça de um ataque ateniense é somente um rumor levantado para tomar o governo do <i>dēmos</i> e que Siracusa está sempre em <i>stásis</i> e disputas ( <i>ἀγωναί</i> ) com os <i>oligoi</i> .
6.74.1	στασιάζοντες (στασιάζω)	faction; faction; sublevados; em revolta	Catana (Sicília)	Não	415 (17/Verão)	As forças atenienses tentam tomar Catana. Contudo, Alcibíades, após ser chamado de volta a Atenas para responder pelo processo das Hermas, havia sabotado o plano ateniense ao informar de um complô que entregaria a cidade aos atenienses. A facção favorável a Siracusa em Catana mata os conspiradores e os derrota, impedindo a entrada dos atenienses na cidade.
7.33.5	στάσει	revolution; revolution; revolução; revolução	Túrio (Itália)	Não	413 (19/Verão)	A frota ateniense comandada por Demóstenes vai a Túrio onde a facção hostil a eles fora expulsa em meio a uma <i>stásis</i> .

7.46.1	στασιάζοντα (στασιάζω)	revolution; state of revolution; luta de facções; revolução	Agrigento (Sicília)	Não	413 (19/Verão)	Siracusa envia quinze navios a Agrigento, onde ocorria uma <i>stásis</i> , e eles esperavam ganhar a cidade para seu lado na guerra.
7.50.1	στάσις	party; party; facção; revolta	Agrigento (Sicília)	Não	413 (19/Verão)	Sícanos, comandante da frota de Siracusa, retorna à sua cidade após tentar chegar a tempo em Agrigento, mas a facção favorável aos siracusanos havia sido expulsa antes dele chegar.
8.48.4	στασιάζουσιν (στασιάζω)	civil discord; factions; guerra civil; revolta	Atenas	Não	412 (20/Inverno)	Na discussão sobre o retorno ou não de Alcibíades, Frínico era da opinião de que Alcibíades não se importava com o regime oligárquico ou democrático, mas somente queria ser chamado do exílio. Enquanto os atenienses deveriam ter somente o propósito de evitar a <i>stásis</i> em Atenas.
8.78.1	στασιάζειν (στασιάζω)	sate of sedition rent with factions; dividido em facções; dividido em facções	Mileto (frota peloponésia)	Não	411 (21/Verão)	Os marinheiros da frota peloponésia estacionada em Mileto lamentam não aproveitar o momento de <i>stásis</i> para atacar os atenienses.
8.95.2	στασιαζούσης (στασιάζω)	revolution; state of sedition; sedição; revolução	Atenas	Não	411 (21/Verão)	Os atenienses, mesmo em meio à <i>stásis</i> , mandam navios à Eubeia para combater contra a frota peloponésia e os revoltosos locais.
8.96.2	στασιαζόντων (στασιάζω)	conflict among themselves; state of sedition; agitação; conflito interno	Atenas	Não	411 (21/Verão)	Após a derrota na Eubeia, os atenienses encontram-se em uma situação ruim, com a frota em Samos em revolta, a perda de um território importante estrategicamente e a <i>stásis</i> na cidade.
8.98.4	στάσις	troubles; struggle between the factions; revolta; revolução	Atenas	Não	411 (21/Verão)	Com a instauração do Regime dos Cinco Mil – a época em que Atenas teve seu melhor governo de acordo com Tucídides (8.97.2) – e a tomada do forte de Énoe, pelos beócios, a oligarquia e a

						<i>stásis</i> em Atenas terminam.
<b>8.106.5</b>	στάσις	revolution; factional dissensions; desavenças internas; revolução	Atenas	Não	411 (21/Verão)	A vitória em uma batalha naval contra os peloponésios no Helesponto restaura o moral ateniense após a derrota na Eubeia e a <i>stásis</i> em Atenas.